

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

DO CAOS À CRISE

O vocabulário de crise na reforma urbana do Mercado São José e do Camden Market

Luana Bulcão

Rio de Janeiro

2023

Luana Bulcão

DO CAOS À CRISE

O vocabulário de crise na reforma urbana do Mercado São José e do Camden Market

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva

Rio de Janeiro

2023

*À voinha, por nunca ter deixado de estar
ao meu lado, por ainda aparecer nos
meus sonhos. Pela presença, enfim,
sempre vigilante e carinhosa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe, Fátima. A mainha, pelo apoio emocional, financeiro e cotidiano sem qual nada disso seria possível. Sempre foi ela que me permitiu sonhar e acreditar que eu era capaz de alcançar qualquer coisa. Ao meu pai, Renato, pelas conversas inspiradoras sobre a arquitetura de Brasília e pelo apoio durante todo o processo. Agradeço de coração à Raquel Paiva, minha orientadora e companheira de trabalho. Sempre disposta a me acolher e a me levantar.

Ao professor Thomas Tufte pela recepção, conselhos e sugestões teóricas que estão presentes ao longo dessas páginas. Aos amigos de vida, de infância, de corredores. Aos amigos que conheci pelo mundo e aqueles que soam como lar. Àqueles que dividiram as trincheiras comigo nesses últimos quatro anos de insegurança, dor e luta, eles sabem quem são.

Aos professores, técnicos administrativos, terceirizados e funcionários da Escola de Comunicação e toda a UFRJ. Sem vocês, nossa universidade seria vazia.

Agradeço aos membros da banca, pela disposição, cuidado e carinho de se debruçar sobre esse trabalho.

Por fim, agradeço a minha vó, Deolinda. Porque eu tenho certeza que ela estaria vibrando comigo se ela ainda estivesse aqui.

*vai aqui um simples passeio
um biciletar
um piscar de olhos*

*desse mundo bêbado
um copo ali de lirismo
outro aqui de veneno*

*mortos e vivos
nesse passeio de mãos dadas
Deus de bicicleta
e vocês no bagageiro*

*podem ir
bom passeio*

Miró da Muribeca, 2019

RESUMO

A presente tese propõe-se a discorrer sobre os discursos (de crise) empreendidos nos processos de reforma urbana, especificamente no caso do Mercado São José (MSJ) em Recife. Esse mercado recifense em 2019 passou por um processo de reordenamento do comércio informal, com a remoção dos camelôs de seus arredores e posterior transferência para um anexo no Cais de Santa Rita. Em 2022, a prefeitura anunciou a restauração do MSJ como exemplo de uma política de “revitalização” do centro. Essa pesquisa, então, orienta-se a partir da hipótese de que existiria um vocabulário global da reforma urbana e que seria um vocabulário de crise. Com objetivo de refutar ou comprovar essa hipótese produziu-se um método cuja finalidade era mensurar as caracterizações presentes nos discursos da mídia pernambucana (representadas pelo Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco) e do Camden New Journal, jornal de bairro londrino. Esse vocabulário se apresentaria, dessa forma, a partir de associações à negativas/pejorativas ao espaço alvo da especulação imobiliária, transformando-os, ao mesmo tempo, em problema e oportunidade de negócios. Com propósito de atestar o padrão global, foram analisados o Mercado São José, em Recife e o Buck Street Market, em Londres. Isso possibilitou também traçar paralelos entre as duas realidades de lugares opostos do globo. Trabalhou-se também com o método autoetnográfico como ferramenta de descrição densa do MSJ e Buck Street Market. Esse trabalho, na tentativa de versar sobre o abismo teórico entre a produção de teorias urbanas no Norte e sua aplicação no Sul Global, apoia-se em epistemologias do sul e pensamentos pós-coloniais. No sentido de fomentar alternativas à forma contemporânea de se planejar e construir cidades, propõe-se uma abordagem comunicacional comunitária para a teoria urbana, ancorada nos preceitos básicos da comunicação comunitária como comunidade, participação, educação e cidadania. O trabalho, portanto, tem como objetivo esboçar a arquitetura e o urbanismo como disciplinas ao serviço do capital, que difundem e reforçam lógicas hegemônicas; discutir as fronteiras entre formalidade e informalidade, ou modos de informalidade; propor outras epistemologias para outras materialidades do pensamento urbano, delineando uma abordagem comunicacional comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado São José; reforma urbana; vocabulário de crise

ABSTRACT

This thesis intends to discuss the discourses (of crisis) in the urban renewal process, pointedly the case of Mercado São José (MSJ) in Recife. The Recife's market in 2019 went through a rearrangement of the informal trade and later relocation to Terminal Cais de Santa Rita's annexe. In 2022, the city hall announced the restoration of MSJ as an example of a political "revitalization" of the centre. This research, then, is guided by the hypothesis that would exist a global's urban renewal vocabulary and that vocabulary would be a crisis one. In order to refute or confirm this hypothesis was create a method whose purpose was to measure the characterization in the media's discourses of Pernambuco and London's district journal. The Pernambuco's were represented by the *Jornal do Comercio* and *Diário de Pernambuco*. And the London's one for the *Camden New Journal*. This vocabulary would appear from negative/pejorative associations to the space mark as real estate speculation's target. To certify the global pattern were annalize the Mercado São José in Recife and the Buck Street Market in Camden Town. We also worked with the autoethnographic method as a dense descriptive tool for MSJ and Buck Street Market. In the attempt to address the theoretical gap between the production of urban theories in the North and their application in the Global South, we lay on the south epistemologies and post-colonial thoughts. To instigate alternatives to the contemporary way of the plan and creating cities, we propose a community communication approach for the urban theory supported by the basic notions of community communication like community, participation, education and citizenship. The work has the objective of drawing architecture and urbanism as a capitalist curriculum which spread and reinforces hegemonic notions; discussing the borders between formality and informality or ways of informality; proposing other epistemologies for other materialities of urban thought, and drawing a community communication approach.

KEY WORDS: Mercado São José; urban renewal; crisis vocabulary

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeto de um mercado público, publicado na revista “Nouvelles Annales de la Construction” em junho de 1869	37
Figura 2 – Projeto de restauração do Sítio Histórico do Mercado de São José elaborado por Geraldo Gomes em 1979.....	51
Figura 3 – Foto do Mercado São José e a ocupação ambulante, vista de uma das torres da Igreja Nossa Senhora da Penha (1979).....	52
Figura 4 – Esplanada dos Ministérios (DF): Desire paths.....	80
Figura 5 – Mapa Mercado São José.....	109
Figura 6 – Entrada Mercado S. José rua da Praia.....	110
Figura 7 – Frente do Mercado S. José (foto tirada da Praça Dom Vital)	111
Figura 8 – Detalhe da entrada do Mercado S. José da Praça Dom Vital.....	111
Figura 9 – Mapa bairro São José	116
Figura 10 – Detalhe corredor Mercado São José.....	124
Figura 11 – Mapa Camden Market.....	147
Figura 12 – Temáticas das reportagens por jornal.....	161
Figura 13 – Caracterização do redesenvolvimento do Buck Street Market	163
Figura 14 – Caracterização da reordenamento dos arredores do Mercado São José....	165
Figura 16 – Comparação características do Bairro de São José e Camden Town.....	169
Figura 17 – Caracterização do Mercado São José no Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio	170
Figura 18 – Caracterização do Camden Market e Buck Street Market.....	172

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO.....	12
1. O MERCADO SÃO JOSÉ	29
1.1 Um breve contexto de um projeto de (re)centro da capital pernambucana	29
1.2 Contexto histórico no mundo.....	31
1.3 Contexto histórico na Recife do século XIX	38
1.4 O Mercado São José de ontem e de hoje	48
2. ARQUITETURA E URBANISMO COMO SABER CAPITALISTA.....	58
2.1 Breve história do urbanismo e das cidades	58
2.2 Urbanismo e Higienismo	60
2.3 “Formal” versus “informal”	69
2.4 O urbanismo em questionamento: um saber capitalista?.....	75
2.4.1 Urbanismo progressista (C.I.A.M) e a Carta de Atenas	77
2.5 Qual a fuga do mapa capitalista?	81
3. EPISTEMOLOGIAS DO SUL PARA OUTRAS MATERIALIDADES.....	84
3.1 Outras epistemologias para outras materialidades.....	84
3.2 Novas classificações, novas teorias	90
3.3 Vocabulários urbanos, vocabulário de crise	95
3.4 Duas Olimpíadas, duas cidades, um vocabulário	99
4. UMA ABORDAGEM COMUNICACIONAL COMUNITÁRIA DA REFORMA URBANA	109
4.1 As angústias de uma pesquisa durante a pandemia	109
4.2 Como resolver a crise na megacidade? Ou na minha cidade?.....	117
4.3 Atalhos do desejo na teoria urbana: as cores, os sons, os cheiros e o toque..	121

4.4	Abordagem comunicacional comunitária	128
4.4.1	Comunidade e território	129
4.4.2	Participação	134
4.4.3	Educação para cidadania	136
4.4.4	Cidadania para a mudança social	139
4.5	A abordagem comunicacional comunitária no caso Caranguejo Tabaiães ..	142
5.	O VOCABULÁRIO DE CRISE: VIAJANDO 7.408,31KM ENTRE DOIS MERCADOS	145
5.1	Camden Town, 6 anos depois	146
5.2	Camden Town: a história	150
5.3	As impressões à primeira vista	153
5.4	Explicando o método por trás do método	157
5.5	Primeiros apontamentos sobre um vocabulário de crise.....	161
5.6	Vocabulário de crise em números: o quantitativo por trás do discurso	168
5.6.1	Mercado São José: a prefeitura como sujeito oculto	169
5.6.2	Camden Market	171
5.7	As miniaturas da crise urbana	174
5.7.1	Camden Town: o conto da gentrificação	175
5.7.2	O caso do mercado prestes a completar 150 anos e o editorial do JC....	177
5.7.3	A crônica do patrimônio falso	179
5.7.4	O conto dos incêndios ou as ruínas da urbanização	180
6.	CONCLUSÃO.....	182
	REFERÊNCIAS	192
	ANEXO	205

INTRODUÇÃO

Se eu pudesse dizer apenas uma coisa sobre minha tese seria: ela é sobre cidades. Cidades periféricas, cidades globais. Cidades da Europa, privilegiadas em localização e economia. Cidades da América Latina, do Brasil, carentes de desenvolvimento e infraestrutura básica. Megacidades da Ásia e da África, ditas ruínas da urbanização, incapazes de planejar para o futuro. Cidades de prancheta, planejadas segundo o desejo de arquitetos e urbanistas pelo futuro, pelo moderno, pelo novo. Cidades caóticas que se expandem e se espalham em velocidade e irregularidade. Cidades para pessoas. Cidades para carros. Cidades de vias expressas e ruelas, becos e labirintos. Cidades espetaculares. Cidades de primeiro mundo. *World-class-cities*.

As cidades se apresentam por seus cheiros, bons ou ruins. Elas cheiram a comida, algum tempero característico da região; cheiram a flores, a Recife do século XIX costumava plantar jasmims para espantar o mau cheiro da rua, até hoje, em alguns bairros mais afastados, é possível sentir o cheiro no fim de tarde; o cheiro do mar e do sal, nas cidades litorâneas quando você se aproxima dele; o cheiro de esgoto de algumas partes da cidade onde o canal cruza as ruas; o cheiro do verde se a urbe tem muitos parques e áreas verdes.

As metrópoles também se expressam por seus sons, silêncios e barulhos. A música de brega do centro da cidade misturada com o som dos pregões dos ambulantes, a buzina dos carros e o burburinho das pessoas. O barulho do mar em regiões de praias menos povoadas. O ruído da festa, dependendo da época do ano, impõe diferentes ritmos e acordes. Se em fevereiro, o som dos metais das orquestras de frevo ou o grave das alfaias do maracatu marcam o compasso das batidas do coração. O som dos espaços sociais de rua, da mistura de gente. A cadência das diferentes línguas e sotaques em urbes multiculturais. O silêncio das áreas residenciais de subúrbio. Ou a melodia dos passarinhos e cigarras em áreas mais rurais.

A paisagem visual das cidades também compõe suas representações. Cidades urbanas com seus pixos e grafites, seus stencil e lambe-lambes com críticas políticas e sociais. Os muros da cidade contam suas histórias de opressão, de vitórias e de batalhas. Os outdoors que invadem as calçadas sinalizando o novo lançamento da McDonald's, as luzes dos letreiros que se acendem ao apagar do dia. As luzes e cores das metrópoles podem mudar de acordo com as datas comemorativas. No natal, algumas urbes se enchem de

novas luzes, no carnaval, Olinda e Recife enfeitam suas praças e pontes para celebrar a folia do Momo.

A visão também permite-nos enxergar o que está oculto nas sombras, nos becos e caminhos estreitos da vida urbana. Algumas cidades podem ser retratadas por suas cores: Brasília é o cinza das suas obras de concreto, misturado com sua vastidão de verde; Londres é cinza no inverno e cor de flor de cerejeira no chegar da primavera; o centro de Recife é uma mistura de cores vibrantes, iluminadas pelo sol e com raros espaços de sombra e de verde. Boa Viagem, na capital pernambucana, é paisagem vertical, os prédios invadem a areia da praia, fazendo sombra para os turistas desavisados. Com a exceção do centro londrino, a cidade global europeia é composta por residenciais e grandes áreas verde dos seus parques a perder de vista.

As urbes também se destacam pelo seu “calor humano”. Pela capacidade de oferecer proximidade ou afastamento. A arquitetura e o urbanismo influenciam diretamente no sentido do tato, uma vez que eles proporcionam subjetividades mais isoladas, individualizadas ou mais sociabilizadas. A rua é um importante espaço de socialização, algumas cidades brasileiras sabem conservar essa característica muito bem, fazendo de suas praças e esquinas lugares de encontro e afeto. Algumas outras, se fecham em si mesmas, constroem condomínios fechados, investem nos muros altos e nos portões com caco de vidro pra deixar do lado de fora os perigos da rua.

Não é de hoje que a rua é colocada em oposição à segurança da casa. Gilberto Freyre (2013) nos conta como no século XIX o sobrado se fechava em si mesmo para não permitir que o espaço público, com seus vícios e perversões, adentrassem a segurança de seus muros. O urbanismo progressista persistiu com essa premissa, decretando a fundamentabilidade da eliminação da rua, das esquinas e cruzamentos. Essa noção persiste até hoje por meio das políticas higienistas, dos esforços de eliminar do espaço público a características elementares da rua: sua confusão de pessoas, ritmos, barulho, convivências e imprevisibilidade.

Mas **essa** tese também é sobre as pessoas: seus habitantes, viajantes, turistas, comerciantes, camelôs, pesquisadores, escritores, seus prefeitos e secretários. Seus praticantes ordinários e *voyeurs*. Sobre seus passados e futuros. Seus sonhos e anseios. É sobre jornadas históricas e de imaginação. É sobre crítica ao *status quo* e sobre uma utopia de melhores futuros. É sobre o desejo de continuar seguindo: mais uma cidade. Italo Calvino (1997) narra as diferentes cidades vistas e descritas pelo conquistador Marco

Polo. Em determinado momento do livro, Calvino (1997) descreve o impulso da viagem, como as diferentes urbes refletem sobre o que o conquistador foi, é e deseja ser.

Por enquanto, a partir daquele real ou hipotético passado, ele é excluído; ele não pode parar; ele deve continuar indo para outra cidade, onde outros passados esperam por ele ou algo que poderia ter sido talvez um futuro possível e que agora é o presente de outro alguém. Futuros não alcançados são apenas galhos do passado: galhos mortos.

“Jornadas para aliviar seu passado?” foi a pergunta de Khan nesse ponto, uma pergunta que também poderia ter sido formulada: “Jornadas para recuperar seu futuro?”

E a resposta de Marco seria “Outro lugar é um espelho negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu, descobrindo o tanto que ele não teve e nem nunca vai ter” (tradução da autora) (CALVINO, 1997, p.24 e 25).

Assim como o romance de Calvino (1997), essa tese é também sobre viagens: viagens entre passados e promessas de futuro. Viagens entre as diferentes cidades e suas diferentes formas de existir. Inúmeras formas de ser, inúmeras culturas. Essa pesquisa, da mesma forma, foi produzida entre cidades: Recife e o Rio de Janeiro; Londres, Recife e Rio de Janeiro. Foi escrita entre as memórias dessas. Das lembranças de Brasília, seus grandes espaços vazios e verdes. No meio da recordação de uma *street fair* de final de semana de um bairro londrino. Traçada nas lembranças do centro de Recife, no Bairro de São José, dos amontoados de pessoas, da feira de frutas e verduras, da música se misturando aos pregões dos camelôs.

Mas assim como as “Cidades e memória” do livro de Calvino (1997), as urbes de hoje contrastam e competem com as de ontem e as imagens de futuro delas mesmas que ainda estão por vir. Os viajantes que aportam em Maurília, por exemplo, são convidados a visitá-la e, ao mesmo tempo, contemplar seus velhos cartões postais que retratam a cidade como ela costumava ser. Para não desapontar os habitantes, os visitantes devem, portanto, elogiar seu retrato de passado contido nesses cartões postais, tomando cuidado, porém, em conter seu desapontamento em relação as mudanças que se apresentam a sua frente.

Maurília, então, vive entre o velho e o novo, entre seu passado estático e histórico e seu futuro promissor. Existe, no mesmo sentido, entre seus habitantes e visitantes, seus moradores e turistas. A cidade narrada por Marco Polo, traduz a dicotomia de muitas cidades contemporâneas: o impulso de perseguir o novo e moderno versus o desejo de resguardar o velho e histórico. O capitalismo impulsiona a reforma urbana sempre para

frente, nunca olhar para trás, para os escombros deixados pela sua destruição criativa. Os prédios altíssimos e arranha céus são construídos na mesma velocidade em emergem novos para substituí-los.

A paisagem urbana de uma cidade, atualmente, é capaz de mudar em poucos anos. Sennett (2014), se referindo a Nova York multicultural, afirma: “De todas as cidades do mundo, Nova York foi a que mais cresceu à custa de demolições; daqui a cem anos, as pessoas terão evidências mais tangíveis da Roma de Adriano do que da grande metrópole de fibra ótica” (2014, p. 363). O que Nova York tem em comum com tantas outras metrópoles mundo a fora? O desejo de se repetir, em si mesma e para além de suas fronteiras invisíveis e porosas. O processo de constante destruição e construção é, dessa forma, o motor para funcionamento do capitalismo e se executa por meio da reforma urbana e dos processos de gentrificação.

Marco Polo, então, nos seus encontros com o imperador chinês Kublai Khan, no romance de Calvino (1997), abre a porta para uma infinidade de cidades que no final traduzem-se em apenas uma: Veneza. Mumford (2004) em algum momento da sua história das cidades, exalta a “dourada” Veneza como a única que demonstra “de forma mais diagramática, os componentes ideais da estrutura urbana medieval” (2004, p.359). Veneza, segundo Mumford (2004), era tratada como “simples acidente da natureza” e não como uma “série de ousadas adaptações que, embora baseadas em singulares características naturais, tinham adaptação universal” (2004, p.349).

Veneza, portanto, na obra de Calvino (1997) e na história de Mumford (2004) é uma cidade capaz de conter outras. Uma urbe de aspirações *universais*. Aqui se inicia a jornada dessa tese: nos ímpetus universais dos colonizadores do mundo. Isto porque, é na colonização que se instauram os paradigmas binários de que uma parte do mundo era civilizada (os colonizadores), enquanto todo o resto era primitiva (as colônias). Essa lógica se perpetuou na dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido e prosseguiu na classificação de megacidades e cidades globais. Todas classificações que pressupõem a hegemonia de uns e aos outros apenas a (falsa) promessa de um dia alcançar o mesmo patamar. A hegemonia, então, pressupõe a existência do subalterno.

Esse sistema de classificações difundido pelo Norte Global inclui a difusão de materiais, estéticas, comportamentos, ideologias e culturas. É dessa forma que arquitetura de ferro chega a Pernambuco: como escoamento para alta produção do ferro consequência da Revolução Industrial e como protótipo do que existia de mais moderno na Europa. No mesmo sentido, seguindo a inspiração europeia, a construção de mercados cobertos aporta

ao estado como símbolo da civilização, capaz de conter o desordenado e caótico comércio da feira livre. Assim, em 1875 é erigido um dos primeiros mercados de ferro brasileiros: o Mercado de São José (MSJ).

O MSJ representava a importação dos padrões estéticos, comportamentais e arquitetônicos. Com a sua construção emergia também uma série de hábitos disciplinadores, como horário de entrada e saída, regras na forma de se portar e vender produtos, e restrições de que tipo de pessoas podiam frequentar o espaço. O Mercado São José foi erigido para ser o lugar dos médicos, advogados, funcionários do município. Os bêbados, artistas, saltimbancos eram proibidos de frequentar o lugar. À forma, deveria seguir-se a função.

O que, contudo, as autoridades da época não podiam prever, era que as inúmeras sanções e tentativas de repressões não eram capazes de conter o surgimento e a manutenção do comércio informal nas ruas dos seus arredores. As pretas vendedoras porta a fora continuavam a vender seus doces, os negros alforriados vendiam peixe e produtos vindos do porto. O comércio popular continuava a existir apesar de todo esforço de contê-lo. E a história se repete na construção do Camelódromo da Dantas Barreto em 1994 e depois na remoção e transferência dos ambulantes do entorno do MSJ. Apesar das inúmeras tentativas de policiar, ordenar e controlar o comércio informal, Recife segue sendo uma cidade famosa pelos seus pregões, como diria Gilberto Freyre (2007).

O que a importação da arquitetura de ferro pré-fabricada do edifício do Mercado São José nos conta, é a criação de padrões de como as cidades deveriam ser e parecer para serem civilizadas. O mundo de colonizadores e colônias se transforma na divisão entre países de primeiro e terceiro mundo, que dá lugar as concepções desenvolvimentistas. A globalização entra em cena, as fronteiras se tornam porosas, a mídia se alia ao capital financeiro e a aceleração capitalista ameaça padronizar e estandardizar o mundo. A reforma urbana persiste sendo a energia que faz girar a roda do capital e a arquitetura pós-moderna dissemina a estética acima da função e das necessidades socioeconômicas. Estabelecem-se então, os arquétipos de como as metrópoles devem funcionar e que estéticas devem possuir para se tornarem desenvolvidas, sinalizando para o mundo seu grau de confiabilidade.

As cidades, então, tornam-se empresas, competindo entre si para atração de capital financeiro e humano consumidor. O marketing entra e cena na construção do *branding* urbano que sinalize para todo o globo suas características positivas que fazem determinada urbe ser merecedora de adentrar no circuito capitalista empreendedor. E

nessa disputa entre cidades-negócios, umas precisam se reafirmar na cartografia do capital – para aquelas metrópoles globais, desenvolvidas, do Primeiro Mundo – outras vão morrer tentando alcançar o status de cidade global. E esses requisitos estão postos desde a colonização, eles dividiram e continuam a dividir o mundo, determinando quem está “dentro” ou “fora” do mapa capitalista.

Dessa forma, o planejamento urbano à serviço da lógica capitalista, ancora-se no fomento de uma marca-cidade responsável por inserir ou manter determinada urbe na vitrine global como uma alternativa confiável aos investimentos de corporações. Potencializado pelos megaeventos, esses modelos atuam diretamente na reforma e reestruturação urbana, “requalificando”, “renovando”, “revitalizando” espaços comunitários/populares em lugares do consumo. E a arquitetura e o urbanismo, enquanto disciplinas do urbano, atuam a serviço do capital, difundindo e reforçando os padrões do Norte Global.

A problemática com esses modelos de cidades é que eles se perpetuam através de uma racionalidade neoliberal, reproduzindo espaços exclusivos e enclaves fechadas, ao mesmo tempo em que fomentam uma subjetividade individualizante e uma cidadania consumidora. E eles relegam as periferias do mundo à ausência, à ruína da civilização e da urbanização, como algo em constante necessidade de resgate e ressuscitação. As megacidades são, então, conceituadas em termos de crise.

A crise dessas cidades do Sul Global é justificada pela sua excessiva pobreza, seus assentamentos habitacionais precários e/ou informais, seu enorme contingente populacional incapaz de ser contido e sempre em crescimento. Essas megacidades são descritas como incapazes de serem planejadas, principalmente quando se trata de um planejamento pro futuro. Ananya Roy (2009), nesse sentido, argumenta que existe um idioma do planejamento urbano e que ele se representa por meio da informalidade.

A informalidade, portanto, não seria apenas produto da urbanização, mas também um instrumento usado tanto pelos ricos quanto pelos pobres. E, para além disso, Roy (2009) coloca a informalidade como uma prática do subalterno, o exercício da democracia de baixo para cima. No final a determinação do que é “formal” ou “informal” cabe ao Estado. Ele pode atuar por meio de práticas de desregularização ou *unmapping*, determinando quais propriedades estão disponíveis para especulação imobiliária. Ele incentiva e investe em uns, enquanto criminaliza e destrói outros. Sendo assim, a autora aponta que não existe distinção entre “formal” e “informal”, o que existe são modelos de *informalidade*.

E se a crise da megacidade é mais uma forma de excluir essas metrópoles do circuito capitalista, o sentido da produção-aplicação das teorias urbanas reforça esse preceito. Isto porque, paradoxalmente, a maior parte do desenvolvimento e das reformas urbanas ocorrem nos países do Sul Global, enquanto a construção desses paradigmas urbanos ocorre no Norte Global. Dessa forma, existe um *gap* na formulação de conhecimento urbano o qual precisa ser adereçado urgentemente. É fundamental que haja um deslocamento dessa produção para o território onde a reforma e transformação urbana se dará de fato. Isto porque, apenas dessa forma, poderá a teoria urbana dialogar com as complexidades, interpelações e sobreposições das realidades dessas megacidades.

É nesse ponto, então, que emerge a necessidade de pensar e criar outros caminhos para teoria urbana. Caminhos esses que contemplem uma apreensão política, afetiva, cultural e sensória das cidades. Capazes de apreender as peculiaridades, localidades e informalidades não como um problema que precisa ser remediado e corrigido, mas a própria condição singular de existência dessa urbe. É nesse sentido que o Mercado São José emerge como ponto de origem, destino e objeto dessa tese. Enquanto um espaço comercial no centro da capital pernambucana, o MSJ tem suas origens associadas aos esforços civilizatórios empreendidos no século XIX.

Construído onde era a antiga Ribeira do Peixe – um mercado ao ar livre no Bairro de São José – o mercado nasce para abrigar a venda de gênero alimentícios de primeira necessidade. E ele se constitui entre a inspiração parisiense para sua construção e o seu intenso comércio ambulante e informal praticado nas ruas de toda capitania hereditária de Pernambuco. Com o passar dos anos, sua função inicial foi sendo empurrada para as vias do seu entorno, resgatando a antiga feira livre e, ao mesmo tempo, no seu prédio foram se concentrando vendedores de produtos artesanais. Um pátio externo foi incluído para abrigar restaurantes populares e atender a demanda da região que se tornava um importante centro comercial popular da cidade.

Desde o estabelecimento dos camelôs nas ruas do entorno do MSJ que a prefeitura faz um constante esforço no sentido de remover e “ordenar” esses comerciantes. Porém, apenas em 2019 a ação foi concluída e esses ambulantes foram transferidos para um anexo construído no Terminal do Cais de Santa Rita. As ruas que antes eram ocupadas por um burburinho de pessoas e pregões, agora ficaram relegadas aos estacionamentos Zona Azul. Ao mesmo tempo, em março de 2022 é anunciada a restauração do prédio do Mercado São José. Entre as ações previstas estava a transferência dos restaurantes populares do pátio externo para um mezanino que seria acrescentado a estrutura original.

O principal motivo para essa mudança, argumentado pela prefeitura, seria eliminar as descaracterizações atuais e restaurar o mercado para aproximá-lo do projeto original de 1875.

Diversas questões, então, emergem desses fatos, em primeiro lugar por que a necessidade de remoção desses camelôs das ruas do entorno? Justificativas como ordenamento, melhoria na circulação e o Cais de Santa Rita como um local mais adequado, emergem em um primeiro momento. Depois, se o objetivo era aproximar o edifício do MSJ ao projeto original, porque prevê a construção de um mezanino não presente no planejamento do século XIX? O problema eram as descaracterizações ou essas reformas tinham um viés classista, ancorado em preceitos higienistas de como deveriam ser as possíveis cidades globais?

Ademais, a própria ideia de manutenção “fiel” ao projeto original de 1875 soa como um despautério. Desde que foi erigido no século XIX – quase 150 anos atrás – o MSJ, a sociedade e a cidade recifense passaram por intensas transformações urbanas. As ruas e espaços se adaptaram para contemplar as modernidades e os avanços tecnológicos. Os usos e funções do centro do Recife se moldaram para conter o crescimento populacional. E, se o projeto original é tão importante assim, por que incluir uma enorme descaracterização como a construção de um mezanino acima dos boxes de artesanato?

O problema, me parece, não está relacionado necessariamente a uma manutenção do patrimônio histórico em toda a sua precisão original, mas sim a implementação de uma política higienista e de um projeto que busca “revitalizar” o centro da capital pernambucana, transformando-o em um polo de atração de capital e empresas. Ou, um “paraíso fiscal” para as corporações, nas palavras do próprio prefeito João Campos (PSB)¹. É o projeto de (re)centro que tem como símbolo e protótipo o MSJ.

E com objetivo de legitimar esses grande (ou pequenos) projetos de reforma urbana, entra em cena o argumento da crise. Ou seja, primeiro transforma-se um lugar em “problema”, atribuindo a ele associações relacionadas a sujeira, degradação e criminalidade, e depois apresenta-se a solução que só poderia vir através da requalificação desses espaços, transformando-os em oportunidade de negócios. Catapultando-os como imã para atração de investimentos, turistas e consumidores.

Processo semelhante pode ser observado também no redesenvolvimento do Buck Street Market e dos mercados de Camden Town. A partir da injeção de capital privado –

¹ Discurso do prefeito João Campos (PSB) sobre o Projeto Recentro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4T1mchZmaw>. Acesso em 15 de jul. de 2022.

por meio das corporações de propriedade do bilionário Teddy Sagi – o distrito londrino viu nos últimos dez anos um processo de gentrificação histórico se transformar em predatório, ameaçando a cultura e as especificidades do lugar. A transformação do Buck Street Market, emerge então, unido símbolos da crise com os da sustentabilidade, sinalizando a “renovada” edificação como o primeiro mercado totalmente dedicado ao consumo consciente, com uma mensagem sustentável e uma política de uso zero de plástico².

O redesenvolvimento do Buck Street Market se alinha ao projeto de “requalificação” da área promovido pelas corporações de Sagi. Transformando a vizinhança de Londres em um ímã de negócios, sinalizando globalmente a “nova” marca: Camden reiniciada (Camden Rebooted³). Uma marca que associa a vocação turística do bairro ao seu potencial global e o seu charme autêntico boêmio.

São desses apontamentos, portanto, que desponta a hipótese que orienta essa pesquisa. A tese argumenta que existiria um padrão global na reforma urbana, padrão esse que transforma, em um só movimento, os espaços em problema e oportunidade de negócios e é representado discursivamente por meio de um vocabulário de crise. Vocabulário esse que atribui associações negativas ao espaço como forma de justificar uma completa transformação a serviço do capital e dos interesses privados corporativos.

Nesse sentido, essa tese apresenta como objetivos, primeiro demonstrar que a arquitetura e o urbanismo são disciplinas a serviço do capitalismo que difundem paradigmas fabricados no Norte Global e, simultaneamente, reforçam os estereótipos do Sul Global. Segundo discutir as fronteiras entre o formal e informal, ou entre os modos de informalidade, e de que forma que a aplicação desses termos se associa e serve de ferramenta para o projeto do Estado para as urbes. Terceiro, tensionar as teorias urbanas vigentes, propondo a criação e aplicação de epistemologias do Sul para outras materialidades.

Quarto, propor uma abordagem territorial, política, afetiva e sensorial para os estudos da cidade, ancoradas nos preceitos da comunicação comunitária. Uma proposta que leve em conta o valor do comum, a informalidade e a diferença como características fundadoras e fundamentais para teoria urbana. E, por último, aventar um método-pensamento do vocabulário de crise, uma forma de compreender o mecanismo das

² Disponível em: <https://buckstreet.market/about>. Acesso em 2 de ago. 2020.

³ Camden Rebooted foi a propaganda lançada pela LabTech (empresa de Teddy Sagi) quando da inauguração de mais um de seus empreendimentos em Camden Town: o Hawley Wharf Market.

reformas urbanas impulsionadas pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, analisar quais discursos são empreendidos sobre esses lugares no processo.

Com vistas a cumprir esses objetivos, a tese trabalhará com temáticas referentes à colonização, abordando questões como a colonialidade do saber, a criação e disseminação de estereótipos, o etnocentrismo e eurocentrismo. Também será incluída na investigação questões relacionadas ao urbanismo, como sua história e sua vinculação à política higienista, ao urbanismo progressista e aos megaeventos. Além desses, a informalidade enquanto política do urbano e prática subalterna, as cidades globais e megacidades, a conceituação das cidades-negócios, a crise da megacidade e o vocabulário de crise para reforma urbana. Nesses tópicos serão trabalhados autores do Sul Global preocupados com outros modos de teorizar as cidades, como Ananya Roy, AbdouMaliq Simone, Achille Mbembe, Raquel Paiva e Muniz Sodré. Mas também serão utilizados autores clássicos como Michel Foucault, Françoise Choay, Boaventura Souza Santos, Gilberto Freyre e Paulo Freire.

Expostos os objetivos e os aportes teóricos, o *como* é também fundamental para o processo de pesquisa. O *como*, no caso desse trabalho, relaciona-se com as circunstâncias e também com o fazer científico. Ao método e as formas de pensamento. E o contexto desses últimos quatro anos foi marcado pela ascensão de um governo de extrema-direita com sua política de desinformação e sucateamento da educação e da ciência no Brasil. Pelos sucessivos cortes aos orçamentos das Instituições Federais, pela constante sensação de ameaça e insegurança em relação ao futuro da pesquisa brasileira.

Somado a isso, a pandemia da COVID-19, aliada a política de morte de Jair Bolsonaro, deixou mais de 600 mil mortos, mudando de infinitas, e ainda desconhecidas, formas, nossos modos de viver em sociedades e nossas formas de habitar as cidades. O contexto sanitário e político, então, teve grande influência no desenvolvimento metodológico dessa pesquisa.

Se há quatro anos atrás minha proposta de método era seguir com a etnografia utilizada durante o mestrado, com a aplicação das medidas de isolamento a ida ao campo se tornou inviável. Foram dois anos contemplando o abismo das incertezas e das novas tecnologias permeando todos os cantos das nossas vidas: dos aniversários às salas de aula e reuniões. Foram dois anos de impossibilidades e luto. Quando confrontei a adversidade da pesquisa de campo, as dificuldades de empreender um trabalho de observação participante ao mesmo tempo em que precisava escrever a própria tese, a etnografia aos poucos se transformou em autoetnografia.

A autoetnografia me permitiu acessar minhas memórias como dado primário. Contudo, houve a todo momento um cuidado para que a investigação continuasse sendo científica e os dados da minha memória se confrontassem o tempo todo com a realidade e contextos sociais. Isso porque, diferente da autobiografia, a autoetnografia relaciona o “eu”, a subjetividade do pesquisador, com o “outros”, a sociedade.

A autoetnografia foi a forma encontrada de acessar o Mercado São José em um primeiro momento. Aos poucos, as visitas presenciais, com olhar científico, completaram o cenário traçado nas próximas páginas desse trabalho. Optei por uma descrição densa e sensorial do MSJ, pincelada com observações participantes e coleções de memórias de muitos anos como moradora de Olinda e frequentadora do mercado homônimo do Bairro de São José.

Porém, com propósito de comprovar a existência ou não de um vocabulário de crise da reforma urbana, desenvolvi uma metodologia ancorada nos discursos publicados na mídia. Um método, que acabou se desvelando também em pensamento, que incluiu uma abordagem quantitativa e, posteriormente, qualitativa das caracterizações e adjetivações dadas aos objetos e alvos da reforma urbana.

A partir de uma busca por palavras-chave e posterior filtragem das reportagens encontradas, foi aplicada uma ficha de reportagem (Anexo), onde o objetivo era reunir as frases mencionadas nas matérias que continham caracterizações do MSJ e do Buck Street Market. Nessa ficha foram coletadas informações sobre quem dizia, qual o sujeito, verbo e adjetivos utilizados nas descrições dos mercados. Essas adjetivações foram agrupadas a partir dos atributos aos quais elas se referenciavam, criando quadros de sentido sobre os objetos investigados. A finalidade dessas tabelas era descobrir se existia ou não um vocabulário de crise. E, em caso positivo, a partir de quais associações ele era representado.

Ao mesmo tempo, o *como* também se refere a *de que forma* essa tese é dividida. Esse trabalho, então, é dividido em cinco capítulos, onde são abordadas as bases teóricas e metodológicas que dão suporte ao desenvolvimento dessa pesquisa. O primeiro capítulo tratará do contexto histórico de Recife e Pernambuco no século XIX. Quais circunstâncias sociais, históricas, políticas e sanitárias motivaram a construção do MSJ (em 1875). O século XIX na capital pernambucana é sinalizado por Freyre (2013) como um período de transição do patriciado rural, representado pelas casas-grandes e pelos senhores de engenho, para a urbanização – com ascensão da burguesia comerciante e do mercado de

café. Onde as instituições tradicionais como a monocultura e o patriarcado conviviam com os processos de expansão urbana e “modernização” das cidades.

A casa grande dava lugar aos sobrados e mucambos e a monocultura do açúcar ao comércio na cidade. Ao mesmo tempo, a rua e o sobrado se configuravam como inimigos mortais. A rua era o lugar dos vícios e degenerações, por isso, as casas deveriam cumprir a função de guardar: as mulheres, as crianças e as riquezas. Dessa forma, os sobrados iam se fechando em si mesmos, tornando-se lugares úmidos, sem circulação de ar. E eram guardados por muros altos com cacos de vidros, pelos leões e dragões com aparência hostil nos umbrais da entrada.

A invenção das varandas, das janelas com vistas para rua e dos postigos contribuíram para a desorientação da mulher resguardada pelo patriarcado. Aos poucos as sinhazinhas confinadas pelo ciúme do patriarcalismo eram autorizadas a sair de casa, a princípio apenas acompanhadas dos maridos ou pais. A reclusão da mulher nas casas, serviu também para fomentar o comércio ambulante e mascate que levava as casas os produtos de rendas e seda. As negras de porta à fora eram encarregadas de levar doces e mexericos para as sinhazinhas, exercendo uma importante função social e comunicativa.

E nesse contexto de mudança nas instituições e costumes, influenciados pelos paradigmas europeus de arquitetura, urbanismo e comportamentos, em 1875 é construído o primeiro mercado de ferro do Brasil. O objetivo era fomentar um espaço civilizado e regulado, controlando o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade. E os esforços civilizatórios do século XIX ressoam no reordenamento dos camelôs do século XXI e na posterior proposta de restauração do edifício do MSJ com a construção do mezanino. A influência higienista, o modelo de urbanização orientado por projeto individualistas, tudo isso, presente nas propostas mais de cem anos depois, refletem-se na construção do segundo capítulo: Arquitetura e o urbanismo como saberes capitalistas.

O segundo capítulo focará na perpetuação das disciplinas do urbano enquanto conhecimentos que atuam no sentido de disseminar e perpetuar a lógica do capital. Elas servem ao capitalismo no sentido de serem a principal forma de escoamento do excedente do capital. Atuam diretamente na construção de condições favoráveis (de comunicação e transporte) para que a roda capitalista e neoliberal circule cada vez mais rápido. E o higienismo, como política apoiada nas lógicas da livre circulação e de determinismo do meio sobre os sujeitos, alia-se a essas disciplinas como ferramenta fundamental de controle e disciplina dos amontoados populacionais.

A dicotomia do formal e informal é contestada por Ananya Roy (2005). A informalidade é colocada como características dos pobres, enquanto a informalidade dos ricos é legitimada enquanto política de urbanização do Estado. Ao mesmo tempo, a informalidade urbana do comércio e das habitações – em Recife – é resultado de um processo histórico, econômico e social. Processo que desde o século XIX impõe sanções e restrições às informalidades dos camelôs e a ocupação da rua enquanto espaço de comércio.

E o urbanismo, que a partir do urbanismo progressista da Carta de Atenas, estipula o futuro como o lugar do progresso. Estabelecendo a eficácia e produtividade como objetivo fundador, o urbanismo progressista apoia-se na concepção de um homem-tipo e de cidades padronizadas em formas e função. Da Carta de Atenas e da prancheta, nasce Brasília, a cidade construída pelos preceitos do urbanismo progressista para ser capital do país. E Brasília nasce eliminando a rua e as esquinas enquanto espaço de socialização. Se desenvolve substituindo as casualidades dos encontros, pela formalidade do convite.

A capital do país se desenvolve no plano piloto como uma metrópole controlada, eficaz, produtiva, onde cada função ocupa seu respectivo lugar e nenhuma se mistura. Mas em resposta ao espaço hierarquizado, padronizado e elitizado do plano piloto, outras cidades-satélites emergem caóticas, desorganizadas e verticalizadas. A periferia de Brasília cresce para abarcar a população excluída economicamente de morar em uma de suas asas.

E se as construções e infraestruturas interferem e moldam as subjetividades, se a carne é afetada pela pedra, da mesma forma que a pedra é marcada e desenhada pela carne como Sennett (2014) argumenta. O corpo brasiliense internaliza a lógica da eficiência e da disciplina, produzindo uma subjetividade isolada, uma cidade “sem calor humano”. A Carta de Atenas produz, então, uma cidade de vias expressas e sem cruzamentos, onde o carro é o senhor e mestre da urbanização. A ineficácia do transporte público, as grandes distâncias, as casas cujas saídas dão para os blocos residenciais, reiteram a capital do país como o lugar onde os praticantes ordinários da cidade precisam inventar formas de se locomover no espaço.

Por isso, a Esplanada dos Ministérios é o lugar do *desire paths*, ou caminhos do desejo. Atalhos do menor esforço que nos demonstram os perigos e prejuízos de uma cidade sem lugar para seus habitantes. E se Brasília, no extremo, é feita para seus *voyeurs* e para a velocidade do carro, as metrópoles pelo mundo vão replicando os preceitos do urbanismo progressista – que ainda sobrevive. As urbes vão se padronizando, inspiradas

na repetição dos mesmos paradigmas urbanos. Independentemente de onde se encontram, de qual cultura fomentam, dos seus processos históricos e econômicos, as cidades são replicadas pelos arquétipos da cidade global do Norte Global.

E, dessa forma, o capítulo três questiona: como elaborar fugas para esse mapa capitalista? E eu encontro indicativos de respostas nas Epistemologias do Sul e nos pensamentos do Sul Global para outras materialidades. Primeiro, é traçado o pano de fundo que deu origem a proposta de outras epistemologias que perpetuassem outras lógicas de mundo que não as eurocêntricas. E isso começa com a colonização e se perpetua no desenvolvimentismo. Posteriormente, as conceituações de megacidades e cidades globais vão perpetuar a dicotomia de que existem cidades dentro e fora do mapa capitalista.

O pensamento de cidades-negócios e cidades-empresas traduz a impregnação do capitalismo na política a nível local. As metrópoles agora competem num circuito mundial, em uma rede global de cidades, pela atração de investimentos e capital humano consumidor. Os megaeventos catalisam uma “sociedade sobre esteroides”, acelerando o cronograma da reestruturação urbana, deixando, por vezes, legados socioeconômicos controversos (GRAHAM, 2012).

As megacidades, Ananya Roy (2003) afirma, são conceituadas em termos de crise. O vocabulário dessa crise, define essas urbes sempre a partir da necessidade de resgate e ressurreição. Elas são a ruína da urbanização, incapazes de *future proof* seu próprio crescimento e desenvolvimento. Então, partindo da formulação de Roy (2003), eu argumento que existe um vocabulário de crise da reforma urbana, o qual se apresenta no discurso da mídia, dos políticos e dos próprios habitantes citadinos. Além disso, esse vocabulário transforma os espaços – alvos da cobiça do capital – em problema e, ao mesmo tempo, oportunidade de negócios.

Para exemplificar o vocabulário de crise e o processo que se inicia na especulação e finaliza com a construção de empreendimentos exclusivos, utilizo as Olimpíadas como cenário e os casos do Porto Maravilha, no Rio 2016, e *East London*, em Londres 2012 como exemplos. Os megaeventos introduzem um cenário interessante por produzirem reestruturações urbanas mais midiaticizadas e espetacularizadas, perceptíveis nos discursos midiáticos e políticos no período que antecede os Jogos Olímpicos. Em ambos os casos, a candidatura das cidades-sede foi ancorada na reestruturação desses espaços – classificados como degradados por seus respectivos prefeitos da época.

O redesenvolvimento do *East London* iria consolidar Londres como uma cidade global. Enquanto o projeto para o Porto Maravilha demonstrava suas pretensões de posicionar o Rio de Janeiro, como a cidade maravilhosa para investimentos transnacionais e para o turista consumidor de alto poder aquisitivo. As duas, reformas urbanas catalisadas pelos megaeventos, mas que continham em seus projetos o modelo de cidade neoliberal individualista. Se a zona portuária da urbe carioca se transformou alguns anos depois em mais um vazio urbano, o *East London* sofreu as consequências de uma gentrificação que expulsou os pequenos comerciantes e a comunidade artística e local que lá existia.

Se a “crise da megacidade” demonstrava-se global, quais as possíveis soluções para ela? Como fomentar projetos políticos de cidade éticos e humanos? O quarto capítulo se debruça sobre essas questões e algumas alternativas que apontam para outras formas de se pensar e constituir cidades emergem. É pelo pensamento Yorubá proposto por Sodré (2019), o bem viver latino-americano e a cidade-humana de Paiva e Sodré (2017) que se esboçam as primeiras pistas para a saída de um pensamento neoliberalista e individualista das nossas cidades.

É no capítulo quatro também que o Mercado São José assume o protagonismo do cenário com a descrição dessa de suas infraestruturas, seus corredores estreitos e seu pátio externo com mesas coloridas. O MSJ também emerge, inspirado nas fundamentações de María Ángeles-Durán (2008), como paisagem sonora, visual, olfativa e tátil da memória e experimentação de um mercado público. Desponta também a vivência do doutorado sanduíche e o Buck Street Market como paralelo no Norte Global do mercado pernambucano.

E como resposta a esse vocabulário de crise da reforma urbana, que se repete globalmente, eu proponho uma abordagem comunicacional comunitária para os projetos de reestruturação urbana. A comunicação comunitária aqui assume o protagonismo dos conceitos balizadores dessa proposta: a comunidade, a participação, a educação e a cidadania. A comunidade indica a necessidade do território e da alteridade nos projetos citadinos. Se na *communitas* prevalece uma abertura ao Outro e a *philia* como vínculo estrutural e originário, as cidades capitalistas exacerbam a individualidade e a exclusão pela fuga (segregação do “eu”) ou isolamento (marginalização do outro).

A participação assinala a importância da vivência local e dos saberes populares na construção coletiva de cidades éticas e humanas. Se por um lado a participação atual é manipulada ou ausente, reivindica-se a partir de Sennett (2018a, 2018b) a coparticipação, a cooperação e o vínculo pelo fazer. É preciso desfazer as falácias de que as reformas

urbanas estão apartadas da vida cotidiana dos habitantes e que a única alternativa ao “problema”, a crise de determinado espaço, é por meio das iniciativas individualizantes do capital.

Em outras palavras, é indispensável implementar a cooperação como possibilidade de participação da população nos projetos urbanos, possibilitando, assim, a edificação de urbes para e pelas pessoas. Contudo, a participação plena só é possível por meio da educação, da conscientização do cidadão como sujeito ativo e responsável pela própria construção da sociedade. O oprimido precisa se tornar sujeito da história, a cultura exerce papel fundamental e Paulo Freire (1967, 1970 e 1987) aponta a educação e comunicação dialógicas (amorosa e esperançosa) como fomentadora da consciência política do sujeito. Dessa forma, a educação se coloca como caminho para cidadania.

O conceito de cidadania, apontam autores como Yamamoto (2014), precisa de revisão para restaurar seu sentido vincutivo e de compromisso coletivo com a sociedade. Se por um lado, prevalece nas cidades contemporâneas uma cidadania neoliberal consumidora, onde o cidadão passivo realiza sua sociabilidade pelo consumo e não pela política. Por outro, é preciso reivindicar uma cidadania que pressuponha a responsabilidade como característica fundamental. Isto porque, ser responsável com os outros pressupõe constituir na minha exterioridade o caráter democrático da sociedade.

O exercício da cidadania, então, deve contemplar além da noção básica de direitos e deveres, o lugar onde o sujeito se encontra, onde ele se locomove e produz história, seu território. Precisa incluir também, direito à mobilidade e a circulação, acesso aos espaços públicos da urbe, participação nos processos de construção e reconstrução das cidades. Em suma, precisa incluir o direito configurador de pensar, repensar, criar e recriar as urbes de acordo com as nossas próprias vontades, desejos e anseios, ou seja, precisa contemplar a noção de direito à cidade.

Dadas as teorizações e descrições do MSJ, o capítulo cinco trata-se de um capítulo primordialmente, metodológico de análise. Nele continua-se a autoetnografia a partir das descrições de Camden Town e seus mercados. Em seguida, a história de Camden Town desvela-se um conto da gentrificação, iniciando no retiro pós-industrial para artistas, passando pelas sucessivas vendas de seus mercados para o bilionário Teddy Sagi e finalizando com a venda do redesenvolvido Camden Market em 2022.

A história desse distrito de Londres também se confunde com as fases da reforma urbana, apontadas por Elmendni, Christian e Stone (2018). Sendo a primeira a ocupação de seus armazéns pelas classes mais altas que procuravam uma vizinhança com ares

boêmios e artísticos. E a segunda catalisada pela transformação de Camden Town em um Business Improvement District (BID), voltado para atração de empreendimentos, negócios e *start-ups*. Tudo isso com objetivo de consolidar a já mundial, marca autêntica de Camden em mais uma oportunidade de lucro.

A partir do paralelo entre as transformações dos mercados de Buck Street e São José, alguns pontos de aproximação e afastamento são traçados. A construção de espaços para o consumo, as políticas focadas em regeneração das áreas centrais, de que forma a crise é percebida em uma cidade do Norte e do Sul Global e as dicotomias entre o “velho” e o “novo”. São citadas, então, as primeiras impressões dessas duas reformas, sendo uma de um mercado público conduzida pela prefeitura de Recife e a outra de um mercado privado, de propriedade de uma grande corporação internacional.

É só então que o método do vocabulário de crise é destrinchado, sinalizando como foi realizada a pesquisa e a filtragem das reportagens dos jornais escolhidos – foram selecionados o Jornal do Commercio (JC) e o Diário de Pernambuco (DP) para Pernambuco e o Camden New Journal (CNJ) para Londres. Com as matérias selecionadas, foi aplicada a análise dos temas das reportagens, separando por jornal quais temáticas preponderavam em cada mídia. Possibilitando, assim, perceber quais os temas apareciam em comum entre os três veículos.

Em seguida, a partir da construção de quadros de caracterização, são analisadas as representações das reformas de cada bairro, esboçando a ideia de que são feitas associações ao lugar e, paralelamente, a própria reforma. No caso do MSJ é abordado a remoção dos camelôs dos arredores do mercado e sua transferência para o anexo no Cais de Santa Rita. Enquanto no caso do distrito londrino, é feito um paralelo entre o antes e depois do redesenvolvimento do Buck Street Market. Só então é abordado o vocabulário de crise *per se* das reformas desses espaços. Os quadros construídos a partir da categorização dos dados de pesquisa expõem como esses mercados são tratados e representados na mídia.

Por fim, a partir do que escapa aos números e ao quantitativo da investigação, são construídas miniaturas da crise urbana, tratando de pontos importantes e sensórios que escapam aos dados materiais. Nesses tópicos são abordados: Camden Town: o conto da gentrificação; o caso do mercado prestes a completar 150 anos e o editorial do JC; a crônica do patrimônio falso; e o conto dos incêndios ou ruínas da urbanização.

1. O MERCADO SÃO JOSÉ

1.1 Um breve contexto de um projeto de (re)centro da capital pernambucana

O reordenamento dos arredores do Mercado São José (MSJ) em 2019 e o anúncio da restauração do mesmo em 2022 estão relacionadas a um mesmo projeto de revitalização do centro da Recife que tem como objetivo “retomar a força habitacional e comercial que um dia a área histórica já teve”⁴. O projeto Recentro apoia-se numa tendência mundial de resgate dos centros das cidades, no caso das metrópoles brasileiras, o argumento é que as áreas centrais estão perdendo a força, tornando-se lugares esvaziados, perigosos, cujo funcionamento se restringe ao horário comercial. A primeira questão relativa a esse argumento é: retomar de quem? E mais importante, para quem?

No caso recifense, o centro atualmente é um espaço predominantemente popular, principalmente os bairros de São José e Santo Antonio. O Bairro do Recife – onde encontra-se o Recife Antigo –, por sua vez, vem há alguns anos seguindo uma orientação tecnológica com a presença do Porto Digital e incentivo a existência de startups do ramo da tecnologia. Apoiado nas premissas de atrair investimentos e pessoas para morar, além de mudar o perfil de turismo da região, o Recentro promete transformar o centro da capital em um “paraíso fiscal”⁵, incentivando a entrada de empresas a partir de descontos nos impostos tipo ISS, IPTU, entre outros.

Os primeiros passos para essa “revitalização” dos bairros centrais já foram dados e apontam para uma mudança específica no perfil dos indivíduos que frequentam atualmente esses bairros: a construção de um hotel, marina e centro de convenções no Cais de Santa Rita; a autorização da construção do hotel da rede Motto by Hilton no Bairro do Recife (com diárias a partir de 900,00 reais)⁶; a limpeza dos ambulantes e comerciantes informais dos arredores do Mercado São José e o anúncio da restauração do mesmo mercado com a retirada dos restaurantes populares do pátio externo.

⁴ Descrição do Projeto Recentro publicada em matéria do Jornal do Commercio intitulada: “Novo gabinete da Prefeitura do Recife é criado para revitalizar o centro, mas acende alerta sobre como será sua atuação”. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/11/13628271-novo-gabinete-da-prefeitura-do-recife-e-criado-para-revitalizar-o-centro-mas-acende-alerta-sobre-como-sera-sua-atuacao.html>. Acesso em 15 de julho de 2022.

⁵ O prefeito do Recife, João Campos (PSB) usou a frase na cerimônia de lançamento do Projeto Recentro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4T1mchZmaw>. Acesso em 15 de julho de 2022.

⁶ Disponível em: https://www.hiltonhotels.com/pt_BR/motto-by-hilton/. Acesso em 15 de julho de 2022.

É interessante refletir que tanto o projeto Recentro como as reestruturações empreendidas no Mercado São José nos últimos anos apontam para uma determinada visão de passado e uma mais determinada prospecção de futuro. No Recentro o discurso é o de uma “cidade antiga e voltada para o futuro”⁷ e no caso do MSJ a constante referência é a necessidade de preservar o patrimônio histórico representado pelo edifício de ferro do século XIX. A combinação entre o passado histórico turístico e um futuro que aponta para a inovação e modernização parecem ser a receita de sucesso para empreendimentos urbanos da atualidade. A proporção de cada parece depender do objetivo final a ser alcançado, fazendo com que algumas noções de histórico sejam flexibilizadas.

O espaço, antes destinado aos comerciantes do entorno do mercado do Bairro de São José, é substituído por vagas de estacionamento Zona Azul, o projeto de restauração aponta para a construção de um mezanino que abrigaria os restaurantes em cima dos boxes presentes hoje no mercado homônimo. O argumento para retirada de ambos? É preciso organizar o centro, fazer aparecer o edifício histórico do mercado escondido pelo comércio informal e por fim, os restaurantes populares do pátio externo não estavam previstos no projeto inicial. Ora, nem o mezanino anunciado pela prefeitura.

A cidade cresceu desde o século XIX e suas funções e usos se modificaram com a transformação do espaço urbano, mas ao mesmo tempo, a recente transformação urbana do Mercado São José de Recife é resultado de sucessivos esforços civilizatórios, políticos e sanitários com objetivo de controlar e normatizar a informalidade presente no bairro de São José. Essas investidas não iniciaram no século XXI, mas são reflexo de um urbanismo ancorado em paradigmas criados para o Norte Global. Pressupostos estes que se utilizam de uma lógica higienista aliada a um discurso cujo objetivo é posicionar a urbe em uma rede mundial de cidades, tornando-a uma cidade global, pronta para atrair investimentos das corporações transnacionais.

No capitalismo contemporâneo, para metamorfosear um espaço, ou um bairro, em símbolo de crescimento e é necessário primeiro classificá-lo como um lugar que precisa de salvamento e ressuscitação, só então justifica-se a inserção indiscriminada de empresas e a elitização desse lugar. Entre continuar da forma que está, um “lugar problema”, e a requalificação cujo uso e acesso ficará restrito para poucos com capital para consumir, que se gentrifique então. Observando esses processos de reforma urbana que se repetem

⁷ Discurso empreendido na cerimônia de apresentação do Projeto Recentro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4T1mchZmaw>. Acesso em 15 de julho de 2022.

mundialmente como tendência global, percebe-se a importância de se pensar uma estrutura teórico-metodológica a qual trabalhe a ideia de crise e seus desdobramentos nas reestruturações urbanas.

Ademais, é fundamental uma nova abordagem – proposta aqui como comunicacional comunitária – como virada epistemológica necessária para refletir sobre cidades e suas subjetividades. Uma abordagem para além dos pressupostos urbanísticos do Norte globalizado, onde o espaço urbano, suas diferenças, contradições, culturas, formas de ocupação e informalidade, sejam consideradas em toda sua complexidade e não hierarquicamente.

Com esse propósito em mente, é fundamental um retorno ao século XIX da capital pernambucana – momento em que foi proposto e construído o mercado na cidade – com a finalidade de apreender quais processos históricos, urbanos, sociais e políticos confluíram na sua constituição, e, que poderes incidiam sobre urbe recifense naquele período. Ou ainda, segundo Foucault (1979) realizar um retorno aos saberes dominados por meio da crítica aos blocos históricos de poder que sedimentam paradigmas. No caso do objeto dessa tese, portanto, o propósito é fazer emergir os saberes e as práticas urbanas ocultadas pelos efeitos do poder capitalista que, aliado a arquitetura e o urbanismo, produz paradigmas baseados nas necessidades dos países “desenvolvidos”, desconsiderando os contextos sociais e subjetivos do Sul global.

Nesse sentido, propõe-se a divisão do primeiro capítulo em dois momentos que recorrem a contextualização histórica do que estava ocorrendo no mundo com a Inglaterra, Portugal e Espanha despontando como colonizadores do mundo e, a partir daí, ditando regras morais, comportamentais, arquiteturas e, ainda, o mercado consumidor de suas colônias. E no segundo momento refletindo sobre a conjuntura local da Recife do século XIX, onde o patriarcalismo, a monocultura e escravidão conviviam lado a lado com a expansão urbana e comercial de uma cidade em transformação.

1.2 Contexto histórico no mundo

Muniz Sodré (2019) em seu livro “O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira” disserta sobre o “humano universal” baseado na moderna cultura ocidental que busca fazer da sociedade individualista burguesa o padrão global. Essa doutrina ocidental introduz dois tipos de humanos: o “humano universal” fundamentado no burguês europeu e o “não-homem”: os “selvagens, bárbaros, negros” (SODRÉ, 2019, p. 31). A partir dessa

lógica é definido um novo *nomos*⁸ para a Terra, organizado a partir do território europeu colonizador que estabelece uma cultura universal padrão a ser imposta à força, ou por meio da catequese, a todas as colônias do mundo. Essa nova ordenação do globo, controlada pelos colonizadores, espalha paradigmas sociais, políticos, sanitários e ideológicos.

No mesmo sentido, José de Souza Silva (2011) disserta sobre o discurso hegemônico europeu institucionalizado em torno da ideia de progresso, iniciado durante o período de colonialismo imperial e que coloca a Europa como superior às outras regiões do mundo. A ideia de progresso, então, a partir de 1492, se coloca lado a lado a concepção de colonização. E, com objetivo de legitimar as violências e simultaneamente amenizar as desigualdades causadas pelo colonialismo, “colonizar” emerge como sinônimo de “civilizar”. A consequência disso é a divisão geográfica do mundo entre o Norte civilizado e desenvolvido (nesse momento concentrado na Europa) e o Sul que precisa a todo custo ser “salvo” da sua primitividade e ignorância. A razão colonizadora originou, por exemplo, o Tratado de Tordesilhas em 1494, onde a Igreja Católica e os impérios de Portugal e Espanha dividiram o mundo em espaços a serem conquistados, catequizados e civilizados.

Este era o método, segundo Silva (2011), através do qual os colonizadores exerciam sua hegemonia, criando uma realidade discursiva onde o direito a dominação e, ao mesmo tempo, a obrigação de sujeição são leis naturais onde “os sacrifícios, violência, desigualdade e injustiças são o preço inevitável que as sociedades pagam para evoluir seu estado inferior” (tradução da autora) (SILVA, 2011, p. 35). Ou pelo menos essa era a expressão pública e oficial. Na prática, os colonizadores estavam interessados em novas terras onde pudessem obter matéria prima, ao mesmo tempo explorar a mão de obra nativa – através da escravidão – e escoar os excedentes da produção fabril.

Para isso, os impérios utilizavam de ferramentas como a criação de elites ocidentalizadas nas colônias que beneficiadas da exploração das matérias primas e usufruindo da mão de obra escrava, ajustavam seus interesses de forma a se adequar aos dos colonizadores. Além disso, duas outras técnicas eram utilizadas e são fundamentais para a compreensão da colonização enquanto processo político e econômico de sujeição das colônias. O primeiro é a educação domesticada, isto é, uma estratégia que estabelecia uma justificativa para desigualdade e pobreza como fenômenos naturais e independentes,

⁸ Sodré (2019) conceitua *nomos* como uma medida que/da ao mesmo tempo que divide, distribui o solo do mundo, ocasionando uma ordenação que não é apenas territorial, mas também política, social e ideológica.

ao mesmo tempo que formava “inocentes úteis”, seguidores dos caminhos já existentes. A segunda seria a comunicação dominada, concebida para entorpecer e alienar as consciências.

Silva (2011) afirma que o progresso é um mito, fruto de um projeto civilizatório fabricado pelo Estado moderno e alimentado pela ciência moderna, pela comunicação dominada e pela educação colonial. Sua consequência é a instauração de uma dicotomia superior-inferior e/ou civilizado-primitivo, descontextualizando as realidades locais, as práticas culturais específicas e banalizando a desigualdade e violência por meio das quais esse sistema foi implementado. Paralelamente, o discurso hegemônico, reproduzido como fonte de realidade, é traduzido em regras políticas, epistemologias, significados culturais, arranjos e práticas institucionais (fonte de padrões de comportamento e de câmbios econômicos e sociais). Estas estratégias argumentativas homogeneizam e normatizam algumas representações cognitivas e culturais que são imitadas por membros de certos grupos ou culturas.

Considerando as consequências do discurso hegemônico do progresso e da civilização que camuflam a falsa premissa de que existem raças superiores e inferiores, cujo objetivo é ocultar a intenção de dominação para exploração de “mercados cativos, matéria prima abundante, mão de obra barata, mente dóceis e corpos disciplinados” (SILVA, 2011, p. 5). Percebe-se em todo o processo histórico e social de países colonizados como o Brasil, uma lógica de sujeição e replicação da cultura europeia, inclusive, na arquitetura e urbanização das cidades. Em outras palavras, há um esforço em transformar as cidades do Sul Global em caricaturas europeias. Isto porque, na arquitetura e o urbanismo, pensados aqui como importantes ferramentas para homogeneização de padrões ideológicos, espaciais e materiais, são acessados recursos para fabricar as “aparências da Modernidade e universalizar toda uma economia da construção” (SODRÉ, 2019, p. 32).

No mesmo sentido, os esforços da aristocracia brasileira – composta basicamente pelos senhores de engenho e a pequena burguesia comerciante – eram voltados para a “europeização” da aparência e dos costumes, ou seja, a imitação da cultura europeia com objetivo de obter *status* e compensar possíveis traços indicadores da mistura racial brasileira. O novo *nomos* é percebido tanto nos brasileiros, os quais tentavam a todo custo reproduzir os códigos culturais da Europa, como na atitude dos portugueses residentes no Brasil em relação a população local, a qual enxergavam como inferior. Graham (1956) descreve o comportamento dos portugueses em relação aos brasileiros:

Os portugueses europeus ficam extremamente ansiosos por evitar o casamento com os naturais do Brasil e preferem antes dar suas filhas e fortunas ao mais humilde caixeiro de nascimento europeu do que aos mais ricos e meritórios brasileiros. Estão convencidos das prodigiosas dificuldades, senão malefícios que fizeram a si próprios com a importação de africanos (GRAHAM, 1956, p. 137).

O paradigma colonial era: a produção da Europa era consumida na África, Ásia e Américas. E a arquitetura seguia o mesmo caminho. A Inglaterra, grande potência do mercado mundial, por exemplo, era responsável por grande parte dos serviços públicos urbanos, que ou eram controlados por empresas inglesas ou utilizavam produtos da indústria britânica.

A difusão da arquitetura do ferro do século XIX é um exemplo fundamental da utilização das colônias para escoamento do excedente produzido nas fábricas e da padronização das tendências europeias para o Norte do mundo. Proveniente do processo de industrialização, consequência da Revolução Industrial, onde o ferro passa a ser uma matéria prima abundante que precisa ser consumida, os projetos arquiteturais modernos destacam-se pela monumentalidade e a valorização do progresso tecnológico como “redentor da humanidade” (SILVA, 1984, p. 9).

A inserção do ferro no mercado internacional foi feita de forma sistemática e era consequência não apenas da dominação econômica a qual os países colonizados estavam submetidos, mas também da necessidade de obras e edifícios que fossem capazes de comportar as multidões que começam a se concentrar nas cidades. A arquitetura do ferro, então, passa a ser difundida nas colônias como uma corrente de gosto e inovação, cujo propósito era elevar seus usuários na escala social.

Grandes estações ferroviárias e armazéns, pavilhões de exposições que impressionavam pela monumentalidade, lojas de departamento e mercados públicos emergem na Europa fruto do emprego de um novo vocabulário arquitetônico de formas e proporções grandiosas onde o ferro assumia a posição de destaque. Instituído um novo dogma, no qual a forma segue a função, a arquitetura moderna anunciava aos poucos novas revoluções estéticas como a construção do Palácio de Cristal. O Palácio de Cristal foi construído inicialmente no Hyde Park em Londres para a *Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations* em 1851. Edificado em uma estrutura de ferro e vidro, essa obra, segundo Silva (1984), pode ser sintetizada em dois princípios básicos: a criação de um novo espaço onde a transparência e a entrada de luz plena eram obtidas com grandes

cobertas e septos de vidro e a pré-fabricação de componentes inteiros em ferro, sem a presença de ornamentos.

Dessa forma o ferro se impõe como veículo e material mais evidente do vocabulário formal no século XIX, apesar da crise corrente nesse século na Europa. Crise essa, marcada pela independência política de várias colônias nas Américas e, por isso, assinalada pela substituição prolongada e gradual da dominação política pelo colonialismo econômico e cultural. Ao mesmo tempo, as descobertas tecnológicas, as quais evoluíam cada vez mais rápido, geraram novas formas de se produzir e diferentes versões do mesmo material. No caso do ferro, ao ferro forjado decorreu-se o fundido, o laminado, o perfilado e, por fim, o aço. Silva (1984), então, infere que da arquitetura do ferro desvelou-se arquiteturas dos ferros.

Paralelamente, o ferro desponta como um material em abundância e a matéria prima de uma arquitetura pré-fabricada para exportação. Silva (1984) aponta que a pré-fabricação emerge como tendência por duas razões: exigência econômica e conveniência cultural. A primeira relacionada a descoberta do ouro que fazia emergir cidades rapidamente, enquanto também produzia mobilidade nas populações, isto porque, uma vez exaurido os veios auríferos, era preciso levantar acampamento em busca de outras minas. Essa impermanência suscita a necessidade de edifícios móveis e, no mesmo sentido, a inutilidade de construções sólidas.

A segunda, por sua vez, se caracteriza pela aquisição de edificações com este material em cidades onde já existia uma tradição de construção e outros materiais acessíveis. Por isso, o ferro emerge nas colônias para “ostentar uma suposta atualização em realização à moda europeia” (SILVA, 1984, p. 11). É nessa conjuntura que o Brasil, inserido no mesmo quadro de dependência de outras colônias latino-americanas do século XIX, insere a arquitetura do ferro em suas construções a partir da segunda metade do século XIX. A inclusão ocorre primeiro a partir de componentes ou partes de edifícios e só depois em construções inteiras.

É o caso das estações ferroviárias brasileiras da época. A Inglaterra, como grande potência do mundo colonizador e pioneira no desenvolvimento industrial e tecnológico, era a grande responsável pela exportação de produtos e serviços urbanos, além do próprio ferro. Dessa forma, o Brasil, no período, para além de importar quase todos os seus serviços urbanos das terras inglesas, também adquiria delas os transportes ferroviários e suas estações. As estações ferroviárias construídas no país pelos ingleses utilizavam o

ferro como material principal. Quando não era empregado na obra inteira, era utilizado em proporções consideráveis, como a estação da Luz em São Paulo, inaugurada em 1865.

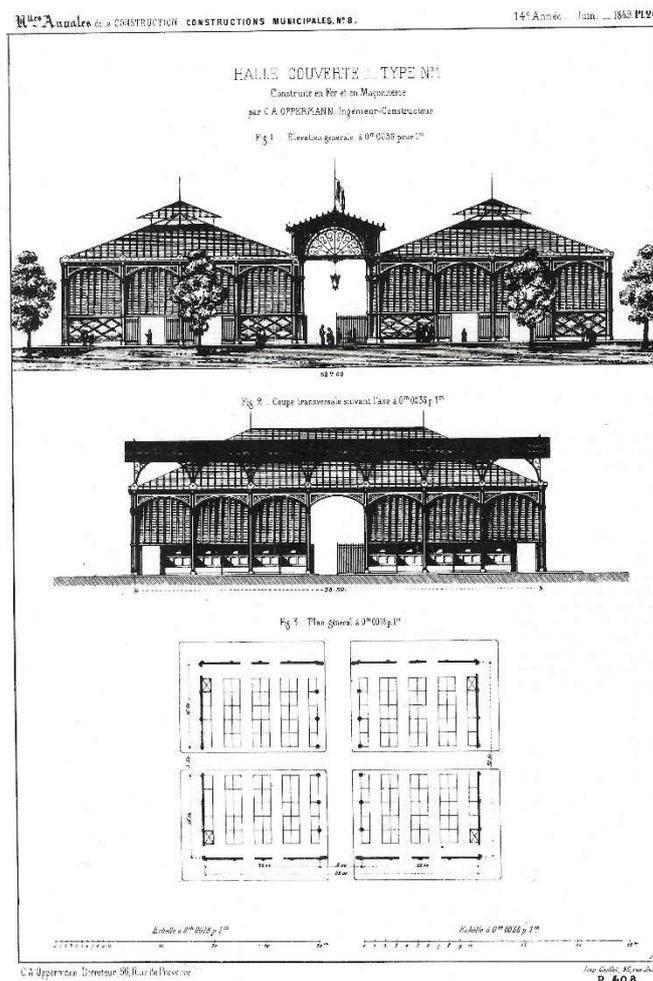
A construção de edifícios em ferro pelo poder público é muito bem documentada, isto porque, frequentemente eram motivo de orgulho para seus governantes, existindo inúmeros registros da importação dessas edificações em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife. A capital pernambucana possui o mercado de Casa Amarela – montado originalmente na Caxangá e só em 1930 desmontado e remontado no bairro onde hoje se encontra – e, inaugurado em 7 de setembro de 1875, e, o mais antigo edifício em ferro existente no Brasil: o Mercado São José.

Para além da conveniência cultural do emprego da arquitetura do ferro na construção do Mercado de São José, este mercado também carrega preceitos de uma colonialidade do poder (SILVA, 2011). Isto é, a reprodução de uma estrutura de poder criada pelo colonizador para controlar a subjetividade de suas cidades colonizadas. No caso do MSJ, a construção de mercados fixos e fechados como estratégia importada de higienização dos espaços.

A implementação desses ambientes estáticos e cobertos onde existiam as feiras livres e comércios informais ambulantes vem acompanhado de restrições que atingem principalmente as camadas mais pobres da cidade, uma vez que passa a ser exigido por exemplo a cobrança de licença para vender. Essas medidas restritivas eram uma tentativa de civilizar a cidade e controlar os grupos pobres e marginais. A rua era o lugar da desordem e do caos, por isso, era necessário normatizar comportamentos, fiscalizar hábitos, regular gestos. O Mercado São José é construído nesse contexto como símbolo desse esforço civilizatório.

Construído para substituir a antiga Ribeira do Peixe, onde eram comercializados ao ar livre gêneros de primeira necessidade, os quais chegavam pelo Porto, o MSJ é erigido em um período de inúmeras sanções às feiras e comércios de rua, por uma lógica higienizadora que situava o espaço público urbano como lugar da sujeira, do barulho, da desorganização e do perigo. Incorporando a exigência econômica de escoar o excedente do ferro para as construções pré-fabricadas, o mercado recifense é, como cita o orçamento da Câmara Municipal para sua construção, “uma imitação dos novos mercados construídos ultimamente na Europa” (SILVA, 1984, p. 19) (Figura 1).

Figura 1 – Projeto de um mercado público, publicado na revista “Nouvelles Annales de la Construction” em junho de 1869



Projeto tipo de mercado público, publicado na revista “Nouvelles Annales de la Construction” em junho de 1869. Autor: C. A. Oppermann. (ilus. 10)

Fonte: Silva, 1984.

Ou seja, seguindo o mito civilizador das colônias, inspirado no mercado de Grenelle, em Paris, o Mercado São José segue o formato de organização instituído pelos mercados europeus, cujo princípio era abrigar os consumidores e comerciantes, estabelecer um discurso sanitarista, modos de sociabilidade e convivência nesses locais, além de promover a capital pernambucana como uma urbe desenvolvida e moderna. É por isso que, paralelo a construção material, valores morais da elite recifense também são impostos. O objetivo era posicionar o MSJ como mercado frequentado por médicos, políticos e grandes comerciantes, substituindo a imagem anterior associada a Ribeira do Peixe, de um local sujo e desordenado.

1.3 Contexto histórico na Recife do século XIX

Para melhor compreender o papel do Mercado de São José no esforço civilizatório da Recife do século XIX que passava por um processo de mudanças políticas e urbanas, é importante entender o contexto histórico do período, de que forma as instituições tradicionais como o patriarcalismo e a monocultura conviviam com o processo de urbanização e “modernização” do espaço urbano. Era o período do declínio do patriciado rural na figura das casas-grandes e dos senhores de engenho, estes substituídos gradualmente pelos comerciantes (a burguesia) e, paralelamente, a ascensão do mercado do café. O enfraquecimento da Recife rural é marcado pela expansão do urbano, pelos sobrados e mucambos, pelas obras de saneamento, as mudanças comportamentais e pela convivência, de muitas formas pacífica, entre essas instituições conservadoras e ideais políticos liberais.

A capital pernambucana nasce como uma cidade essencialmente comercial, devido principalmente a produção e exportação do açúcar, o que provoca o desenvolvimento da cidade em torno do porto. Em resposta ao crescimento da atividade mercantil, Recife, nessa época, passa por um expressivo aumento populacional. A Câmara Municipal, órgão responsável pela gestão da organização espacial e da moral pública, era dependente do orçamento da Assembleia Legislativa Provincial e isto era um dificultador na manutenção da limpeza das ruas e espaços coletivos. Em relatório publicado em 1870 (referente ao período anterior de 1868-1869), o órgão atribui o problema de insalubridade de Recife a falta de orçamento para manutenção da limpeza e aos “hábitos inveterados e enraizados na população” (SILVA, 2004, p.25).

O centro de Recife nesse momento dividia-se entre os bairros prioritariamente residenciais como Boa Vista e Recife; e bairros mais comerciais como Santo Antonio e São José. Ao sul da ilha de Santo Antonio, a freguesia de mesmo nome abrigava os símbolos de progresso da cidade como o Palácio do Governo e o Teatro Santo Isabel, enquanto em São José – com uma concentração mais pobre – foi erguido, as margens do rio Capibaribe, a Casa de Detenção, um dos maiores projetos arquitetônicos do período e que durante 118 anos funcionou como uma das principais prisões recifenses.

Essa distinta separação moral entre os bairros, traduzia o caráter excludente das reformas urbanas, de um lado (ao sul) construía-se símbolos de poder e do outro (ao norte) ficava o Porto do Recife e, não coincidentemente, próximo a ele e a oferta de trabalho braçal, a população mais pobre. Em outros termos, “novas palavras ou noções

(cultura, civilização), novos espaços construídos (palácios, monumentos, avenidas) justificavam sempre novas figurações do Poder” (SODRÉ, 2019, p. 39). Nesse sentido, aponta-se a necessidade de se trabalhar com o conceito de sociedade disciplinar, cunhado por Foucault (1979), para se pensar a relação entre a expansão das cidades, seus processos de urbanização e a produção de um discurso higienista e moralizante sobre determinados corpos.

As disciplinas emergem no século XVIII, no cenário europeu, em um contexto marcado pelo aumento populacional, pela falta de salubridade do ambiente urbano e pela necessidade de disciplinar os corpos que fogem a norma. A insalubridade das cidades combinada ao crescimento da população provoca a eclosão de doenças infectocontagiosas e o surgimento da medicina social como estratégia biopolítica. Em paralelo a esses fenômenos, desponta também a necessidade de se transformar o espaço urbano de forma a adequá-lo aos padrões morais e produtivos da sociedade disciplinar.

Em Recife, é passível situar o contexto das disciplinas no século XIX, Evaldo Cabral de Mello (1978) indica que entre os anos de 1782 e 1850 a população recifense salta de 18 mil para 70 mil habitantes, expandindo também os limites territoriais do tempo nassoviano. Em consequência ao salto demográfico, a cidade enfrenta problemas de insalubridade causados pela falta de saneamento urbano.

Mário Sette (1978) afirma que o exponencial crescimento da urbe escancarava as péssimas condições de higiene causadas pela falta de um sistema adequado para eliminação das fezes e das águas sujas. Em 1852, os dejetos e águas servidas eram carregados por escravos em barris (chamados tigres) pelas ruas ou atirados pelas janelas. É nessas condições que nos anos de 1856 e 1859 assaltam a capital os surtos de cólera, e com ele “as fogueiras ardiavam pelas ruas e as procissões de penitência repetiam-se à noite com seus cânticos de súplica”. O pânico urbano era tamanho que até o carnaval na capital “passou fraquíssimo, quase nulo” e o número de mortos chegou a mais de 3 mil (SETTE, 1978).

Gilberto Freyre (2013) em “Sobrados e mucambos”, disserta sobre a precária situação das moradias da população mais pobre. Construídas ao pé dos morros ou pelos mangues, pela lama e alagadiços, a insalubridade dessas casas e a situação de saúde de seus habitantes era agravada pela dificuldade de eliminação dos dejetos orgânicos. Freyre (2013) aponta também os sobrados como “uma casa de condições as mais anti-higiênicas de vida” (2013, p. 275), isto por causa de sua arquitetura que reproduzia as convenções

da vida patriarcal, resguardando os habitantes (principalmente as mulheres) da rua, do ar, do sol. A higiene não conciliava com as exigências morais e econômicas da época.

O patriarcalismo de Recife queria as mulheres trancadas dentro de casa, em quartos sem janelas, onde não houvesse nem a possibilidade do reflexo do olhar dos *Don Juan*. Queria também, todas as pessoas da casa, principalmente as senhoras e meninos, abrigados do sol – que pelas convenções dava febre e fazia mal –, do sereno, das correntes de ar e de vento, dos maus cheiros e do povo da rua como os marinheiros, bêbados e ciganos. O sobrado, de tanto se defender da rua e das condições externas (inclusive as ambientais), tornou-se um lugar úmido, fechado, quase uma prisão.

Evaldo Cabral de Mello (1978) atribui a insalubridade urbana como uma das causas para surgimento dos subúrbios ao longo do rio Capibaribe. Os subúrbios são áreas residenciais afastadas da cidade, tradicionalmente ocupadas por classes mais altas. Na capital pernambucana não era diferente, no início, apossados pelos grupos mais abastados, os subúrbios recifenses só foram democratizados após a popularização das canoas indígenas que barateavam e tornavam acessível o trajeto fluvial da cidade para o interior. Segundo Mello (1978), o movimento a princípio tinha caráter sazonal de abandonar a vila recifense nos meses do verão para fugir das doenças e, ao mesmo tempo, aproveitar as virtudes dos banhos de rio que ocupavam um lugar central na lembrança e na observação topográfica.

A atração pela moradia nesses arrabaldes era de razão romântica e estética, inspirada no ideal de vida suburbana dos ingleses, assim como os vários hábitos da população desse período eram importados das terras europeias. A moda era de Paris, o teatro lírico italiano, o comportamento civilizado inglês, a urbanização holandesa e a colonização portuguesa. Recife, na descrição de Freyre (2013) destaca-se como uma combinação de influências urbanas e rurais, o “predominantemente feudal e predominantemente capitalista” (2013, p. 249). Mas para além disso, também emerge a partir da visão de seus exploradores europeus que por diversos motivos visitavam a capital e observavam – e relatavam – os hábitos e costumes do povo recifense.

Maria Graham (1956), inglesa que viajou a Recife acompanhada de seu marido, relatou alguns desses fenômenos nas páginas do seu diário. Graham (1956) narra que em visita a uma família recifense, ainda que “não fossem ingleses nem franceses” a educação era perfeita, o vestuário mereceu um destaque a parte, apontando que as sinhás usavam “os vestidos mais belos que da Europa civilizada”, os homens, por sua vez, utilizavam

jaquetas de algodão e camisas sem colarinho (provavelmente devido ao calor), porém, quando saíam “vestem-se como os ingleses” (GRAHAM, 1956, p. 138).

Os relatos de Graham (1956) explicitam um ponto fundamental para o argumento tecido neste capítulo. Ela traduz de forma muito perceptível a associação entre a Europa e a ideia de “modernidade” e “civilização”. São esses fundamentos que Silva (2011) denomina de “colonialidade do poder”, uma estrutura hegemônica de poder que articula “raça e trabalho, espaços e pessoas, de acordo com as necessidades do capital” (tradução da autora) (2011, p. 11). O autor argumenta que na geografia social imposta pelo sistema capitalista emergente desponta uma divisão do trabalho onde a “escravidão é a ocupação exclusiva do negro, a servidão é a ocupação obrigatória do indígena e o trabalho assalariado é quase um monopólio dos brancos” (tradução da autora) (SILVA, 2011, p. 11).

Assim, o ambiente recifense aos poucos se define como excludente e apoiado nos princípios de reprodução da geografia urbanística europeia, replicando não apenas os aspectos materiais, mas também morais, raciais e sociais. Sette (1978) disserta sobre as transformações urbanas na cidade durante o processo de nomeação de Recife em capital. As medidas estéticas e urbanas impostas pelo governo da época (como alargamento das ruas, calçamento, instalação de lâmpadas e lampiões, numeração das casas e nomeação das ruas) eram acompanhadas de normativas morais e comportamentais cujo objetivo era tornar a capital pernambucana civilizada.

O trânsito de “tigres” foi um dos primeiros investimentos na saúde urbana recifense. Principal causa da insalubridade urbana e catalisador de duas epidemias de cólera, em 1858 iniciou-se o processo para que uma moderna empresa de serviço de esgoto inglesa transformasse a Recife colonial em cidade salubre.

Sodré (2019) evidencia que a própria lógica da saúde pública do século XIX estava atravessada pela ideologia eurocêntrica, sendo ela definidora de hábitos e padrões para a reforma urbana. O autor exemplifica que no Rio de Janeiro da reforma de Pereira Passos, o grande motivador para as reformas estruturais citadinas foi a epidemia de febre amarela, apesar de no período outras doenças contagiosas possuírem maiores taxas de mortalidade, como a tuberculose. Isto porque, Sodré (2019) infere, a febre amarela possuía maior incidência nos estrangeiros, enquanto sua ocorrência nos negros e descendentes era menor, provavelmente devido a enfermidade ser endêmica em várias regiões da África no período. Por isso, o combate à febre amarela era um aparato para garantir a

“europeização” do Brasil, dessa vez, tornando as condições ideais para imigração europeia.

O escravo era colocado, muitas vezes, ao lado das questões que assombravam a saúde pública urbana, como os miasmas e a insalubridade, por isso, era visto como um empecilho a higiene e a modernização. A referência de modernidade europeia era perseguida a galope pelas cidades brasileiras em crescimento. Ao mesmo tempo que se investia em transformações materiais, novas regras comportamentais e sociais eram ditadas a população. Por exemplo, os “tigres” agora possuíam locais adequados para despejo. As águas servidas, por sua vez, deveriam obedecer a um aviso prévio sonoro gritado das janelas dos sobrados “água vai!”.

Os moradores deveriam varrer a frente dos prédios e limpar as fachadas em tardes que houvesse procição e, além disso, havia uma localização específica para cada ofício e atividade, obedecendo a uma preocupação urbanística, mas principalmente, higiênica. Por exemplo, a venda de carnes salgadas e peixes era limitada a determinada rua (a rua da Praia), a lavagem de roupa era permitida apenas em bicas estabelecidas. Contudo, nem sempre essas medidas eram cumpridas facilmente, havia resistência quanto a retirada do comércio ambulante de mascates e negras alforriadas e os carros de boi continuavam a transitar nas ruas do centro. As imposições “modernas” contrastavam com a realidade local, social e cultural da capital pernambucana.

Recife, como muitas cidades essencialmente comerciais, tem como centro de expansão as áreas portuárias. Era pelo Porto que chegavam as mercadorias importadas e foi ao redor do porto que os bairros comerciais de São José e Santo Antonio se desenvolveram. Foi o Porto também que exerceu a função de atração, crescimento e urbanização da urbe. Freyre (2013) atribui a Maurício de Nassau a urbanização mais inteligente da capital, isto porque, dotando a cidade de pontes, Nassau permitiu a expansão da população da ilha do Recife (onde fica o Bairro do Recife) para a ilha de Antonio Vaz (onde hoje compreende as freguesias de Santo Antonio, São José, Cabanga e ilha Joana Bezerra).

Com a migração dos burgueses para as casas de campo na ilha de Antonio Vaz, a ilha do Recife tornou-se a princípio um bairro do comércio, dos judeus, dos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, dos marinheiros, dos soldados, dos operários e das prostitutas. Na freguesia de Santo Antonio e no Bairro do Recife se concentravam diferentes tipos de lojas e os chamados comércios, contudo, a maior parte da atividade

comercial recifense, a partir do século XIX, era realizada por mascates, ambulantes e negras/negros alforriados.

O francês Louis-François de Tollenare (1978) esteve na cidade nesse período para se dedicar ao comércio de algodão, porém, uma vez instalado em Recife passou a escrever aos domingos notas sobre questões que julgava interessante no cotidiano da urbe. O Bairro do Recife, marcado pela presença de lojas com mercadorias da Inglaterra e Índia, também foi narrado pelo autor por meio do comércio informal. Tollenare (1978) descreve a presença de negras vendedoras de fazendas e lenços, cujos pregões se misturavam aos cantos dos negros carregadores. Essas vendeiras “mui sucintamente vestidas, algumas de cachimbo ao queixo” comercializavam manjares, frutas e verduras, próximas a uma praça onde estava se construindo um mercado coberto. O viajante descreve os armazéns da redondeza e a comercialização de gêneros de primeira necessidade.

Silva (2004) infere que apesar de não haver relatos sobre a distribuição e abastecimento desse comércio alimentar no período, é provável que esses alimentos vendidos pelas negras quitadeiras fosse realizado a nível local. É curioso perceber que, embora as mulheres brancas recifenses não fossem avistadas na rua, as praças e ruas da freguesia de Santo Antonio são frequentemente mencionadas como apinhadas de mulheres de cor que realizavam serviços de venda (ofícios chamados porta a fora) ou domésticos (como empregadas e amas de companhia). Koster (1978), inglês que viajou a Recife a procura de bons ares, reforça em seu relato a ausência das senhoras brancas nas ruas, segundo ele essas sinhazinhas “não chegam à porta de casa durante todo o dia”, suas atividades fora de seus casarões ficavam limitadas a missa ou a passeios a pé acompanhadas da família (KOSTER, 1978, p. 83).

Gilberto Freyre (2013) atribui essa reclusão das mulheres brancas a separação e inimizade entre a casa e a rua. O isolamento – como hábito do patriarcalismo brasileiro – foi dos engenhos para os sobrados. As mulheres não podiam sair à rua nem para fazer compras, só para missas e nas quatro festas do ano e, ainda assim apenas em palanquins⁹. As mulheres desse período não podiam sequer aparecer para estranhos, era as visitas chegarem – nos engenhos ou sobrados – que se ouvia o barulho das saias das sinhás se escondendo pela casa. Motivado pelo retiro das mulheres brancas dos espaços e visões públicas, desenvolveu-se um mercado formal – e informal – especializado em enviar

⁹ Também denominado de liteira, era uma cadeira portátil, aberta ou fechada, suportada por alças laterais que era transportada por pessoas ou animais.

peças de vestuário, chapéus, botas, fitas e o que mais fosse de vontade para as moças escolherem nas salas de suas casas.

Além do mercado formal das lojas e comércios, esse período também é marcado pela presença de um mercado informal, os mascates que percorriam as casas para vender itens necessários as senhoras e senhoritas recolhidas. Alguns desses comerciantes também eram chamados de “gringos”, por serem alourados como ingleses ou se parecerem no comportamento com os ciganos. Melo (2011) disserta que esses vendedores vendiam suas mercadorias, nacionais e importadas, de porta em porta, nos engenhos e sobrados, satisfazendo o desejo das sinhazinhas por fitas bonitas, cetim, fazendas, frascos de cheiro. Percebia-se a chegada desses vendedores pelo barulho que quebrava o silêncio das residências reclusas. Eram comerciantes do oriente e judeus, se moviam para qualquer lugar, não tinham ponto fixo e dependiam da venda de porta em porta para viver. Além dos mascates, eram também encontrados no perímetro urbano os ambulantes, geralmente escravos alforriados que faziam da rua seu mercado.

As mulheres negras vendeiras, aquelas que realizavam serviços porta a fora, diferente das sinhás brancas, moviam-se pelo espaço urbano porque precisavam conquistar o próprio sustento e, além disso, as atividades comerciais que exerciam dependiam da rua para ocorrer. Ao mesmo tempo, essas pretas realizavam uma função de ligação entre a rua e o espaço recluso doméstico, uma vez que adentravam nas casas levando quitutes, fazendas, fitas, fofocas e mexericos do meio urbano. As mais velhas se especializavam também em levar os fuxicos de uma casa à outra, exercendo uma importante função de levar a praça – colocada por Freyre (2013) como representação da vida social da urbe – para a reclusão das vidas das iaiás.

Por circularem livremente pelas ruas das cidades essas negras absorviam os gestos e comportamentos dos vendedores de rua, sendo referenciadas nas narrativas dos viajantes ora pelo burburinho que causavam, ora pela sua forma de vestir-se e portar-se. Koster (1978), cita as negras vendeiras que perturbavam o sossego de sua residência, onde sob as janelas gritavam “em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender” (KOSTER, 1978, p. 82).

Contudo, é importante destacar que apesar da liberdade que essas negras vendeiras gozavam nas ruas, sua presença no espaço público era marcada por constante preconceitos, isto porque, a rua, naquele período, estava associada a elementos pejorativos. Esse é um ponto fundamental para se refletir em relação a criminalização do comércio informal e ambulante tanto no século XIX, quanto contemporaneamente. A

atribuição de determinadas associações pejorativas a rua e ao espaço público talvez esteja na raiz de correlações específicas - por exemplo com perigo, a desordem e o barulho – observadas no discurso da reforma urbana.

Gilberto Freyre (2013) aponta que a rua e a casa eram inimigos mortais nesse período. O próprio isolamento das iaiás brancas existia em função dessa separação, a mulher que saía de casa sozinha, rua afora, era suspeita de “mulher pública”, também chamada de “mulher de janela” – como eram denominadas as prostitutas da época. Mas isso também servia para o menino de sobrado, que se brincasse na rua “corria o risco de degradar-se em moleque” (FREYRE, 2013, p. 244). O lugar do menino era no quintal, o da mulher dentro de casa. A construção doméstica do período tornou-se especializada em guardar, mulheres e valores. Essa separação rígida tinha em muitos níveis um componente de racismo e preconceito, afinal, quem eram essas pessoas que estavam nas ruas? O que a rua representava que ameaçava tanto a vida patriarcal da família tradicional do século XIX?

A divisão entre a casa e a rua atribuía valor igualmente às escravas. Um anúncio publicado no Diário do Rio de Janeiro em 1821 elucida essa questão: “Vende-se huma preta de bons costumes, muito agil para todo o serviço de huma casa, tem 16 annos de idade e *sempre tem sido criada sem sahir á rua*” (FREYRE, 2013, p. 139) (grifo nosso). Em outras palavras, aquelas pretas escravizadas que tinham contato com os brancos de sobrado, as de “porta a dentro”, que realizavam serviços de casa eram consideradas mais valiosas que aquelas de “porta a fora”, destinadas ao serviço de vender na rua, que estavam expostas as características degradantes do espaço público.

Freyre (2013) disserta sobre as características arquiteturais dos sobrados recifenses representando essa dicotomia entre a casa e a rua, e, ao mesmo tempo, urbanizando os valores patriarcais de resguardar a mulher branca dos olhos públicos. Os sobrados, além de serem totalmente fechados em si mesmos, com muros altos e praticamente sem quintal, utilizavam-se de outras estratégias para manter essa separação explícita. As moradias urbanas possuíam um aspecto quase ameaçador, os muros com cacos de vidro espetado, as lanças pontudas nos portões, suas grades de ferro e as urupemas¹⁰ nas janelas. Para completar a aparência hostil, figuras de dragão, leão ou cachorros com olhares zangados eram colocados nos umbrais das entradas.

¹⁰ Um tipo de treliça de madeira colocada nas janelas no século XIX. A partir do século XVIII quando o vidro se torna mais comum, as janelas, além das urupemas, eram fechadas com o vidro.

Foi a partir da inserção da varanda, do postigo, da janela dando para rua que se iniciou a desorientação da mulher resguardada pelo patriarcalismo. Freyre (2013) pontua esse momento como a vitória feminina sobre o ciúme sexual do homem, isto porque, com a varanda e o caramanchão veio o “namoro da mulher senhoril não apenas com o primo mas com o estranho” (2013, p. 246). A abertura da casa para a rua, mesmo que de forma pontual, sinaliza também uma mudança no paradigma comportamental que regia a vida das iaiás do século XIX. A arquitetura doméstica acompanhava (ou ditava?) as transformações nos hábitos e costumes da vida urbana.

É possível inferir que a reclusão das mulheres brancas de muitas formas alimentava o comércio informal. A impossibilidade de sair às ruas – impostas as senhoras dos engenhos e sobrados pela sociedade patriarcal da época – criava a necessidade de que as mercadorias fossem entregues em casa. Paralelamente, gerava no comércio ambulante uma função social e comunicadora na vida da sociedade, a qual as iaiás estavam de muitas formas excluídas. Eram os mascates e as negras vendeiras que se encarregavam de levar a praça para dentro das moradias burguesas, era o barulho das matracas dos mascates que quebrava o isolamento e silêncio das casas grandes, eram as pretas de porta a fora que cumpriam a função – antes mesmo dos caramanchões e varandas – de rachar o ciúme masculino patriarcal.

Contudo, ao mesmo tempo em que cumpria essa função comunicativa, o mercado ambulante e informal também ameaçava a existência do comércio formal, isto é, as lojas e armazéns que vendiam produtos oficiais de Portugal e suas colônias, e por isso, era alvo de constante sanções e medidas de restrição. Por outro lado, são esses mesmos comerciantes que vão se tornar uma nova classe: a dos burgueses e negociantes ricos, estes que vão morar nos sobrados e assumir o domínio econômico e político da capital pernambucana.

A partir da segunda década do século XIX, segundo Sette (1978) as lojas comerciais começam a se especializar, não mais armazéns mistos que alternavam entre a venda de gêneros alimentícios e as fazendas e miudezas. Começavam a surgir as “casas de moda” especializadas para atender o público feminino que aos poucos saía da reclusão doméstica. Dessa forma, o hábito de adquirir esses produtos em casa aos poucos vai se deslocando para as ruas à medida que as sinhazinhas incorporavam novos costumes e tornavam-se mais libertas dos preconceitos sociais da época. Em suas visitas as lojas ainda eram acompanhadas dos maridos ou pais, porém, já sociabilizavam fora de casa,

principalmente após o surgimento do bonde e das seges¹¹ que tornavam o transporte para a cidade mais rápido e acessível.

Portanto, o século XIX foi marcado pela convivência de instituições tradicionais, como monocultura e o patriarcalismo, e o surgimento de novas modernidades que o meio urbano experienciava, resultantes de uma lógica proveniente da “ética do progresso”. Essa coexistência, por sua vez, era marcada constantemente por tensão e conflito, uma vez que as normas de controle social impostas pelas mudanças no espaço urbano confrontavam com a lógica autônoma impressa no mercado informal exercido por esses negros e negras escravizadas ou de forra livre. Iniciam-se as sanções de circulação e comércio sobre essas figuras, limita-se a venda a determinados bairros, proíbe-se a comercialização “pelo meio das ruas” sob risco de multa. Todas essas medidas justificadas pelo incômodo que esses sujeitos supostamente causavam ao espaço público.

As negras vendeiras são proibidas de vender em praças próximas a igrejas acusadas de ficarem de namoro com outros negros. Porém, as tentativas de reprimir o comércio nas ruas nem sempre eram fáceis ou exitosas e, como aponta Silva (2004), as constantes alterações nas leis municipais são exemplos da dificuldade de controlar o espaço urbano. Em 1845, é elaborado um projeto de regulamentação para os chamados “mercados da ribeira”, as feiras e comércios ao ar livre, geralmente próximos a ribeira (rio ou mar). A justificativa para sua criação apoia-se principalmente na falta de higiene resultante desse comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade e no atraso dos comportamentos, usos e costumes dessas vendas.

A insalubridade do meio urbana, estimulada pelo crescimento populacional acelerado, e a eclosão de diversas epidemias exacerbou a associação do meio urbano como fonte de perigo. Freyre (2013) coloca que sair à rua a noite tinha um “quê de aventura”, isto porque, além da escuridão, os transeuntes encontravam “poças de lama, ‘tigres’ estourados no meio da rua, bicho morto” (2013, p. 129 e 130). O mau cheiro, causado principalmente pela falta de saneamento do espaço urbano, era tanto que nos jardins das casas e sobrados passou-se a cultivar determinadas plantas apenas pelo “aroma higiênico”, como “o jasmim-de-banha, a angélica, a hortelã, o bogari, o cravo e a canela” (FREYRE, 2013, p. 294).

Por esses motivos, os higienistas pernambucanos fundam a Sociedade de Medicina em 1841 com intuito de relacionar as condições ambientais com a emergências

¹¹ Antiga carruagem com duas rodas e um só assento, fechada por cortinas e puxada por dois cavalos

de enfermidades nos habitantes. O primeiro foco da investida desses sanitaristas foi o comércio ambulante de gêneros alimentares de primeira necessidade que eram realizados, em sua maioria, em feiras e locais abertos. Os mercados cobertos emergiam nesse contexto, então, como soluções para o problema do comércio nas ruas. Além disso, inspirados nos mercados do tipo na Europa, eram vistos como símbolo do progresso e civilização da urbe.

1.4 O Mercado São José de ontem e de hoje

O Mercado da Ribeira do Peixe, erigido próximo da atual Basílica da Penha (no período Convento Nossa Senhora da Penha da França) no bairro de São José, foi a primeira tentativa de ordenamento comercial e, por ser coberto, modificou completamente a estrutura urbana da freguesia onde foi construído. Além disso, sinalizou este bairro central como uma vizinhança de comércio de gênero alimentícios. É então que, construído no mesmo lugar do Ribeira do Peixe, e baseado no projeto de um mercado de ferro parisiense, é inaugurado em 1875 o Mercado São José como símbolo civilizatório da cidade do Recife.

O orçamento inicial do Mercado S. José, escrito pelo engenheiro da Câmara Municipal Victor Lienthier, indica claramente a inspiração para a construção do mercado recifense. Em vários artigos é mencionado a referência aos mercados europeus, particularmente os localizados em Paris. As frases do relatório utilizam a ideia de imitar e igualar: “todo o sistema acima descrito *é igual* ao estabelecimento dos novos mercados em Paris” e “(...) a *imitar tudo* quanto se tem feito de melhor em Paris” (grifos nossos) (SILVA, 1984, p. 19). Silva (2011) descreve esse processo como “colonialidade do poder”, que consiste na invasão e ocidentalização do imaginário dos sujeitos por meio do discurso de modernização/civilização, o qual ao mesmo tempo em que destrói o imaginário do colonizado, reafirma o do colonizador.

A primeira investida no sentido de civilizar e normatizar os hábitos da população foi a proibição da entrada de pessoas que não estivessem corretamente trajadas, estivessem embriagadas ou fossem loucas. Além disso, eram impedidos de frequentar o ambiente músicos, artistas, cantores, saltimbancos. Ou seja, todos aqueles indivíduos vistos como “não produtivos”, que, de acordo com a sociedade, causavam a desordem e carregavam a imoralidade, estavam banidos de circular nesse espaço ordenado. É curioso perceber como novamente a dicotomia “espaço público/rua” e “espaço privado/casa” é

fomentada. Com um propósito diferente daquele imposto pelo patriarcalismo às mulheres brancas, mas apoiado na mesma premissa, essa separação define os indivíduos da rua como um tipo “degradado” e “disfuncional”, cujo lugar não era o novo mercado público coberto e símbolo da civilização recifense do período.

Nesse sentido, o conceito de disciplina de Foucault (2014) cabe reflexão. Foucault (2014) define o poder disciplinar como organizador dos ambientes a partir da criação de espaços “arquiteturais, funcionais e hierárquicos” (FOUCAULT, 2014, p. 145). O lugar da disciplina é aquele que efetiva a fixação e consente a circulação, são locais que asseguram a obediência dos indivíduos e simultaneamente garantem a economia do tempo e dos comportamentos por meio da normatização de elementos como: o tempo (horário); a articulação do corpo-objeto, impondo a melhor relação entre gesto e postura geral do corpo; e a utilização exaustiva do tempo (princípio da não ociosidade).

As características citadas por Foucault (2014) podem ser observadas no funcionamento do Mercado São José do século XIX. É estabelecido horário de funcionamento do comércio, o qual variava de acordo com a função exercida e o gênero do vendedor, por exemplo, os peixeiros iniciavam a venda mais cedo e podiam terminar às nove da noite, mas as mulheres precisavam recolher-se as quatro da tarde, sob risco de serem consideradas prostitutas.

Ademais, o mercado foi dividido internamente entre as seguintes seções: açougue, farinha; peixe; legumes, hortaliças, frutas, grãos e batatas; e aves, podendo estas serem subdivididas em outras seções de acordo com a necessidade e o bom funcionamento do serviço. As relações de convivência entre os comerciantes e consumidores também foram regulamentadas, gestos característicos da feira livre – como anúncio das mercadorias por meio de gritos e pegar no braço do transeunte – foram abolidos sob pena de pagamento de multa e prisão. Dessa forma, tentou-se eliminar do espaço do comércio toda a “barulheira” e “confusão” representativos do comércio informal e ambulante, ao mesmo tempo que se higienizava o mercado de gêneros alimentícios.

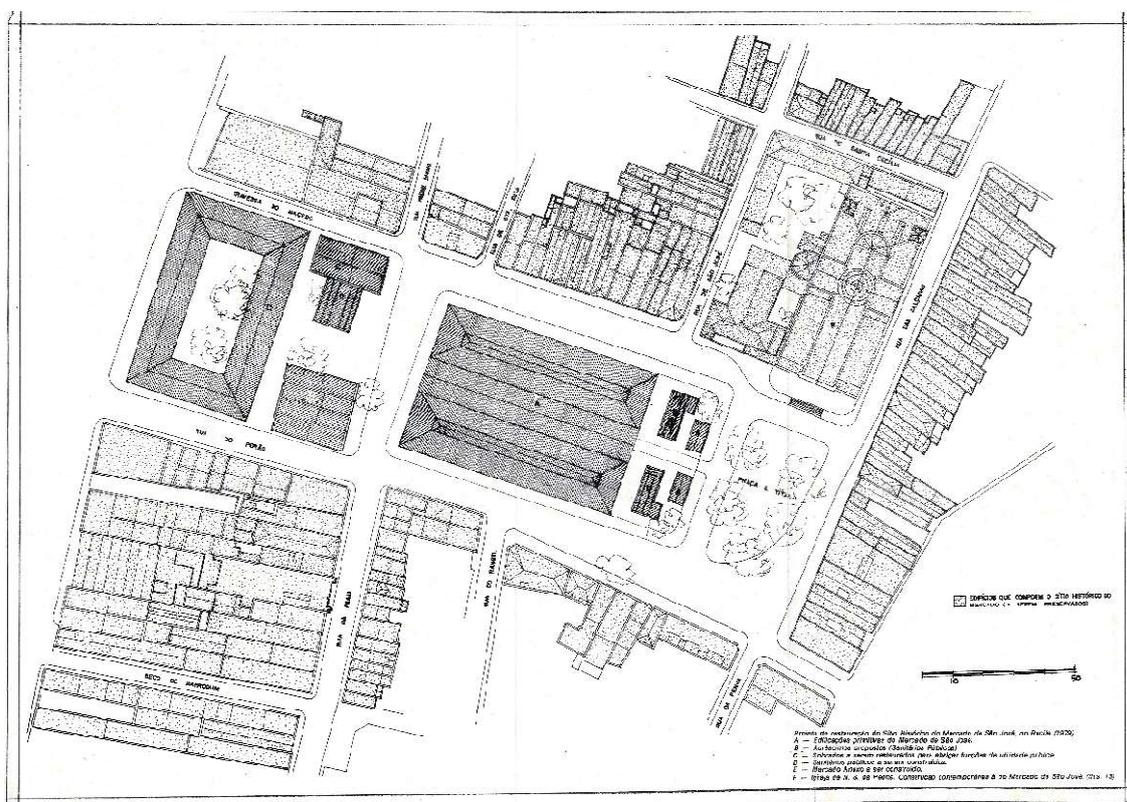
Contudo, a assimilação e o cumprimento desses códigos morais e regras comportamentais não foi fácil e frequentemente as autoridades enfrentavam problemas de controlar o comércio que surgiu no entorno do prédio do Mercado S. José. As práticas informais que persistiram na área externa do São José, criaram um espaço de cultura popular composto por artistas, cantadores, poetas, vendedores de cordel e ambulantes que dificultavam a injeção do controle social.

O Mercado S. José, desde a sua inauguração em 1875 passou por algumas obras de restauração ao longo do tempo. Em 1906, atravessou um período de pequenos reparos que duraram 10 meses e em 1941 experimentou obras de reforma. E em 1989 ficou um período fechado após incêndio que comprometeu grande parte da sua estrutura. Para além dessas pequenas transformações, o mercado pernambucano sofreu uma mudança significativa em relação a sua função inicial. Construído para abrigar o comércio de gêneros de primeira necessidade proveniente do Porto, seu edifício de ferro se demonstrou pequeno para as necessidades crescentes da cidade. Ao seu entorno foram-se agregando barracas, o seu pátio interno foi ocupado por restaurantes populares e a rua coberta que liga os pavilhões aos poucos foi também tomada por novos compartimentos. Na prática, o mercado passou a ser majoritariamente ocupado pelos comerciantes de artesanato, empurrando a sua função original para a rua.

Em 1979, o arquiteto Geraldo Gomes da Silva foi convidado pela Prefeitura do Recife a apresentar uma proposta de restauração do Mercado de São José (Figura 2). O projeto, idealizado por Silva (1984) não chegou a ser implementado a época, porém é perceptível as influências que exerceu sobre a “revitalização” realizada em 2019. A proposta do arquiteto na década de 1970 foi baseada no entendimento que as transformações não poderiam ser apenas de ordem técnica, o aspecto social também deveria ser levado em conta. Dessa forma, o projeto de Silva (1984) desdobrava-se em quatro, sendo eles:

(...) o de restauração do mercado propriamente dito, o de agenciamento do monumento, consubstanciado na ordenação do comércio ambulante nos logradouros públicos, o de preservação do casario e, por fim, o de construção do mercado anexo (SILVA, 1984, p. 27).

Figura 2 – Projeto de restauração do Sítio Histórico do Mercado de São José elaborado por Geraldo Gomes em 1979



Fonte: Silva, 1984

A construção do mercado anexo é um ponto que merece atenção, uma vez que seria esse espaço para onde seriam transferidos os comerciantes informais do entorno (Figura 3). Esse trecho anexo seria construído na quadra voltada para o cais de Santa Rita, onde seriam demolidas as barracas existentes para a construção de um suplemento com aspecto moderno e integrado aos edifícios remanescentes.

Figura 3 – Foto do Mercado São José e a ocupação ambulante, vista de uma das torres da Igreja Nossa Senhora da Penha (1979)



Mercado de São José, visto de uma das torres da igreja de N. S. da Penha (1979). (Ilus. 16C)

Fonte: Silva, 1984

O mercado público recifense caracteriza-se por ser um edifício cuja função social é específica e concreta e está diretamente relacionada ao uso da população. Nesse sentido, as opiniões diferem quanto a forma dessa utilização, os arquitetos e urbanistas como Silva (1984), consideram a ocupação do entorno – e até mesmo a interna – como uma descaracterização arquitetural, argumentando que o excesso de ambulantes e barracas escondem a beleza do edifício, tornando-o invisível para os transeuntes. Em outra direção, o sociólogo Gilberto Freyre (2007) em seu livro “Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife” define o ambulante, o antigo mascate, como a figura recifense e esses espaços dos pregões, feiras e mercados, como espaços afetivos construídos no cotidiano por seus habitantes.

Freyre (2007) destaca em seu guia sugestão de lugares onde os turistas podem se familiarizar com a realidade da capital pernambucana. Os mercados da cidade são lugares para tomar uma cerveja gelada a preço acessível e ainda desfrutar da culinária local. Lá é possível encontrar frutas da estação, miudezas, fumo de rolo, queijo do sertão, rede, potes de barro, folhetos e cordéis com histórias regionais, cantadores e repentistas a recitar versos improvisados ou populares do interior. Os vendedores ambulantes e seus pregões

merecem um capítulo à parte, vendendo peixe, ostras, frutas e até sorvete que anunciavam em alto e bom som, tornando Recife conhecida no Brasil inteiro por seus pregões.

O professor de história Antonio Paulo Rezende escreve as notas de atualização das edições recentes do clássico de Gilberto Freyre, evidenciando o papel dos habitantes ordinários da urbe recifense. São os habitantes e visitantes que ao praticarem a cidade diariamente imprimem novos usos e funções, transformam o traçado da metrópole, fazendo emergir outra geografia, outra espacialidade, invertem e produzem novos sentidos diferentes daqueles impostos pelos arquitetos e urbanistas.

Em que pesem os esforços “civilizatórios” originais do Mercado S. José do século XIX, o final de 2019 aponta para a necessidade de obras ditas de requalificação, ou seja, mais de um século depois de sua inauguração, as políticas públicas ainda continuavam tentando conter as relações “desordenadas” de seus arredores. Os principais jornais da cidade anunciam ser necessário o “ordenamento do comércio informal do entorno”, os comerciantes seriam então realocados em um “espaço melhor e mais propício para execução de suas atividades”¹². O objetivo era embelezar o centro da cidade, trazendo à tona a arquitetura do mercado escondida pelas barracas do comércio informal. O propósito final era tornar o mercado e o bairro de São José um “polo de atração cultural, artística e gastronômica, a exemplo do Mercado Municipal de São Paulo”¹³.

Apesar da “renovação” ocorrer no século XXI, ela ainda transpõe paradigmas originários do período moderno. Assim como no século XIX, o urbanismo, enquanto disciplina ocidental, propõe modelos hegemônicos do Norte Global para a realidade local, desconsiderando contextos culturais, sociais, políticos e econômicos presentes na realidade do nordeste brasileiro. O “novo” Mercado S. José continua ressoando o controle sobre os espaços e sobre os corpos a partir do discurso médico-político do higienismo. Por outro lado, considerando a “perspectiva cidadã” – assim como proposto por Tufte (2017) – há uma negação de participação nos sistemas decisórios e uma ausência de um processo dialógico de baixo para cima.

Não obstante a primeira associação do Mercado São José com caos, desorganização e informalidade, os arredores do mercado também emergiam como o local onde era possível encontrar de “tudo” a preços módicos. O centro da capital

¹² Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/prefeitura-inicia-obras-no-entorno-do-mercado-de-sao-jose.html>. Acesso em 15 de fev. de 2020.

¹³ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/sem-ambulantes-reaparece-o-casario-no-entorno-do-mercado-de-sao-jose.html>. Acesso em 15 de fev. 2020.

Pernambucana borbulhava de camelôs vendendo roupas, tiaras, máscaras, flores, brincos a 1 real, todos os ornamentos para festa de aniversário, carnaval, halloween, formatura. Era possível encontrar feira de frutas e verduras, ervas, temperos, castanha brejeira, animais, rapadura, queijo coalho. O lado de fora do MSJ já era, para muitos, uma atração por si só. Além disso, a forma que os carros eram impedidos de circular por causa dos ambulantes e da rebeldia dos pedestres que desconheciam a diferença entre calçada e rua tinha um certo ar de resistência e contestação a “carrocracia”¹⁴ recifense.

O Mercado São José recorre as práticas e ideias higienistas para justificar a apropriação do espaço para o capital. A “limpeza” dos camelôs dos arredores do mercado, substituindo as antigas barracas por vagas de estacionamento serve aos denominados “usuários solventes”, ou seja, aqueles que possuem capital para consumir (VAINER, 2013). Utilizando-se de técnicas bem próximas as do século XIX, o Estado pernambucano comprova a própria afirmação foucaultiana de que diferentes modelos de sociedade podem coexistir em um mesmo período histórico.

O entorno do Mercado S. José antes ocupado pelas barracas, após a reforma, e a mudança dos vendedores para um local mais “apropriado”¹⁵, experimenta o vazio das ruas para trânsito dos pedestres, mas ao mesmo tempo, ocupa os espaços antes destinados à informalidade por vagas de estacionamento zona azul. É importante ressaltar que apesar das críticas tecidas ao modelo higienista implantado pela Prefeitura na “revitalização” do mercado, era visível as condições insalubres e precárias que os ambulantes tinham que conviver naquele espaço. Não havia saneamento ou coleta de lixo adequada, os vendedores eram obrigados a lidar com o sol e, por vezes, ratos no seu dia a dia. Contudo, é importante evidenciar que essa percepção não exclui a discordância ao higienismo e sua prática de tratar a pobreza como estética, onde o que importa são as mudanças aparentes e não a transformação urbana do problema originário.

Em 12 de março de 2022, no dia do aniversário de Recife, o atual prefeito João Campos (PSB) anuncia a “restauração” do Mercado São José. A obra, esperada para iniciar em outubro do mesmo ano e com previsão de duração de dois anos, tem a

¹⁴ O termo “carrocracia” (junção de carro + democracia) é um neologismo utilizado por ativistas do grupo Direitos Urbanos para criticar o modo que a urbanização é feita na cidade, voltada exclusivamente para a circulação de automóveis e não de pessoas.

¹⁵ Em matéria publicada em 24 de agosto de 2020 pelo jornal Diário de Pernambuco: “A requalificação foi possível graças à transferência do comércio informal que ficava no entorno para uma galeria em frente ao mercado - um espaço mais *apropriado*” (grifo nosso). Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/08/prefeitura-conclui-recuperacao-do-entorno-do-mercado-de-sao-jose.html>. Acesso em 3 de out de 2021.

aprovação e o financiamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O projeto de reforma proposto pela prefeitura prevê a desobstrução da rua interna coberta, a qual terá sua espacialidade original restabelecida; a realocação dos restaurantes, atualmente no pátio externo do mercado, para um mezanino que será construído acima dos boxes; a reorganização dos 403 boxes; a restauração do piso interno e do entorno; e a inclusão de instrumentos de acessibilidade como piso tátil e elevadores.

O novo plano para o mercado faz parte do Recentro, programa de revitalização da área central de Recife lançado em novembro de 2021 pelo governo do PSB cujo foco é retomar a força habitacional e comercial, além de incentivar a tecnologia. Por meio de uma série de isenções fiscais, empresas serão estimuladas a ocupar a área, transformando o centro da capital pernambucana em um polo de moradia, tecnologia e modernização. Ademais as críticas e dúvidas levantadas quanto ao teor do projeto e o tipo de investimentos buscado pelo governo para a área, a renovação do MSJ parece ocupar lugar de destaque no desenvolvimento do projeto, sendo sua restauração uma das primeiras obras a serem anunciadas pela presente gestão.

O projeto para o mercado em si também dispõe algumas questões, primeiro é uma reforma ou uma restauração? O Jornal Marco Zero Conteúdo publicou uma reportagem¹⁶ sobre o tema onde entrevista uma série de comerciantes do interior do mercado, mas também os donos de alguns restaurantes localizados no pátio externo – que pela proposta atual seriam realocados no mezanino – e essa é uma das perguntas levantadas pelo veículo alternativo. Enquanto uma restauração é vista com bons olhos pelos comerciantes, a reforma é observada com desconfiança. Isto porque, reforma implica numa mudança, que pode ser pontual ou monumental, e que não necessariamente levaria em conta os reais problemas enfrentados por esses mercadores no cotidiano.

Outro ponto importante é o tema da participação. As mídias consultadas (Jornal do Commercio, Folha PE, Marco Zero Conteúdo) apontam em algum nível a ausência de participação na elaboração do projeto, não havendo audiência pública de consulta a população e nem aos vendedores do local. Um dos jornais aponta que um grupo de seis lojistas, escolhidos de forma aleatória, foi chamado para uma reunião sobre o plano de reestruturação. Sem consulta as pessoas que de fato vivenciam o dia a dia do Mercado São José e, portanto, conhecem seus problemas, como é possível elaborar um plano que

¹⁶ Disponível em: <https://marcozero.org/comerciantes-do-mercado-de-sao-jose-reagem-ao-projeto-de-reforma-e-querem-ser-ouvidos-pela-prefeitura/>. Acesso em 15 de julho de 2022.

esteja de fato preocupado em melhorar as condições de trabalho desses indivíduos? E não apenas em torná-lo um foco de atração de turistas?

Por último, algo que soa intrigante é o discurso em torno da necessidade de retirada dos restaurantes do pátio externo. A prefeitura argumenta que é uma exigência do IPHAN, uma vez que eles não estavam previstos no projeto inicial do mercado e, por sua vez, para realocá-los seria necessária a construção desse mezanino. Porém, dois pontos merecem destaque nesse enunciado oficial. Primeiramente, o próprio mezanino – parte do projeto de restauração proposto pelo governo – também é uma obra não prevista no esboço original do equipamento comercial. Segundo que a ideia desse mezanino se assemelha muito com o padrão que hoje existe no Mercado Municipal de São Paulo (pontuado pela própria prefeitura como modelo para o futuro do Mercado S. José), onde os restaurantes se localizam no piso superior e a parte de frutas encontra-se no térreo.

Nesse sentido, é importante ressaltar o público-alvo ao qual o mercado de São Paulo atende. Apesar de localizado também em área central, é um ponto turístico famoso pelo sanduíche de mortadela de mais de R\$ 30,00 e pelo golpe da fruta do mercadão¹⁷. O mercado recifense, por sua vez, atende uma demanda popular e, os restaurantes do pátio externo, especificamente, tem como clientela os próprios trabalhadores da região que vão tomar café da manhã e almoçar nesses locais.

Outro tópico importante é a premissa que se apoia no projeto inicial do Mercado São José, mesmo que convenientemente e pontualmente, para suas reformas e restaurações, principalmente no caso específico do seu entorno e pátio externo. O mercado foi projetado e erigido no século XIX, ou seja, há mais de cem anos atrás. Portanto, é esperado que suas funções mudem para se adequar as transformações urbanas, culturais e sociais que a cidade desenvolveu ao longo dos anos. Para mais, se fôssemos levar em consideração a função original do mercado, ele deveria comercializar apenas gêneros de primeira necessidade e não a diversidade de artefatos encontrados tanto interna quanto externamente nos dias de hoje.

O que se pretende argumentar nesse capítulo é de que forma a conjuntura histórica da capital pernambucana do século XIX e da construção do Mercado São José se

¹⁷ O “golpe da fruta do mercadão” ficou famoso a partir de janeiro de 2022, quando diversos consumidores relataram pagar valores exorbitantes nas frutas experimentadas no Mercado Municipal de SP. O golpe consistiria em fazer os turistas experimentarem determinada fruta e na hora da pesa o valor sai muito acima do esperado, por vergonha de devolver muitas/os acabam pagando valores absurdos pelas frutas. O PROCON chegou a autuar 18 lojas e os valores variavam de R\$ 500,00 a R\$ 1.200,00. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/golpe-da-fruta-procon-autua-18-lojas-no-mercadao-de-sp-apos-denuncias-1.2640713>. Acesso em 15 de julho de 2022.

relacionam com a limpeza e a proposta de restauração empreendidas no século XXI. Como os preceitos civilizatórios e higienistas na arquitetura se correlacionam para criar um paradigma urbano cujo modelo são cidades do Norte Global. O problema da implementação desses conceitos e práticas indiscriminadamente em cidades brasileiras é a desconsideração dos contextos sociais, culturais e políticos reais dessas metrópoles. Se no século XIX a influência da colonização fica evidente no modo de importação de materiais e hábitos europeus, o século XXI trás essas influências de forma muito mais sutil.

No cenário do capitalismo contemporâneo, em um mundo globalizado de fronteiras invisíveis, a dominação do Sul pelo Norte Global torna-se menos palpável. As urbes agora brigam para se inserir em uma rede mundial de cidades que funciona como uma vitrine para atração de investidores e capital. O objetivo agora é tornar-se uma “*world-class-city*” e ganhar o título de cidade global confiável para receber as corporações transnacionais e seus recursos. Para isso, a transformação urbana é a principal forma de escoamento do excedente do capital e é, ao mesmo tempo, onde ele exacerba sua face mais cruel e desigual. É o lugar no qual são criados cordões de isolamento e espaços exclusivos, ao mesmo tempo, onde os problemas sociais e urbanos são tratados como uma questão estética.

A arquitetura e o urbanismo expõem uma tradição aliada a uma lógica hegemônica, colonial e embranquecida. E, por isso, precisa urgentemente ouvir as pessoas que convivem diariamente nas cidades sobre as obras empreendidas nas urbes desses sujeitos. Em outras palavras, precisa incentivar a *participação* enquanto preceito para criar e recriar espaços. Para isso é preciso incluir a *educação* enquanto método que estimule e propicie a participação, um processo educacional focado no sujeito enquanto agente da sua própria história e da história de suas próprias cidades. Essas disciplinas necessitam entender o lugar do território no cotidiano de seus indivíduos, aplicar o dialogismo ao método de construção de lugares. Elas necessitam incluir a *comunidade* enquanto ambiente urbano. E, principalmente, a arquitetura e o urbanismo precisam pensar a construção dos espaços públicos como um direito, como um dos braços da *cidadania* e, por isso, praticável por todas, todos e todes sem distinção.

2. ARQUITETURA E URBANISMO COMO SABER CAPITALISTA

2.1 Breve história do urbanismo e das cidades

As cidades nascem da sedentarização do indivíduo e das aglomerações humanas. Se no início eram governadas por reis e suas fronteiras bem demarcadas por muralhas, com o passar dos séculos seus limites tornaram-se invisíveis e o objetivo de expansão cada vez mais predador. As pólis gregas definem a importância do comércio para a constituição cidadina, a ágora – ou também denominada por Mumford (2004) como “praça de mercado” – era o lugar do encontro e do consumo, importante centro político da cidade, era o local destinado a palavra, aos discursos e a política.

Como centro de atração, agindo quase como um ímã populacional, as urbes crescem a partir também da migração campesina. Porém, esse súbito aumento populacional não aconteceu sem consequências. Com amontoados humanos cada vez maiores a cidade em urbanização começa a cometer graves erros higiênicos. A morte infiltrava nos suprimentos de água, os dejetos não eram corretamente descartados, a falta d’água ameaçava ainda mais os hábitos de higiene dos habitantes. A explosão demográfica assinala o momento em que as condições já insalubres das urbes se convertem em focos de doenças, epidemia e morte. Desponta então a necessidade de pensar e planejar as cidades em termos urbanísticos e higiênicos.

A cidade barroca (MUMFORD, 2004) transforma a concepção de espaço, ele torna-se contínuo, subordinado a medida e ordem. Os limites de grandeza são ampliados a partir do desejo de conquistar novos territórios e da ambição do poder. O espaço é associado ao movimento e ao tempo, e estes são cada vez mais rápidos. O indivíduo se desconecta das corporações empregatícias e da noção de vizinhança. A busca pelo poder político e financeiro fragmenta a noção de limite, o objetivo é ter “mais carne para canhão, mais vacas leiteiras para pagar impostos e rendas” (MUMFORD, 2004, p. 398). As transformações urbanas – a pavimentação de ruas, abertura das avenidas e bulevares, por exemplo – são realizadas para o benefício da movimentação militar, isto porque, para governar pela força e não pelo consentimento, é preciso um cenário urbano adequado.

As mudanças na cidade irrompem a galopes, sinalizando a quem essas reformas urbanísticas estão a serviço. Mumford (2004) pontua esse momento como a “era dos ricos”, era para atendê-los, proporcionar maior conforto, agilidade na locomoção e, não menos importante, aumento nos lucros que essas reformas serviam (2004, p. 402). Com

o desenvolvimento da avenida larga aumenta a dissociação entre as classes superiores e inferiores, “os ricos conduzem e os pobres caminham” (MUMFORD, 2004, p. 402). A instituição responsável por essas alterações e pela nova dinâmica de poder era o capitalismo e o estímulo para expansão urbana vinha dos mercadores e senhores de terra. A partir do século XIX, a engrenagem política do capital acelera com a Revolução Industrial e o advento de uma produção mecanizada e em larga escala.

A industrialização circunscreve inúmeras transformações sociais, urbanas e políticas. A praça de mercado das cidades gregas é substituída pelo mercado financeiro transnacional imaterial. Na ágora as relações comerciais eram de proximidade e contato, existia uma determinada norma moral que era seguida de forma geral por consumidores e comerciantes, existia espaço para pechincha, para negociação e para construção de relações que podiam perdurar por gerações. O mercado abstrato sinaliza o período da impessoalidade, onde o lucro e a acumulação capital desempenham papel primordial, onde os produtos são reificados e o consumo exacerbado.

Em relação as estruturas urbanas, o capitalismo aporta ora através do isolamento nos subúrbios, onde as classes mais abastadas iam se refugiar das mazelas e insalubridades citadinas, ora por meio da demolição das antigas estruturas ou ainda, substituição delas por outras com uma densidade maior. A demolição urbana torna-se característica motriz do capital, demonstrando seu aspecto anti-histórico e destituído da sua face humana.

O capitalismo transforma também a terra em mercadoria, orientando o planejamento em função da maximização dos lucros e dos interesses de poucos (empresas, corporações transnacionais, público com capital para consumir). Se o século XIX desenvolve a noção de urbanismo como um processo de controle da população e dos miasmas urbanos, com passar dos anos a vinculação entre o urbanismo e o higienismo se aprofunda, e, ao mesmo tempo, desenvolve um aspecto político, estético e moral. A pobreza torna-se primeiro um problema sanitário, cuja solução é exclusivamente estética e visual. Nesse processo, o objetivo traduz-se em eliminar os pobres do espaço urbano, empurrando-os para as bordas da cidade, para longe dos olhos de seus “cidadãos consumidores”.

Mumford (2004) empreendeu um esforço teórico de compreender a evolução das cidades ao longo dos séculos, suas fases e processos de transformação. Outros autores também se dedicaram à mesma iniciativa e traçaram quadros fundamentais para compreensão das transformações urbanas materiais e sua influência na subjetividade de

seus habitantes, cito como exemplo o autor Richard Sennett (2014) e sua obra “Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental”. Porém, destaco aqui, no encerramento dessa espécie de introdução a uma breve história das cidades e do urbanismo, uma disciplina aliada ao capitalismo e a modelos nem sempre humanos, um trecho de uma música de Chico Science que traduz de forma elucidativa a ideia de cidade:

E a cidade se apresenta
 Centro das ambições
 Para mendigos ou ricos
 E outras armações
 Coletivos, automóveis
 Motos e metrô
 Trabalhadores, patrões
 Policiais, camelôs

A cidade não para
 A cidade só cresce
 O de cima sobe
 E o de baixo desce (SCIENCE, 1994)¹⁸

2.2 Urbanismo e Higienismo

O *boom* populacional do século XVIII, situado em um contexto de industrialização e intensa migração do campo para cidade, resulta na aglomeração de trabalhadores livres se estabelecendo em locais urbanos insalubres e moradias prejudiciais. Grande parte desses migrantes camponeses se instalaram em áreas de planícies de inundação, canais fluviais, porões úmidos e cortiços. Determina-se, a partir daí, uma tradição infeliz e dramática em relação à habitação das classes mais pobres. Seu estabelecimento em áreas de rios e várzeas por meio do emprego de técnicas de construção não industrial e rudimentar, muitas vezes erigidas com materiais encontrados na própria vizinhança. É o caso da população recifense que arquiteta suas casas – chamadas de palafitas – nas regiões dos manguezais, em meio a lama e o lixo.

Josué de Castro (1957, 1967) personifica o mangue como uma entidade social recifense, uma entidade destinada aos pobres, aos excluídos, aos retirantes da seca, aos doentes que não encontram espaço na cidade para serem “homens produtivos”. O mangue é a casa, é um “camaradão” que oferece o abrigo. As varas de mangue trançadas e a lama amassada constroem as paredes, a palha seca do coqueiro, o teto; ele oferece a comida no

¹⁸ Música “A cidade” de Chico Science e Nação Zumbi do primeiro álbum da banda “Da lama ao caos” de 1994. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-science/45205/>. Acesso em 15 de ago. 2022

caranguejo, e por fim, o leito de morte que alimenta a lama do manguezal. É o “ciclo do caranguejo”. O corpo do homem-caranguejo é feito de lama e de fome, e à lama retorna por fim.

Crochik (2018) aponta nesse contexto dois fatores intimamente interligados entre si, que agravaram as condições sanitárias citadinas. O primeiro relaciona-se com a industrialização e a mercantilização da terra, tornando possível aos proprietários de terra extraírem lucro de qualquer terreno urbano, independente da sua salubridade. No segundo, o proletário atraído pela cidade e suas oportunidades, coisificado pelos processos industriais, é obrigado a se sujeitar a morar em qualquer lugar. Josué de Castro (1967) conta a história da formação da “Aldeia Teimosa”, talvez uma metonímia para o processo de especulação imobiliária na capital pernambucana.

A história de “Aldeia Teimosa”, se repete na de muitas outras aldeias, bairros e favelas. Os proprietários do dinheiro, nesse caso os “donos da terra”, tomam posse dos mangues, daquilo que antes não era nada, “era da maré” e começam a cobrar aluguéis daquele “pedaço de lama” (CASTRO, 1967, p. 100 e 101). É nesse cenário de contradições presente no âmago da cidade industrial que as ideias do higienismo, compreendidas como uma filosofia do urbano, ganham força e estabelecem uma concepção do que deveria ser o espaço urbano.

Michel Foucault (1979) narra esse processo por meio da análise do surgimento da medicina social. Pensada como estratégia biopolítica de controle do corpo, ela, assim como o próprio regime capitalista, investe-se primeiro no corpo individual. A medicina social emerge, portanto, a partir de um combinado de técnicas e objetivos que se manifestam a princípio na Alemanha como medicina do Estado, em seguida na França como medicina urbana e por último na Inglaterra como medicina do corpo social propriamente dito. A medicina estatal alemã investe no corpo do proletário enquanto força do Estado por meio da normatização da prática e do saber médico.

A medicina urbana, por sua vez, desponta no final do século XVIII por razões econômicas e políticas. A divergência econômica entre as classes sociais francesas desse período catalisa uma série de revoltas urbanas tornando necessário um poder político capaz de esquadrihar essas populações proletárias. Desenvolve-se então uma atividade do medo, isto porque, toda vez em que há aglomerações humanas em um espaço fechado se alteram seus costumes e sua saúde. O medo urbano, como Foucault (1979) denomina, é fruto da angústia de uma cidade que se apresenta cada vez mais insalubre e populosa,

sendo característico “desta inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano” (FOUCAULT, 1979, p. 50).

Esse cenário urbano combinado a descoberta da circulação sanguínea por William Harvey catalisa uma série de transformações no modo de se planejar as cidades e na própria noção de corpo e circulação. A percepção de que veias e artérias eram responsáveis pelo transporte de sangue e oxigênio pelo corpo influenciou não apenas a saúde humana, mas também a economia – por meio da teoria do mercado livre de Adam Smith – e o planejamento urbano da cidade. Os construtores e reformadores passaram a enfatizar tudo aquilo que libertasse o movimento e facilitasse a circulação, imaginando uma cidade com vias e artérias contínuas. É, portanto, a partir desse momento, que os grandes centros europeus começam a se preocupar com a limpeza urbana, o transporte de dejetos e a circulação das águas. É também, o momento em que palavras oriundas do vocabulário médico passam a vigorar no dicionário urbano. Inicia-se a construção de esgotos subterrâneos que deveriam funcionar como “veias” urbanas cujo propósito era circular as impurezas.

Por isso, o primeiro alvo da medicina urbana é o controle da circulação dos indivíduos, das coisas, dos elementos, da água e do ar. Esse domínio é consequência da crença de que o ar era um grande fator patógeno, portanto não podia ser represado ou restringido. Dessa forma, a medicina urbana não era ainda voltada para os homens, corpos e organismos, e sim para as coisas, o ar, a água, decomposições e fermentos, ou seja, uma medicina das condições de vida e dos meios de existência. A partir dessa constatação, a noção de salubridade passa a ser fundamental para a medicina social, entendida como a base material e social capaz de prover uma condição de vida saudável para os indivíduos. Paralelo a concepção de uma cidade salubre aflora a ideia de higiene pública como técnica de controle do espaço e dos elementos materiais, com objetivo de identificar o que pode favorecer ou prejudicar a saúde.

Richard Sennett (2018a) no mesmo sentido, pontua que foi somente em 1859 que pela primeira vez as palavras “urbanismo” e “urbanistas” foram impressas pelo arquiteto espanhol Ildefonso Cerdá. Sennett (2018a) enfatiza que apesar dos homens viverem em cidades há milhares de anos, foi só a partir das condições citadinas impostas pelo século XIX (com a industrialização e o início de uma sociedade fabril) que despontou a necessidade de se estruturar um pensamento próprio sobre as urbes. Isto porque, as aglomerações humanas que inicialmente eram benéficas para a indústria, passaram a

apresentar seus pontos negativos. Os preceitos do higienismo emergem, então, com objetivo de eliminar a parte inconveniente dos amontoados humanos.

Crochik (2018) pontua a importância da associação entre o meio e a moralidade humana – uma das linhas desenvolvida por Cabanis da Teoria dos Meios¹⁹ - como influencia basilar para os preceitos higienistas. O higienismo então, apoia-se em um determinismo espacial sobre os sujeitos, ou seja, aqueles que habitavam bons lugares eram ditos “bons cidadãos”, enquanto os que moravam em “maus ambientes” possuíam uma moralidade degradada. Dessa forma, pode-se concluir que essa técnica urbana estava relacionada com a normatização não só dos ambientes, mas também dos comportamentos, com objetivo de atender as necessidades produtivas da sociedade.

Ancorados nesses preceitos, os urbanistas ou engenheiros da época “presumiam que se fosse mudada a infraestrutura, práticas mais racionais de saúde pública seriam desenvolvidas: a *ville* pode alterar a *cité*” (SENNETT, 2018a, p. 35)²⁰. A partir do emprego de experiência técnicas como a substituição do pavimento por pedras lisas que facilitavam a limpeza, os engenheiros civis da época, procuravam incutir hábitos civilizados à população. Nesse sentido, a invenção do *pissoir* representa um real progresso na saúde pública. O *pissoir*, um urinol público instalado em vias movimentadas da urbe, além de inibir os homens de urinar nas ruas, criava uma noção de privacidade e individualidade. Com a sua popularização, não era mais aceitável urinar na frente de estranhos. E, além disso, como efeito indireto, um simples equipamento público foi capaz de eliminar esses excrementos das ruas, tornando-as mais utilizáveis enquanto espaço social.

O higienismo enquanto uma prática disciplinar estava, dessa forma, intimamente relacionado com a domesticação do espaço, do tempo e dos corpos, além de servir como instrumento de vigilância e repressão das classes trabalhadoras. Não por acaso, é o momento que os paradigmas da livre circulação no urbanismo, aliados aos princípios higiênicos, estabelecem como paradigma as avenidas largas e os bulevares. Napoleão III, por exemplo, sancionou a destruição das ruas estreitas, dos *cul-de-sacs* e de bairro inteiros para a implementação desse modelo de urbe. As avenidas aumentadas e sem interrupções

¹⁹ A Teoria dos Meios é desenvolvida por Hipócrates nos séculos IV e V a.C., e determina uma relação entre as condições físicas do ambiente e o estado de saúde. Cabanis, na virada do século XVIII, aprofunda uma linha dessa teoria desenvolvendo uma conexão entre o meio e a moralidade humana (CROCHIK, 2018).

²⁰ Sennett (2018a) conceitua a *ville* como os aspectos materiais e infraestruturais da cidade; e a *cité* como a consciência, subjetividade da urbe.

se justificavam pela facilidade da movimentação militar, enquanto as ruas mal pavimentadas, com pedras soltas e repletas de lugares para se esconder serviam melhor às aglomerações humanas insatisfeitas.

O urbanismo e o higienismo desse período estavam, então, aliados contra os amontoados humanos, os pobres e os ditos improdutivos. Nessa perspectiva, faz sentido que a linguagem para se referir a pobreza estivesse também ancorada em termos higienistas. As origens sociais, econômicas e políticas para a pobreza eram esvaziadas restando como justificativa apenas as questões morais, culturais e até mesmo genéticas. A doutrina higienista transformou a pobreza em uma questão sanitária, associou o “bom cidadão” àquele produtivo, assalariado e disciplinado. Os indivíduos que não se enquadrassem nesse modelo de “cidade saudável”, isto é, os sujeitos considerados improdutivos, estagnados ou à margem, deviam ser excluídos por meio do isolamento ou confinamento.

Josué de Castro (1967), ainda na narrativa da construção de Aldeia Teimosa, conta como Chico, um dos seus primeiros moradores, se mudara para essa parte da cidade fugido da “sociedade dos homens” (1967, p. 97). Chico contraiu lepra e com a sua condição de leproso estampada na cara, os médicos e o Serviço de Higiene queriam interná-lo em um hospital para um tratamento de uma doença que ele não acreditava que existia cura. Para evitar o confinamento, a perda de sua liberdade e o controle da sociedade médica, Chico resolveu por ele mesmo se isolar em Aldeia Teimosa, porque era lá que os homens feitos de caranguejo fincavam seus mocambos, ali “à grande distância uns dos outros, isolados, perdidos naquele enorme latifúndio de lama” (CASTRO, 1967, p. 97).

Foucault (1979) afirma que existiram basicamente dois grandes modelos de organização médica na história do ocidente: o modelo promovido pela lepra (exclusão) e o suscitado pela peste (vigilância). Na Idade Média, o modelo médico político implementado era o de “tratamento” dos doentes através da expulsão do ambiente comum. O leproso, assim que descoberto, era banido para além dos muros da cidade, exilado em lugar confuso para conviver entre outros iguais, igualmente leproso. Era por meio da exclusão que se purificava o espaço urbano.

Ao contrário da forma suscitada pela lepra, o modelo da quarentena (da peste) fundamentava-se na individualização, registro, inspeção e vigilância da população. Para higienizar o ambiente, impõe-se sobre o corpo humano uma técnica de poder sucinto e constante, com a finalidade de obter do indivíduo o “máximo de vantagens e neutralizar

seus inconvenientes” (FOUCAULT, 2014, p. 140). O modelo de exclusão é bem representado na história de Chico e de todos os homens caranguejos, contada por Josué de Castro (1967). O modelo da lepra pode extrapolar para os espaços habitados por esses seres excluídos, os lugares segregados da metrópole considerados improdutivos, desordenados, sujos, são também vistos como “leprosos” pelo planejamento urbano.

Voltando Aldeia Teimosa, cuja teimosia vinha da sua resiliência de resistir aos avanços da especulação imobiliária que queria impedir Recife de virar uma “mocambopólis”. Para inviabilizar o avanço dessa “lepra urbana que ameaçava recobrir tôda a beleza senhorial da capital do Nordeste” o governo ordenara a eliminação dos mocambos²¹ e a transferência destes para longe da cidade (CASTRO, 1967, p. 103). Em troca, as promessas oficiais eram de transferir a população para um conjunto de casas que estavam sendo construídas. Mas Cosme, morador de Aldeia Teimosa, sabia que isso era “só para inglês ver”, que o Estado ia erigir uma meia dúzia de casas, principalmente na estrada que levava ao aeroporto, “para que os visitantes de fora ficassem impressionados com as grandes obras do govêrno” (ibidem). O resto ia ficar só no papel: dos engenheiros e da imprensa oficial.

A história dos “homens caranguejos” narrada por Josué de Castro (1967) retrata uma Recife ainda atual no seu mangue, nas suas habitações precárias e insalubres e na exclusão desses indivíduos e espaços. O conto de Chico, Cosme e outros personagens representa a vida de inúmeros cidadãos espalhados pela capital pernambucana, a nona no ranking²² brasileiro de aglomerados subnormais ocupados. Alguns anos depois, outro Chico, dessa vez o Science, expoente do manguebeat, atualiza a narrativa do homem caranguejo, falando da Recife *Manguetown*.

Uma metrópole de lama, pobreza, dos rios, pontes e overdrives, do caos, do molambo²³ e do mocambo, mas ao mesmo tempo uma cidade de vida que ferve de cultura. Aos indivíduos alvos do modelo da lepra resta o mangue, os lugares de alagados e da instabilidade de habitar. Excluídos da vida em sociedade, sem acesso a saneamento básico, coleta de lixo, pavimentação das ruas (e que ruas a propósito?). São eles que

²¹ Tipo de moradia popular, geralmente frágil, uma espécie de barraco. Utilizada no livro de Gilberto Freyre (2013) “Sobrados e Mocambos” para contrastar com as moradias urbanas da burguesia: os sobrados.

²² Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/pesquisa/23/25359?tipo=ranking&indicador=25361>. Acesso em 25 de ago. 2022.

²³ Palavra de origem africana que significa farrapo ou moribundo, utilizada também para representar indivíduos fracos em si.

“andando por entre becos, andando em coletivo” não fogem “ao cheiro sujo da lama da *manguetown*” (SCIENSE, 1996)²⁴.

O modelo da peste, por sua vez, persiste como estratégia política de esquadrinhamento e controle dos corpos, principalmente nos projetos de reforma urbana, onde o espaço é utilizado como objeto para a vigilância e o controle. A reforma empreendida pelo Estado no Mercado São José é um exemplo desse protótipo biopolítico. A relocação dos vendedores ambulantes dos arredores do mercado em um galpão próximo ao Cais de Santa Rita traduz-se em um esforço de reorganização e padronização com objetivo de concentração dos comerciantes em único espaço regulado, controlado pela Prefeitura.

O controle sobre as populações pobres e marginais, empreendido pelos modelos da peste e da lepra, cria cordões de isolamento que restringem ou dificultam o acesso e a movimentação desses corpos em determinados lugares. A cidade contemporânea, então, demonstra que os dois modelos de controle populacional suscitados por Foucault (1979) podem coexistir e existir por muitos séculos. Eles servem também a uma urbanização supressora e hierárquica, que cria fronteiras invisíveis e exclui através de uma determinada estética.

Miró da Muribeca (2019), poeta recifense do urbano e do cotidiano, usava a realidade da capital pernambucana como inspiração para seus poemas. Nascido na Muribeca, bairro da periferia do Recife e de onde veio sua alcunha, narrou os retratos da vida na cidade, suas contradições e distinções. No seu poema “Outras ostras” registra um retrato fiel dos hábitos recifenses: a ida à praia de Boa Viagem da classe média. A praia de Boa Viagem, na zona sul da metrópole, é lembrada pela sombra que seus altos prédios fazem na areia e pela intensa presença de um comércio informal que com seus pregões oferecem ao turista e aos frequentadores locais os produtos do mar. A ostra, molusco de água salgada, iguaria consumida pelas classes mais ricas, é carregada em baldes na cabeça dos vendedores usualmente pretos e da periferia. Comercializada nas areias da zona sul, é aberta e servida temperadas para os praieiros, carregando em si uma representação traduzida nas palavras de Miró:

lá vai Recife
em mais um fim de tarde
as águas do Capibaribe cor de sangue

²⁴ Música “Manguetown” composta por Chico Science, presente no álbum Afrociberdélia (1996). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-science/45209/>. Acesso em 15 de ago. 2022.

nos ombros dos negros
que moram nos Coelhos
unhas na lama e a classe média
comendo ostras
de frente ao Acaiaca²⁵ (MURIBECA, 2019, p. 102)

A imagem descrita por Miró da Muribeca (2019) diz muito sobre os costumes da casa grande e senzala arraigados no cotidiano recifense. Diz muito sobre a constituição de espaços, para quem eles são feitos, quem os ocupa e quem serve os ocupantes de “direito”. Se na cidade medieval de Mumford (2004) os “ricos conduzem e os pobres caminham” (2004, p. 402), na Recife contemporânea a classe média come ostras que a periferia carrega na cabeça. Os modelos da lepra e da peste, apesar de diferentes, transparecem a utopia da cidade completamente governada: a urbe hierárquica, vigiada, documentada e ao mesmo tempo imobilizada sob o comando de um poder extensivo que atua de forma diversa sobre os corpos individuais, segregando aqueles considerados improdutivos. Portanto, esquemas diferentes, mas não incompatíveis e que atuam conjuntamente para promover o ideal de metrópole capitalista.

Capitalismo este que precisa do excedente populacional nos momentos de expansão econômica e estabilidade, como força de trabalho ou como barganha para baixar as médias salariais por meio da concorrência entre os trabalhadores. Mas este mesmo remanescente torna-se descartável nas crises econômicas, quando as tensões sociais e políticas se agravam. Essa parte da população, manobra do capital para otimização dos lucros, tem sua existência transformada em ameaça ao conjunto social pelo higienismo. Por esse motivo, são esses habitantes que têm seu espaço alvo das ações sanitaristas de limpeza urbana, fazendo com que a doutrina do higienismo exponha uma das suas faces mais cruéis: a higienização social.

Esse lado do higienismo relaciona-se com os símbolos das disciplinas do século XIX, como os asilos psiquiátricos, as penitenciárias, as casas de correção, os estabelecimentos de ensino vigado e os hospitais. Isto porque, esses lugares funcionam a partir da divisão binária produtivo/não produtivo e do emprego de um controle e coerção com objetivo de normatizar comportamentos e atitudes por meio da observação constante e da estipulação de normas específicas de conduta nos espaços.

²⁵ O Acaiaca é um edifício famoso da beira-mar de Boa Viagem. Nos anos 2000 era point de encontro da população recifense nas idas à praia.

Os preceitos higienistas e seus derivados, enquanto sistemas de interpretação da realidade, lidam com as contradições urbanas apenas em relação aos seus sintomas, sem se preocupar com suas causas reais. O método da urbanização capitalista atua no sentido de ocultar a raiz social dos problemas citadinos: a propriedade privada, a desigualdade socioeconômica, os processos de expropriação e precificação da terra, além das outras complicações oriundas das relações sociais.

Nesse sentido, convém destacar o que Ananya Roy (2005) denomina de “estetização da pobreza”, onde o foco da transformação da urbe encontra-se no aspecto físico e não existe preocupação em melhorar as vidas de seus habitantes. A autora cita como exemplo o programa Favela-Bairro implementado nas favelas cariocas. Apesar de ter produzido algumas significantes alterações infraestruturais, isso não é suficiente para resolver séculos de apagamento, marginalização e afastamento da cidade “formal”. Roy (2005) atribui as limitações dessa concepção de melhora urbana às próprias deficiências da ideologia espacial. A ênfase no aperfeiçoamento material, para autora, é um reflexo da alta modernidade e seu excessivo apego à aparência. A busca por uma ordem racional em termos estéticos está intimamente relacionada a uma ideia de cidade eficiente, que aparenta ser regimentada e ordenada.

O problema dessa abordagem estética é *quem* define a agenda de aperfeiçoamento do espaço urbano? Para *quem* ela é determinada? E mais importante, baseado *em quais* critérios? Nesse sentido, Harvey (2017) elaborando sobre as condições urbanas na pós-modernidade, aponta a orientação descarada do planejamento ao mercado. O problema maior dessa simbiose entre o urbanismo e o capital é a constituição de espaços com objetivo de atender às necessidades do consumidor privado e rico, deixando a margem o público e pobre. As disciplinas da arquitetura e do urbanismo, então, alimentam a roda do capitalismo e representam uma parte fundamental da acumulação e escoamento de excedentes do capital, dessa forma, também atuam como reprodutores da ordem estabelecida e perpetuam os regimes de dominação existentes.

Nessa perspectiva, Ananya Roy (2005) propõe uma mudança da concepção estética para a “*politics of shit*” proposta por Appadurai (2002). Arjun Appadurai (2002) no texto “Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics” desenvolve uma análise sobre três organizações civis²⁶ da Índia – autodenominadas “the Alliance” – que criam redes locais, nacionais e internacionais com governos e instituições

²⁶ As três organizações citadas por Appadurai (2002) são: a ONG SPARC, o National Slum Dwellers Federation e a Mahila Mila (cooperativa que representa grupos de ajuda a mulheres).

em defesa de uma estratégia política que reivindique melhores condições urbanas para as favelas. Um dos projetos realizados por essa parceria são os “*toilet festivals*” que desenvolvem o que o autor denomina de “*politics of shit*”. A questão da eliminação de dejetos humanos, do transporte de água e excrementos que, a partir do século XIX, denominam a própria concepção de saneamento básico, sempre foi uma preocupação da urbanização, constituindo ao longo de vários períodos da história urbana as principais causas de insalubridade e de epidemias.

Atualmente, mesmo após tantos séculos, as favelas espalhadas pelo mundo ainda sofrem com essa questão, adereçada primordialmente ao crescimento das cidades, mas negligenciada quando se trata das periferias urbanas. É fato que as favelas mundiais sofrem com a falta de saneamento básico e muitos convivem em ambientes insalubres, em meio as próprias fezes. Na Índia o caso é mais dramático, uma vez que a ausência de banheiros – sistema de esgoto, ventilação e água corrente – tornam o ato humano de defecar, nas palavras do antropólogo indiano “humilhante”. Na parte urbana das cidades, as filas para os poucos banheiros que existem são enormes e, por vezes, uma pessoa precisa esperar por horas para conseguir usá-los.

Dirigindo-se a esse assunto, “the Alliance” produz esses “*toilets festivals*” que consistem na exibição de banheiros públicos projetados para e pelos pobres, com funcionalidade e limpeza. Esses banheiros são expostos para funcionários do Estado, do Banco Mundial e empresários da classe média. Appadurai (2002) afirma que essa prática é uma política de reconhecimento a partir de baixo. Quando trabalhadores do Banco Mundial, agentes estatais e dirigentes precisam examinar as virtudes de um banheiro público, discutir seus méritos e importâncias com os próprios “defecadores”, a condição de pobreza se transforma de abjeção para subjetivação e essa é, por definição, a importância da “*politics of shit*”. Uma noção que considera a infraestrutura não apenas como um problema técnico, mas sim um processo político, indicando que aquilo que está em disputa na informalidade urbana é o direito à cidade.

2.3 “Formal” versus “informal”

Ananya Roy (2005) no artigo “Urban informality: toward a epistemology of planning” discute o tema da informalidade como uma questão que está de volta na agenda internacional de discussões do desenvolvimento e do planejamento urbano. A autora pontua que existem duas estruturas de pensamento contrastante no que se refere a essa

discussão. Uma relaciona-se com a perspectiva do crescimento exagerado das urbes e apresenta-se a partir de uma linguagem de crise. A segunda expõe uma imagem da informalidade como um empreendedorismo heroico, onde os indivíduos a margem usam a criatividade como resposta à falha do Estado em prover as necessidades básicas. Roy (2005) argumenta que apesar de à primeira vista ambas as visões parecem opostas, elas revelam importantes similaridades, uma vez que as duas enxergam o informal como apartado do formal.

Além disso, implícito a essas duas concepções está a promessa de que o setor informal será eventualmente integrado à economia formal e a legalidade, e, então, o capitalismo poderá fluir para todos os cantos do mundo. Esse ponto de vista demonstra como a informalidade é primeiramente associada à pobreza e, no mesmo sentido, ambas são causadas pela segregação ao sistema capitalista transnacional.

A prática informal é comumente compreendida como algo do campo da irregularidade, da ilegalidade e da desordem. Em outras palavras, essas informalidades – consideradas excluídas do capitalismo e apartadas do sistema “formal” das cidades – precisam ser consertadas, organizadas e planejadas a qualquer custo. O que ocorre na prática é a produção de uma geografia desigual, um urbanismo fragmentado onde uma grande parte do território urbano é ocupado por favelas ou habitações precárias (como as palafitas, por exemplo) contrastando com os enclaves privados dos condomínios de luxo. Isto representa um acesso desigual as infraestruturas urbanas de acordo com a parte da cidade habitada e o capital possuído.

Ananya Roy (2017) coloca que a informalidade urbana é da competência tanto dos cidadãos ricos, quanto pobres e, além disso, tem importância fundamental para a classe média e o Estado. Grandes obras como shoppings, condomínios de luxo, arenas esportivas etc. são construídas ignorando diversas leis urbanas (como leis ambientais ou de vizinhança), porém são designadas “formais” pelo Estado, que muitas vezes atua ativamente na aprovação desses projetos. Por isso, e por serem expressões do poder de classe, podem reivindicar legitimidade, serviços e infraestruturas. Considerando isso, conclui-se que a divisão não é entre o que é formal ou informal, mas sim entre tipos de informalidade.

A autora explicita que não é por acaso essas distinções são feitas. Há uma valorização das informalidades da elite, dos empreendimentos com aspecto de “classe mundial”, e uma criminalização das informalidades periféricas com objetivo de produzir uma geografia específica e desigual. Assim, os “espaços informalizados são recuperados

através da renovação urbana, enquanto os espaços formalizados acumulam valor por meio da legitimidade conferida pelo Estado” (ROY, 2017, p. 16). Ademais, o aparelho legal e de planejamento possui o poder de suspender impedimentos para construção de determinada obra, estabelecendo assim quais informalidade irão prosperar e quais irão desaparecer. Dessa forma, a informalidade – principalmente no aspecto da propriedade urbana – não é uma questão unicamente de burocracia ou tecnicidade, mas sim uma disputa política dentro das cidades.

Dessa forma, é fundamental questionar os sentidos sedimentados de “formal” e “informal”, uma vez que à primeira vista pode ser óbvio que são as classes mais pobres a se utilizarem da ocupação informal e ilegal da terra. Contudo, a realidade é que grande parte da cidade é ocupada por meio do descumprimento da lei. É preciso refletir, portanto, quem autoriza o mau uso da lei? Quem define a propriedade da terra e suas formas de utilização? Quem estabelece que espaços serão desapropriados e quais serão valorizados? Por meio de que instrumentos? O que Ananya Roy (2009) argumenta é que a informalidade é fruto das estruturas de poder, ela não é apenas produto do Estado, mas é utilizada por ele para produzir novos usos, desvalorizando os atuais e, ao mesmo tempo, criando práticas para um futuro gentrificado. Essa seria a informalidade empreendida de cima para baixo.

No sentido da dicotomia “formal” e “informal”, considerando esses dois conceitos mais como semelhantes do que antagônicos, um acontecimento urbano da cidade do Recife me assoma: a ocupação do Cais José Estelita pelo Movimento Ocupe Estelita (MOE). O MOE foi objeto da minha Dissertação de Mestrado²⁷ onde eu trato, entre outras coisas, da temática de movimentos sociais urbanos como disseminadores da noção de direito à cidade e direito à participação na construção e reconstrução das urbes. O que é relevante para essa discussão e, por isso, tratarei aqui é o entendimento de como a “formalidade” é uma ideia moldável a serviço do capital.

O Ocupe Estelita foi um movimento de ocupação contra a construção do empreendimento de luxo denominado “Novo Recife” que previa a construção de doze torres de até quarenta andares em terreno da União no centro da capital pernambucana. Apesar do absurdo da lógica de cidade contida na concepção desse projeto, para efeito do argumento traçado aqui, eu vou me ater as supostas *legalidades* e *ilegalidades* de todo o processo.

²⁷ Para quem desejar aprofundar-se na temática sugiro a leitura da própria Dissertação “‘Onde queres Dubai sou Pernambuco’: entre reminiscências e prospecções futuras do Ocupe Estelita” (BULCÃO, 2019)

A história do “Novo Recife” já se inicia com uma falcatrua, quando o leilão do terreno realizado em 2008 foi julgado fraudulento pela Polícia Federal em 2015²⁸, isto porque, o espaço foi arrematado a um preço inferior ao do mercado em cerca de R\$ 10 milhões. Posteriormente, em 2014, a obra é embargada²⁹ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dado que o consórcio de empreiteiras não tinha a aprovação do órgão para demolição nessa área considerada de patrimônio histórico. Para além disso, a obra não tinha autorização do Departamento de Infraestrutura e Transportes (DNIT) – que era proprietário da área contígua que possuía uma linha férrea em plena atividade – e nem os Estudos de Impacto Ambiental e de Vizinhança. Apesar de todas essas ilegalidades e do embargo, na calada da noite do dia 21 de maio de 2014, inicia-se a demolição dos armazéns do Cais José Estelita. É também nesse mesmo dia que começa a ocupação do cais.

No dia 29 de maio do mesmo ano, contrariando a decisão da Justiça Federal em Pernambuco que determinava a proibição da derrubada dos galpões da área, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determina a reintegração de posse do terreno, chegando o juiz a ordenar “a retirada dos *invasores* da área do imóvel, com o *apoio de força policial*, se necessário”³⁰ (grifos nossos). A reintegração de posse veio em 17 de junho de 2014, dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo onde Recife era uma das cidades sedes, e veio não apenas com o apoio da força policial, mas com uso excessivo de força³¹ deixando diversos feridos. A narrativa do Ocupe Estelita não termina exatamente nesse ponto, tendo as lutas e disputas se prolongado no decorrer de cinco anos.

Por fim, os galpões foram demolidos no ano da minha defesa de mestrado. Atualmente, alguns edifícios já foram erigidos e exibem seu esqueleto à urbanização vertical recifense. Aqui, as noções de formal e informal se borram diante de um pensamento ético e coletivo de cidade. O Projeto Novo Recife é dito um empreendimento *formal* que contou com o apoio da força policial e judiciária do Estado. Os ocupantes do terreno, esses são vistos e julgados como “invasores”, e a eles cabe ou o consenso ou a

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/09/pf-confirma-fraude-no-leilao-do-terreno-do-cais-jose-estelita-no-recife.html>. Acesso em 22 de ago. 2022

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/no-recife-iphan-embarga-demolicao-de-armazens-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em 22 de ago. 2022

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/tjpe-determina-reintegracao-de-area-invalida-no-cais-jose-estelita-recife.html>. Acesso em 22 de ago. 2022

³¹ A reintegração do Cais José Estelita é repudiada pela Anistia Internacional, o Ministério Público Federal (MPF) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pelo uso excessivo da força. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/mpf-e-ufpe-repudiam-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em 22 de ago. 2022

força. Ananya Roy (2005) questiona se é possível ser subversivo diante de tanta cumplicidade com o sistema capitalista. O Ocupe Estelita mostra que talvez. Talvez se as circunstâncias forem adequadas e o sistema estiver em crise³² é possível adiar a construção de empreendimentos opressivos. A autora, utilizando a frase da poeta feminista Audre Lorde³³, propõe um trocadilho muito pertinente “as ferramentas do mestre não podem derrubar a casa do mestre, mas talvez quando estrategicamente usadas podem permitir aqueles que estão de fora ocupar a casa do mestre” (tradução da autora) (ROY, 2005, p. 115).

O que Roy (2005) propõe e é fundamental para a compreensão dos processos de transformação urbana como ferramentas capitalistas de exclusão. A informalidade não está apartada do Estado, mas é na verdade um produto dele mesmo, fruto de diferentes níveis de poder e exclusão. Esta é enxergada pela autora como um *modo de urbanização* cujo objetivo opera a favor do capitalismo e daqueles que, considerados dentro do sistema capitalista, possuem capital para empregar e investir. Nesse sentido, Roy (2003, 2009) define o “*unmapping*” como uma das estratégias de apropriação de espaços periféricos pelo Estado.

Roy (2003) desenvolve esse conceito a partir dos resultados de sua pesquisa de campo na periferia de Calcutá descrita no livro “*Requiem, Calcutta: gender and politics of poverty*”. O livro começa com a autora narrando sua saga para conseguir o plano diretor da área metropolitana da cidade. A epopeia dela por entre a burocracia dos órgãos e secretarias de planejamento a procura dos registros de propriedade da parte sudeste da metrópole revelou-se um emaranhado de (falta) informações, fronteiras difusas e as políticas de uma urbe não mapeada. O resultado disso é que sem um registro oficial ou conhecimento público a respeito da posse de determinado espaço, essa decisão fica a critério do Estado. Dessa forma, ele pode a qualquer momento declarar esta área como sua propriedade e, portanto, determinar seus usos e atribuições, independente da sua ocupação corrente.

Apesar do conceito proposto por Roy (2003) tratar literalmente de uma cidade não mapeada, a ideia dessas fronteiras instáveis e maleáveis a critério do poder estatal pode

³² Uma das conclusões chegadas na minha tese foi que o Ocupe Estelita conseguiu impedir por tantos anos a construções do Projeto Novo Recife por uma série de circunstâncias políticas e econômicas que estavam acontecendo no país na época. Por exemplo, a crise econômica no setor imobiliário e a Lava Jato que citou diversas empreiteiras recifenses envolvidas no empreendimento.

³³ A frase citada por Ananya Roy (2005), da poeta Audre Lorde é a: “the master’s tools will never dismantle the master’s house”.

ser aplicada a realidade brasileira e a própria lógica da especulação imobiliária. Por exemplo, no contexto das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016, duas situações de remoção em periferias (Morro da Providência e Vila Autódromo) representam bem a concepção do “*unmapping*” como ferramenta de apropriação e ressignificação dos territórios pelo Estado. No plano das Olimpíadas, a Vila Autódromo, na Zona Oeste carioca, precisava ser desocupada para dar lugar as vias que iriam permitir o acesso ao Parque Olímpico³⁴. Pela privilegiada posição geográfica e nascida de uma vila de pescadores, a Vila já sofrera diversas tentativas de desocupação, porém, o projeto de cidade Olímpica foi o que teve maior êxito, conseguindo remover cerca de 97% das famílias que moravam na área³⁵.

O Morro da Providência apresenta história semelhante. Localizado próximo a obra do Porto Maravilha, também foi alvo da especulação imobiliária causada pela reestruturação urbana “Rio 2016”. O motivo das remoções foi a construção de um teleférico que ligaria a Ladeira do Barroso (parte do morro) com a Central do Brasil e a Cidade do Samba. Sob pretexto de facilitar o deslocamento da população, mas sem consultar os moradores a respeito da melhor localização para a estação na favela, a proposta previa a remoção de 832 famílias e se apresentava também como um empreendimento turístico de construção de um imaginário caricatural das favelas (BRAGA, 2015). Passado o período Olímpico quando todos os olhos dos investidores internacionais estavam voltados para o Brasil e, mais especificamente, o Rio de Janeiro, o espólio para a população que restou no Morro da Providência é um teleférico que há cinco anos não funciona e cuja estação da Gamboa deixou de funcionar no mesmo ano do Jogos Olímpicos (dezembro de 2016)³⁶.

O que essas situações demonstram são as estratégias empreendidas pelo Estado que consistem em remoção imediata (pela força) ou processual (pelo aumento do custo de vida) para a construção de espaços exclusivos e espetaculares, destinado a atrair uma demanda de público específica e reestruturar a geografia urbana, expulsando os pobres

³⁴ A história das remoções da Vila Autódromo antes e durante as Olimpíadas foi resumida em reportagem do El País “Remoções na Vila Autódromo expõem lado B das Olimpíadas do Rio”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html. Acesso em 22 de ago. 2022

³⁵ O legado das desocupações Olímpicas foi registrado em matéria do Diário do Rio intitulada “A Vila Autódromo cinco anos depois das Olimpíadas”. Disponível em: <https://diariodorio.com/a-vila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/>. Acesso em 22 ago. 2022

³⁶ A situação do teleférico do Morro da Providência foi registrada em matéria do G1 intitulada “Moradores do Morro da Providência, no Centro, sofrem com fechamento do teleférico há cinco anos”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/08/teleferico-do-morro-da-providencia-no-centro-fechado-cinco-anos.ghtml>. Acesso em 22 ago. 2022.

das áreas centrais ou de interesse imobiliário, para as regiões cada vez mais distantes e periféricas.

Por isso, é fundamental discutir a questão da informalidade, tema-chave para países do Sul Global, como uma estratégia empreendida tanto pelos ricos, corporações e Estado, quanto pelos pobres. O caminho para lidar com ela, apontado por Roy (2005), passaria pelo reconhecimento de uma informalidade de baixo para cima. Em outras palavras, a compreensão do direito à cidade e de que formas essas reivindicações não se adequam ao modelo tradicional de propriedade privada do capitalismo. As práticas informais não seriam apenas um antagonismo a formalidade, mas sim, representariam os diferentes processos de poder e exclusão do meio urbano.

Por isso, Roy (2005) sugere a informalidade como uma lógica organizada, uma série de transações que conectam diferentes economias e espaços. Um sistema que influencia diretamente na transformação urbana e que funciona em benefício da manutenção das desigualdades, ou seja, um modo de urbanização em si mesmo. A informalidade não seria algo antagônico à legalidade, mas sim um produto das próprias estruturas de poder. Nesse sentido, propõe-se que os sistemas e práticas informais deveriam ser pensados epistemologicamente como uma questão política e não apenas infraestrutural.

Ao mesmo tempo, indo na contramão da lógica corrente urbana cujo objetivo é padronizar o espaço, eliminando todo o dissenso e possibilidade de confronto, é preciso pensar a informalidade também como representação de um processo histórico, econômico e social nas metrópoles do Sul Global e, por conta disso, integrá-la a lógica do planejamento urbano e da própria urbanização. Para isso, é precípuo compreender de que forma o capitalismo atuou na construção dos paradigmas urbanos vigentes.

2.4 O urbanismo em questionamento: um saber capitalista?

Françoise Choay (2018) em seu livro “O urbanismo” traça um quadro histórico importante para a compreensão do urbanismo como uma prática aliada ao surgimento da sociedade industrial. Essa disciplina tem a pretensão de uma universalidade científica baseada em uma busca por um “ponto de vista verdadeiro” sem, contudo, escapar a perspectiva do imaginário (2018, p.2). Para isso, a autora trabalha com duas correntes hegemônicas dentro do urbanismo: o progressista e o culturalista. Enquanto o progressista é orientado pelo deslumbramento ao futuro e as inovações técnicas, ou seja, ancora-se na

ideia de modernidade e do privilégio à razão, à produtividade e à eficácia. O urbanismo culturalista, por outro lado, apoia-se em uma visão quase nostálgica do passado, o coletivo humano prevalece sobre os indivíduos e a noção cultural sobre a material da cidade.

Contudo, apesar de à primeira vista opostos, ambas correntes tem nuances e aproximações entre si. Entre elas evidencia-se o lugar de destaque dado ao tema da higiene, tanto no ponto de vista da higiene mental, quanto material e física das metrópoles. As *garden-cities* – modelo mais difundido do urbanismo culturalista – têm, inclusive, várias semelhanças com as cidades radiosas do urbanismo progressista. Outro ponto em comum é a ênfase à questão estética, os progressistas pensavam seus projetos como quadros ou obras de arte, de outra perspectiva, os culturalistas, apesar de tentarem escapar a esse erro, ainda permaneceram dentro de uma determinada estética.

O que se percebe nesses dois casos é a visão do urbanista prevalecendo sobre a análise real da sociedade, seus problemas, seus desejos e anseios. Choay (2018) chega a afirmar que o “planejamento das cidades não é objeto de uma ciência rigorosa” e que a própria noção de “um urbanismo científico é um dos mitos da sociedade industrial” (2018, p. 49). A cidade real perdeu-se nas ideias e ideais de uma cidade do futuro (ou do passado) e o urbanista tornou-se o autor de um monólogo que não escuta a plateia com quem deveria dialogar, isto porque, ignora os aspectos relacionais, sociais e afetivos presentes na urbe, focando excessivamente na sua função. Essa é uma das principais críticas formuladas pela autora e que ressoa na prática, nos usos e atribuições das nossas metrópoles.

Aliado ao autocentrismo do urbanista movido pela própria idealização, o capitalismo transnacional da sociedade de redes exacerba ainda mais o aspecto estético transformando as urbes em um jogo de espelhos (por vezes, literal), onde a cidade é reproduzida infinitamente a partir de uma memória visual, uma arquitetura do espetáculo sustentada na aparência de brilho superficial, “de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade” (HARVEY, 2017, p. 91). É fato que por trás de qualquer proposta de planejamento existe um sistema de valores, poderes e tendências que influenciam seu desenvolvimento e seu objetivo final. A reforma urbana exerce papel fundamental no capitalismo sendo por onde ele escoar seu excedente de produção. Para além, em um contexto de um capitalismo transnacional, em uma sociedade com fronteiras fluídas e onde as cidades transformaram-se também em negócios, a reestruturação das urbes assume a função – catalisada principalmente por megaeventos – de ser aquilo que difere uma metrópole “em desenvolvimento” de uma “*world-class-city*”.

2.4.1 Urbanismo progressista (C.I.A.M) e a Carta de Atenas

O urbanismo progressista acabou prevalecendo sob os outros, talvez pela sua adequação a certos preceitos do capitalismo – como a máxima produtividade e eficácia – e atualmente percebe-se versões desse modelo sendo ainda aplicadas nas urbes pelo mundo. Charles-Édouard Jeanneret, conhecido como Le Corbusier, é o nome mais polêmico e reconhecido desta vertente. A ele é atribuída boa parte das citações referenciadas a esse modelo, além da responsabilidade pela sistematização das ideias de outros arquitetos da mesma geração.

Disseminando os princípios da modernidade e influenciados pelas ideias racionalistas contidas na obra “La cité industrielle” do arquiteto Tony Garnier, a datar de 1928, o urbanismo progressista toma forma a partir de um movimento internacional, o grupo dos C.I.A.M (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Ancorados na indústria e na arte de vanguarda, urbanistas de todo o mundo produzem em 1933, como formulação doutrinária, a Carta de Atenas. O documento institui diretrizes e saberes para o planejamento de cidades a partir de uma concepção funcionalista e racionalista do espaço urbano onde cada uma das quatro funções propostas (vida, trabalho, diversão e circulação) possuíam seu espaço distinto no plano urbano.

Originando-se de uma ideia de “homem-tipo”, onde pressupõe-se que as poucas necessidades humanas são universais, uma vez que todos os homens eram feitos da mesma forma, ocupavam os mesmos lugares e desempenhavam as mesmas funções. Portanto, era preciso produzir um “tipo ideal de localização humana”, algo que resolvesse o problema da forma das cidades de modo eficiente e barato (CHOAY, 2018, p. 21). Assumindo como prioridade a eficácia e rendimento máximo, esses planejadores propunham adotar o mesmo projeto de cidade independente de sua localização no globo.

Em outras palavras, o plano da cidade progressista não dependia das tradições culturais, as urbes deveriam ser padronizadas e estandardizadas para atender os critérios de produtividade e os paradigmas estéticos atemporais estipulados por esses urbanistas. A saúde e higiene destacam-se como pontos fundamentais na constituição de uma cidade funcional, elas deveriam estar associadas as noções de sol e de verde. A rua é estigmatizada como lugar da barbárie, da sujeira e da desordem, portanto deve ser eliminada. O número de ruas existentes deve ser reduzido e substituído por passarelas

curtas sobre estas, enquanto os cruzamentos deveriam ser abolidos, uma vez que eram considerados os inimigos da circulação.

A Carta de Atenas preconiza uma ordem rigorosa equivalente a um nível de efetividade instrumental, para isso a urbe deve ser fragmentada, classificada e cada parte ocupar uma função específica. A circulação, conceito-chave para esse paradigma urbano, é apoiada na lógica do automóvel e das autoestradas que recortam a geografia urbana criando espaços de exclusão e acesso.

A cidade que mais se aproximou das diretrizes constituídas pela Carta de Atenas foi a planejada Brasília, projetada com a ajuda de Lúcio Costa, pupilo de Corbusier, no final dos anos 1950. Atualmente é perceptível que a forma-função política específica atribuída a capital não poderia ser garantida apenas por suas divisões. Uma outra urbe, cada vez maior e não planejada, começou a crescer ao redor da cidade planejada. As “cidades satélites” como são denominadas as periferias de Brasília, ou seja, tudo aquilo que se encontra à margem do Plano Piloto, foram erigidas pela expulsão dos trabalhadores que laboraram na própria construção da capital do Brasil.

Brasília explicita os preceitos arquiteturais e urbanísticos apresentados na Carta de Atenas e, sendo uma cidade originada da prancheta, é planejada de forma a abolir a rua enquanto lugar da heterogeneidade. Na maioria das metrópoles ao redor do mundo, a saída da casa é para a rua, você pode morar em uma rua movimentada, com a presença de comércios ou em uma tranquila e arborizada, mas a lógica da via pública prevalece. A rua é o intermédio entre o privado do lar e o público e coletivo do espaço urbano. Na capital do Brasil, por sua vez, a porta da residência encontra o conjunto habitacional – o lugar da moradia – e, após isso, as entrequadras comerciais – o local, o comércio. O público e o privado possuem distinções muito claras e delimitadas. Considerada pelo urbanismo moderno o lugar da desordem e o foco de doenças, a Brasília planejadamente organizada, elimina a rua e as esquinas impondo novos códigos de locomoção urbana.

Como na utopia dos planejadores do C.I.A.M, Brasília desenvolve-se como uma cidade de vias expressas, becos residenciais e ausência de cruzamentos e esquinas. Nessa disputa de forças quem se prejudica é o pedestre: quem pode, usa o carro. Assim, a capital vai aos poucos se configurando como uma metrópole hierarquizada e elitista, que, pela ausência do ambiente urbano da convivência, interioriza suas relações de sociabilidade, substituindo a espontaneidade dos encontros, pela formalidade dos convites, conferindo aos habitantes brasileiros a sensação de isolamento.

A falta da multidão humana e do movimento concedeu a Brasília o título de uma metrópole onde “falta calor humano”. Isto se representa pelos moradores isolados em suas casas, pela dependência do automóvel para a locomoção, revelando as esquinas e ruas como importantes espaços para a constituição da sociabilidade urbana e para o convívio com a diferença. A esquina transforma-se, então, em “metonímia para o sistema de intercâmbio, existente nas ruas, entre pessoas, casas, comércio e tráfego” (HOLSTON, 1993, p. 113).

Brasília se apresenta como uma cidade para automóveis, onde o pressuposto para circulação é a aceleração sobre rodas. A movimentação acelerada gera o apassivamento, a desconexão e o isolamento. A capital do Brasil se apresenta como uma cidade excludente onde os ideais de seus planejadores não foram capazes de prever as dinâmicas sociais e econômicas de seus habitantes. Nesse sentido, os *desires paths*, caminhos do desejo ou até mesmo atalhos, criados pela teimosia e pela política do menor esforço do pedestre são importantes dados para se repensar as formas de se construir e planejar cidades. Tom Hulme (2016) em palestra para um TED Talk³⁷ utiliza esses caminhos para falar sobre a experiência do usuário e o design de produtos. O tema, à primeira vista, parece ser bem distinto do urbanismo, mas assim como Hulme (2016) usa os atalhos para falar de tecnologia, eu usarei seu TED Talk para falar sobre a construção de uma cidade humanizada.

Hulme (2016) pontua a importância do design de produtos se ater a vida real, usando o exemplo dos atalhos da Esplanada em Brasília (Figura 4), ele demonstra como Lúcio Costa e Niemeyer foram incapazes de “*future-proof*” o plano piloto para os pedestres. Isso me fez lembrar um texto de Ananya Roy (2009) onde ela discute a visão da Índia como um país incapaz de planejar o futuro das suas cidades. A autora inicia o texto contando o caso, publicado em artigo do New York Times, da construção de um novo aeroporto em Bangalores, considerada a Silicon Valey indiana.

Primeiro, o aeroporto foi construído a cerca de 33 km da cidade e a rodovia que deveria conectar os dois pontos não possuía capacidade para o tráfego existente. Depois, o suprimento de água da metrópole não chegava à área do aeroporto, então as lojas, os escritórios e todos os estabelecimentos dos arredores não puderam ser construídos. Os motivos apontados pelo New York Times para a série de fracassos são vários, mas o principal deles aponta o dramático crescimento urbano da Índia como causa para a

³⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P9B8PmUR64U>. Acesso em 23 de ago. 2022.

impossibilidade de até o mais perspicaz dos planejadores não conseguir executar sua visão.

Figura 4 – Esplanada dos Ministérios (DF): Desire paths



Fonte: Print screen do Google Earth em 25 de ago. de 2022.

A narrativa enxertada a esse país não é alheia a concepção das metrópoles caóticas de “Terceiro Mundo”, incapazes de qualquer planejamento ou concepção de futuro. A questão, porém, não deveria ser a inabilidade de determinada cidade de se adaptar aos planos de um urbanista e/ou arquiteto, mas sim a ineptidão do planejador de aventar um projeto que se adapte à realidade da população local, à suas dificuldades e desafios. Então, como entender as reais necessidades dos habitantes? Hulme (2016) sugere uma solução: inaugurar para aprender. Em outras palavras, criar um plano que pressuponha a possibilidade de mudança, de adaptação. Para exemplificar esse ponto, Hulme (2016) cita como exemplo a Universidade da Califórnia que primeiro construiu seus prédios e só meses depois, a partir da observação dos caminhos criados pelos atalhos de uso, pavimentaram esses *desire paths*.

O terceiro ponto está intimamente conectado ao segundo: permaneça responsivo. Isso implica manter a humildade e empatia de reconhecer a importância da vivência cotidiana e, para além disso, ser capaz de incorporá-la ao plano original, tornando-o continuamente adaptado aos usos práticos de seus indivíduos. Em vista disso, planejar e reformar cidades deveria ser um exercício a serviço de seus habitantes e não do capital, das corporações e das empreiteiras. Dessa forma, demonstra-se fundamental pensar fugas

aos mapas paradigmáticos das cidades contemporâneas. Como construir atalhos a partir das corporalidades, das vivências e das construções coletivas?

2.5 Qual a fuga do mapa capitalista?

Muniz Sodré (2019) por meio da análise do terreiro como forma social, territorial e comunicacional, ou seja, lugar da diferença e da pluralidade, destaca que a arquitetura e o urbanismo foram técnicas utilizadas para a homogeneização de padrões ideológicos ancorados não apenas na economia, mas no próprio mecanismo colonizador. Esses artificios coloniais fundamentais para a conquista de espaços, introjetam-se na formação dos lugares e princípios racistas e elitistas. Sodré (2019) afirma que as cidades são “capitalisticamente planejadas” do esboço das ruas, a valorização de determinados pontos da cidade, até a posição dos edifícios de serviço público, tudo com “vistas à fascinação e ao esmagamento das diferenças” (SODRÉ, 2019, p. 19).

Paola Jacques (2011) em seu livro “Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica” disserta sobre uma estética da arquitetura da favela como alternativa para o monopólio imagético da arquitetura tradicional. Segundo a autora é preciso reconhecer o status estético das favelas brasileira para melhor compreender seu dispositivo espacial próprio e, ao mesmo tempo, questionar antigos conceitos entronizados na disciplina arquitetônica erudita. Para isso, Jacques (2011) utiliza a obra de Oiticica, a partir da sua experiência na Mangueira, como ponto de partida para a descoberta de um outro ritmo, temporalidade e corpos citadinos. Um corpo menos individual e mais autônomo, mais voltado para a ideia de comunidade e coletividade.

Jacques (2011) contrapõe a ideia do projeto – relacionada a arquitetura e urbanismo enquanto disciplinas racionais da repetição – a noção de labirinto que seriam espaços abertos a experiência, ao outro, aos caminhos construídos pela corporalidade. O projeto, por sua vez, seria a verdadeira prisão, o “inverso da experiência, é a antecipação do mapa, a vista do alto do cume da pirâmide, a visão total” (2011, p. 96). A paisagem visual descrita pela autora é semelhante a ideia de *voyeur* definida por Certeau (1998).

Michel de Certeau descreve o *voyeur* como a figura urbana que enxerga a cidade do alto, aquele que foge da massa, dos amontoados e ritmos urbanos. Em confronto a essa figura, estariam os “praticantes ordinários da cidade”, os caminhantes e pedestres, aqueles cujo “corpo obedece aos cheios e vazios e de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo” (CERTEAU, 1998, p. 171).

Seriam, na ideia de Certeau (1998) os praticantes ordinários que construiriam os labirintos nomeados por Jacques (2011). São os pedestres e caminhantes que experienciam as ruas e a cidade, são eles que criam atalhos e novos usos para os espaços. Então, de certa forma, seriam esses andarilhos os responsáveis pela constituição dos *desires paths*. E uma vez ciente da existência desses caminhos, como comenta o próprio Tom Hulme (2016), é impossível não os ver em todos os lugares. Foi então que essas vias começaram a aparecer de muitas formas pra mim nas minhas andanças pelas ruas do bairro que eu moro em Olinda (PE). Eles apareceram como caminhos do desejo, como desvios a norma, mas também como necessidade. Como algo que emerge para suprir a ausência do olhar público as calçadas mal pavimentadas, ou a irregularidade na coleta do lixo, ou até mesmo, o exercício máximo da individualidade e da noção de propriedade privada.

Em uma cidade projetada para o modelo acelerado do automóvel é a avenida que substitui a calçada. Em bairros construídos a partir do individualismo, do isolamento e do medo, a calçada é a extensão da casa e o estacionamento do carro. O pedestre neste precisa aprender a traçar seus próprios atalhos como fuga a ruas que os rejeitam enquanto caminhantes. As calçadas nesse bairro residencial de Olinda apresentam-se como obstáculo ao percurso, tanto que muitas vezes é mais fácil desafiar os carros do que enfrentar seus buracos e correntes. A cidade é feita para atravessá-la a quatro rodas, mas seus praticantes ordinários disputam suas finalidades e subvertem os seus usos. Seus habitantes produzem atalhos da necessidade e caminhos do menor esforço contra um projeto de cidade desavergonhadamente capitalista.

As disciplinas da arquitetura e do urbanismo possuem como objetivo a eliminação e o controle do labirinto, das práticas não institucionalizadas e ordinárias. Essas ciências planejam constituir cidades inspiradas na lógica moderna unitária, apoiadas no mapa, urbes piramidais ou arbóreas, cujo sistema de pensamento se orienta na lógica simplificada, ordenada e binária. São direcionadas para a ordenação racional dos ambientes e firmadas no sentido do (de)calque – da repetição e reprodução – com propósito de limitar a experiência pessoal e coletiva do labirinto.

Jacques (2011) utiliza, então, a Tropicália, inspiração da obra de Oiticica, para a produção de um trabalho multissensorial, uma cartografia sentimental do Rio de Janeiro e da favela, para negar o estrangeirismo e fazer uma afirmação à heterogeneidade. Isto porque este movimento artístico-cultural objetivava uma imagem brasileira total, o

reposicionamento dos cânones artísticos não mais na função Estados Unidos³⁸, mas sim no sentido da América do Sul e Brasil.

Como saber europeizado racionalizado e, por isso, pensado a partir do fundamento da unicidade, a arquitetura e urbanismo repudiaram tudo aquilo que não se encaixava aos seus cânones civilizadores. Para isso, essas disciplinas investem-se do espetáculo para fabricar aparências de modernidade, o foco é nos materiais (produtos da industrialização e da acumulação capitalista) e na estética das fachadas, desconsiderando os efeitos sobre a população. Classificando a estética local ou regional como “mau gosto”, incompetente, desorganizada e até desurbanizada, esses saberes ignoram a cultura do lugar, encobrendo as informalidades, as especificidades, as diferenças e desigualdades sociais, disseminando pelo mundo uma série de cidades que confluem em forma e são esteticamente semelhantes.

³⁸ Historicamente após a dominação colonial da Europa sobre o resto do mundo, o Estados Unidos assume o posto de potência mundial, exercendo influência econômica e cultura global.

3. EPISTEMOLOGIAS DO SUL PARA OUTRAS MATERIALIDADES

3.1 Outras epistemologias para outras materialidades

O colonialismo inaugura um movimento de classificação do mundo entre países inferiores e superiores, desenvolvidos e subdesenvolvidos, de primeiro e terceiro mundo, estabelecendo uma hierarquia principalmente econômica, mas sobretudo política e cultural. O prolongamento dessa lógica por meio de um imperialismo sem colônias reflete-se na produção de conhecimento das ciências sociais e na elaboração de discursos e práticas sobre o que é ser uma cidade de “primeiro mundo”. Esses padrões hegemônicos desconsideram as realidades regionais, comunitárias e culturais de um local, ao mesmo tempo em que se apoiam no lucro e no consumo. Na teoria urbana e nos estudos de cidade a consequência é a produção de metrópoles padronizadas, reproduzindo uma mesma fórmula de “sucesso” em diferentes urbes ao redor do mundo.

Se na Recife do século XIX a influência das tendências europeias motivou a construção do Mercado São José como modelo de civilização importado para ordenar os mercados e feiras livres. Na contemporaneidade prevalece a reforma urbana com pitadas de espetáculo como paradigma do capitalismo ocidental. Essa transformação citadina, por sua vez, é ancorada na lógica da competição global entre cidades a qual perdura a referência colonial através das cidades globais e megacidades; da cultura do espetáculo e do megaevento; e das camadas materiais e simbólicas das reestruturações urbanas que se traduzem por meio de um discurso e vocabulário específico.

Aníbal Quijano (2000) discute o colonialismo e suas consequências para a formação de identidades no mundo e principalmente na América Latina. Segundo o autor, o processo de colonização atuou principalmente por meio de duas técnicas: da ideia de raça e do controle do trabalho, dos recursos e seus produtos. A identidade racial foi o principal instrumento utilizado pelos imperialistas para sedimentar as diferenças, criando um senso hierárquico de inferioridade para as colônias, o qual se ancorava em uma suposta naturalidade baseada em traços fenótipos e biológicos.

No curso desse processo de colonização, a Europa, e, conseqüentemente, o europeu, estabelece-se como identidade hegemônica, ao mesmo tempo que, por contraposição, produz nas Américas identidades socialmente distintas: os índios, os

negros e os mestiços. A noção de raça passa, então, a ser associada a determinados lugares e papéis correspondentes, estabelecendo-se como um instrumento de classificação social da população mundial. Por fim, uma imagem de inferioridade do “Novo Mundo” – seus traços fenóticos, culturais e mentais – é construída e legitimada pela produção de conhecimento eurocêntrica.

Outro aspecto importante no domínio das colônias era o controle da produção e distribuição da matéria-prima, assim como a exploração da mão de obra local, relações essas constituídas em torno da associação capital-salário. Aos europeus e brancos era destinado o privilégio do trabalho assalariado, à população local o trabalho servil e escravo. A colonialidade do controle do trabalho, afirma Quijano (2000) determina a geografia social do capitalismo, colocando a Europa como centro desse mundo. A colonização, então, agia não apenas por meio da conquista dos territórios, mas também do domínio do saber, do capital e dos discursos empreendidos sobre e para as colônias.

O continente europeu, portanto, precisou colonizar igualmente as perspectivas cognitivas e os modos de produzir e gerar sentido, em resumo, as subjetividades e expressões culturais. Para isso, era preciso expropriar as produções culturais, reprimir a produção de conhecimento local, e, ao mesmo tempo, impor a cultura do colonizador como forma de facilitar a reprodução e a assimilação da dominação. Assim, a Europa converteu-se no centro do moderno sistema-mundo, desenvolvendo nos europeus um traço comum a todos os conquistadores coloniais e imperiais: o etnocentrismo.

Boaventura de Souza Santos (2010), na discussão sobre a constituição do pensamento Ocidental, disserta sobre um sistema de distinções visíveis e invisíveis estabelecido por meio de uma linha que divide a realidade: a linha abissal. Essa linha, constituinte do pensamento abissal, nega a presença do outro por meio da exclusão da sua própria existência, relegando-a a um estado de sub-humanidade. Nesse sentido, Souza Santos (2010) coloca que a primeira linha moderna foi provavelmente o Tratado de Tordesilhas assinado por Portugal e Espanha em 1494, mas as verdadeiras linhas abissais só passariam a existir a partir do século XVII com as *amity lines*³⁹.

Contudo, o que essas linhas estabelecem na prática é a existência de um mundo colonial e um mundo “civilizado”, instituindo uma lógica de que “para além do Equador não há pecados”, isto porque, o colonial seria o estado de natureza onde as leis e

³⁹ As *amity lines*, ou linhas da amizade, foram estabelecidas no século XVII entre os impérios católicos e protestantes. A ideia inicial era estender a lógica da paz (da amizade) para além do Velho Mundo, contudo, na prática o que ocorreu foi uma legitimação das incursões predatórias para essas colônias.

instituições da sociedade civil não possuem lugar (SOUZA SANTOS, 2010, p. 32). O mesmo raciocínio persiste na constituição do conhecimento moderno, onde a zona colonial torna-se o local das crenças e dos comportamentos ditos inexplicáveis e que, por isso, não podem ser entendidos enquanto saberes. A negação dessas práticas e costumes locais resulta no extremo da rejeição da própria natureza humana desses povos.

Nesse sentido, a teoria social, nas palavras de Mbembe (2001) “sempre tentou se legitimar enfatizando sua capacidade de construir gramáticas universais” (tradução da autora) (2001, p. 9). A partir dessa reivindicação, essa gramática produziu formas de conhecimento que privilegiam a divisão do mundo em categorias, elaborando classificações, relações de similaridade e equivalência, ao mesmo tempo em que determina quais são objetos de investigação. Em caminho semelhante, Roy (2016) entende o eurocentrismo como um problema epistemológico reproduzido em parte por pretensões de universalidade que percebem as diferenças históricas como variações empíricas. A autora argumenta no sentido de uma teoria pós-colonial que, segundo ela, seria uma forma de povoar, ao contrário de descartar, o problema epistemológico do eurocentrismo. O pós-colonialismo seria, então, não apenas um modo de analisar e narrar as pós-colônias, mas também, um método de interpretar as “histórias que o Ocidente conta sobre si mesmo” (tradução da autora) (ROY, 2016, p. 6).

Por meio desses instrumentos, o Ocidente fomentou uma nova perspectiva temporal da história, baseada no reordenamento dos processos históricos e culturais das colônias, de forma que a História contada do passado culminasse em uma única trajetória narrativa cujo o fim era a Europa. Por conseguinte, o continente europeu estabeleceu uma nova gramática de classificações para o resto do mundo onde a dicotomia atuava como regra: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno, em resumo, Europa e não-Europa. Essa perspectiva binária e dualista – característica do eurocentrismo – se colocou como hegemonia no percurso de expansão e dominação imperialista sobre o mundo.

Achille Mbembe (2001) discute a construção da identidade europeia em contraposição à africana. Segundo Mbembe (2001) está sedimentada a construção da África enquanto uma ideia, como um conceito que historicamente desempenhou e continua a desempenhar o desejo ocidental de afirmar sua diferença em relação ao resto do mundo. A invenção da noção de África serve a uma dupla função, primeiro ela atua ativamente na constituição do próprio mundo do Ocidente, segundo é alvo das práticas

violentas, excludentes e, paradoxalmente, o repositório dos falsos brados por justiça ocidentais.

Em outras palavras, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento e de modernidade apoia-se em dois mitos fundadores: na concepção de que a história da civilização humana parte de um estado de natureza (primitivo) e culmina na Europa; e na diferenciação entre europeus e não-europeus a partir da ideia de raça como um aspecto natural e não fruto de relações de poder. No entanto, essa concepção eurocêntrica gerou uma resistência intelectual ao redor do mundo. Na América Latina isso ocorreu desde o final do século XIX, mas ganhou força no século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, vinculado ao debate desenvolvimentista.

José de Souza Silva (2011) em seu texto “Hacia el ‘Día Después del Desarrollo’” disserta sobre o desenvolvimento como meta universal, onde a ordem desenvolvimentista das coisas não é apenas um objetivo técnico e sim um destino comum para humanidade. Silva (2011) aponta as semelhanças entre a era colonial e desenvolvimentista, tanto na questão dos métodos, quanto nas consequências ecológicas e culturais. Isto porque, o discurso da globalização atualiza a gramática da dominação e inova a semântica da exploração iniciada com a colonização.

O discurso do progresso no colonialismo imperial é aperfeiçoado através da ideia de “desenvolvimento” do imperialismo sem colônias, iniciado após a Segunda Guerra Mundial. Com a Guerra Fria o mundo divide-se entre os capitalista e comunistas industrializados (desenvolvidos) e os “subdesenvolvidos” – não industrializados – denominados de “Terceiro Mundo”. A lógica do desenvolvimento se apoia na narrativa da existência de países superiores e inferiores, mas também na falsa promessa que retroalimenta o sistema capitalista, sustentando a ideia de que para alcançar esse estado de perfeição – seja ele a civilização ou o desenvolvimento – é fundamental o apoio dos países historicamente exaltados como “Primeiro Mundo”.

Mbembe (2001) discute o reflexo dessa ideia de progresso nos países africanos e do Sul Global. Segundo o autor, essa noção é fomentada para se desintegrar nessas sociedades, ou seja, o que se reitera nas entrelinhas do discurso desenvolvimentista é que o caminho inevitável para esses países é o contingente e desordenado, cujo final sem dúvidas seria o caos. A inevitabilidade do caótico e da desordem são temas recorrentes na categorização do Sul Global e contribuem para falsa promessa do desenvolvimento/progresso. Os “primitivos” do colonialismo não se tornaram

“civilizados”, da mesma forma que os “subdesenvolvidos” do imperialismo sem colônias não irão converter-se em “desenvolvidos”.

À vista disso, o discurso desenvolvimentista é baseado contemporaneamente na hegemonia estadunidense. Silva (2011) aventa que as condições institucionais para essa proeminência já estavam criadas em 1945 quando Harry Truman assume a presidência do país. Isto porque, no ano anterior, foi sediada, em solo dos EUA, uma conferência com propósito de instituir uma rede de regras, papéis e práticas institucionais cujo objetivo era garantir os benefícios em favor dos vencedores da Segunda Guerra e seus aliados. À frente dessa rede encontram-se o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU). Com o BM e FMI sediados em Washigton e a ONU em Nova York se estabelecia a nova geografia de poder cujo centro disseminador do discurso de desenvolvimento encontrava-se na América do Norte.

Com foco na recolonização do Sul por outros meios, essas instituições estadunidenses utilizaram-se do emblema do “combate ao comunismo” para construir uma cultura do medo e apoiar diversas ditaduras em países da América Latina através, principalmente, da criação da Organização de Tratado de Atlântico Norte (OTAN). A concepção de “desenvolvimento” era utilizada para camuflar a narrativa de crescimento econômico a qualquer custo e, ao mesmo tempo, ocultava a ideia de que para tornar-se um país desenvolvido era indispensável “ser, sentir, pensar, fazer, falar, produzir e consumir como eles” (tradução da autora) (SILVA, 2011, p. 45).

Com a finalidade de consolidar a dicotomia desenvolvidos-subdesenvolvidos do neocolonialismo, técnicas como a criação de lugares autoritários, a privatização de recursos e serviços estratégicos, a mercantilização da vida, e a banalização da participação popular nos espaços de decisão são aplicadas. Aos subdesenvolvidos só resta a opção de aceitar a “ajuda” dos que possuem a solução para superação da “realidade-problema”, isto é, aqueles cujo contexto de modernidade e progresso dispõem do único caminho possível ao desenvolvimento.

É fundamental destacar que o substantivo usado na classificação muda – de primitivo-civilizado para desenvolvido-subdesenvolvido (ou “em desenvolvimento”) – contudo, o sentido contido na gramática dessa divisão permanece o mesmo. A ideia de que determinado continente/país/cidade é superior econômica e culturalmente e, além disso, que sua trajetória de desenvolvimento é a única possível, ainda permanece igual. Esse debate do colonialismo e do atual imperialismo sem colônias é fundamental porque

ainda ecoa na produção e reprodução do conhecimento por meio de uma geografia desigual de mundo.

Considerando a perspectiva colonialista e desenvolvimentista que outras epistemologias são possíveis para a construção de outras materialidades? Como elaborar um pensamento que não seja orientado pela racionalidade eurocêntrica, mas sim por uma lógica plural e dialógica? Boaventura de Souza Santos (2010) avança que para se elaborar uma Epistemologia do Sul é preciso um esforço coletivo e, ao mesmo tempo, um contramovimento capaz de suprimir o movimento principal denominado pelo autor como o retorno do colonizador e do colonial.

Esse movimento contrário seria o cosmopolitismo subalterno, que, apesar de ainda ser embrionário, contém uma promessa real e manifesta-se por meio de iniciativas de uma globalização contra hegemônica. Esse pensamento pós-abissal implicaria uma co-presença radical e manifesta-se como o aprender com o Sul utilizando sua própria epistemologia, confrontando a “monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes” (SOUZA SANTOS, 2010, p. 45).

Ananya Roy (2016) referindo-se especificamente a produção de conhecimento para os estudos urbanos, se pergunta: “é possível lugares como Calcutá gerarem teoria urbana?”, enfatizando que essa questão é diferente de “pode a teoria urbana explicar Calcutá?” (tradução da autora) (2016, p. 2). Essa pergunta ressoa de muitas formas no processo de construção dessa tese, uma vez que muitas teorias elaboradas sobre cidades e sobre o urbano são ancoradas em premissas europeias ou, quando muito, propõem-se a elaboração de uma crítica do modelo predatório da urbanização estadunidense.

É claro que é possível torcer, ajustar e tensionar esses paradigmas do Norte Global para caber na sobreposição de relações de poder e desigualdade que se refletem no Brasil. Contudo, eu só encontrei de fato uma reverberação em meu trabalho quando mergulhei no mundo das teorias urbanas pós-coloniais, principalmente por me fazer questionar a lógica de um pensamento único de cidade. Isto porque: para quem a cidade é passível de ser entendida como um conceito coerente? Para quem a experiência urbana é vivenciada de forma estável e harmoniosa? Definitivamente não para as mulheres, as negras e negros, as pessoas em situação de rua, os pobres e excluídos da lógica capitalista de produção de espaços. Para estes/estas a geografia urbana se apresenta por meio de fragmentos e estilhaços, para eles/elas a experimentação da cidade é negociada e heterogênea.

3.2 Novas classificações, novas teorias

Contemporaneamente, a discussão colonial e desenvolvimentista se atualiza por meio das categorizações de “cidades globais” ou “*world cities*” e megacidades, conceitos que refletem e repercutem de muitas formas a lógica colonialista. Jennifer Robinson (2002) esboça uma crítica a respeito da hierarquização desses termos, focando na questão de que a existência de cidades globais/mundiais implica conceitualmente na exclusão do mapa de urbes que não atendem aos critérios econômicos dessas classificações. Robinson (2002) discute as consequências da sobreposição desses binarismos nos estudos urbanos e no entendimento de “*city-ness*”⁴⁰. A acepção dessa “qualidade do que é ser cidade” relaciona-se as experiências de um pequeno grupo de cidades, geralmente ocidentais. Isso posto, com objetivo de propor uma abordagem que considere as urbes independente da sua localização na hierarquia econômica global, a autora se aprofunda nos conceitos de cidades globais e mundiais.

Cidades globais e *world cities* são utilizadas para descrever a posição e a função de determinada cidade na economia global. As *world cities* funcionam como centros organizados do sistema econômico global e atuam por meio da articulação das economias regionais, nacionais e internacional em uma única global. No mesmo sentido, o conceito de cidades globais, cunhado por Saskia Sassen (1991), é usado para descrever um processo característico da economia mundial recente. Segundo a autora, essas economias atualmente dispersas precisariam de uma organização integrada e de uma base local, e isso aconteceria nas cidades globais.

Sassen (1991) pontua que essas funções de controle e comando também poderiam se localizar nas denominadas cidades periféricas, as quais possuiriam a capacidade de coordenar investimentos globais e financeiros regionalmente. Isso implicaria no surgimento de uma nova geografia da periferia, onde um grupo seletivo de urbes estaria destinado a exercer funções de cidades globais, apesar de não serem, de fato, consideradas como metrópoles globais de primeira ordem. Tanto a abordagem de cidade global, quanto a de *world city*, esbarriam no mesmo problema da exclusão de inúmeros locais que não se encaixariam nessas determinações. O que Robinson (2002) pontua é que seria incorreto

⁴⁰ Robinson (2002) utiliza o termo “*city-ness*”, não “*city*” em vários momentos do texto. No inglês o uso do sufixo “*ness*” significa a qualidade ou estado de ser algo, nesse caso cidade, por isso, optei por preservar o termo original utilizado pela autora.

relegar mesmo as regiões mais pobres do mundo à exclusão ou descrevê-las como zonas lentas da economia global.

Além disso, a aplicação desses conceitos nesses termos desconsidera que é justamente por evitar investimentos “de risco”, optando por perseguir (por vez agressivamente) a formas explorativas e violentas de extração em países mais pobres do mundo, que o “modo de produção”, derivado de uma economia financeira pós-fordista, foi capaz de garantir a seus acionistas retornos estáveis de seus investimentos.

Em contraponto, é no conceito de megacidade que algumas preocupações a respeito da pobreza urbana emergem nos estudos urbanos. Contudo, da mesma forma que as abordagens referentes a *world cities* e cidades globais atribui características de algumas partes da cidade para o todo, a perspectiva da megacidade e do desenvolvimentismo amplia para toda a urbe a visão dos lugares marcadas pela ausência de infraestrutura e serviços. Se por um lado a cidade global generaliza o êxito de determinados locais onde prevalece uma vida corporativa da cidade, o desenvolvimentismo caminha na direção de uma universalização da pobreza e de uma economia estagnada que ainda assim persiste em crescer em tamanho (geralmente populacional).

Como resultado desse processo, diversos aspectos da vida nessas cidades são sonogados, especialmente aqueles relacionados a atividades economicamente dinâmicas, a cultura popular, inovações urbanas locais, ou outras produções criativas com potencial de melhorar a vida urbana. O que de fato ocorre é que do ponto de vista da teoria urbana, essas experiências nas urbes em desenvolvimento não agregam à definição de *city-ness*, elas, ao contrário, são utilizadas para ilustrar o que as cidades não são. Em outras palavras, as urbes de países pobres são representadas como não-cidades e como objeto da necessidade de intervenção ocidental.

O que Robinson (2002) destaca é que o conceito de cidade global se torna uma ficção disciplinada, oferecendo uma imagem verificada e vendável do que é considerado o sucesso de uma metrópole. Ao mesmo tempo, essa noção oferece um ponto final, uma linha de chegada do desenvolvimento, onde as ambiciosas cidades “em desenvolvimento” almejam alcançar. Porém, na realidade, o que ocorre é que as tentativas de atingir o status global geram consequências devastadoras para maioria de seus habitantes, principalmente os mais pobres, em termos de acesso a serviços e igualdade na redistribuição de renda.

Entretanto, o que é exequível para a maioria dessas urbes é investir em algumas “funções globais” que incluem, em sua prevalência, a promoção de um ambiente atrativo

para o turismo “global”, estratégias de *placemaking*⁴¹ e subsídios para atrair investimentos internacionais. Todas estas ancoradas em formas usualmente destrutivas de competição entre as cidades e na imitação de um empreendedorismo urbano.

No mesmo sentido, Ananya Roy (2005) destaca a intrincada relação entre as megacidades e as cidades globais de onde emerge um paradoxo. Segundo a autora, a maioria do desenvolvimento urbano ocorre no mundo dito “em desenvolvimento”, porém, a maior parte das teorias de como as urbes deveriam ser planejadas e como elas deveriam funcionar são originárias do mundo “desenvolvido”. Isto é um problema porque as cidades globais são descritas como centros de desenvolvimento do sistema de informação capitalista e modelos para o resto do mundo, enquanto as megacidades são conceituadas em termos de crise, “grandes, mas não poderosas” (tradução da autora) (ROY, 2005, p. 147).

A consequência da persistência, por outros meios, da lógica colonialista e ocidentalizada nos estudos urbanos, para além de fomentar uma hegemonia do Norte em relação a produção de conhecimento, viabiliza a universalização de padrões materiais e simbólicos e, desse modo, a reprodução de cidades padronizadas. A reforma urbana, então, pode ser entendida enquanto um processo global, produto de uma lógica capitalista que visa a eficácia, a produtividade e a maximização dos lucros. E, para além disso, que se orienta no sentido de transformar espaços comunitários/comuns/públicos em espaços de consumo.

O capitalismo aliado aos processos de reforma urbana e constituição de espaços insere-se no planejamento das cidades por meio de um culturalismo a serviço do mercado. A urbe se torna um empreendimento que deve ser vendido através de estratégias de *marketing* e *branding*. O modelo de planejamento urbano que predomina hoje é o da “cidade-negócio” ou “cidade-mercadoria”, onde as metrópoles estão incluídas em uma rede mundial que funciona como uma vitrine cujo objetivo é promover suas qualidades mais lucrativas para atrair investimentos internacionais, sejam eles corporações transnacionais ou simplesmente o consumo turístico.

Ricardo Freitas (2017) propõe uma distinção entre as conceituações de cidade-negócio e cidade-mercadoria. Segundo ele, a primeira se apoiaria nos eventos para projeção midiática, enquanto a segunda “vale-se dos eventos, especialmente os de grande porte, como atributos de marca” (FREITAS, 2017, p. 52). A semelhança entre as duas

⁴¹ O *placemaking* é uma estratégia de produção e gestão de espaços públicos que pode ocasionar na criação de lugares de exclusão e segregação como os enclaves urbanos e até a privatização desses ambientes.

estaria no apoio indiscriminado a um branding urbano, ou, em outras palavras, na venda da metrópole, a qualquer custo, para que ela seja “recipiente de recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos” (Ibidem, p. 59).

Esse paradigma ancora-se na lógica da sociedade do espetáculo conceituada por Guy Debord (2003). Debord (2003) elabora uma crítica sociocultural a tendência da sociedade capitalista de transformar tudo em mercadoria, onde as relações são mediadas por imagens e a aparência torna-se a essência. Otilia Arantes (2013) denomina esse modelo de planejamento estratégico, o qual transforma a cultura em imagem e, conseqüentemente, em representação e interpretação, produzindo o espetáculo como fenômeno indissociável da condição pós-moderna. Harvey (2017) aponta como consequência da transformação das metrópoles em mercadorias culturais, uma arquitetura do espetáculo, “com sua sensação de brilho superficial e prazer participativo transitório, de exibição de efemeridade, de *jouissance*” (2017, p. 91).

Arantes (2013) avança como uma das principais características do planejamento estratégico a união entre empreendimentos urbanos e edifícios culturais emblemáticos, inaugurado após a construção do museu Beaubourg. Porém, é após as Olimpíadas de 1992 em Barcelona que a fórmula dos megaeventos é acrescentada como um ingrediente indispensável para a construção do *marketing* de uma cidade.

Elmedni, Christian e Stone (2018) afirmam que a reforma urbana tem duas ondas: uma “antiga”, datada entre 1949 e 1974; e uma “nova”, localizada entre 1992 e 2007. A primeira foi um plano para desenvolver propriedades degradadas e áreas empobrecidas localizadas em torno de distritos comerciais com objetivo de crescimento econômico. A segunda, por sua vez, foi projetada para expandir os centros urbanos através de processos de gentrificação. Essa divisão demonstra-se importante pelo papel central que a renovação urbana alcança após a crise global financeira de 2007/2008, tornando-se uma das principais formas de produção de excedente para o capital.

Nesse sentido, considerando o momento atual do capitalismo neoliberal onde as urbes, convertendo-se em mercados, se inserem em uma rede mundial de cidades para cumprir com uma agenda de transformações capitalistas em vista de emergir como uma *world-class-city*. E que os megaeventos, segundo Freitas (2007), seriam um momento de celebração do consumo geralmente em nome das artes e do esporte. Essa fase terceira – catalisada pelos megaeventos – se desenvolveria no sentido de um empreendimento de comunicação e promoção, no qual o produto é a própria cidade que precisa tornar-se atraente para o capital estrangeiro através de uma política de *image-making*.

Os megaeventos, portanto, atuam nessa terceira fase da transformação urbana como catalizadores da reestruturação das cidades e sua existência data da metade do século XIX, quando a França e a Inglaterra – então potências mundiais – sediavam as chamadas Exposições Universais cujo objetivo era comercializar e exibir mercadorias, ideologias e estilos de vida. É possível afirmar que o cerne desses eventos mundiais permanece o mesmo, com a diferença que a partir das Olimpíadas de Barcelona é inserida a lógica do *branding* para a construção de uma “marca cidade”.

Arantes (2013) sugere que esse processo de transformação impulsionado pelos megaeventos se ancora em mais do que apenas os aspectos econômicos clássicos (terra, trabalho e capital), aventando a existência de pelo menos três camadas simbólicas. A primeira estaria relacionada a manipulação da linguagem simbólica de exclusão e habitação, seria o aspecto visual, “tátil”, o controle do que precisa mostrar e esconder, o que consistiria na ordem e na desordem. A segunda seria a camada dos empresários, relacionada aos símbolos de crescimento e desenvolvimento, é onde emergem os argumentos de geração de empregos, proliferação das oportunidades de negócios e crescimento financeiro.

Por último, estaria a aliança entre o capital e o Terceiro Setor, talvez o mais estético dos três, caracterizado pela construção de grandes equipamentos de entretenimento: “museus bombásticos, parques idem e complexos arquitetônicos que assegurem a quem de direito que se está entrando numa ‘*world-class-city*’” (ARANTES, 2013, p. 34). Em outras palavras, para Otília Arantes (2013), o processo de reforma urbana denominado de planejamento estratégico – onde a comunicação desempenha papel fundamental na construção e reconstrução de cidades – é composto não apenas pelos aspectos materiais, mas também por aspectos simbólicos que atuam no sentido de justificar e legitimar a existência de determinado empreendimento em espaço específico da metrópole. Carlos Vainer (2013), no mesmo sentido, refere-se à construção de um sentimento de crise, o qual deve ser convertido em patriotismo de cidade por meio do convencimento da população dos benefícios da reforma urbana.

Ananya Roy (2003), por sua vez, em seu livro “*City Requiem, Calcutta: gender and the politics of poverty*” argumenta que Calcutá é sucessivamente representada por um “vocabulário de crise”, um conceito que vincula a ideia de crise à descrição das cidades de Terceiro Mundo, em constante necessidade de diagnóstico e ressuscitação. Isto posto, eu argumento que existiria uma quarta camada simbólica da transformação urbana relacionada não apenas a construção do sentimento de crise, mas a tradução dessa crise

por meio de um discurso, baseado em uma comparação com um ideal de cidade do Norte Global, e a sua representação através de determinada linguagem.

3.3 Vocabulários urbanos, vocabulário de crise

Ananya Roy (2003) discorre sobre sua cidade natal Calcutá a partir da metáfora do réquiem: o um ato de composição e uma performance da morte. A ideia de réquiem é importante para Roy (2003) porque traduz um determinado vocabulário a partir do qual ela argumenta que a capital do estado de Bengala Ocidental e as cidades ditas de “Terceiro Mundo” são representadas. O livro seria, então, uma paródia a esse conceito de crise vinculado às urbes do Sul Global, sempre precisando de diagnóstico e ressuscitação.

Ao mesmo tempo, seu réquiem contém a triste consciência que os termos relacionados a morte e ao fim são utilizados como o idioma padrão, mesmo para descrever os que ainda vivem em Calcutá. Nesse sentido, a autora se questiona sobre a centralidade da questão da pobreza no desenvolvimento do seu trabalho. Estaria ela apenas confirmando a afirmação ontológica feita mundialmente de Calcutá? Seria possível, por outro lado, abordar esta cidade sem discutir questões de privação e exclusão?

Dessa forma, Roy (2003) inicia o texto descrevendo a feira anual de livros de 1997 que teve como tema “França” e contou com a presença das representações em papelão da Torre Eiffel, do Arco do Triunfo e do Montmartre – curiosamente praticamente encoberto por uma garrafa de Coca-Cola de tamanho gigante. Devido a uma série de fatores infelizes combinados ao atraso na resposta dos bombeiros, um incêndio acidental destrói toda a feira de livros. Roy (2003) usa dessa feira e do incêndio para traçar pontos fundamentais para sua pesquisa. O primeiro diz respeito a imagem da liberalização: um determinado regime urbano que procura criar uma arquitetura do espetáculo e do festival, mas que termina em uma pilha de cinzas.

A feira de livros, então, traduziria a cidade-espetáculo, uma prática espacial determinada pela questão de classe e por uma lógica cultural da distinção. Essa noção de cidade, segundo Roy (2003) inaugura uma forma específica de hegemonia do Estado que atua por meio da retórica de mercados livres e empreendedorismo. O global aporta na feira de livros de 1997 através da imagem do capitalismo e do consumismo, a feira que vende livros franceses também vende um determinado imaginário urbano e sintetiza a cidade como um palco espetacular. A ideia do festival e do espetáculo aqui é importante

porque se relaciona com determinadas práticas espaciais, imagéticas e discursivas que representam um ideal de urbanização específico.

O segundo argumento elaborado pela autora seria de Calcutá como uma cidade em ruínas, comumente referenciada por meio do mito da “cidade moribunda”, considerada as margens da cartografia capitalista. AbdouMaliq Simone (2004) também aponta problema semelhante em relação a Joanesburgo. Simone (2004) indica que apesar dessa cidade ser a maior da África do Sul e não possuir nenhuma semelhança com a ideia de vilarejo africano disseminada mundo a fora, ainda assim é representada como um “lugar de ruínas”, das “ruínas da urbanização” (2004, p. 407). Contudo, o que o autor destaca é que Joanesburgo está longe de ser esse lugar moribundo, constituindo-se em infraestrutura social altamente urbanizada, capaz de facilitar sociabilidades e expandir espaços de operação econômica e cultural.

Se comumente a infraestrutura é relacionada a aspectos materiais e físicos, Simone (2004) propõe o conceito de “*people as infrastructure*” – uma complexa combinação de objetos, espaços, habitantes e práticas, constituídos a partir da percepção e práxis colaborativas para preencher os vazios infraestruturais deixados pelo poder público. Em espaços onde as pessoas sobrevivem no vazio do Estado, os sujeitos compõem laços coesivos econômicos e sociais para fazer circular os serviços necessários a sobrevivência básica urbana construindo uma plataforma que produz e reproduz a vida nas metrópoles.

Mbembe (2001) também disserta a respeito da visão do continente africano imposta por intermédio dos discursos de “ausência” e “falta”. Segundo esse autor, são as concepções da sua elementaridade e primitividade que tornaram a África o repositório mundial de toda incompletude, reduzindo sua história a um apanhado de contratempos para a humanidade. Mbembe (2001) infere que isso é um princípio da linguagem e dos sistemas classificatórios, onde para diferir-se de algo não é suficiente apenas não ser como (na acepção de não ser idêntico), mas é a negação total, no sentido da não existência absoluta. Desse modo, o Ocidente enquanto sistema autoritário e hierárquico de tradução do mundo, atribui a esse continente a representação do nada, do vazio, da ausência integral.

A principal consequência disso é a condenação da política e da economia africana ao retrato da falta e, ao mesmo tempo, as produções do campo da ciência política e econômica se reduzirem a uma constante busca de solucionar as causas dessa deficiência. Mbembe (2001) aponta, contudo, que essas características não são atribuídas unicamente a esse continente e que “flutuações e indeterminações não necessariamente apontam para

a falta de ordem. Toda representação de um mundo instável não pode automaticamente ser interpretada sob o título de ‘caos’” (2001, p. 8).

Calcutá, assim como Joanesburgo e muitas outras cidades do continente africano e sul-americano, reúnem, então, os símbolos da caótica cidade do Terceiro Mundo, sempre precisando de restauração, sempre retratadas através da lógica da ausência e do caos. Ao mesmo tempo, essas urbes almejam se tornarem cidades globais e para isso precisam se publicizar na vitrine mundial de metrópoles, utilizando como instrumentos, técnicas do marketing e da comunicação, catapultadas, principalmente nos megaeventos e eventos espetaculares, com objetivo de atrair investimentos e alcançar o desejado status de urbe de primeiro mundo.

É possível inferir, então, que a ideia de um “vocabulário de crise” expressada por Roy (2003), se relaciona tanto com o espaço e os dispositivos imagéticos urbanos apropriados pelo espetáculo, quanto com a lógica capitalista e colonialista que separa as metrópoles em cidades de “primeiro” ou “terceiro” mundo, ou ainda, megacidades e cidades globais. Ademais, a concepção desse vocabulário relaciona-se a uma representação simbólica das urbes do Sul Global pelo pensamento hegemônico, e, considerando que meu objetivo aqui é deslocar essa noção de crise para analisar os discursos construídos sobre determinados espaços, demonstra-se fundamental o entendimento aprofundado desse conceito vinculado à crise.

Nesse sentido, no artigo “Re-forming the megacity: Calcutta and the rural interface” da mesma autora, Roy (2011) aponta algumas críticas a ideia de megacidade que são importantes para fundamentar a estrutura de análise que esboço aqui. Novamente tratando de Calcutá como seu objeto de estudo, Roy (2011) coloca a cidade da Índia como um estereótipo das urbes do “Terceiro Mundo”, enxergada como um lugar problema por excelência o qual precisa de reforma e intervenção. Ananya Roy (2011) apoia essa afirmação em duas suposições: a primeira que a “crise” nas megacidades é associada a pobreza e sua concentração nas favelas, assentamentos e outras formas de informalidade urbana; e a segunda, onde assume-se que essas metrópoles estariam desconectadas do sistema global capitalista e, portanto, entendidas como “fora do mapa”.

A partir daí a autora esboça sua proposta para reformular a concepção de megacidade. Isto porque, para ela, longe de estarem “fora do mapa”, essas cidades estão integradas ao capitalismo transnacional a partir dos processos de reforma e liberalização em processo há mais de uma década. Os discursos e práticas dessas reestruturações são ao mesmo tempo locais (naturais) e exteriores (impostos). Em conjunto, eles produzem

uma intrincada rede de conexões entre a metrópole e a economia global, na constante tentativa de reproduzir um modelo de “*world-class-city*” e no esforço para atrair investimentos internacionais. No caso da urbe indiana, a crise urbana não é apenas sobre a concentração da pobreza, mas também é produzida e gerida na própria lógica do planejamento e governança da cidade.

Em outras palavras, o estigma de crise atribuído a um lugar está vinculado não apenas a uma atribuição de pobreza e a um esvaziamento da apropriação capitalista do espaço, mas também a inabilidade de uma determinada urbe de se apresentar (material e simbolicamente) nos requisitos econômicos e imagéticos de uma metrópole considerada global, comumente postos por padrões do Norte Global. Isto exposto, é possível inferir que concepção do que seria uma urbe “em crise” apoia-se no que o capitalismo – enquanto sistema econômico e cultural – e as grandes corporações entendem como sendo o modelo ideal para construção de espaços. Esses espaços são aqueles voltados para a produção do consumo, onde a arquitetura do espetáculo assume o papel de construir e reconstruir ambientes exclusivos.

No dicionário português a palavra “crise” é um substantivo feminino, que possui algumas significações, entre elas destaco: conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo; falta de alguma coisa importante; e embaraço na marcha regular dos negócios⁴². Todos os significados apontam de alguma forma para um momento de derrocada, para a ausência de algo importante (economicamente ou não). O substantivo crise, então, tem um sentido negativo e é colocado em uma determinada linha temporal. Quando pesquisada no dicionário de sinônimos⁴³, crise aparece referenciada a partir de cinco sentidos: (1) alteração no desenvolvimento normal de algo, onde aparecem termos como desequilíbrio, instabilidade, queda e declínio; (2) situação de tensão; (3) desequilíbrio emocional ou nervoso súbito; (4) falta ou escassez de algo, onde aparece o vocábulo de deficiência; e (5) situação difícil, no qual são citadas palavras como perigo e problema.

Considerando esses significados da palavra “crise” e a própria formulação realizada por Roy (2003 e 2011) do seu uso em um determinado vocabulário urbano global de cidades, é possível inferir que esse vocabulário ao mesmo tempo em que conceitua determinadas urbes como problema, também estabelece um quadro de significados simbólicos – representado por determinadas palavras – para descrevê-lo. O que eu proponho nessa estrutura de análise é que esse panorama de significações é

⁴² Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/crise>. Acesso em 10 de maio 2022.

⁴³ Foi usado o <https://www.sinonimos.com.br/>. Acesso em 10 de maio 2022

perceptível não apenas na conceituação das cidades do Sul Global, mas também, e por ser uma consequência direta do capitalismo, globalmente nos discursos associados a reformas urbanas de espaços de vivência mais comunitária e informais nas metrópoles.

3.4 Duas Olimpíadas, duas cidades, um vocabulário

A ideia de “vocabulário de crise” é algo que aparece de formas diferentes em variados autores, alguns mencionados no decorrer desse capítulo. É perceptível o uso dessa noção em diferentes projetos de restauração urbana, indo do “Novo Recife” no Cais José Estelita ao caso do *East London*, fomentando durante as Olimpíadas Londres 2012. O *East London* foi área onde o *bid* olímpico apoiou-se para justificar a candidatura de Londres a esse megaevento. O discurso impulsionado e divulgado pelo governo era que apenas com o grande fluxo de capital e investimentos que uma Olimpíada traria, a cidade poderia, enfim, revitalizar o degradado distrito do leste londrino.

Curiosamente, as Olimpíadas que sucederam as de Londres, foram os Jogos Olímpicos Rio 2016, os quais eu abordei *en passant* na minha Dissertação. Para além disso, existia uma memória muito clara do encerramento de Londres 2012, da apresentação da futura sede olímpica de 2016 e da autorrepresentação brasileira nesse palco internacional. Porém, qual a relevância de abordar os Jogos Olímpicos de 2012 e 2016 para o desenvolvimento dessa tese? Primeiro porque eles traçam um importante paralelo entre a aplicação de um vocabulário de crise e a reforma urbana.

Segundo, é precípua lembrar que estando as cidades na contemporaneidade competindo em uma rede mundial, a representação da imagem/*branding* é definidora na atração de investimentos e capital humano consumidor. Em terceiro lugar, a transformação dessa “imagem de cidade” é operada por meio da reforma urbana. Esta, por sua vez, atua também através de um vocabulário de crise que transforma um espaço em “problema” e, ao mesmo tempo, e exatamente por isso, em uma oportunidade de negócios. Quarto, os megaeventos são fundamentais na exposição das metrópoles ao capital transnacional. E por último, como citou Graham (2012) as “Olimpíadas são a sociedade sob esteroides”⁴⁴ (tradução da autora), não no sentido de que os megaeventos

⁴⁴ Stephen Graham utilizou essa afirmação em matéria publicada pelo The Guardian em março de 2012 intitulada “Olympics 2012 security: welcome to lockdown London”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2012/mar/12/london-olympics-security-lockdown-london>. Acesso em 27 de set. 2022.

sejam um acontecimento excepcional na política urbana cotidiana, mas sim que eles expressam a sua aceleração.

Considerando as justificativas apresentadas, a exemplificação e elucidação do vocabulário de crise por meio da abordagem das reformas do *East London* e Porto Maravilha demonstram-se fundamentais para o desenvolvimento da tese desse trabalho. Nesse sentido, essa análise inicia-se narrando a encerramento das Olimpíadas de 2012 com a autorrepresentação, ou seja, o *branding* brasileiro, de uma megacidade que ansiava desesperadamente alcançar o status de cidade global.

Em 2012, Londres foi a cidade sede dos Jogos e como é tradicional a esse evento, a formalidade de encerramento incluiu o momento da “passagem do bastão” da cidade sede para a próxima que em quatro anos sediará os Jogos Olímpicos. A futura urbe anfitriã, então, ganha um espaço para apresentar na frente de uma audiência internacional de milhões de olhos atentos suas melhores qualidades e sua marca-cidade. Esse momento do encerramento transforma-se, dessa forma, em uma vitrine onde são transmitidas sua música, sua cultura, suas personalidades, seus artistas e seus símbolos. Se pensarmos no sentido publicitário comunicacional, é o momento ideal para essa metrópole divulgar seu *brand*, para posicionar diante do mundo inteiro sua imagem de cidade global.

A participação do Brasil no encerramento de Londres 2012 se inicia com a apresentação de Renato Sorriso, um gari que ficou famoso por realizar seu trabalho de recolher o lixo na cidade do Rio de Janeiro sempre com um sorriso no rosto e sambando. Sorriso entra carregando uma vassoura, vestido com o uniforme de gari e sambando. Pouco depois, entra um segurança (com aspecto inglês), reprime o comportamento do carioca e tenta retirá-lo do recinto. Sorriso responde ensinando o segurança a sambar. Aqui se dá a primeira interação entre Sul e o Norte: o Brasil, barulhento, colorido, da festa e do samba precisa pedir espaço para continuar.

O brasileiro precisa explicar para o colonizador (e a autoridade) sua forma de portar-se diante das circunstâncias da vida. É nesse momento também que se descortina a primeira representação do Brasil (por sinal, já estereotipada mundialmente): samba e alegria. Diante da realidade dura das ruas o brasileiro sorri; diante de um trabalho exaustivo e mal remunerado, o brasileiro dança; diante de uma cidade opressiva e perigosa o brasileiro samba. Aqui percebe-se uma das metonímias das megacidades citadas por Roy (2011), aquela explorada pelos turismos de favela – como exemplo da Rocinha no Rio de Janeiro – onde predomina a visão vibrante e empreendedora desses

lugares, colocando seus habitantes numa posição quase heroica, onde, diante de toda a adversidade imposta pela ausência do Estado, sobrevivem.

E Renato Sorriso de gari se torna guia (ou empreendedor) para o (re)descobrimto do país tropical pelos olhos do colonizador inglês. A festa continua com Marisa Monte vestida de Iemanjá cantando as Bachianas nº5, a *supermodel* Alessandra Ambrósio aparece para dividir o samba com o Sorriso. A eles se juntam os indígenas, a capoeira, os desenhos da calçada de Copacabana, a bateria de escola de samba tocando que “a minha alegria atravessou o mar e ancorou na passarela” (UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR, 1982)⁴⁵. O Brasil quer se posicionar como um país feliz, quer mostrar sua diversidade de rostos, de etnias, de sotaques. O maracatu e o caboclinho se juntam ao samba e BNegão incorpora Chico Science reforçando que o país do futebol e carnaval carrega pra onde vai o “peso do meu som lotando minha bagagem”⁴⁶, o maracatu pesa uma tonelada e pede passagem.

A cultura africana caminha de mãos dadas com as representações culturais brasileiras e se o samba hoje é “branco na poesia, ele é negro demais no coração”⁴⁷. O maracatu ostenta a história dos reis e rainhas africanos e toda a sabedoria do candomblé e da umbanda. As alfaias representam os batuques dos ancestrais negros escravizados. Chico Science, pernambucano, expoente e fundador do Manguebeat, retorna na representação de BNegão vestido de caboclinho. Science que misturou as influências norte-americanas da guitarra com os sons dos tambores do maracatu recifense, estava ali retratado em Londres. E nessa miscelânea de representações, o Brasil se posiciona como um país da alegria, da miscigenação, da tolerância e da igualdade social, onde todos sambam felizes no final.

A candidatura do Brasil como sede para megaeventos, se coloca, dessa forma, como uma estratégia de negócios, ancorada na construção e manutenção de uma “marca-cidade” de um país em emergência e disposto a tudo para alcançar o nível de nações já desenvolvidas. Ao mesmo tempo, os megaeventos atuam como argumento turístico – sinalizando que a nação brasileira é capaz de receber grande públicos com segurança – e político para possíveis reformas urbanas.

⁴⁵ Trecho do samba enredo da escola de samba União da Ilha do Governador de 1982. Disponível em: <https://www.letras.com/uniao-da-ilha-rj/49206/>. Acesso em 21 de abril de 2022.

⁴⁶ Trecho da música “Meu maracatu pesa uma tonelada” composta por Jorge du Peixe. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/67596/>. Acesso em 21 de abril de 2022.

⁴⁷ Trecho da música “Samba da benção” composta por Vinícius de Moraes. Disponível em: <https://www.letras.com/vinicius-de-moraes/86496/>. Acesso em 21 de abril de 2022.

O Brasil, na figura do Rio de Janeiro, foi o primeiro país da América Latina a sediar os Jogos Olímpicos. Uma grande vitória do governo progressista do PT – ou pelo menos assim foi noticiada. Seguindo a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas do Rio 2016 deveriam ser um megaevento, uma celebração da cultura, do desenvolvimento e da grandeza brasileira. Na prática, os anos de 2013 a 2016 foram marcados por vários protestos insatisfeitos de brasileiros que queriam mais hospitais, escolas e condições de vida melhores. Foram anos de importância fundamental para a política brasileira, definindo os rumos e a derrocada do primeiro regime de esquerda do país com o golpe da presidenta Dilma Rousseff (PT) em agosto de 2016. Ademais, foram o pontapé inicial para a ascensão da extrema direita e prepararam o terreno para a vitória de Bolsonaro (PL) nas urnas em 2018.

Considerando apenas esse contexto político-social propiciado pelos megaeventos, as Olimpíadas de 2016 já seriam um tema fundamental para se abordar, mas o que me interessa aqui é o simbolismo dessa passagem da marca Londres 2012 para a Rio 2016, a representação do Brasil nesse espaço internacional e seus ecos na transformação urbana. Em um primeiro momento a relação entre espaço urbano e Olimpíadas é realçado por meio da relação direta entre as reformas infraestruturais e os megaeventos. Uma relação simbólica que adquire cada vez mais espaço no circuito de relações transnacionais capitalistas. É essa relação simbólica que tratarei aqui e que fomenta as bases para se pensar o vocabulário – que eu argumento ser um vocabulário de crise – da reforma urbana global.

Freitas (2017) argumenta que os megaeventos se tornaram nos últimos anos uma das principais fontes de receita turística para o Brasil, englobando as atividades de entretenimento e lazer, assim como diversos domínios de negócios. A escolha do Rio de Janeiro como sede para os Jogos Olímpicos de 2016, aponta o autor, modificam significativamente a forma da mídia retratar as mazelas urbanas repetidas diariamente nas manchetes e noticiários televisivos. O discurso da adversidade é substituído pelo do compromisso, o problema é que “esse compromisso político esteve mais voltado para o espetáculo do que para o bem-estar dos habitantes” (FREITAS, 2017, p. 60).

Os ecos dos megaeventos são imprevisíveis e produzem sentimentos coletivos que podem ser positivos ou negativos. Por isso, se faz necessária a intervenção do Estado e do mercado para a construção de um consenso, o objetivo é garantir que a população apoie a candidatura da cidade, facilitando o andamento das transformações urbanas que estão atreladas a esse tipo de evento. Contudo, é importante pontuar que esses

megaespetáculos não produzem uma lógica excepcional de cidade, na verdade eles reproduzem a lógica diária da urbanização em uma linha temporal acelerada e com uma atenção multiescalar aos processos de desenvolvimento e planejamento.

Como consequência desse hibridismo entre Estado e poderosas corporações emerge o que Raco (2012) denomina de “capitalismo regulatório” que usualmente envolve uma contínua erosão do poder e legitimidade dos sistemas democráticos, criando uma espécie de sistema “pós-político” ou “radicalmente reacionário”, o qual elimina a possibilidade do dissenso e da divergência em nome da construção de um determinado futuro (RACO e TUNNEY, 2010, p. 2072). Esse processo embaça as fronteiras entre o interesse público e o interesse neoliberal corporativista, além disso, torna mais difícil distribuir responsabilidades e saber quem é incumbido pela prestação de contas à sociedade. O mercado assume a posição de “restaurar” áreas da metrópole que ele mesmo classificou como degradadas, ao mesmo tempo em que promove a urbe como uma importante e lucrativa cidade global.

Esses argumentos tornam-se perceptíveis quando observamos o processo de redesenvolvimento do *East London* durante os anos que antecederam as Olimpíadas de 2012. A candidatura de Londres enquanto cidade Olímpica foi baseada justamente na reforma dessa região. O prefeito de Londres da época Ken Livingstone chegou a afirmar que a candidatura da metrópole não se relacionava ao interesse de abrigar as três semanas de esportes, mas sim porque era “a única forma de conseguir bilhões de *pounds* do Governo para desenvolver o *East End*”⁴⁸ (tradução da autora). E, segundo o *bidding document*, apenas esse megaevento conseguiria transformar “uma das mais *subdesenvolvidas* áreas do país para as gerações que virão” (tradução e grifo nossos) (RACO e TUNNEY, 2010, p. 2070).

Apesar desse projeto de renovação já estar previsto para acontecer desde a década de 1990 como parte do *Stratford City Project*, o documento de candidatura de Londres como sede olímpica para os Jogos de 2012 focou-se em reforçar os aspectos negativos do *East End*. A área foi referenciada como um depósito de lixo industrial, com solo contaminado, um lixão sem lei localizado em uma das comunidades “mais *desprovidas* de Londres” (tradução e grifo nosso) (RACO e TUNNEY, 2010, p. 2074). O *Legacy*

⁴⁸ Esse pronunciamento do então prefeito de Londres foi reproduzido em diversos jornais, mas a citação aqui referenciada refere-se à matéria intitulada “Livingstone: My bid was to snare billions of pounds for London”. Disponível em: <https://www.standard.co.uk/news/mayor/livingstone-my-2012-bid-was-to-snare-billions-of-pounds-for-london-6670833.html>. Acesso em 28 de set. 2022

Report publicado em 2006 afirmava que apenas os Jogos Olímpicos teriam poder de “transformar 200 hectares de *terra degradada* em um magnífico parque legado”, uma vez que boa parte da região era “contaminada, abandonada ou negligenciada” (tradução e grifo nosso) (idem, 2010, p. 2075).

Porém, o que a pesquisa de doutorado da professora de arquitetura da *Cardiff University* demonstrou em um levantamento da área em 2006 foi a existência de “280 empresas empregando cerca de 5 mil pessoas”, nos setores de confecção e serviços, “uma comunidade vivendo feliz em casas cooperativas de baixo custo”⁴⁹. Raco e Tunney (2010) focam na questão dos pequenos negócios existentes na região antes do projeto de reestruturação para as Olimpíadas. Os autores apontam que esses empreendimentos foram citados no *Legacy Report* de 2006 pela ineficiência do uso da terra, pela baixa densidade na promoção de empregos e como sendo dominados pelo setor de manufatura, que segundo o relatório, teria previsão de declínio no futuro.

Por meio das associações à “sujeira”, “inefetividade”, “degradação”, “subdesenvolvimento”, “privação/carência de algo”, “contaminação/lixão industrial”, “abandono” ao *East End* londrino, estava, então, estabelecido o status de “lugar problema”. Para a constituição desse estigma nos discursos oficiais e midiáticos, pouco importa a realidade da vizinhança, a presença dos inúmeros pequenos negócios, a comunidade constituída por seus habitantes ou a sua vida artística e cultural, o que vale são os modelos estabelecidos pelo capital do que é considerado um distrito próspero e sua capacidade de gerar retorno econômico.

No caso das Olimpíadas do Rio 2016, a candidatura foi em grande parte apoiada na reestruturação da zona portuária, especificamente nas obras do Porto Maravilha. Inspirado na reforma urbana de Barcelona que também possuía uma “região portuária muito *degradada*”, o sucesso da capital da Catalunha comprovava que o Rio de Janeiro estava no caminho certo e os “cariocas certamente não terão saudades do antigo *abandono*”⁵⁰ (grifos nosso). Da mesma forma que o *East London* foi o catalizador da candidatura da cidade londrina em 2012, o projeto olímpico Porto Maravilha tinha o compromisso de “não apenas desenvolver áreas *degradadas*, mas também atrair novos

⁴⁹ Esses trechos foram traduzidos da reportagem do *The Guardian*, publicada em 30 de junho de 2022, intitulada “‘A massive betrayal’: how London’s Olympic legacy was sold out”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2022/jun/30/a-massive-betrayal-how-londons-olympic-legacy-was-sold-out>. Acesso em 28 de set. 2022.

⁵⁰ Trechos retirados da matéria publicada no site oficial do Porto Maravilha, intitulada “Porto Maravilha busca bons exemplos de Barcelona”. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4221-porto-maravilha-busca-bons-exemplos-de-barcelona>. Acesso em 28 de set. 2022.

investimentos”⁵¹, tornando-se um polo turístico, o “destino obrigatório para quem visita a cidade”⁵² (grifo nosso).

Apesar da afirmação do então prefeito da época Eduardo Paes (PSD) de que o Rio estava se aproveitando dos Jogos, abrindo oportunidades e “transformando uma cidade”⁵³, cinco anos depois, a Folha de São Paulo publicava os esforços da metrópole para tentar ressuscitar a zona portuária⁵⁴. O mais intrigante, no entanto, é forma que a cidade optou por fazer essa nova ressurreição: com a construção de monumentos, promessa de novos museus temáticos e um complexo gastronômico, além da construção de inúmeros edifícios residenciais.

Um importante empreendimento citado como legado dos Jogos Olímpicos desde antes da sua inauguração em dezembro de 2015 foi o Museu do Amanhã. Construído pelo famoso arquiteto Santiago Calatrava, o museu foi referenciado como o “símbolo mais eloquente do *renascimento* de uma área de cinco milhões de metros quadrados (...) que enfrentava décadas de *atraso e abandono*”⁵⁵ (grifos nosso). O museu, com inspiração nas bromélias do Jardim Botânico carioca, foi considerado um projeto âncora do Porto Maravilha, aquele com potencial para transformar o “*pier sujo* e bloqueado por uma via expressa elevada” (a Perimetral) e modificar o “entorno *degradado* da Praça Mauá”⁵⁶ (grifos nosso).

Curiosamente, a demolição da Perimetral é colocada como o grande símbolo de mudança para a cidade do Rio de Janeiro, com a destruição do velho, emerge o novo iluminado e cheio de possibilidades. Eduardo Paes (PSD), no dia da implosão do viaduto, chega a afirmar que a “Perimetral é o maior *símbolo de degradação* da nossa cidade. Com

⁵¹ Matéria publicada no site oficial do Porto Maravilha sobre o seminário “Os Jogos Olímpicos e a Transformação do Rio de Janeiro” realizado no Museu do Amanhã em 28 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4456-time-de-especialistas-debate-legado-olimpico-no-museu-do-amanha>. Acesso em 28 de set. 2022.

⁵² Matéria publicada no site oficial do Porto Maravilha sobre um evento do setor imobiliário, pós Jogos Olímpicos, em 1 de setembro de 2016. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4592-setor-imobiliario-discute-investimentos-pos-jogos-olimpicos>. Acesso em 28 de set. 2022.

⁵³ Eduardo Paes (PSD), então prefeito do Rio de Janeiro, declarou que “há Jogos que se aproveitam das cidades e há cidades que se aproveitam dos Jogos. Nós estamos abrindo muitas oportunidades. Estamos transformando uma cidade” em matéria publicada no El País em 8 de dezembro de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/18/cultura/1450454656_343213.html. Acesso em 29 de set. 2022.

⁵⁴ Matéria publicada na Folha de São Paulo em 14 de agosto de 2021 intitulada “Rio tenta ressuscitar zona portuária 5 anos após Olimpíadas”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2021/08/rio-tenta-ressuscitar-zona-portuaria-5-anos-apos-olimpiadas.shtml>. Acesso em 29 de set. 2022.

⁵⁵ Afirmação presente em matéria do El País intitulada “Polêmico arquiteto espanhol impulsiona a transformação do Rio”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/18/cultura/1450454656_343213.html. Acesso em 29 de set. 2022.

⁵⁶ Afirmação do arquiteto contratado para o projeto do Museu do Amanhã Santiago Calatrava. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/autor-do-projeto-do-museu-do-amanha-santiago-calatrava-faz-profissao-de-fe-na-arquitetura-4801007>. Acesso em 29 de set. 2022.

a revitalização da Região Portuária, devolvemos a cidade ao povo” (grifo nosso). Degradação é talvez a palavra mais usada para aludir a região portuária carioca nas matérias de jornais e discursos públicos do Estado, contudo, ela é sempre colocada como um adjetivo que indica um estado das coisas, quase como se a “degradação” fosse um fenômeno natural de erosão do tempo.

O que fica de fora nesse discurso é a voz ativa do Estado nesses processos, são os anos de descaso do poder público e falta de investimento para a vida já existente naquele lugar. As soluções de “restauração”, no caso carioca, passaram por diversos processos de remoção, como o caso do Morro da Providência e da Vila Autódromo, pela gentrificação do espaço, pela inconclusão de obras, pelo superfaturamento e corrupção dos produtos olímpicos. O que Freitas (2017) pontua, é que as ações que deveriam ser políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população, assumem o lugar do espetáculo, e o tão falado legado, acaba não passando de “um agrado aos visitantes” (2017, p. 60).

Muito se fala sobre o “legado” dos Jogos Olímpicos, na verdade, é talvez o tópico mais recorrente nas matérias sobre as Olimpíadas de Londres e do Rio de Janeiro. Para além disso, existe uma dificuldade epistemológica de se conceituar exatamente o que é entendido como o “legado olímpico” para as cidades sede. No dicionário da língua portuguesa, legado é “aquilo que se passa de uma geração a outra, que se transmite à posteridade”⁵⁷, considerando essa acepção, qual o legado desses megaeventos para a metrópole brasileira e inglesa? Que modelo de cidade esses Jogos estão deixando para as gerações futuras?

Em ambos os casos, é apontado nas reportagens jornalísticas que o legado foi negativo. Apesar da campanha “*I back the bid*” – lançada pela prefeitura, pelo governo e o GLA (*Greater London Authority*) – ter sido capaz de criar um consenso pós-político de tal forma que nos anos que antecederam as Olimpíadas de 2012 era difícil encontrar alguém que fosse contra os Jogos Olímpicos e suas reformas urbanas. A população do *East End* e *Hackney Wick* que apoiou e fez campanha em suporte à candidatura, ainda assim, entendeu o legado final como uma imensa traição⁵⁸.

⁵⁷ Significado disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/b97bL/legado%3CEi%3E1%3C/Ei%3E/>, Acesso em 30 de set. 2022.

⁵⁸ O assunto é abordado em matéria do The Guardian sobre o legado olímpico. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2022/jun/30/a-massive-betrayal-how-londons-olympic-legacy-was-sold-out>. Acesso em 29 de set. 2022.

O planejamento urbano comumente se utiliza de paradigmas hegemônicos para determinar e reproduzir imaginários de como uma cidade deveria parecer ou funcionar. O problema é que esses paradigmas servem ao mercado e não a comunidade, e, constantemente, desvalorizam as atividades socioeconômicas cotidianas e comunitárias, empregando em seu lugar uma lógica mercantilizada e a serviço do capital. Na história do *East London*, a partir do momento em que o capital colocou os olhos na área e a taxou enquanto um “problema” ou um espaço “degrado” que precisa urgentemente de renovação, toda uma economia de pequenos comerciantes que existia nesse espaço foi invisibilizada, dando lugar a narrativa da crise.

Os donos desses negócios foram forçados a sair pelo governo e o valor da indenização não foi capaz de cobrir o aluguel de um local equivalente em um período de especulação imobiliária catalisado pelas Olimpíadas. Os artistas, atraídos pela “tela em branco”, pelo senso de comunidade e pelo potencial de relações espontâneas e colaborativas do distrito foram expulsos devido à alta dos aluguéis e a transformações dos grandes espaços em flats padronizados. Os habitantes que ali viviam e experienciavam o cotidiano, foram empurrados para outra vizinhança, mais distante, pela gentrificação. O fato é que tanto no caso carioca, quanto no londrino, o legado para a população não foi positivo.

As particularidades que faziam cada espaço ser único, que produziam ali um espaço comum, um território afetivo e cultural, foram apagadas. Delas sobraram alguns traços discretos e adequados a estética estandardizada com suas unidades residenciais e espaços de consumo, no caso londrino. Aos cariocas foi deixada a estética do espetáculo com um imenso museu de aço, vidro e concreto invadindo a Baía de Guanabara, uma cidade que privilegia os privilegiados.

Por fim, uma vez sedimentado o discurso de crise – por meio de um vocabulário determinado – a alternativa para “restaurar” o espaço é uma só: transformá-lo em capital. E a oportunidade de investimento emerge com a vinculação à símbolos econômicos, como a criação de empregos durante as obras e, após a finalização, por meio, geralmente, do aumento do turismo; culturais por via da construção de equipamentos de entretenimento como museus, salas de cinema, lojas, etc.; e urbanísticos, atração de moradias, melhoria das condições de vida da população, entre outros. Contudo, é importante ressaltar que esses signos estão associados a uma lógica do consumo e esvaziamentos dos aspectos comunitários e locais, resultando em processos de gentrificação e encarecimento do bairro e seus serviços.

Após crise instaurada, o *East London* tornou-se o lugar cuja reforma iria impulsionar Londres a um novo nível de cidade mundial. O *Legacy Report* anunciava que era fundamental uma nova abordagem para regenerar essa região londrina e dessa forma fazer “uma contribuição total para reforçar o status de cidade global de Londres” (tradução da autora) (RACO e TUNNEY, 2010, p. 2076). O Porto Maravilha, por sua vez, carregava em si as promessas de transformação da urbe carioca, era ele que ia fazer o Rio de Janeiro, cidade maravilhosa, escalar a categoria de cidade global olímpica.

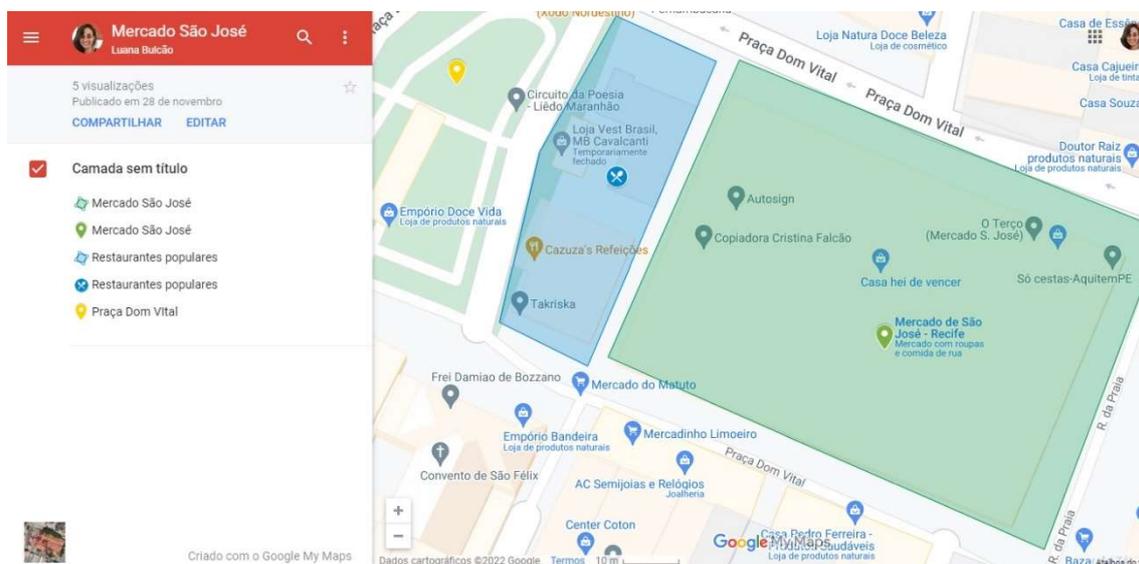
Os exemplos londrino e carioca reforçam o argumento de que com objetivo de alcançar o consenso em relação a determinada reforma urbana, o Estado e o mercado trabalham lado a lado para construir um vocabulário de crise a respeito da região escolhida, ao mesmo tempo em que anunciam a solução que irá aperfeiçoar inegavelmente a vida de seus habitantes, gerando empregos e lucro. As soluções para o “espaço problema” se resumem aos aspectos econômicos e como bônus a cidade ainda galga mais alguns degraus na posição de *world-class-city*. A adversidade é criada e solucionada pelo capital, mas fica o questionamento: que tipo de cidade está sendo produzido por esse vocabulário? E mais importante, para quem?

4. UMA ABORDAGEM COMUNICACIONAL COMUNITÁRIA DA REFORMA URBANA

4.1 As angústias de uma pesquisa durante a pandemia

O Mercado São José encontra-se entre as ruas do Porão, a Travessa do Forte e da Praia, com sua frente virada para a Praça Dom Vital e as costas para a Rua da Praia. Curiosamente, apesar de sinalizadas com seus respectivos nomes, no GPS elas aparecem como rua Praça Dom Vital (Figura 5)⁵⁹. O mercado possui quatro entradas cada uma voltada para uma rua diferente, sendo dois portões principais (frente e as costas) voltadas para a Praça Dom Vital e rua da Praia respectivamente. Além disso, três menores aos lados da principal. Vindo pelo terminal do Cais de Santa Rita, a primeira entrada é a da rua da Praia, onde também fica a Feira de Ervas (denominada: “anexo do Mercado São José”) – construída em paralelo a retirada dos comerciantes informais das ruas do entorno.

Figura 5 – Mapa Mercado São José



Fonte: a Autora, 2022

A rua do Porão, onde costumavam ficar a maioria dos ambulantes, vendedores de frutas, ervas, entre outros, agora tem uma grande faixa de estacionamento Zona Azul acompanhando o meio fio da calçada do mercado. Nas laterais do mercado é possível

⁵⁹ Para melhor visualização o mapa está disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1q4G18qNN67EvRIf021ZS5EOKIPvk35I&usp=sharing>

visualizar as treliças cobertas por uma tela verde geralmente usada em canteiros de obras. A entrada principal da rua da Praia (Figura 6) é marcada pela presença de artesanato em barro e utensílios de cozinha (panelas, cuscuzzeiras, tabuas de corte, etc.). As laterais do prédio são revestimento de cimento combinado com uma estrutura de ferro (treliça) na parte superior em cor esverdeada.

Figura 6 – Entrada Mercado S. José rua da Praia



Fonte: a Autora, 2022

Na entrada da rua Praça Dom Vital, a frente do mercado, tem uma grade verde circulando o pátio externo, onde ficam os restaurantes populares, todos lotados na hora do almoço (Figura 7). Logo após esse cercado enxerga-se dois prédios de alvenaria, onde ficam os banheiros masculino e feminino (um de cada lado). Mais à frente, ficam os restaurantes e lanchonetes com mesas de plástico exibindo as marcas da Coca-Cola, Pepsi e Skol.

Figura 7 – Frente do Mercado S. José (foto tirada da Praça Dom Vital)



Fonte: a Autora, 2022

O painel de ferro em tons de verde e azul é onde os turistas param para tirar fotos com os cestos de palha do primeiro quiosque do mercado (Figura 8). As duas entradas principais são bem semelhantes, ambas com a mesma composição de cores e os mesmos materiais, porém, na rua da Praia, folhas da árvore camuflam o trabalho em ferro, compondo a paisagem. Dentro, o Mercado S. José possui quatro ruas internas estreitas, onde os quiosques de artesanato e algumas poucas lanchonetes se dividem ocupando o espaço da passagem. Após essas ruas vem a sessão de peixes e açougue, no qual encontra-se de pescados e mariscos a carne de sol e miúdos de galinha.

Figura 8 – Detalhe da entrada do Mercado S. José da Praça Dom Vital



Fonte: a Autora, 2022

O mercado, então, se apresenta dessa forma para aqueles que o visitam: como uma descrição objetiva de um edifício histórico. Aqui eu poderia me ater a uma descrição densa, tão utilizada enquanto método pelos tradicionais etnógrafos que escreviam sobre uma cultura exterior com a visão quase turística. Poderia assumir uma voz onipresente que tudo enxerga e em nada se insere, mantendo um distanciamento impessoal do meu objeto de pesquisa. Contudo, a metodologia que eu assumo é indissociável da minha subjetividade enquanto pesquisadora e recifense, enquanto cidadã que cresceu frequentando o Mercado São José e que recorre as suas memórias e recordações individuais, estas delimitadas no contexto da sociedade contemporânea. Opto, assim, por produzir uma autoetnografia, inserindo minhas experiências pessoais na escrita etnográfica.

Para isso, me apoio nas reflexões de Heewon Chang (2016), para quem a autoetnografia deveria ser “etnográfica em sua orientação metodológica, cultural em sua orientação interpretativa e autobiográfica em sua orientação de conteúdo” (tradução da autora) (idem, p. 48). Apesar de polêmica, a inclinação autobiográfica e reflexiva não é novidade na etnografia. Desde “Writing culture”, organizado por Clifford e Marcus (1986), que alguns paradigmas da antropologia interpretativa foram questionados. Na introdução do livro, Clifford (1986) afirma que a publicação não tem pretensão de tornar-se um cânone, mas sim de reunir ensaios que contestem os códigos e representações do paradigma hegemônico da Antropologia.

Um dos pontos tensionados pela etnografia proposta em “Writing culture” é a autoridade do etnógrafo, isto porque, no texto etnográfico essa voz assume a posição da testemunha, cuja responsabilidade é relatar e, em certo nível, traduzir a experiência do campo para os leitores. Dessa forma, a voz do pesquisador e sua interpretação de determinada cultura é intencionalmente camuflada como fato e ciência. Os antropólogos que questionam essa posição, rejeitam a ideia de uma “verdade objetiva”, nos lembrando que “escrever etnografia é uma construção cultural e não relato cultural” (CHANG, 2016, p. 141). Ademais, a autoetnografia trabalha na fronteira entre autobiografia e etnografia, com objetivo de permitir ao leitor se sentir dentro da experiência.

À vista disso, é importante pontuar alguns ideais centrais para a produção da autoetnografia. Primeiro, os autoetnógrafos trabalham contra ou produzindo alternativas para as narrativas dominantes e para os estereótipos culturais nocivos ou prejudiciais. Segundo, articulam seu conhecimento pessoal da experiência cotidiana social permitindo trazer à tona aspectos particulares de determinado tópico. Isto porque, como pontuam

Adams, Elis e Jones (2017), o relato autoetnográfico é capaz de informar os leitores “sobre aspectos da vida cultural que outros pesquisadores podem não serem capazes de conhecer” (2017, p. 3).

E por último, partindo do pressuposto de que a pesquisa social não é um exercício acadêmico distante, mas sim algo que ocorre em um contexto político e por meio de condições sociais determinadas, os autoetnógrafos reforçam a noção de que os pesquisadores estão implicados nas suas próprias observações e conclusões e, por isso, estimulam a autoetnografia como ferramenta para o combate de etnografias prejudiciais feita por outros sobre a própria cultura.

Com isso em mente, minha escolha pela autoetnografia enquanto método reflete não apenas minha crença nas noções expostas acima, mas também no contexto social, político e sanitário vivenciado durante os quatro anos do meu doutorado. Como muitos pós-graduandos, o meu doutorado foi surpreendido pela pandemia da COVID-19 e como tantos, minha pesquisa e minha atitude diante do meu campo precisaram ser pensadas e repensadas durante os quase dois anos de isolamento.

Primeiramente, a etnografia – minha proposta metodológica inicial – apoia-se tradicionalmente em dois momentos: o campo e a escrita. Usualmente eles seguem essa ordem, primeiro se confronta os desafios do campo, das aproximações, afastamentos e afetamentos com os interlocutores de pesquisa. Só então, finalizado esse momento, parte-se para a transmissão dessa experiência em texto, o que também produz suas próprias angústias e reflexões.

Porém, a pandemia embaralhou – entre outras coisas – esse método de pesquisa. Como fazer trabalho de campo em período de isolamento? Como fazer observação participante se o convívio com outras pessoas era desaconselhado? Se etnografia pressupõe uma disposição de se aprender com o novo, de se afetar pelo campo e, para além, uma outra forma de promover “em intensidade, o encontro com o outro” (CAIAFA, 2013, p. 35), como engendrará-la sem contato com o *outro*? Além disso, como produzir ciência quando a angústia exterior com a falta de vacina e o insuperável número de mortes era maior do que qualquer inquietação de pesquisa? Foi preciso se reinventar e recriar novas formas de se fomentar conhecimento no cenário pandêmico brasileiro.

Então, emaranhando o campo e a escrita, a sociedade e a cidade, o eu e o outro, o caminho escolhido foi a autoetnografia, porque ela me permitiu acessar minha experiência pessoal como dado primário e, só então, enquadrá-la no contexto societal mais amplo – que é exatamente o que difere uma autobiografia de uma *autoetnografia*. E

o Mercado São José é o início, o pano de fundo e o fim dessa história e é, ao mesmo tempo, um daqueles personagens que estão tão presentes na nossa vida que é impossível se recordar do primeiro encontro e das primeiras impressões. Isto porque, eu frequentei o Bairro de São José – e o Mercado São José – durante toda a minha vida e o meio de transporte é um instrumento interessante para se contar essa história.

A cidade, reflete Janice Caiafa (2013), nos permite um lugar nos fluxos urbanos, o que nos possibilita a convivência com estrangeiros e desconhecidos que ocupam e compartilham conosco os espaços coletivos e de partilha da urbe. E o transporte coletivo tem papel fundamental no movimento urbano de diferença e experimentação. Ele nos permite ir para fora e para além do nosso território, circular e renovar a vida social urbana. As viagens nesse transporte então, segundo Caiafa (2013), tem a função de dar fuga, “fuga dentro da cidade e através da cidade”, possibilita “escapar das prescrições sociais/subjetivas/territoriais” (2013, p. 31). O investimento em transporte coletivo, então, é uma forma de cultivo dessa fuga por algumas cidades. Não é o caso de Recife, que mesmo durante a pandemia, alcançou novamente o título de capital mais congestionada do país⁶⁰.

O transporte coletivo e o MSJ se interligam de muitas formas, primeiro que o mercado é localizado próximo a um grande terminal de ônibus – o Terminal do Cais de Santa Rita – onde recebe irrigação rodoviária da maior parte da Região Metropolitana do Recife. Além disso, o bairro de São José conta com duas estações do escasso metrô recifense, com passagem das duas únicas linhas de metrô: a linha Sul e a linha Centro. Por isso, o mercado e o bairro são um importante ponto de fluxo, passagem e deslocamento de pessoas no dia a dia.

Eu, moradora de Olinda durante toda a minha adolescência e vida adulta, sempre fui de ônibus para a “cidade” – como é denominado popularmente o centro de Recife – mesmo no período em que eu tinha carro. Isso porque eu sempre ouvi da minha mãe que não valia a pena ir pra “cidade” de carro. Questões como estacionamento, a locomoção do carro pelas ruas estreitas cercadas de barracas, camelôs e pessoas, tornava o carro uma alternativa inviável.

Apesar do nome de “cidade”, o centro custava funcionar a partir de uma lógica própria, um sentido popular, ambulante e informal. O sentido do contato, da cacofonia

⁶⁰ Informação disponível na reportagem do Jornal do Commercio de 13 de março de 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2022/03/14959182-recife-mesmo-com-a-pandemia-e-a-capital-mais-congestionada-do-brasil-de-novo.html>. Acesso em 28 de nov. 2022.

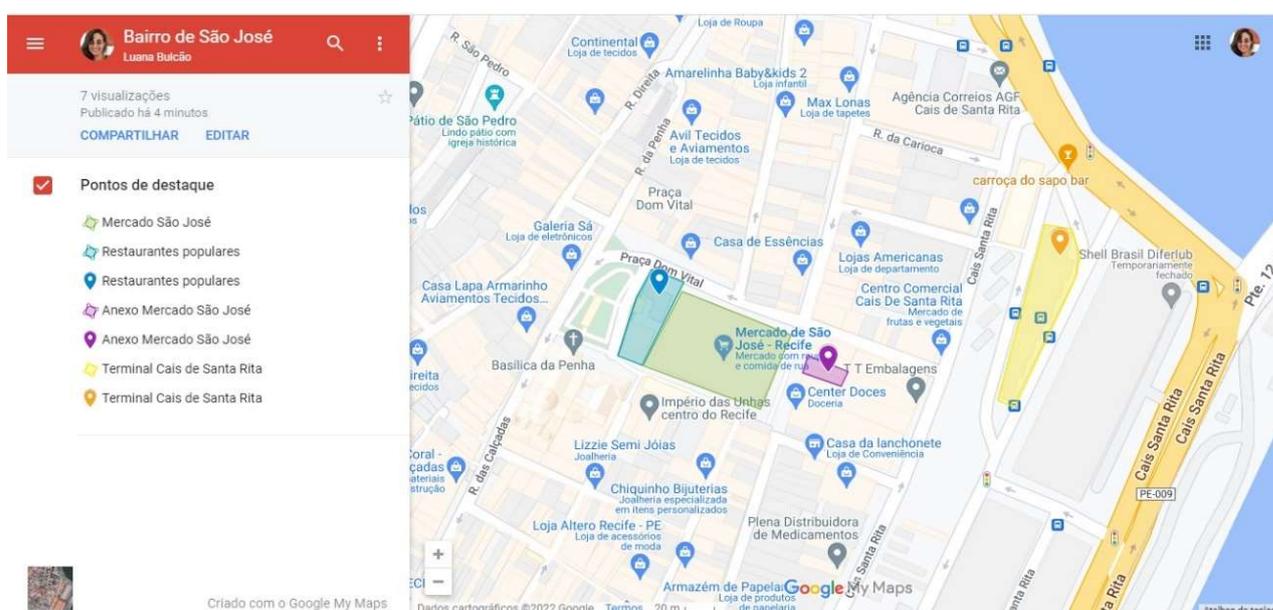
dos pregões, da mistura de sons dos carros e das pessoas. Atualmente, a “cidade” serve como metonímia da capital de Pernambuco: a ocupação do carro sobre a das pessoas, a higienização do espaço, a tentativa constante de elitização e expulsão daqueles não desejados pelos turistas (os bêbados, os artistas, os camelôs). O Mercado de São José era o ponto da onde irradiavam todas as possibilidades que o centro oferecia, desde as aspirações confeitadeiras aos desejos de fantasia de carnaval, tudo barato se você soubesse procurar.

Nas ruas estreitas, na minha adolescência, ainda era possível encontrar CDs piratas na época em que o MP3 ainda não tinha se popularizado. Eram seus vendedores ambulantes que sofreram por muito tempo com o confisco e repressão da DIRCON (Diretoria Executiva de Controle Urbano). Era o lugar da fronteira da informalidade com o popular, da festa pagã com a religião e as simpatias de final de ano. Os feirantes dos arredores do mercado ganhavam com as compras de oportunidade, você ia comprar castanha, saía com aquele jambo da época, e aí levava só um punhado de carambola pra não fazer desfeita pro vendedor insistente.

O MSJ em si não era o destino, mas era o ponto de referência. Eu pegava o Pau Amarelo ou Rio Doce Princesa Isabel, descia na parada de ônibus da direita do Terminal do Cais de Santa Rita, atravessava as duas pistas internas do terminal e a primeira coisa que enxergava eram os fiteiros paralelos a rua do Cais de Santa Rita (Figura 9)⁶¹, onde hoje estão os feirantes que costumavam vender suas frutas e ervas nas ruas do entorno do mercado.

⁶¹ Para melhor visualização o mapa está disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1-T6binqS4OYoxMKLn0EbF-cBirlx5M&usp=sharing>

Figura 9 – Mapa bairro São José



Fonte: a Autora, 2022

Curiosamente, a remoção dos comerciantes informais das ruas do entorno do mercado já era um assunto falado em 2018 quando estava fazendo minha pesquisa de campo para a Dissertação. Na época, entrevistei um dos integrantes do grupo Direitos Urbanos sobre o Ocupe Estelita e perguntei se ele considerava que o movimento tinha sido vitorioso na sua luta. Com uma questão de tamanha complexidade, o Marcos definiu que existiam nuances nessa definição de vitória e que uma vitória definitiva seria apenas por meio de um modelo político contra uma urbanização com viés econômico e mercadológico. Nas palavras dele:

“a pessoa faz o patrimônio histórico virar cenário pra turista, é o argumento que fez por exemplo... que ta fazendo a Secretaria de Controle Urbano querer tirar os ambulantes do bairro de São José... que pra mim são o que dão grande parte da vida, você pode até ordenar, tá meio caótico realmente, mas é o que dá a vida... todo mundo chama ali o “vuco, vuco”... o “vuco, vuco” sem gente, não é “vuco, vuco”... então assim, a identidade do bairro de São José pra a gente que mora aqui é... são os ambulantes, é gente, povo passando... se você tira tudinho, limpa, pinta os sobrados pra o turista passar e bater a foto não é a mesma coisa... então a noção de patrimônio falsa entendeu?” (MARCOS, 2018)⁶².

⁶² Trecho retirado da Dissertação “Onde queres Dubai sou Pernambuco: entre reminiscências e prospecções futuras do Ocupe Estelita (BULCÃO, 2019).

É interessante enxergar como o meu objeto de estudo do doutorado se entrelaça com o do mestrado e revela um projeto de cidade para o capital e empreiteiras. Revisitar essa entrevista – que por muitos motivos ficou gravada na minha memória – me permite enxergar nesse trecho muitas das questões que me atravessam e me impulsionam hoje. É perceber a dimensão popular do Mercado São José, a dimensão de um patrimônio histórico que não é necessariamente turístico ou pelo menos não servia ao turismo de consumo praticado pela reforma urbana atual.

Atualmente, já se consegue chegar facilmente de Uber ou de carro no mercado, principalmente depois da substituição dos ambulantes pelas vagas de estacionamento Zona Azul. Aos poucos, a visão de cidade praticada pelo Estado se elucida. O lugar pro carro, a proposta de retirada dos restaurantes populares, a construção do mezanino, a inspiração no Mercado Municipal de São Paulo. Todas essas reformas voltadas para reforçar um turismo consumidor que se ancora num modelo de cidade higienizada e capitalista.

4.2 Como resolver a crise na megacidade? Ou na minha cidade?

A ideia de “crise” da megacidade foi abordada no capítulo anterior enquanto conceito que coloca as urbes do Sul Global como um problema em constante necessidade de resgate e correção. Nesse caso, a crise é atribuída pelo capital por meio de uma leitura de que determinada cidade rompe com o pacto capitalista, produtivista e economicista. A materialização dessa crise em um discurso, ou a concepção de “vocabulário de crise”, por sua vez, era algo que já vinha fermentando em mim há algum tempo. O significado dessa noção aparece de formas diferentes em variados autores, mas esse conceito se elucidou durante o período de doutorado sanduíche em Londres na *Loughborough London University*. Coincidentemente o campus da universidade fica no *East London*, no prédio onde funcionou a central de comunicações durante o período das Olimpíadas Londres 2012. E foi a partir do processo de reforma desse distrito que os primeiros aspectos desse conceito começaram a tomar forma.

Foi o doutorado sanduíche que me permitiu o afastamento das angústias políticas brasileiras, ao mesmo tempo que me reaproximou da pesquisa e do campo. Em outro sentido, foi observando um movimento de reforma de um também mercado – o Buck Street Market no distrito de Camden Town em Londres – que eu percebi como as transformações urbanas agem diferente e ao mesmo tempo tão iguais, quando tratamos

de cidades do Norte ou Sul Global. Nesse sentido, comecei a me questionar se a tal crise no vocabulário, nas megacidades e cidades globais não se daria justamente pelo modelo de urbanização imposto pelo capital que concentra seus esforços no lucro e na atração de investimentos e não nas pessoas?

Pensando nesse sentido, propõe-se pensar as urbes do Sul Global e da “periferia” do mundo a partir de outras lógicas que considerem a apreensão corporal e afetiva do espaço, os saberes e experiências locais, a história do lugar, as tradições populares e culturais praticadas ao longo dos muitos anos, e a diferença enquanto característica enriquecedora. Para isso, destaca-se alguns conceitos elaborados por pensadores dos países ditos “em desenvolvimento” que pensam a urbanização a partir de suas localidades e especificidades.

Ademais, a forma corrente de se urbanizar e transformar as urbes precisa urgentemente considerar as vivências e práticas reais do espaço. É fundamental entender a diferença (estética e social) como algo a ser internalizado, institucionalizado e respeitado. Nem tudo que foge aos paradigmas urbanísticos é caótico ou desorganizado. É preciso expandir o olhar para além das concepções enraizadas, pensando as formas de socialização e as informalidades também como práticas culturais. No caso do Mercado São José, é a vocação popular e informal que precisa ser preservada e não apenas as estruturas materiais do prédio histórico.

É preciso olhar com cuidado para a liberdade da caminhada e da circulação da população, do contato com o outro diferente de nós. É a música de brega que sempre toca em algum lugar, a confusão de cores para o carnaval/São João/natal. É o ritmo da rua estabelecido pelo pedestre que permite proximidades e contatos, é a casualidade dos pregões, da conversa fiada com o vendedor de fruta ou com a dona da barraca de cuscuzeira. A comida típica que é servida com suco da fruta. O café da manhã de macaxeira com galinha guisada. É o artesanato popular que vem do interior e se espalha em cores, cheiros e texturas no mercado.

Valorizar as vivências e experiências do lugar é também resgatar o entrelaçamento originário entre cidadania e cidade, como colocam Paiva e Sodré (2017). No contexto atual de um individualismo exacerbado, de preconceito e ódio ao outro – onde prevalece a lógica da propriedade privada e do consumo – e onde os privilégios são compreendidos como direitos, a cidadania precisa ser inserida na discussão como direito humano básico. Direito que pressupõe política e afetivamente o Outro e a apropriação do espaço físico tanto no sentido do uso e acesso, quanto da sua construção e planejamento.

Nesse sentido, como promover um projeto de cidade que respeite e estimule a convivência com o outro e as possibilidades de fuga dentro e através da urbe? Que seja pensado não apenas para a população, mas pela população, levando em conta seus anseios, necessidades e desejos? Que estimule uma cidadania participativa e promova espaços coletivos de decisão e formação social? A resposta que eu encontrei foi através da comunicação comunitária, trabalhando com seus conceitos-chave de comunidade, participação, cidadania e educação. Mas por que esses conceitos especificamente?

Primeiro porque são paradigmas bases da comunicação comunitária, trabalhados incansavelmente pelo campo e por inúmeros autores. Segundo que, partindo da proposta de direito à cidade – aventada pela primeira vez por Lefebvre em 1968 – como um direito inerentemente coletivo, de exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. Proponho que para se chegar a esse estado ideal de *participação* popular ativa é preciso uma *educação* política freiriana, uma consciência *comunitária* do outro e o exercício político e afetivo da *cidadania*.

Essas ideias já estão presentes em diversos movimentos sociais urbanos, que utilizam estratégias de ocupação do espaço e das redes, mas que são também capazes de plantar raízes de formação política dentro de uma cidade ou comunidade. O Ocupe Estelita foi um desses movimentos que atuou na crítica das reformas voltadas para o capital e para o consumo. O Estelita ocupou o Cais José Estelita para impedir a construção de doze torres de até quarenta andares e ao mesmo tempo catalisou em Recife discussões sobre o direito à cidade e a ausência da participação da população nos processos decisórios da capital pernambucana.

Se hoje as primeiras torres já empatam a vista de quem passa de ônibus pelo viaduto Capitão Temudo, em troca, uma parte da população recifense se conscientizou a respeito dos seus direitos urbanos e se apropriou de Recife enquanto lugar afetivo e político da sua própria vivência. Contudo, o Ocupe Estelita – assim como inúmeros movimentos pelo direito à ocupar a cidade – apontou um padrão em termos de reformas urbanísticas recifenses: foco em áreas de grande interesse para o capitalismo, ausência da participação popular ou uma participação manipulada, obras voltadas para aqueles que possuem capital para consumir. A notícia das reformas do Mercado São José, portanto, não foi exatamente surpresa dentro desse modelo lucrativo de uma cidade roubada⁶³.

⁶³ Esse foi o título do mini documentário produzido pelo Ocupe Estelita em 2014. No vídeo, artistas e figuras importantes do grupo Direitos Urbanos e do Ocupe Estelita discutem o modelo de urbanização da

Recife, cidade roubada, roubou o espaço dos comerciantes informais porque a “bagunça” e “confusão” do “vuco-vuco” não eram atrativos para turistas. Nesse sentido, as reflexões de Muniz Sodré (2019) em relação ao movimento de reterritorialização dos terreiros – os quais não se limitam a perspectiva física, mas expandem-se para abranger visões culturais e imaginárias – são um ponto importante para a produção de uma visão não-racista, ancorado no solo comum com o Outro. Sodré (2019) reitera a necessidade do deslocamento da associação atual do “lugar do povo” como marginal ou carente de educação e que, aos olhos das classes altas, precisa de correção e limpeza.

Para isso, Sodré (2019) contrasta as noções de força ocidental e Yorubá, sendo a primeira relacionada a razão e ao individualismo, enquanto a segunda associa-se de forma relacional, como um princípio de interação que implica diferentes formas de afetar e ser afetado. Os Yorubás compreendem a força (*axé*) como potência, capacidade de realizar e engendrar. Diferente de *agbara* – mais próximo da conceituação corrente de poder ocidental – que pressupõe a subordinação de um indivíduo a outro, uma força assimétrica concentrada em um centro. O *axé*, por sua vez, é a “autoridade emanada de uma vontade coletiva, do consenso atingido por uma comunidade” (SODRÉ, 2019, p. 89).

Nessa perspectiva, a tradição negro-africana, ao contrário da europeia ocidental, entende a diferença como geradora de conhecimento e experiência, algo a ser considerado e até institucionalizado e não como contradição ou conflito. Dessa forma, ao contrário da forma social da modernidade ocidental, a qual pressupõe seres individualizados, isolados que se conectam por meio de normas sociais. O ser ritualístico, proposto por Sodré (2019), enreda um indivíduo vinculado como uma parte de uma cadeia intrincada e complexa, onde o ser humano é ao mesmo tempo individual e coletivo.

As reflexões colocadas por Sodré são importantes não apenas para a constituição de uma forma social não racista, mas também para assimilar a diferença não como um problema ou “crise” e sim algo a ser considerado na própria prática de urbanização. Isto porque, é a compreensão do diferente através de um olhar hierarquizado, higienizado e hegemônico que resulta em políticas higienizantes como a do Mercado São José. É o olhar homogeneizado que classifica espaços populares como “problemas” ou “crise” e multiplica espaços estandardizados de consumo.

A esse desenvolvimento empreendido no Ocidente com sua essência orientada para o mercado e para o crescimento econômico Tufte (2017) aponta o conceito de “bem

viver”. Originado na América Latina como uma alternativa para o modelo capitalista produtivista e desenvolvimentista, essa noção aponta para um modo de vida ético e sustentável. Silva (2011) apresenta exemplos de rompimento com essa lógica desenvolvimentista como o “vivir bien” na Bolívia e o “buen vivir” no Equador. Ambos os modelos representam uma ruptura com os moldes ocidentais de construção do futuro e anunciam o objetivo final: ser feliz.

O “buen vivir” seria uma nova forma de convivência cidadã, em equilíbrio com a natureza e conciliando as diferenças com o intuito de combater as desigualdades. Tufte (2017) também trabalha o conceito de “buen vivir” como alternativa para uma nova comunicação para mudança social, demonstrando que essas iniciativas da América Latina trabalham diretamente com questões de como mensurar desenvolvimento para além do crescimento econômico. O autor ressalta que nesses processos a cultura exerce papel fundamental nas transformações sociais, repensando o lugar do subalterno nos processos históricos, concedendo concomitantemente voz aos cidadãos mundiais marginalizados.

Somando a essas alternativas de urbe, Paiva e Sodré (2017), conectando a “cidadania” a “cidade”, propõem a concepção de uma “nova cidade humana” relacionada a um novo conceito de cidadania que contemple uma apropriação ativa, política e afetiva do espaço urbano. Por fim, o pensamento Yorubá negro-africano, o “bem viver” latino americano, a “cidade humana” brasileira, são todas concepções epistemológicas do Sul Global que tensionam e criticam as formas sedimentadas de se conceber e construir cidades. São todas noções importantes nas quais me apoio para traçar uma proposta de abordagem comunicacional comunitária para as megacidades e, por que não, para a minha cidade. Um modelo de metrópole que não seja opressor com as cidadãs e cidadãos, que se ancore nas pessoas, constituído por elas e para elas de forma popular e coletiva. Antes de chegar na abordagem em si, é preciso fomentar *desire paths* na teoria urbana. Atalhos capazes de incluir o sensível e o que nos afeta.

4.3 Atalhos do desejo na teoria urbana: as cores, os sons, os cheiros e o toque

María-Ángeles Durán (2008) em seu livro “La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso” baseia suas reflexões nas questões de se é possível planejar “o desenvolvimento sensorial das cidades da mesma forma que se planejam outras questões de política urbana?” e ainda, “é factível a proposta de uma cidade que potencialize a riqueza e variedade dos estímulos corporais?” (2008, p. 104). Para responder essas

questões, Durán (2008) esboça um percurso pelos principais sentidos e sua conexão com o cotidiano cidadão. Com propósito de também responder a minha questão anterior sobre “como resolver a crise da megacidade?” eu proponho uma viagem sensorial pelas ruas estreitas do Mercado São José.

A temática sensorial é um assunto presente em várias narrativas literárias, porém, Durán (2008) pontua que é apenas a partir da Escola de Chicago que a temática se entrelaça com o urbano. Ulf Hannerz (2015) na discussão sobre Antropologia Urbana também aponta os estudiosos de Chicago como precursores dos estudos urbanos modernos. Foi o programa de sociologia da Universidade de Chicago onde se desenvolveu uma sensibilidade para o processo de pesquisa.

Com a publicação de “The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment” a Escola inaugurou uma visão do urbanismo que era, ao mesmo tempo, “o produto de uma longa experiência e o prenúncio de um programa de pesquisa” (HANNERZ, 2015, p. 43). A Escola de Chicago, portanto, tem uma importância formadora tanto para o campo da Antropologia Urbana, quanto para a ciência da comunicação, permitindo a introdução, através da figura de Robert Park, de técnicas do jornalismo ao fazer da pesquisa. Além de catalisar novas formas de pensar a cidade.

É dessa forma iniciamos a construção de atalhos na teoria urbana. Seguindo o caminho já traçado por Durán (2008), começamos com a visão, o primeiro mecanismo de processo da informação, o sentido da primeira impressão. Para além do que se enxerga, ver a cidade inclui um movimento de enxergar o que se oculta nos cantos, becos e espaços cidadãos. Na visão também se opera um jogo de luz e sombra. A luz – fundamental para que se concretize o ato de enxergar – se relaciona com o a ideia de desenvolvimento e com o que se percebe e o que propositalmente se esconde. Como um canhão de luz em um palco mal iluminado, a arquitetura e o urbanismo operam nesse jogo.

No jogo do que é mostrado, exibido, exposto na vitrine e aquilo que é maquiado, camuflado, revitalizado. As práticas de “revitalização” e reforma atuam nessas brechas, destacando o que atrai investimentos internacionais e camuflando a pobreza. Dessa forma cria-se a paisagem social que se deseja transmitir. O Rio de Janeiro fez isso com o tapume em frente ao Complexo da Maré nas Olimpíadas de 2016, Recife fez isso com a limpeza dos ambulantes do Mercado São José. Ambas intervenções atuam no aspecto visual, mudando a cara do espaço, sem de fato incidir nos problemas econômicos e sociais que originaram essas paisagens.

É curioso que na disputa da revitalização a estética do velho e do novo se contrastam. Se o Buck Street Market da minha primeira vez em Londres em 2015 era sinalizado pela velha fachada verde com letras amarelas anunciando: *The Camden Market*. Hoje, a nova estética verde e rosa dos *containers* industriais servem de casa para as roupas de estilistas não tão famosos, mas igualmente hiper monetizados, além de opções de comida vegana e peças de artesanato precificadas para a classe alta. A sua nova cara já diz para quem veio.

A linguagem visual dos edifícios, das ruas, das praças e lugares públicos, dessa forma, revela padrões inconscientes e explícitos. A forma urbana, ou o sistema de formas e estéticas, é influenciado pelos diferentes significados dados em diversas épocas e culturas distintas. Logo, apesar da sobrevivência de alguns arquétipos, em contraponto a outros, vir se revestindo de uma aparência de naturalidade ou irreversibilidade, a verdade é que essas regras são, pouco a pouco e involuntariamente, internalizadas, normatizadas, inclusive pelos próprios arquitetos e urbanistas.

Além dos aspectos físicos e materiais, as cores são outro significativo fator para o sentido da visão. A cor se manifesta por meio dos mobiliários, da fauna e flora, de seus habitantes e eventos comemorativos, da mistura de fluxos humanos e maquínicos. Ela se relaciona com as estações do ano, com a chuva e o sol, com a geografia, com a expressão da moda e da cultura de um povo. O Mercado São José externo são tons de verde para mim, o verde das estruturas de ferro, das grades que circulam o pátio dos restaurantes populares, das poucas árvores que oferecem um pouco de descanso ao eterno verão recifense.

Na parte externa do mercado, o que se destaca é colorido dos artesanatos, principalmente de tecido. É a rede colorida que se espalha pelos corredores pendurada em alguma gambiarra nos boxes, as colchas de renda e as passadeiras de bordados coloridos. A bandeira de Pernambuco – tão adorada como símbolo progressista nas cidades do sudeste – aparece em forma de camisas, cangas, chapéus e imãs de geladeira. São os adereços e patuás do candomblé e da umbanda (Figura 10).

Nos corredores do mercado alguns boxes são marcados pela cor do barro e da palha (ambos com tonalidade semelhante). A cor do couro também é predominante nos chapéus de cangaceiro e nas sandálias rasteiras com suas flores pintadas de rosa ou amarelo. No pátio externo do mercado, nos restaurantes populares e lanchonetes, os bancos de ferro com cores descascadas dos balcões servem de descanso e frescor à

sombra. As mesas de plásticos – para os frequentadores mais demorados – colorem o espaço, cada uma de uma cor, algumas amarelas, outras vermelhas ou azuis.

Figura 10 – Detalhe corredor Mercado São José



Fonte: a Autora, 2022

A audição, por sua vez, associa a experiência cidadina a uma identidade sonora e, assim como a visão, possui uma poderosa capacidade simbólica, identificativa e hedônica. A percepção e compreensão dos sons metropolitanos também é acompanhada por uma valoração. As grandes cidades são associadas ao excesso de ruído, seja pelo barulho do tráfego, seja pelo burburinho das pessoas e do comércio. Em outro sentido, as áreas de subúrbio são relacionadas positivamente ao silêncio, a calma e a quietude. Partindo desse pressuposto, as áreas marginais de periferia e o próprio centro comercial da cidade – repletos da cacofonia urbana dos pregões, comércios, automóveis e música alta – recebem o estigma de lugares desurbanizados e caóticos. A solução para isso, então, é a limpeza e organização.

A área externa do MSJ, antes da retirada dos camelôs, tinha esse quê de confusão de gente: gente andando, gente vendendo, gente circulando. Hoje seus arredores quase parecem silenciosos, com a exceção de algum pregão de um vendedor de água que anuncia “beba água, seu rim agradece” ou, como no caso de uma das minhas visitas ao mercado, uma música de Lady Gaga cantada no som metálico por uma figura nas ruas do entorno. Claro que o centro de Recife ainda persiste como um lugar popular, de misturas

de sons, de música tocando e gente falando, mas alguma coisa se perdeu nesse processo, até os vendedores transferidos para o Cais de Santa Rita parecem mais silenciosos.

Dentro do mercado, por sua vez, a prática do “ei freguesa” continua a mesma. Seja por onde você decide passar, alguém te aborda oferecendo mercadoria, perguntando o que você precisa pra hoje. O emaranhado de atividades é quase sinestésico, e ao mesmo tempo que tem alguém fazendo a unha do pé, os trechos dos diálogos de corredor, a conversa fiada com o cliente e o ventilador ligado para os sinos de ventos completam a paisagem sonora.

Fazem parte também da paisagem auditiva citadina sons como os sotaques, as variações de tons e melodia da fala, a linguagem falada varia de acordo com o lugar que a pessoa nasceu e por onde ela percorreu, isto porque, cada região, cada cidade, tem uma entonação própria. Através do ouvido, cada fonema se transforma em signo e em linguagem. A sensibilidade e percepção auditiva são, assim, influenciadas pelas condições sociais, econômicas e suas experiências sonoras anteriores. Os sons, tal como a geografia e as características visuais, são igualmente atributos simbólicos de um lugar.

Se no Mercado São José os diálogos são feitos praticamente em um único tom, em Camden Town eu encontrei uma melodia de sotaques que contrastavam com a cadência inglesa e que, mesmo dissonantes, de alguma forma ressoavam no meu inglês atrapalhado. Como toda metrópole multicultural, Londres é o paraíso das diferentes pronúncias e Buck Street Market era o lugar onde vários ritmos de falas se encontravam em um mercado de rua que vendia camisetas baratas e várias opções de comida de rua.

A globalização está destruindo a identidade sonora de algumas cidades, a diluição de fronteiras, assim como a estandardização cultural disseminada pelo mundo, padroniza as paisagens visuais e sonoras ao redor do globo. O novo Buck Street Market, por exemplo, poderia, literalmente, estar em qualquer lugar do mundo. Nesse sentido, Durán (2008) coloca que se foca muito na preservação da memória visual e material das urbes, mas pouco se olha para os silêncios e barulhos cotidianos que, assim como a música, também fazem parte da memória cultural e afetiva de um lugar. Gilberto Freyre (2007) faz um movimento nesse sentido ao incluir no seu “Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife” inúmeras referências aos pregões dos vendedores de outrora.

Passamos então para o olfato – considerado o sentido mais sutil por se relacionar com vários órgãos corporais. Assim como a visão e a audição, o olfato é influenciado culturalmente e se relaciona com épocas, classes sociais e atividades econômicas. O cheiro pode excluir e causar reações discriminatórias. Marcio Tavares D’Amaral (2017)

em coluna publicada no jornal “O Globo” em 7 de outubro de 2017 relata o caso da lavanderia de Francisco, inaugurada pelo Papa Francisco e destinada aos sem-teto de Roma, o serviço se destina unicamente a limpar as roupas usadas e desgastadas pela vida na rua, sem custo algum. Amaral (2017) faz uma associação direta entre a roupa limpa e a mobilidade urbana, interligando olfato, limpeza, pobreza e exclusão social:

Há muitos pobres em Roma. Que dormem ali pelas ruas, alimentam-se como a caridade individual permite, e cheiram mal. Por isso não frequentam certos ambientes em que talvez pudessem estar, mesmo com suas roupas desconexas, encontradas ao acaso das lixeiras ou distribuídas pelas igrejas próximas. Seus sapatos sujos. Mas o cheiro... Há um cheiro irremediável da pobreza de rua, que expulsa os pobres de alguns lugares. As padarias. Os botequins. O metrô (AMARAL, 2017)

Ao mesmo tempo, o cheiro aguça recordações e provoca reações físicas no corpo. O Mercado São José é permeado por diversos cheiros, dependendo da entrada que se escolhe, diferentes cheiros confrontam a passagem. É curioso como certos materiais tem um odor característico, o couro – produto muito usado na produção artesanal de sandálias, chapéus e bolsas – tem um cheiro próprio. Na entrada principal, a presença de boxes com esse tipo de artesanato, cria uma ambiência específica. Se a entrada escolhida for a da rua da Praia, por sua vez, o cheiro da palha é o predominante. Passado as ruas estreitas e os boxes de artesanato, o cheiro de peixe e carne crua da parte de pescados e açougue é impossível de ser ignorado. No pátio externo, os cheiros das comidas típicas – da gordura animal, da galinha guisada e da carne de sol ou charque fritas – dominam a cena.

Por último, Durán (2008) aborda o sentido do tato, de todos o mais imediato, direto e que pressupõe contato e aproximação. É aquele da pele, do toque, da aglomeração, mas ao mesmo tempo, por depreender o acesso direto ao objeto percebido, é também o sentido do medo da contaminação. A partir do século XIX o aumento populacional combinado a falta de salubridade das cidades europeias gerou uma série de epidemias que incutiram na lógica de arquitetos e urbanista o sentimento de medo. Foucault (1979) denomina esse pânico de “medo urbano”, a angústia diante da aglomeração, da reunião de pessoas em um mesmo local fechado. É esse medo que catalisa o surgimento da medicina urbana cujo objeto é o controle e o estabelecimento de uma boa circulação da água e do ar.

Alguns séculos depois, em março de 2020 a população mundial é atingida por uma epidemia de proporções globais que desencadeia não apenas um medo das superfícies e espaços, mas um medo do outro. A pandemia da COVID-19 alcançou diversos países de

inúmeras formas. No Brasil, além do vírus, tivemos que lidar com a propagação da desinformação, do negacionismo e da anti-ciência. Mas, para além disso, fomos obrigados a encarar a própria solidão e o isolamento das nossas próprias casas. Fomos privados da sociabilidade e do contato com o Outro, mediamos nossas comunicações e afetos por telas, e tivemos que desaprender a conhecer pelo tato. O brasileiro, reconhecido mundialmente pelas recepções calorosas e pelo contato constante, teve que ressignificar sua relação com o tato.

É bem verdade que a população brasileira viveu diferentes pandemias dependendo da sua classe social e da sua localização geográfica na cidade. Para alguns, o isolamento nunca chegou a existir e a aglomeração nos transportes coletivos, nas festas clandestinas e nos churrascos persistiram apesar das medidas sanitárias. O objetivo dessas reflexões não é, de forma alguma, impor qualquer juízo de valor as vivências pessoais durante o período pandêmico, mas sim fomentar considerações a respeito da nossa relação cultural com o tato e o contato e de que forma ela foi afetada e modificada pelo coronavírus.

Ainda não sabemos ao certo de que forma esses dois anos de isolamento afetou as nossas subjetividades. Quantos medos e receios dos outros e das aglomerações persistiram em nós? O quanto, por exemplo, ainda estamos dispostos a nos jogar no meio de uma festa de multidões como o carnaval? Será que nos tornamos mais individualizados ou individualistas? São perguntas que não podemos responder ainda e talvez nem possamos por muitos anos ainda.

Insolitamente, os mercados públicos em Recife são uma afronta as restrições sanitárias da COVID-19. São lugares marcados pelo contato, pela proximidade e pela aglomeração. O Mercado S. José, então, apesar não ser um espaço exatamente pequeno, tem sua área ocupada majoritariamente pelos boxes, pelo artesanato que se espalha pelo chão e pelas bugigangas para turista que extrapolam a barreira delimitada do box individual. Por outro lado, as diferentes texturas dos tecidos são uma provocação ao tato e os tapetes de algodão felpudos são um convite ao toque. Se a movimentação é intensa, é impossível não esbarrar em alguém ou precisar se espremer em algum lugar para abrir passagem. Caminhar nos seus estreitos corredores é um exercício de maleabilidade, de moldar o corpo aos espaços vazios e desviar dos obstáculos.

Para mais, o mercado é um lugar quente. A estrutura de ferro permite elevar a temperatura do ambiente em alguns graus celsius. É curioso que justamente a temática do calor tenha sido a porta de entrada para uma conversa muito interessante que tive com uma vendedora em uma das visitas. O que era um simples comentário sobre o clima – o

dia em questão estava nublado, abafado e Recife como uma cidade muito úmida, consegue transformar esse clima em uma espécie de calor molhado extremamente desagradável – tornou-se uma réplica de “imagina se construírem o mezanino que tão querendo?”.

A construção de outro piso com certeza iria abafar ainda mais o espaço dos boxes de artesanato. A Prefeitura afirma que vai colocar ar condicionado pra solucionar esse problema, os vendedores questionam: e a manutenção? Uma vez que o lugar é conhecido pelo descaso do poder público que a vendedora do box de esteira de palha me mostrou nas rachaduras das paredes, na fiação exposta e nas telhas que faltam no telhado. A grande polêmica da atual reforma proposta pela Prefeitura – que inclui a construção de um mezanino com restaurantes acima dos boxes originais – inclui tanto a problemática do descarte da gordura desses estabelecimentos, quanto a perda de espaço para o estoque.

O argumento hegemônico em relação a esses espaços “degradados” é a revitalização nos moldes do capital e para o turismo. Uma única via expressa é apresentada como solução ao “lugar problema”. Assim a Prefeitura se compromete a reverter anos de descaso com o prédio em um grande plano de revitalização para o centro da capital pernambucana. O problema é que o poder público quer resolver o problema do mercado sem ouvir quem cotidianamente convive com as faltas e ausências daquele lugar. E quer resolver não pra seus frequentadores e comerciantes, mas quer “resgatar” a função turística de um prédio histórico. É por isso que não apenas a teoria precisa se expandir pra abraçar as demandas sensoriais e afetivas, mas a *abordagem* desses projetos, a *prática* deles, também precisa ser modificada.

4.4 Abordagem comunicacional comunitária

Como, então, propor uma abordagem que inclua questões políticas, sensoriais e afetivas aos projetos de transformação urbana? Eu proponho uma abordagem que atravessa a comunicação comunitária como uma alternativa para se pensar as cidades por outras lentes que não as do poder hegemônico e Norte Global. Para isso, as reflexões de Raquel Paiva (2003) no livro “O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo” são precípuas. Paiva (2003) disserta sobre a comunicação comunitária a partir das perspectivas teóricas sobre comunidade, abordando as transformações causadas pelas novas mídias no processo de globalização e diluição de fronteiras. Partindo da compreensão das diretrizes que deveriam guiar os veículos comunitários, a autora aponta

três características: valorização da cultura local, fomento da participação da população e promoção da educação.

Ademais, considerando que as cidades são espaços da “multiplicação dos papéis, da separação, da crise da identidade” (PAIVA, 2003, p. 78) e, ainda, lugares da política, capazes de promover a associação da heterogeneidade e incentivar relações de caráter corporativo, Paiva (2003) aponta a necessidade de se conceituar a comunidade contemporaneamente. E, no mesmo sentido, é fundamental abordar as ideias de participação, cidadania e educação, temas fundamentais para a comunicação comunitária e, por conseguinte, para a fundamentação da noção aqui proposta de comunicação comunitária.

4.4.1 Comunidade e território

A ideia de comunidade tem causado controvérsia aos longos dos anos, com oscilações entre o sentido idealizado, absoluto da comunidade – geralmente referenciada as comunidades pré-capitalistas – e as tentativas de pensar modelos de comunidades que possam existir na contemporaneidade. Yamamoto (2013), nesse sentido, indica duas perspectivas: a substancialista da qual parte uma concepção essencializada onde os indivíduos são vistos como subjetividades pré-constituídas ou fundidas em um ser maior; e a dessubstancialista que pressupõe a relação de compartilhamento. Esposito (2010) propõe a palavra latina *communitas* para designar essa segunda perspectiva.

Communitas seria derivada dos radicais *cum* e *munus*, onde *cum* representa a presença inevitável do Outro e o *munus* se desdobra em três significados: *onus*, *officium* e *donum*. Essas três palavras relacionam os sentidos de “dom” e “dever”, o *munus*, então, traduz um “dom” que se oferece, não que se recebe, e, por isso, está intimamente ligado a ideia de “dever”. Ou seja, *communitas* é o conjunto de pessoas unidas pela falta, não pela propriedade, mas pelo dever ou dívida. Esposito (2010) contrapõe *immunitas* – a própria ausência de *munus* – à *communitas*. *Immunitas* é o oposto do comum, é a constituição do social em torno do ego, do individual, é a noção do indivíduo isolado, completo, desprendido da dívida que o vincula aos Outros.

Muniz Sodré (2014) define o ato comunicacional como: comunicar é a ação de sempre instaurar o comum da comunidade como vinculação. Esse vínculo não é algo físico ou institucional, é puramente uma abertura na linguagem. Portanto, para Sodré (2014) o tripé da comunicação estaria ancorado na comunidade (ou espaço simbólico), na

vinculação (no sentido de força do local) e no comum. Dessa forma, toda comunicação necessitaria de um vínculo estrutural e originário estabelecido pela constituição do comum e pela matéria sensível ou *philia*. A *philia* redefiniria o “comum” como “próprio”, no sentido de vizinho, territorialidade e proximidade. Então, o autor conclui que existe uma referência ao lugar/território na ideia de comunidade, lugar como o solo de origem, dimensão que sendo exterior ao indivíduo o impele a uma entrega incondicional, a fatalidade do vínculo.

O ser-em-comum se manifestaria, portanto, como o termo capaz de contornar o funcionalismo da comunidade. Raquel Paiva (2003) pensando na sociedade urbana atual, seu individualismo, seus processos de exclusão e nas suas hierarquias, alvidra uma base para pensar um projeto comunitário a partir da perspectiva do ser-em-comum. Isto porque, é necessária a perspectiva da alteridade, da relação com o Outro, de uma decisão política de permitir “nossas alteridades existirem juntas como comunidade e história” (PAIVA, 2003, p. 82).

Paiva (2003) destaca algumas abordagens correntes para o conceito de comunidade, o objetivo aqui não é explicitar as diferentes interpelações desenvolvidas ao longo dos anos, mas sim focar na perspectiva ecológica que pensa a comunidade como um conjunto, um grupo de indivíduos em um local determinado, cujo interesse persiste sendo a sobrevivência do coletivo. Nesse sentido, Paiva (2003) infere o conceito de comunidade como uma crítica a lógica racionalista, individualista e alienadora da sociedade iluminista e, posteriormente, a capitalista. O capital objetiva anular o espaço pelo tempo, buscando dissolver, através dos meios de transporte e da comunicação, as fronteiras de mercado, constituindo um grande mercado global. Ao mesmo tempo em que torna as divisas porosas, o capitalismo propaga sua ideologia desterritorializante dos livres fluxos de mercadorias e culturas, em uma tentativa de padronizar as subjetividades, as expressões culturais, os espaços, as formas de ser e existir.

Richard Sennett (2014) disserta em “Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental” sobre a relação do corpo com a cidade, de que forma a carne marca a construção das urbes, ao mesmo tempo que as subjetividades são afetadas e alteradas pela pedra. Sennett (2014) também destaca como os espaços, ao longo das épocas, são instituídos para tolher os sentidos humanas e causar uma passividade nos corpos. A transferência geográfica das pessoas, potencializada pela experiência física da velocidade, produz como efeito o enfraquecimento dos sentidos e a transformação do espaço urbano em borrão do cotidiano.

Dessa forma, o autor tece uma trama histórica passando pela Atenas de Péricles com as suas crenças na nudez e no calor do corpo, pela Roma do Imperador Adriano durante a construção do Pantheon, pela Veneza do Renascimento e dos guetos judeus, pela Paris revolucionária e, por fim, a Londres individualista e a Nova York multicultural. O objetivo desse passeio pela História é demonstrar que em cada período a cultura interfere na forma de se pensar e construir as cidades, assim como, as transformações urbanas, mesmo as menores, são capazes de afetar os indivíduos e suas subjetividades.

A comunidade, então, diante desse cenário tecido por Sennett (2014), seria o que acontece quando sujeitos que estariam encerrados em si mesmos (fechados), se inclinam, se dispõem, se colocam em relação. Ou, nas palavras de Paiva (2003) “é o nós que acontece enquanto ser-juntos da alteridade” (2003, p. 82). Sendo assim, as cidades poderiam ser espaços comunitários? Na lógica predominante do individualismo e do neoliberalismo, conseguiriam os espaços fomentar a relação com a alteridade?

Camden Town e seu conjunto de mercados – denominado Camden Market⁶⁴ - demonstra que sim. Esses lugares foram caracterizados por seus frequentadores e comerciantes como um espaço comunitário, um refúgio para os estranhos, excêntricos, onde as pessoas se sentiam livres para ter, ser e vestir o que quisessem, da forma mais inusitada que escolhessem. O problema são os processos de gentrificação e o poder do capital e das corporações bilionárias que entendem a padronização, a ordem e a efetividade como formas de sucesso. Agora, Camden Town se tornou “comercializado demais, perdeu completamente a visão da sua história”, justamente aquilo que atraía as pessoas para lá em primeiro lugar⁶⁵ (tradução da autora).

Dessa forma, sem o Outro, sem a alteridade não existe comunidade e nem sociedade. Apenas o Outro é capaz de nos enxergar por completo e nos conferir acabamento, como nos lembra Bakhtin (1997) na metáfora do autor e personagem. O “eu” não pode existir isolado, sem relação. Isto porque, a presença na vida implica o diálogo e a relação com esse outro diferente de nós. O eu e o outro, à vista disso, possuem um vínculo de responsabilidade entre nós.

⁶⁴ Camden Market é como é denominado o conjunto de seis mercados do distrito de Camden Town, sendo eles: Camden Lock Market, Stables Market, Hawley Wharf, Buck Street Market, Electric Ballroom e Inverness Street Market

⁶⁵ Fala de uma comerciante na reportagem “So, who wants to buy Camden Market? World famous sites on our doorstep ‘up for sale’” publicada no Camden New Journal em 9 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/so-who-wants-to-but-camden-market-world-famous-sites-on-our-doorstep-up-for-sale>. Acesso em 5 de dez de 2022.

Nessa perspectiva, as práticas dialógicas ou o ato de “falar com estranhos”, como coloca Sennett (2018a), são fundamentais para a constituição da comunidade e, principalmente, das cidades. Bakhtin (1997) afirma que o conhecimento é sempre dialógico e a fala um fenômeno sempre social. A heteroglossia seria o discurso dialógico permeado por linguagens socioideológicas do presente e passado, atravessado por tendências, ambiguidades e hesitações. A comunicação com estranhos, dessa forma, é comumente permeada de incertezas e inseguranças, principalmente em um contexto urbano metropolitano em que o Outro representa aquilo capaz de nos afetar, e onde o desconhecido gera medo e desconfiança. Por esse motivo, Sennett (2018a) correlaciona a habilidade de lidar com as diferenças a uma potência ética civilizadora.

Se a habilidade de lidar com as diferenças produz a potência de uma ética civilizadora, o medo do estranho é capaz de fomentar a exclusão do outro, seja pela fuga ou pelo isolamento. Se a fuga se relaciona com a necessidade de fortalecer o ego (o “eu”) pela supressão da dissonância (o “outro”), o isolamento opera por mecanismos de exclusão, cuja a forma histórica é o gueto veneziano. Construído para segregar os judeus – tidos como portadores de segredos e vícios – utilizando a geografia aquática de Veneza como muralhas, cumpria a função de separar o resto da cidade daqueles que não deveriam habitá-la. Nasce assim um dos grandes temas da sociedade moderna: para garantir a “pureza” da população mais numerosa, era necessário o isolamento da minoria.

O problema dessa prática consistia no fato de que os judeus eram necessários ao funcionamento da urbe, é a partir daí que emerge a forma do gueto: “um espaço complexo destinado a fazer uso prático do Outro ao mesmo tempo afastando socialmente sua presença: para excluir, conter” (SENNETT, 2018a, p. 155). Essa é a lógica que perdura atualmente na segregação da população pobre e negra em espaços marginalizados e carentes de infraestrutura básica. O capitalismo impõe cordões de isolamento e cria espaços exclusivos para aqueles com capacidade de consumir. O urbanismo persiste reproduzindo esses ambientes, gentrificando bairros e “revitalizando” espaços que não correspondem a estética global de modernidade e civilidade.

Nesse sentido, é interessante observar os contrastes entre o espaço da comunidade (território) e o espaço do capitalismo. Enquanto o espaço da comunidade tem valor afetivo e coletivo, o do capital é individual e nasce de uma relação de cima para baixo, estimulada pelo medo do contato e pela marginalização da diferença. Dessa forma, não é surpreendente que a reforma do Mercado São José se dê no sentido do capital e não das pessoas, na direção do individualismo, da valorização do carro e não da dimensão humana

e coletiva. O argumento da “revitalização” – prefixo “re” e o verbo “vitalizar”, representando o “insuflar nova vida ou energia”⁶⁶ – aponta duas questões interessantes: a primeira o discurso de ausência de vida em determinado espaço e, segundo o que exatamente é considerado “vida” para o capital. Em outras palavras, vida seria a circulação de investimentos e turistas.

É por isso que quando confrontados com o projeto de “requalificação” da prefeitura, os locatários dos boxes dentro do Mercado São José colocam “nós somos a cultura. Somos nós que fazemos esse mercado estar vivo”⁶⁷. O MSJ não é apenas sua estrutura física, sua arquitetura de ferro do século XIX. O valor histórico não se restringe aos seus quase dois séculos de vida comemorados extensivamente nas manchetes dos jornais. Ele é a história das pessoas, das famílias que durante gerações passaram seus boxes adiante, dos artesãos que produzem as toalhas de rendas e as passadeiras coloridas.

O Mercado São José não é um espaço vazio, desabitado e “sem vida” do centro de Recife. Pelo contrário, é um lugar com intensa movimentação popular, onde a cultura é compartilhada, circulada e ressignificada. Os restaurantes populares do pátio externo são lugares onde a população vai para consumir o típico café da manhã reforçado pernambucano, lanchar ou almoçar durante o intervalo do expediente. Essa área do centro costumava funcionar na escala e velocidade das pessoas. Ali costumava ser o território de seus frequentadores, onde diferentes funções da cidade se exerciam ao mesmo tempo (trabalho, comércio, lazer).

Nesse sentido, Jan Gehl (2015) disserta sobre cidades para pessoas, constituindo em seu livro uma caixa de ferramentas para arquitetos e urbanistas repensarem as metrópoles e seus fluxos. Entre as diversas alternativas para se alcançar o objetivo de uma urbe mais humana, o caminhar, a constituição de espaços verdes e o uso da escala humana são os que se destacam. Como, então, se constituiria uma reforma no São José, de forma a priorizar sua atividade humana? A exclusão do carro, não das pessoas; o plantio de árvores e a instalação de mobiliários (como bancos) na Praça Dom Vital, com objetivo de estimular a permanência no espaço. Esses são alguns caminhos que poderiam ser

⁶⁶ Revitalizar segundo o dicionário Michaelis é: tornar a vitalizar; insuflar nova vida ou energia em. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/revitalizar/>. Acesso em 5 de dez. 2022.

⁶⁷ Fala retirada da reportagem “Comerciantes apontam receio com reforma que aproximará Mercado São José, no Centro do Recife, ao projeto original” publicada em 4 de abril de 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/04/14987678-comerciantes-apontam-receio-com-reforma-que-aproximara-mercado-de-sao-jose-no-centro-do-recife-ao-projeto-original.html>. Acesso em 21 de nov. de 2022.

utilizados. Mas antes de qualquer um deles, seria preciso ouvir as pessoas que frequentam, vivem e trabalham no mercado. É fundamental a *participação popular* nos projetos de reforma dos espaços da cidade.

4.4.2 Participação

Cícilia Peruzzo (2004) em seu livro “Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania” aponta que a participação plena ou mais atuante é um problema histórico brasileiro, uma vez que nos foi negada, desde o período colonial, o avanço nessa questão. Nós acabamos substituindo a lógica da participação pela do autoritarismo e da delegação de poder, nos omitindo de assumir o controle e até mesmo a corresponsabilidade na resolução de problemas. A delegação do poder subtrai o espaço da comunidade ao mesmo tempo que transfere para um único indivíduo a responsabilidade coletiva.

Malerba (2017), por sua vez, referindo-se às rádios comunitárias, diretamente influenciadas pela política nacional, afirma que estas estão em constante disputa – inclusive com si mesmas – para alcançar uma participação máxima da população. O problema é que esse modelo de participação é utópico e se submetidas ao seus critérios de julgamento, essas mídias não passariam pelo próprio crivo. O autor, então, aponta a importância dos exemplos como princípio político norteador desses veículos.

Isto posto, é aferível que a participação não é algo dado, precisa ser reivindicado e construído, é algo que está intimamente relacionado a democratização da sociedade. Partindo desse pressuposto, Peruzzo (2004) assume a existência de graus de participação que variam do menor (informativo); passam pela consulta facultativa ou obrigatória e pela cogestão; e alcançam o maior estágio na autogestão. Malerba (2017), no mesmo sentido, aponta a autogestão como uma utopia a ser perseguida, algo que se encontra no plano das ideias. A democracia plena, relacionada a um processo decisório de participação autogerida, estaria, por isso, no horizonte utopias, visto que no plano real ainda existem muitas nuances e contradições

Nessa perspectiva, Sennett (2018a), tratando da questão do planejamento e transformações urbanas, trabalha com a ideia do “vínculo pelo fazer”, onde a coprodução e cooperação atuam em conjunto objetivando o envolvimento e participação de uma comunidade, não apenas no processo da decisão, mas também da própria construção. Para isso, o autor aventa a coprodução como alternativa a passividade da consulta. Segundo

ele, o modelo da “consulta” na comunidade, geralmente envolve um departamento de planejamento que determina o “como” e o “onde” algo será edificado, à população cabe o desacordo e a insatisfação, já que mesmo quando as ideias e objeções são “levadas em conta”, as autoridades findam por fazer exatamente o planejado desde o início.

A ausência de participação nos projetos urbanos é uma constante no modelo de cidade recifense. O desejo que dita a urbanização na capital pernambucana é o das empreiteiras e construtoras. No caso do Mercado São José, então, não seria diferente. O processo é conduzido sem diálogo e sem transparência entre os comerciantes e o poder público. O prefeito, uma das comerciantes pontua, só aparece em época de eleição pra pedir voto. A prefeitura atua constantemente por meio de informações nebulosas, não é divulgado ao certo os termos do antes, durante ou depois da implementação desses empreendimentos.

A mesma situação ocorreu com os locatários no Buck Street Market, chegando ao ponto da empresa responsável pelo projeto, a LabTech, informar em outubro de 2018 a necessidade de desocupação da área até o final da semana, para alguns dias depois reiterar a informação, dizendo que eles teriam mais uma ou duas semanas. No final, o mercado só foi fechado de fato em setembro de 2019. A ausência ou falta de transparência nas informações, relacionadas ao planejamento e execução desses projetos, acarreta em prejuízos financeiros para os comerciantes, além de dificultar o processo de participação ativa.

Sennett (2018a) destaca que a própria disposição física das reuniões e assembleias de consulta trabalha contra o envolvimento e ação da população. A tribuna elevada transmite a ideia de hierarquia e poder, as fileiras de cadeiras transformam o público em mero expectador e audiência, as maquetes apresentadas são expostas sempre acompanhadas da máxima “olhar, mas não tocar”. Peruzzo (2004), quando discorre sobre os tipos de participação, também cita a participação na execução, onde são estabelecidas relações controladas e permeadas pela negociação, consulta e colaboração. A autora reforça que nessa forma de participação o poder é caracterizado como paternalista, são delegadas parcelas dele, porém o controle permanece nas mãos dos dirigentes, cujo objetivo é assegurar a persistência dos mesmos mecanismos de poder.

Esse tipo de participação pode ser controlada e/ou limitada, ou seja, sua execução depende do interesse dos detentores do poder que podem utilizá-la para legitimar a ordem vigente e restringir seu alcance de forma a não interferir na estrutura pré-concebida. Por vezes, o envolvimento da população pode ser manipulado, “usando-se o grupo social

como massa de manobra para angariar popularidade e legitimação política” (PERUZZO, 2004, p. 80). Como solução a essas questões, Sennett (2018a) aponta algumas técnicas de coprodução que consideram o valor ético do comum, envolvem a utilização de outros sentidos para além da visão, destacam a sociabilidade como alternativa aberta ao outro e a importância na valorização dos saberes e opiniões da comunidade.

Richard Sennett (2018b) escreve “Juntos” para analisar o enfraquecimento da cooperação na sociedade capitalistas e, ao mesmo tempo, tecer alternativas e caminhos para o desenvolvimento de uma lógica cooperativa. Para a construção de uma sociedade mais cooperativa, Sennett (2018b) propõe o uso da conversa dialógica, cujo o objetivo é o próprio processo de compreensão dos outros pontos de vistas e a ampliação do entendimento de forma recíproca.

Mesmo com os mecanismos e ferramentas certos, como estimular a participação da população no planejamento urbano? Talvez dois pontos sejam um bom início para essa caminhada. Primeiro, através do entendimento de como esse tipo de reforma afeta a vida de cada um dos habitantes e como essas mudanças – que parecem por vezes isoladas – são parte de um projeto político de cidade. Segundo, desmantelando a falácia de que a única alternativa ao “problema” de determinado espaço é por meio das iniciativas individualistas do capital. Contudo, como fazer isso? Através de uma *educação*, no sentido freiriano, do que é o direito à cidade e quais são as ferramentas para o seu exercício.

4.4.3 Educação para cidadania

Cicilia Peruzzo (2000) no texto “Comunicação Comunitária e educação para a cidadania” analisa a interface da comunicação comunitária como ferramenta para difusão da educação e, assim, conquista da cidadania. A partir dessa lógica, Peruzzo (2000) interconecta as ideias de ação política, educação, comunicação e cidadania. A cidadania se colocaria, então, numa perspectiva histórica, sendo necessária a constante inquietação sobre a quem é possível exercer plenamente a cidadania.

Nesse sentido, Freire (1970) versa sobre a educação como uma situação gnosiológica, baseada numa relação cognoscente dialógica. O sujeito pensante só realiza a comunicação na coparticipação, uma vez que esta não existe sem o diálogo, sem reciprocidade. Portanto, a comunicação é diálogo e não pode ser pensada em meros

termos de transmissão de saber, mas sim de encontro entre “sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1970, p. 69).

Paulo Freire (1970) entende o ser humano em uma relação dialética com o mundo, de forma que ele deve ser visto em constante interação com a realidade, onde ele sente, percebe e sobre a qual também exerce uma prática transformadora. É a partir dessa relação dialética que o autor irá discutir a educação como um processo de constante libertação do sujeito. Uma das preocupações de uma educação que se pressupõe verdadeiramente humanista deve ser o aprofundamento da autorreflexão de seu tempo e espaço pelo indivíduo. A autorreflexão é o primeiro passo para a tomada de consciência da realidade e de seu papel enquanto sujeito ativo inserido na História.

A conscientização não deve ser um esforço de caráter individualista ou intelectualista, e sim social. A tomada de consciência, por ser proveniente e consequência da defrontação com a realidade concreta, jamais pode ser neutra, igualmente, jamais pode ser neutra a educação. Com esse objetivo, Paulo Freire (1967) em seu livro “Educação como prática para a liberdade” delimita o esboço inicial para o seu método de alfabetização. Pensando a alfabetização ligada a democratização da cultura e conectada com a visão do ser como sujeito e não paciente do processo, Freire (1967) elabora uma metodologia apoiada em um método “ativo, dialogal, crítico e criticizador” cuja intensão é uma nova proposta para o conteúdo pragmático educacional, utilizando de técnicas como a Resolução e Codificação (1967, p. 107).

O conceito de cultura para Freire (1967) é o ponto de partida para o seu processo educacional, pensado enquanto conceito antropológico e em oposição a ideia de Natureza. A cultura seria o resultado da ação ativa do homem na sociedade, seria, portanto, o esforço resultante do seu trabalho de criar e recriar o mundo e a realidade nos quais está inserido. É fundamentado nesse princípio que o educador esboça imagetivamente “situações-limites” codificadas. Incorporando o visual e a arte ao seu processo educativo, Freire (1967) convida Francisco Brennand – importante ceramista e artista pernambucano – para pintar essas situações. O propósito era retratar cenas da realidade cotidiana que, uma vez decodificadas, iriam gerar discussões críticas sobre esta realidade experienciada por esses sujeitos.

Freire (1987) reflete que para alcançar a humanização é primordial o desaparecimento e a superação de “situações-limite” que coloquem os indivíduos em posição coisificada. É preciso, portanto, a inserção desse sujeito na sociedade de forma plena; nos locais de decisão política; na comunicação enquanto agente produtor e

disseminador de informação e conhecimento; e no acesso a condições básicas de saúde, moradia e transporte. Peruzzo (2000) disserta sobre a importância da participação no exercício de uma comunicação popular ou comunitária, isto porque, ela possibilita que o indivíduo – por meio de um processo comunicacional – se torne sujeito ativo da ação comunicacional, ampliando dessa forma a sua inserção nos mecanismos de planejamento, produção e gestão.

Paulo Freire (1987) em “Pedagogia do oprimido” desenvolve a reflexão iniciada no livro “Educação como prática para liberdade” no sentido de propor uma pedagogia que coloque o indivíduo, nesse caso o “oprimido”, como sujeito ativo e consciente da história, dotado dos próprios saberes e capaz de elaborar seu próprio percurso educativo. Com esse objetivo, Freire (1987) coloca no cerne da educação e da comunicação a questão do diálogo que compreenderia o encontro dos seres, este que não se esgota na relação eu-tu. Para o autor, o diálogo é amoroso e esperançoso, se exerce em um relacionamento horizontal e é repleto de fé nos indivíduos e na sua capacidade de fazer, refazer e criar.

A educação autêntica, então, não é realizada de “A” para ou sobre “B”, mas sim de “A” com “B” em ação de colaboração e coparticipação. Adequando as reflexões freirianas para pensar uma abordagem comunicacional comunitária para o urbanismo e a transformação de cidades, é possível inferir que a educação dialógica, amorosa e esperançosa ocupa lugar fundamental. Tanto por incluir no pensamento urbano uma perspectiva afetiva e sensorial, quanto por objetivar uma relação de participação horizontal, onde o outro seja sujeito ativo e possa ser ouvido pela sua própria experiência e vivência da metrópole.

A educação freiriana, então, se colocaria como cardeal tanto para os urbanistas e planejadores urbanos, quanto para a população afetada. Isto porque, os primeiros precisam descer do salto da ciência e da linguagem técnica, aprendendo a incorporar os saberes práticos e cotidianos de quem desenvolveu um conhecimento corpóreo e afetivo do seu território. Por outro lado, os habitantes precisam se tornar sujeitos ativos da sua própria história, entendendo a importância de se envolver nos processos de transformação urbana que acontecem no próprio quintal, retomando o poder e o direito que lhes cabe de desejar, fazer e construir as cidades de acordo com seus próprios desejos e anseios.

Nesse sentido, a educação proposta por Paulo Freire se coloca como caminho para o exercício da participação e da cidadania. A educação é também ferramenta utilizada por movimentos sociais urbanos no desenvolvimento da conscientização nos processos urbanos predatórios e na informação dos direitos e deveres do cidadão inserido na

metrópole. O grupo Direitos Urbanos e o Ocupe Estelita foram movimentos que atuaram no fomento da discussão das temáticas relacionadas ao direito à cidade, questionando os processos de participação e o acesso à informação nos projetos a serem implementados em Recife.

Os movimentos promoveram o debate em relação a ocupação do espaço urbano (voltado para o automóvel), a descaracterização do carnaval (com o excesso de camarotes em praças públicas), aos processos de participação (assembleias públicas, plebiscitos), a privatização do espaço público (construção do shopping Rio Mar e da Via Mangue), entre outros⁶⁸. A importância desse tipo de mobilização se dá principalmente pela informação da população sobre os problemas, causas e consequência de uma urbanização capitalista predatória; pelas ferramentas passíveis de serem utilizadas para o seu combate; e pela atualização do sentido de cidadania na práxis cotidiana.

4.4.4 Cidadania para a mudança social

Yamamoto (2014), em seu artigo “Pensar a cidadania a partir da comunicação”, disserta sobre a necessidade de uma revisão histórica e conceitual sobre cidadania, isto porque a noção corrente estaria esvaziada do vínculo entre os cidadãos no conjunto da comunidade. Além disso, este conceito faz referência a importantes objetos comunicacionais como o acesso à informação, direito à livre expressão, a própria ideia da democratização da comunicação, entre outros. Ao mesmo tempo, a concepção atual de cidadania encontra-se relacionada a ideia capitalista do individualismo e da propriedade privada, estando restrita a lógica do consumo e, portanto, disponível para poucos.

A inclinação da cidadania ao consumo não é obra do acaso, ela é estimulada e redesenhada em cada projeto de transformação de espaços públicos/comunitários em templos para o consumo. Ela é retificada e ressurgue em cada processo de gentrificação e reforma urbana implementado sem participação popular. Os “novos” mercados então – tanto os de Camden Town, quanto a proposta para o MSJ – mesmo distantes mais de sete mil quilômetros, são referenciados enquanto espaços de consumo pela sua população.

E qual a primeira referência de espaço comercial de consumo? O shopping center. E é ele que aparece nas críticas negativas aos planos de redensolvimento e requalificação dos mercados em Recife e Londres. No Mercado São José, a proposta de

⁶⁸ Para saber mais ler: BULCÃO, 2019.

restauração e aproximação ao projeto original de 1875, não inspira muita confiança com seus elevadores e mezaninos: “isso aqui vai se tornar um shopping”⁶⁹. Em Camden Town, durante o desenvolvimento do empreendimento de Hawley Wharf a mesma associação aparece na fala do conselheiro quando confrontado com o primeiro esboço do empreendimento apresentado pela LabTech “isso é um shopping center com um restaurante preso no topo”⁷⁰ (tradução da autora).

Nesse sentido, Paiva e Sodré (2017), apontam uma cidadania consumidora associada a um cidadão passivo cuja sociabilidade se realiza por meio do consumo e não da política. Muniz Sodré (2014) disserta sobre a nova forma de vida permeada pela m dia, denominando-a como bios midiático. O objetivo desse *bios* seria estabelecer uma nova esfera afinada com o capital, na qual os desejos se manifestem através consumo e onde a cultura torna-se mais uma forma de distribui o de mercadorias. No *bios* virtual, portanto, o *ethos* humano   relegado   uma  tica telecomandada, na qual o indivíduo   esvaziado da experiência e da singularidade, da vontade, da escolha criativa e da partilha simbólica, ou seja, de tudo aquilo que lhe confere sentido.

Yamamoto (2014), nesse sentido, aponta para quatro no es históricas importantes para uma cidadania  tica e política, seriam elas: o pertencimento, associado a uma circunscri o da atividade humana a um local ou território; a autonomia que conecta o sujeito ao direito natural de ser livre; a resistência, relacionada a ideia de “cuidado de si”; e a responsabilidade, apontada como a característica primordial, que inclui o fora, o outro, a alteridade.

Ser cidadão, portanto, antes de qualquer outra coisa, pressupõe ser responsável por outros, constituindo na minha exterioridade o caráter democrático da cidadania. Em outras palavras, Paiva e Sodré (2017) afirmam que a ideia de cidadão está profundamente ligada a unidade estabelecida pelo vínculo, ou *philia*, cujo significado também refere ao território e a identidade coletiva. Sodré (2019) ainda reforça que para qualquer indivíduo da “periferia colonizada” do mundo, a redefini o da cidadania passa obrigatoriamente pelo “remanejamento do espaço territorial” em toda a sua significa o (2019, p. 20). Ou

⁶⁹ Fala do comerciante para a reportagem do Jornal do Commercio “Comerciantes apontam receio com reforma que aproximará Mercado São José, no Centro do Recife, ao projeto original”. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/04/14987678-comerciantes-apontam-receio-com-reforma-que-aproximara-mercado-de-sao-jose-no-centro-do-recife-ao-projeto-original.html>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

⁷⁰ Frase dita pelo conselheiro em reunião para discussão do projeto apresentado para o empreendimento de Hawley Wharf, publicada na reportagem do Camden New Journal do dia 16 de mar. de 2012. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/we-dont-want-disney-tourist-ghetto-will-be-locked-night-hawley-wharf-development-rejec>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

seja, a conceituação de cidadania precisa incluir tanto o território construído a partir da identidade coletiva, quanto o entendimento dos processos de desterritorialização e desenraizamento provocado pela ação do capital sobre a cultura e a identificação dos sujeitos marginalizados.

Por conseguinte, a conceituação de cidadania precisa transitar também pelo lugar onde esse sujeito se insere, onde ele se relaciona e constitui história: a própria cidade, com suas ruas, ambientes de coexistência e exclusão. A noção de humanidade precisa estar atrelada a cidade, incluindo a perspectiva de mobilidade (interligada ao fundamento da autonomia do cidadão) e igualdade urbanística dentro das metrópoles. Para tanto, o conceito de direito à cidade por David Harvey (2014) parece profícuo a discussão.

Harvey (2014) afirma que o direito à cidade se relaciona com o tipo de pessoas que queremos ser, qual o tipo de relações sociais que desejamos cultivar. Portanto, o direito a cidade é um direito coletivo de pensar e repensar a cidade de acordo com as nossas mais profundas vontades. Ou ainda, “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas” (HARVEY, 2014, p. 30).

Nesse sentido, o livro de Thomas Tufte (2017) “Communication and social change: a citizen perspective” aborda pontos interessantes. Tufte (2017) avança um modelo comunicacional baseado na teoria da libertação freiriana que considera os problemas ocasionados pela globalização transnacional, pelo surgimento e expansão das novas mídias e novos governos. O intuito é esboçar uma ativa participação cidadã no desenvolvimento e implementação de estratégias de mudança social de forma dialógica e a partir de uma comunicação que se realize de baixo para cima. A comunicação para mudança social, portanto, pressupõe um intenso envolvimento das comunidades e da sociedade civil em perspectivas comunicacionais não hierárquicas.

Para isso, Tufte (2017) reitera a necessidade de uma nova abordagem comunicacional para as questões sociais onde esteja abarcado processos de empoderamento, agência e ação coletiva. Essa forma de interpelação estaria ancorada em quatro componentes principais relacionados a diferentes compreensões da comunicação, das mídias, das mudanças sociais e da agência e governança. Primeiro, a comunicação deve estar apoiada em um entendimento holístico e ecológico. Segundo a mídia é enxergada como profundamente envolvida nas configurações sociais e espaciais. Terceiro, a mudança social é assimilada através de um ponto de vista crítico em relação

ao etnocentrismo, sendo por isso um desenvolvimento não linear, complexo e inacabado. E a quarta e última associa-se a noção de um governo sustentável e de baixo para cima.

O que é fundamental, portanto, nessas propostas é o resgate da sua relação inicial ao território e a vinculação de seus sujeitos a esse espaço afetivo e geográfico, mas também uns aos outros. É o reestabelecimento de uma cidadania inspirada por uma participação ativa democrática, onde seus cidadãos e cidadãs possam ativamente opinar na criação e na reconstrução de seus próprios lugares, vizinhanças, bairros e cidades. E além disso, possam coproduzir em cooperação urbes mais humanas e éticas. É o sentido da alteridade acima da individualidade e da responsabilidade com o nós e não do “eu”.

4.5 A abordagem comunicacional comunitária no caso Caranguejo Tabaiaries

A comunidade de Caranguejo Tabaiaries localiza-se na Zona Oeste de Recife, entre os bairros de Afogados e Ilha do Retiro. Em 1996, se converteu em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja, foi reconhecida pelo poder público enquanto assentamento habitacional consolidado de baixa renda, surgido espontaneamente e carente de infraestrutura básica, devendo, portanto, ser realizada sua regulamentação fundiária. O estabelecimento de uma ZEIS em determinada localidade, significa também o direito de permanência dos moradores, a garantia de continuarem residindo no seu território afetivo de origem, protegendo-os de serem desapropriados ou removidos para lugares distantes. Para mais, desde 2008 existe a previsão no plano urbanístico de construção de um habitacional na área.

Contudo, apesar da existência de legislação urbana que resguardava os moradores do direito ao seu território, em 2019 o prefeito Geraldo Júlio assinou o Decreto nº 32.680 que estabelecia a desapropriação dessa área em caráter de urgência para a requalificação do Canal do Prado, como parte do programa Capibaribe Melhor. O projeto, além da previsão dos serviços de drenagem, pavimentação, construção de calçadas, iluminação pública e paisagismos das vias que margeavam o canal, também antevia a implementação de três faixas de passagem de veículos em um trecho que passava por dentro da comunidade. A prefeitura prometia também a construção do lendário habitacional com 176 unidades.

A região prevista para a construção das vias e o trecho de reforma do Capibaribe é uma zona de intensa especulação imobiliária pelas proximidades com a av. Beira Rio. Às famílias foram oferecidas três opções: um apartamento no conjunto habitacional

Casarão do Barbalho na Iputinga (7km de distância da comunidade de origem deles), uma indenização calculada apenas nas benfeitorias empregadas ou um auxílio moradia no valor de R\$ 200,00 por mês até a conclusão do tal habitacional. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que promovia uma ação de remoção, a prefeitura implementava na comunidade um programa de melhoria habitacional que previa reformas de até R\$ 5 mil nas residências.

A comunidade, não satisfeita com as opções oferecidas pelo Estado, preferiram lutar pela permanência no próprio território afetivo. E reivindicar pela continuidade na favela, não significava ignorar as ausências do poder público, a falta de saneamento, de coleta de lixo, entre muitas outras. Significava, por outro lado, exigir opções que contemplassem as condições básicas de sobrevivência de qualquer área urbana na cidade. Para isso, a comunidade se uniu ao coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste e ao Grupo Adolescer, pediu ajuda da favela do Coque e do coletivo Audiovisual Coquevídeo para produzir um brega protesto.

Colocando-se como sujeitos ativos da própria história, os moradores de Caranguejo Tabaiães apresentam-se – “sou Caranguejo, prazer satisfação”⁷¹ – e anunciam em alto e bom som do brega funk e no ritmo do passinho: “querem tirar nossos tetos, daí fizemos esse brega protesto”. E os jovens de Caranguejo Tabaiães nos mostram como promover uma abordagem comunicacional comunitária às propostas de intervenção urbana. Primeiro, a partir de uma compreensão de si mesmos como uma comunidade, afirmando a responsabilidade pelo nós da favela: “sou da comunidade, não falhamos na missão”. Demonstrando, desse modo, a importância do lugar para a constituição da subjetividade e da vinculação afetiva ao território, eles afirmam: “foi onde eu cresci e vou montar a minha vida”.

Com imagens do cotidiano da favela durante todo o vídeo e a presença dos próprios moradores como personagens, dançando em coreografia o refrão “sem destruição, eu sou do Caranguejo e daqui não saio não”, essa juventude se coloca como sujeito político ativo, proclamando que “aqui é minha favela e vou fazer revolução”. Eles reiteram ainda a compreensão da importância do exercício de um direito à comunicação, por meio de uma linguagem e estética próprias. Esses jovens de Caranguejo Tabaiães,

⁷¹ As referências contidas nesse tópico são ao vídeo produzido pelo Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste em parceria com o Grupo Adolescer e o Coquevídeo. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/B3rcXg_ljOi/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em 29 de dez. de 2022.

exercem sua cidadania e seu direito de participação e escolha declarando que “eu tenho meus direitos e por eles vou lutar. Minha casa é minha vida, aqui é meu lugar”. E, por fim, encerram o manifesto declarando objetivamente: “Aê prefeito, desculpa recusar, não sairemos daqui, pois, amamos esse lugar”.

A manifestação musical, artística e políticas desses indivíduos, nos demonstra que existem outras formas de pensar os espaços periféricos da cidade em outro sentido que não sejam os da crise. É possível representa-los pela sua cultura, pela sua comunidade, seu território e seus habitantes. Pela *vida* que existe nesses espaços. Não é justo com esses e outros indivíduos, então, acatar de bom grado os discursos e vocabulários de uma crise que afirma uma necessidade de *revitalização*. É preciso reconstruir as imagens e associações criadas pela mídia e pelo poder público para essas áreas escolhidas pela especulação imobiliária como lugares problema e oportunidades de negócios.

5. O VOCABULÁRIO DE CRISE: VIAJANDO 7.408,31KM ENTRE DOIS MERCADOS

Esse capítulo se inicia com uma viagem à memória, em uma tentativa de traçar paralelos e histórias da reforma urbana e dos processos de gentrificação no distrito de Camden Town. Narrar a história da minha visita a Camden Town seis anos depois, é, sem dúvidas, um exercício autoetnográfico. Como discutido no capítulo anterior, a autoetnografia me permitiu acessar minhas memórias como dados primário e construir descrições densas dos meus objetos de estudo – tanto o MSJ no capítulo 4, como o Buck Street Market e a vizinhança londrina nesse último. O método autoetnográfico também ancorou a construção das miniaturas de crise, como uma extensão de uma metodologia que se mostrou quantitativa e também qualitativa.

Fundamentada nas reflexões de Chang (2016) e de Adam, Ellis e Stacy (2017) que me permitiram uma maior liberdade na escrita, possibilitou o uso de uma voz com “coloquialismos, reverberações de várias relações, e expressões emocionais” são valorizadas nesse método (tradução da autora) (CHANG, 2016, p. 142). Ao mesmo tempo, propiciou como resultado final um texto mais acessível para um público leitor não tão familiarizado com a academia. Desse modo, a autoetnografia perdura nas páginas desse último capítulo, porém, mas como pano de fundo para o método analítico de um vocabulário de crise.

Meu primeiro contato com a noção de “vocabulário de crise” foi por meio de Ananya Roy (2003), logo no início de seu livro “City Requiem, Calcutta: gender and the politics of poverty”. A autora menciona essa ideia referindo-se as caracterizações das megacidades, nas próprias palavras de Roy (2003):

Meu réquiem é escrito como uma paródia do conceito de crise vinculado às cidades de Terceiro Mundo precisando de diagnóstico e ressuscitação. Mas é também escrito com a triste consciência que as tropas da morte e do fim da vida se tornaram o idioma padrão da crítica, mesmo para os vivos, em Calcutá (tradução da autora) (ROY, 2003, p. 10).

O vocabulário de crise, então, seria o idioma a partir do qual as megacidades são descritas, sempre em termos da falta, do vazio, da constante necessidade de resgate e reforma. Compreendendo o cerne da noção proposta por Roy (2003), pensei que esse vocabulário de crise podia ser observado também nos discursos da reforma urbana, onde

os lugares eram primeiro conceituados como problema, representados na mídia, nos discursos públicos e da própria população a partir de referências à degradação, à criminalidade, entre outras. Eu tinha me deparado com essa linguagem na pesquisa do metrado, no discurso criado sobre o Cais José Estelita como um grande vazio abandonado, ponto de drogas e prostituição⁷². A partir dessa percepção inicial, comecei a esboçar um método através do qual eu pudesse mensurar e comprovar (ou não) a existência desse vocabulário e de que forma ele era representado na mídia.

5.1 Camden Town, 6 anos depois

A primeira vez que estive em Camden Town foi em 2015, provavelmente para algum *pub crawl*. Era o auge da juventude e liberdade, onde o único compromisso eram as aulas de inglês vespertinas. O distrito de Camden Town, se revelou em seus mercados, seu ar boêmio e excêntrico, seus clubs e festas, seus sujeitos peculiares e interessantes. Se desvendou como o lugar alternativo para os estranhos, com suas roupas pretas, seus piercing e cabelos coloridos. Também se desvelou como o bairro dos inúmeros mercados de rua, com sua High Street repleta de lojas com os souvenirs mais baratos de Londres e as fachadas com ornamentos que extrapolam a calçada e parecem querer atingir o céu.

Quando eu voltei lá, no final de 2021, muitas das coisas que permeavam a minha lembrança ainda estavam lá, os *studios* de tatuagem, as lojas dos imigrantes vendendo chaveiros e imãs de geladeira, a grande passarela que se enxerga no final da High Street, quase chegando ao Camden Lock. Dessa vez reparei nas faixas de pedestres pintadas com as cores da bandeira LGBTQIAP+, no novo Buck Street Market revestido em metal com sua paleta de cores pastel e sua tipografia industrial. Entrei no novíssimo mercado procurando resquícios do que era antes, suas camisetas descoladas, suas barracas de rua. Encontrei uma proposta de artesanato altamente precificada, alguns moletons *street wear* por 200£, uns tênis estilizados com grafite que não tive coragem de olhar o preço.

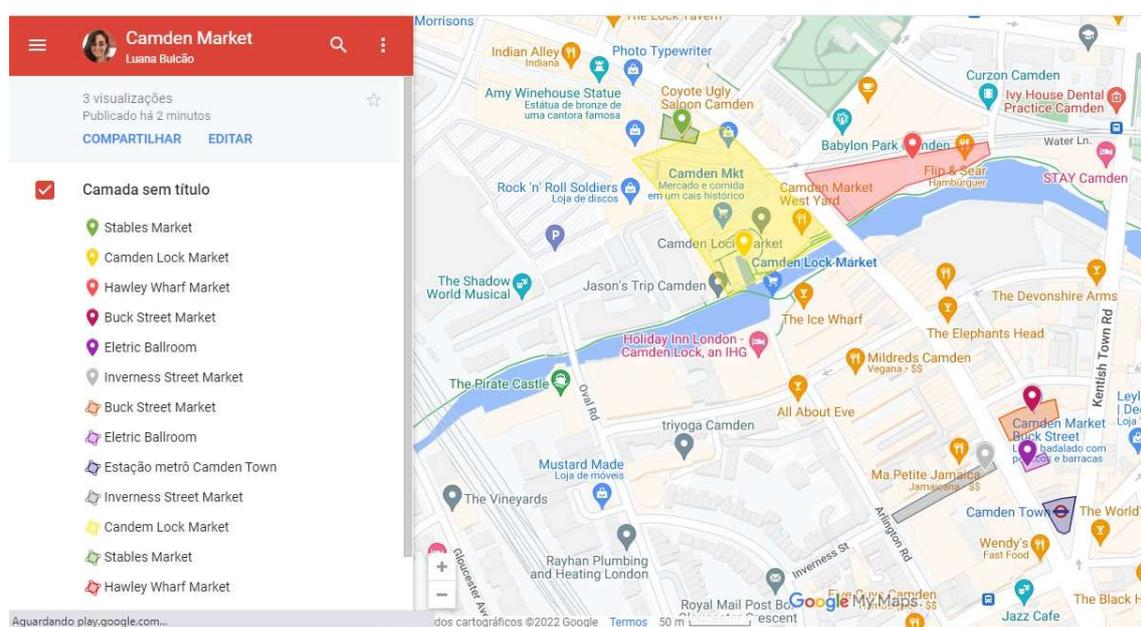
As lojas da frente ficam visíveis por uma vitrine de vidro e é possível olhar e cobiçar os produtos lá dentro. Quando você escolhe entrar, se depara com um labirinto de pequenos boxes – que na verdade me lembraram um pouco o Mercado São José – com

⁷² Na dissertação eu cito um editorial produzido pelo Jornal do Commercio em 2012, onde o jornal descreve o terreno do Cais José Estelita como “uma área praticamente abandonada, servindo de abrigo a população favelada”. A matéria está disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/07/editorial-jc-o-vazio-em-torno-do-cais/> (BULCÃO, 2019, p. 70).

produtos que vão de roupa a pequenos acessórios de artesanato e objetos de decoração. Segui a High Street e entrei no Camden Lock, com algumas barracas de suco de fruta, algumas vendendo bijuteria, alguns quadros e posters com imagens da cidade e de cantores famosos.

Do meu lado direito estava o Hawley Wharf com seu empreendimento de auto luxo e suas luzes artificiais (Figura 11)⁷³. Do outro, um pouco mais a frente, o Camden Lock, se descortinava num mundo de barracas de comida de rua, algumas lojas internas nas laterais vendendo outros tipos de produtos, como chás e jogos de tabuleiro. Quando fui em dezembro, a maioria dessas lojas estava fechada, era o período em que a variante ômicron estava em alta e o governo retornava os aconselhamentos ao isolamento e uso de máscaras. Se em um domingo de dezembro de 2021, pleno inverno e no meio do surto da COVID-19 provocado pela nova cepa, Camden Town estava lotada, naquela tarde em 2015 eu não posso dizer o mesmo.

Figura 11 – Mapa Camden Market



Fonte: a Autora, 2022

O encontro com o coelho da Alice servindo chá aos turistas em plena High Street pareceu algo comum no cotidiano do distrito. Descobri que ali, no meio de uma cidade repleta de imigrantes, era possível encontrar – ali mesmo no chá da Alice – um

⁷³ Para melhor visualização o mapa está disponível em: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1XrtWlcEYTM-E37oYDDRBvINFjhyIU0&usp=sharing>

conterrâneo nordestino. O coelho da Alice marca o tempo no seu relógio de bolso, sempre atrasado, sempre correndo. Londres de muitas formas também parece sempre atrasada, sempre correndo. Os turistas, com sua lentidão e ares meio perdido não são figuras bem quistas pela população local. Isso me lembrou Georg Simmel (1967) e seu paralelo traçado entre os relógios de bolso e a precisão da vida prática provocada pelo dinheiro.

Simmel (1967) atribui a vida moderna nas cidades as características de pontualidade, calculabilidade e exatidão. O tempo é um fator fundamental na sociedade capitalista, na verdade, a necessidade de redução do tempo. É preciso se movimentar rápido, é preciso que o dinheiro circule vertiginosamente e a economia funcione na máxima efetividade. E assim o capital impõe o ritmo dos sujeitos na cidade: apressado, conturbado, produtivo, pontual. E Londres, como toda cidade global, funciona no compasso da velocidade. O metrônomo marca o ritmo: mais rápido, mais rápido, não pare senão você será atropelado. Curiosamente, para se deslocar em Londres você leva cerca de uma hora para qualquer lugar e os atrasos não são admissíveis na formalidade e pontualidade britânica.

É curioso como o tempo capitalista está de muitas formas relacionado ao poder econômico da cidade. A velha máxima “tempo é dinheiro” revela as contradições mundiais e as disparidades sociais ao redor do mundo. Em Londres, sete minutos de espera por um metrô é frustrante afirma a internet. Se você vai pra Recife então, pode esquecer qualquer possibilidade de se locomover pela metrópole usando transporte público, ou pelo menos de forma confortável e ágil. Recife é uma *carrocracia*⁷⁴, já diriam os cidadãos recifenses, a última palavra é sempre do carro.

Tudo isso reforça o que Marx (2011) já sinalizava há muito tempo, que o transporte e a comunicação são fatores fundamentais no processo de circulação pelo qual se adiciona o mais valor a mercadoria e faz rolar a roda capitalista. Espaço e tempo, portanto, são fundamentais para o capital. A distância deve ser superada pela velocidade e o espaço/cidades devem ser projetados de forma a facilitar a circulação desse capital. Em outras palavras, para expandir-se e continuar produzindo mais-valor, o capital precisa que os meios para essa expansão (transporte e comunicação) funcionem cada vez mais rápidos.

O tempo de transformação das cidades também está cada vez mais apressado. Se antes as mudanças eram pensadas em décadas, hoje um ano é suficiente para mudar toda

⁷⁴ Carrocracia (carro + democracia) é um neologismo criado pelo grupo de ativista Direitos Urbanos para se referir a lógica de construção e transformação da cidade de Recife.

a vocação e paisagem de uma determinada área. Nenhum bairro está imune aos poderes da gentrificação. É por isso que a atual fachada do Buck Street Market ecoou de forma estranha no meu imaginário urbano de Camden Town. De alguma forma pareceu errado. Sem considerar o aspecto estético – o que nas reformas urbanas é uma grande parte do paradigma arquitetural pós-moderno – a lógica de algo tão pré-moldado e padronizado em uma área conhecida pela sua unicidade e peculiaridade chega a ser inteligível. O Buck Street Market de hoje poderia estar em qualquer lugar do mundo e seria exatamente igual. Percebi poucas ressonâncias com o mercado e os comerciantes de antes. Para onde foram essas pessoas? Sai de Camden com a sensação de que algo estava muito diferente.

Alguns dias da minha visita da Camden Town, me deparei com um anúncio no metrô: *Camden Rebooted*. O que era antes uma sensação, agora de certa forma se aprofundava em uma certeza. O anúncio era sobre um outro mercado, próximo das margens do rio, o Hawley Wharf Market, que estava sendo lançado. Mais um projeto de “restauração” feito para “reiniciar e restaurar o charme caótico de Camden”⁷⁵. Caótico, um adjetivo que segundo o dicionário⁷⁶ representa um estado de caos, algo confuso e desordenado. Por que tudo aquilo que foge a estética capitalista é rapidamente taxado de desordem?

A transformação urbana empreendida em nome da especulação imobiliária e do lucro capitalista tem uma estética específica. Uma estética que absorve as pautas anticapitalistas pra se tornar mais palatável, uma capaz de perdurar a circulação do capital, a lógica da velocidade e da supressão do espaço pelo tempo. Ao mesmo tempo em que é servida em uma embalagem autêntica, *eco-friendly*, sustentável e vegana. Só esqueceram de avisar que esse produto não está disponível para todos, ele não é *popular*, ele é só para aqueles que possuem renda para *consumir*.

A gentrificação no distrito de Camden Town tem tudo a ver com o *brand*, com a combinação perfeita entre consumo e patrimônio. E a nova marca do Buck Street circula em torno de uma ideia muito específica de autenticidade, sustentabilidade e ecologia. Ele é o primeiro mercado no Reino Unido dedicado ao consumo consciente, diz seu site⁷⁷. Mas o que é consumo consciente? Será que é só não usar canudo de plástico e jogar seu

⁷⁵ Frase usada pelo site Camden Market para descrever a reforma no Hawley Wharf Camden Market (tradução da autora). Disponível em: <https://www.camdenmarket.com/hawleywharf/the-latest/about-us>. Acesso em 23 de jan. de 2022.

⁷⁶ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ca%C3%B3tico>. Acesso em 23 jan. de 2022.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.camdenmarket.com/buckstreet/about>. Acesso em 27 de dez. de 2022.

lixo na lixeira da cor certa? Será que é sobre uma moda sustentável, porém inacessível? Foi uma das coisas que fiquei me questionando após o primeiro contato, em dezembro de 2022 – quase 6 anos depois.

5.2 Camden Town: a história

Camden Town é composta de vários mercados, mais especificamente seis: o Camden Lock Market, o Stables Market, o Hawley Wharf Market (anteriormente chamado de Canal Market e Camden Lock Village), o Buck Street Market, o Electric Ballroom e o Inverness Street Market. Atualmente, quatro desses pertencem ao mesmo dono, o bilionário Teddy Sagi que, desde 2014, adquire esses espaços um a um. Juntos eles compõem a entidade de “Camden Market” com todas as suas referências históricas, musicais e cinematográficas. Mas o Buck Street Market, com sua faixa verde com letras amarelas, foi o que mais ficou na minha memória. Talvez porque é o primeiro mercado que você avista quando sai do metrô.

Camden Town também é um distrito que passa por transformações há 50 anos, deslocando-se de zona industrial e portuária fluvial para umas das áreas mais bem estabelecidas de Londres, perdendo em importância só para o Soho e West End. Suas famosas raízes boêmias foram estabelecidas no século XVIII quando as vizinhanças próximas ao Regent’s Park e aos subúrbios de Hampstead ganharam a denominação de “retiro artista”. Nos anos 1960 Camden Town era segundo Gornostaeva e Campbell (2012) um “espaço liminar”, isto é, composto por boêmios (atores, escritores e produtores de filmes) que se relacionavam de forma bem estabelecida com uma economia ancorada em atividades semilegais. Em 1966, The London Film-makers’s Co-operative (LFMC) foi fundada e os envolvidos com a produção cinematográfica *avant-garde* e de baixo orçamento exibiam seus filmes no cinema local na esperança de conseguir algum espaço nessa indústria.

Os cinemas e exibições das películas criavam um ambiente de encontro e sociabilidade atraindo para a região uma subcultura hippie e uma classe trabalhadora boêmia que vinha acompanhada de um determinado estilo na moda e na música. As atividades fabris e aquelas relacionadas ao canal fluvial deixaram muitos armazéns, prédios industriais e residenciais desocupados, e esse foi o gatilho para o início de um processo de gentrificação residencial e industrial no distrito. Essa mudança no mercado imobiliário resultou em uma alta de preço, fazendo com que fosse mais lucrativo para os

proprietários despejar aqueles ocupantes que não podiam arcar com o aluguel e vender os imóveis para empreiteiras ou para quem possuísse melhores condições para pagar.

Os que não puderam arcar com o custo da acomodação privada, deslocaram-se para os movimentos de ocupação que surgiam na época. Esses movimentos persistiram por décadas em Camden Town, chegando a ocupar um quarteirão inteiro ao redor da *Prince of Wales Crescent*. Atualmente, movimentos anti-gentrificação e a favor da reocupação das ruas uniram-se a esses, deslocando a crítica das companhias imobiliárias para o Camden Local Authority (CLA), responsável pelo esvaziamento dos edifícios públicos.

No mesmo período, o Camden Lock começou a se tornar um mercado urbano de final de semana com a presença de barracas e promovido como um lugar jovem para os criativos artesãos locais. Esse projeto, em conjunto com a iniciativa do CLA de permitir o consumo de bebida alcóolica nos domingos – até então proibida em qualquer lugar de Londres – catalisou uma Night Time Economy (NTE) que estimulava a persistência dos espaços liminares nesse distrito. Nesse momento, a cadeia produtora da música – com a presença de estúdio de gravação, gravadoras independentes, casas de shows – já estava consolidada no distrito e em paralelo a ela, a presença de uma vida punk boêmia se organizava ao redor dessa geografia clandestina.

Os anos 1980 adicionou uma nova camada corporativa cultural a vizinhança: a entrada de empresas de mídia, televisão e cinema com a chegada da MTV. Os anos 1990 foi marcado pela expansão da MTV, que comprou estúdios concorrentes, e pela consolidação das corporações de mídia atraídas pelos aluguéis baratos e pela numerosa existência de antigos prédios industriais desocupados. Em 1998, Camden Town alcançaria o platô, ganhando o título de “*media village*”, ao mesmo tempo em que se iniciava uma “regeneração” culturalmente orientada. O objetivo era o controle das características liminares e da economia noturna do distrito.

Os anos 2000, por sua vez, sinalizaram o enfraquecimento dos poderes financeiros do CLA. Paralelamente, é o momento em que os impostos e taxas passam a ser concentrados no governo central da cidade, e em 2006, começam a serem recolhidos pelo *Business Improvement District* (BID). A introdução do BID em 2006 ocorreu pela inabilidade do governo de administrar certas áreas econômicas sobre sua jurisdição. Aqui, torna-se importante um parêntese para tratar o desenvolvimento dos BIDs enquanto um mecanismo financeiro, legislativo e espacial que atua em uma determinada área da cidade.

A ideia surgiu em Toronto nos anos 1960 e difundiu-se pelo mundo como uma política de negócios estadunidense. Associado majoritariamente as zonas centrais da urbe, os BIDs são uma “área urbana autotributável, mas uma caracterizada por uma particular combinação de organizações relacionais baseadas em prescrições legais e financeiras” (tradução da autora) (TAIT e JENSEN, 2007, p.120).

Os BIDs são espaciais por se concentrarem em uma área designada e subdividida de uma vizinhança particular, onde os donos de propriedades são obrigados a pagar uma taxa adicional para manterem seus negócios ali. Para além disso, o BID é uma importante ferramenta da renovação urbana – principalmente após a crise de 2007/2008 – constituindo inovação e financeiramente capazes de “reordenar as fronteiras entre Estado e mercado, entre o público e o privado” (tradução da autora) (Ibidem, p. 120). Esse processo é catalisado por uma série de fatores como a necessidade de melhorar a aparência física do espaço, a percepção de segurança e desejabilidade da área. Todos atributos capazes de aumentar o valor de mercado de uma determinada zona.

Considerando as ondas da reforma urbana citada por Elmendni, Christian e Stone (2018), Camden Town passa pela primeira quando a classe alta se muda para a região a procura de uma vizinhança com ar boêmio e artístico. A segunda é impelida pela transformação do distrito em Business Improvement District e com ele a proliferação de residências, negócios de entretenimento, restaurantes e cafés voltados para um público de classe alta. Não por acaso, é em 2007 que se inicia o projeto de redensolvimento do Stables Market com a proposta de construção de duas novas lojas com quatro andares, edifícios residenciais, barracas de comida, escritórios e, ainda, um espaço de exibição.

Na noite de fevereiro de 2008, a população de Camden Town assistiu atônita enquanto os bombeiros tentavam conter o incêndio no Canal Market (atual Hawley Wharf Market) – que ficou conhecido posteriormente como o “O Grande Incêndio de Camden” (tradução da autora). O fogo destruiu todo o mercado as margens do canal, chegando a atingir alguns pubs da proximidade. Demorou cerca de um ano até que o Canal Market fosse reaberto.

Em 2014, o bilionário Teddy Sagi compra o Stables Market e como parte do negócio recebe controle também sobre o Hawley Wharf Market. Em outubro do mesmo ano, Sagi adquire mais dois mercados o Buck Street Market e o Camden Lock, tornando-se dono da maioria dos mercados de Camden Town. O plano inicial para o mercado da Buck Street era erigir um prédio de quatro andares com um hotel e área comercial no térreo. Contudo, os planos de Sagi foram frustrados pela Transport for London (TFL) que

sinalizou precisar do espaço para a construção de nova saída da estação de metrô da vizinhança – que há anos enfrenta problemas relacionados a lotação. Por essa razão, em junho de 2018 são revelados os novos planos para esse mercado: a construção de um complexo de três andares feito de containers reciclados. Estava lançado o “novíssimo” Buck Street Market *eco-friendly* com sua mensagem sustentável e sua política de uso zero de plástico.

Em junho de 2022, Teddy Sagi anuncia a venda do Camden Market esperando um lucro de até 1,5 bilhões. A notícia não é exatamente uma surpresa, uma vez que o bilionário fez sua fortuna comprando e vendendo companhias online de apostas. Sagi conclui seu investimento na área, transformando o “charme caótico” dos mercados do distrito em uma fortuna. O projeto de Teddy Sagi estava concluído, mas restam ainda muitas questões e inquietações a respeito dos processos de redesenvolvimento e gentrificação ocorridos em Camden Town durante os últimos anos.

5.3 As impressões à primeira vista

A notícia da transformação no Buck Street Market chegou em mim através de algumas centenas de combinações algorítmicas propiciadas pelas redes sociais e pela internet. O fato de eu não lembrar do primeiro contato não significa dizer que de alguma forma essa notícia não ficou armazenada no meu subconsciente. Mesmo sem saber detalhes do que tinha ocorrido, uma rápida pesquisa no Google foi suficiente pra perceber algumas semelhanças entre os processos de transformação dos dois mercados: um em Londres, outro em Recife. Num primeiro momento já era perceptível a primeira grande questão: ambas transformações faziam parte de um processo global de apropriação do espaço pelo capital. Mas baseado em que era possível afirmar isso? Alguns pontos aqui são fundamentais para entender esse argumento.

Primeiro ponto e o que aparece de forma mais explícita é a constituição de espaços de consumo e para o consumo onde antes existiam lugares de sociabilização e troca. No caso do Mercado São José em Recife, os arredores do mercado absorveram a função inicial de armazenamento dos gêneros de primeira necessidade, tornando-se um território marcado pela informalidade do comércio e os pregões de seus vendedores. Após a reforma, as barracas de frutas e verduras foram transferidas para um galpão separado do mercado, próximo ao Terminal do Cais de Santa Rita e em seu lugar emergiram as vagas de estacionamento Zona Azul. O que chama atenção nessa troca é o modelo de cidade

implícito nessa movimentação, onde o carro equivale a um padrão privatista focado no individualismo, na velocidade e no apassivamento dos corpos da experiência.

Além disso, a transformação do MSJ foi inspirada pelo Mercado Municipal de São Paulo, um ponto turístico da terra da garoa que tem uma página de Instagram própria (@golpe_do_mercado_sp), onde consumidores expõe suas (más) experiências com a compra de frutas por preços exorbitantes e com o assédio dos vendedores. O golpe das frutas do Mercadão, conhecido por quem já frequentou o Mercado Municipal, dá pistas sobre o público-alvo do estabelecimento: aqueles que possuem capital pagar R\$200,00 numa bandeja com duas pitayas. Do outro lado do oceano, no Buck Street Market em Camden Town, as barracas de venda de produtos variados, também com um aspecto informal, foram substituídas por uma estrutura de contêiner com boxes exibindo artesanatos, roupas estilizadas, comidas veganas e objetos de decoração para um estilo de vida que combine alternativo e chique, com um preço feito sob encomenda para o público de classe alta.

É importante destacar, contudo, que o MSJ é um mercado público, sendo de responsabilidade do Estado os projetos de reforma e reordenamento⁷⁸. No sentido oposto, o Buck Street Market e todos os mercados que compõem Camden Market são propriedade de uma companhia privada, responsável pela implementação do redesenvolvimento⁷⁹ dos empreendimentos da área. David Harvey (2014) coloca que a transformação urbana mobiliza as engrenagens do capitalismo através de um processo que ele denomina de “destruição criativa”, onde a “violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo” (2014, p. 50).

Nesse processo a qualidade de vida na cidade, assim como o turismo e as atividades culturais, torna-se uma mercadoria destinada aqueles que possuem dinheiro para adquirir. A economia do espetáculo coloca à venda o “estilo boutique” e um determinado ideal de comunidade, criando um produto que corresponde a um modelo individualista de socialização da personalidade humana.

As áreas centrais são os principais alvos dessa política urbana que desaloja e/ou expulsa os habitantes e os sujeitos que construíram a história do lugar, criando um padrão estético mundial que é replicado a partir do mesmo discurso de desqualificação do lugar,

⁷⁸ A escolha do uso dessa palavra é porque é por meio dela que a transferência dos ambulantes da rua do entorno do Mercado São José é tratada

⁷⁹ Optou-se pelo termo “redesenvolvimento” (tradução de redevelopment) por ser a forma pela qual as reformas nos mercados de Camden Market são tratadas pelo jornal e pelas corporações envolvidas

por meio da atribuição de adjetivos como “degradado”, “perigoso” ou “caótico”. Esse processo de “violência” para construir o novo a partir dos “escombros” do antigo, finda por produzir espaços padronizados e descolados da cultura e história do território. Apoiando-se na replicação de materiais, estruturas e estéticas pelo mundo todo, de forma que determinado espaço poderia estar em qualquer lugar do mundo e possuir exatamente o mesmo aspecto estético. Quase como uma produção industrial em massa.

O “novo” e o “velho” se interrelacionam nessa disputa, em uma mistura do que deve ser preservado como patrimônio e herança histórica e o que deve ser revitalizado, reestruturado, requalificado como moderno e *avant-garde*. Repete-se algumas técnicas e paradigmas antigos – como a eficácia do urbanismo progressista, a inspiração industrial fabril de materiais – e atualiza-se com uma pitada de sustentabilidade, consumo consciente e plástico zero – super em alta no momento. Constrói-se o novo, o moderno, mas com cuidado para manter o legado de autenticidade, no caso londrino. Restaura-se o antigo para retirar as descaracterizações do projeto original e acrescenta-se um toque de novidade com a construção de um mezanino e a implementação de elevadores e técnicas de acessibilidade, no caso pernambucano.

Curiosamente, o novo Buck Street Market é feito de containers de ferro reciclados e foi feito para ser montado e desmontado ao bel prazer do cliente. Literalmente, o mercado de Camden Town poderia estar em qualquer lugar do mundo, porque ele foi feito para ser transportável. Do outro lado do oceano Atlântico, o MSJ – construído em 1875 – foi feito em ferro pré-fabricado, como era a arquitetura de ferro do período, e foi erigido também para ser itinerante – assim como eram as feiras de exposições mundiais construídas na época. A estética dos dois, porém, não poderia ser mais diferente. O Mercado São José com suas grades trabalhadas, detalhes decorativos em painéis de ferro e suas gárgulas no topo das calhas do telhado. O Buck Street Market com seu visual quadrado, sua mistura de grandes estruturas de aço e vidro.

O segundo ponto, então, se relaciona com o método de atuação dessas transformações urbanas. A reforma urbana, portanto, segue uma cartilha para tornar as cidades em empresas e atrair investimentos transnacionais e capital humano. Primeiro, cria-se a ideia de uma crise, ela é construída através e um vocabulário – argumento eu – que atribui características negativas relacionadas geralmente a degradação, sujeira e falta de segurança da área. Em muitos casos, a própria deterioração é causada pelo mesmo Estado que se propõe a corrigi-la, através da ausência de investimentos públicos em saneamento básico, coleta de lixo, iluminação e segurança. O Estado é esvaziado da

função de provedor das condições básicas de existência de um lugar e a única solução para o problema é o investimento e a entrada do capital financeiro.

No caso do Mercado São José a percepção da crise estava relacionada principalmente aos ambulantes que prejudicavam o potencial turístico e escondiam a arquitetura de ferro do mercado. Porém, é importante destacar que o mercado informal nas áreas centrais de Recife – com seus pregões e formas sociais – é anterior a própria construção do MSJ e representa um importante traço cultural do comércio pernambucano. O Buck Street Market, localizado na vizinhança de Camden Town, é ancorado na mesma lógica discursiva do mercado recifense, onde o problema é a desorganização e o “caos” do comércio feirante, porém, a esse discurso é adicionada a questão da Night Time Economy que agrega com ela questões como o aumento da criminalidade, comportamento antissocial⁸⁰ e consumo de drogas.

Outro ponto de aproximação que merece destaque é o fato de ambas as áreas serem áreas centrais, com potencial turístico, importância econômica e cultural para as suas cidades. O bairro de São José em Recife tem uma relevância histórica que data do século XIX, além de estar intimamente conectado ao comércio desde sua origem, principalmente por ser uma vizinhança próxima ao porto – lugar de chegada e partida de mercadorias na capital. Camden Town em Londres estabeleceu suas raízes “boêmias” no século XVIII quando zonas próximas ao Regents Park ganharam a alcunha de subúrbios artísticos. Ao mesmo tempo, a proximidade com o canal e linhas de trem fez com que o distrito se tornasse uma importante área industrial. A gentrificação no bairro, data dos anos de 1960 quando os artistas foram atraídos pela subcultura da música, do cinema e da moda.

Atualmente, Camden Town é um cartão postal para turistas interessados em experimentar sua essência boêmia, alternativa e hippie. Atraídos pelo tour da cantora de jazz Amy Winehouse, pelos mercados recém reformados que agora contam com uma estética pós-moderna e levemente industrial, com destaque para o consumo de produtos e peças de artesanato exclusivas, alternativas e ao mesmo tempo únicas. O Buck Street Market vende a imagem de sustentabilidade com seus contêineres reciclados, seu “futuro

⁸⁰ A polícia do Reino Unido tem uma tipificação para esse tipo de crimes denominada de anti-social behaviour. O anti-social behaviour incluiu, segundo o site da MET Police o “comportamento de uma pessoa que cause ou é provável que cause assédio, alarme ou sofrimento para pessoas que não se encontram na mesma casa” (tradução da autora). Disponível em: <https://www.met.police.uk/advice/advice-and-information/asb/asb/antisocial-behaviour/what-is-antisocial-behaviour/>. Acesso em 25 de dez. 2022.

eco-consciente, com uma política de consumo zero de plástico, produtos à base de plantas e muitos pontos de reciclagem ao redor do mercado”⁸¹.

Contudo, a forma com que essas reformas foram e vão sendo implementadas nessas áreas são diferentes *per se*. Se o bairro londrino segue a cartilha da gentrificação ao pé da letra, o mercado recifense apresenta um modelo de especulação imobiliária que mais se assemelha a uma reforma urbana, aparentando está concentrada em um único equipamento e ter um desenvolvimento menos linear e com mais idas e vindas.

5.4 Explicando o método por trás do método

Com objetivo de desenvolver o método de análise do vocabulário de crise, primeiro eu parti do pressuposto que existe um padrão (método) global da reforma urbana. Depois que esse método atua através de um vocabulário de crise que é reproduzido, por meio das mesmas caracterizações, pela mídia, pela política e pela própria população local. A hipótese era que esse vocabulário transformava determinados espaços em problema – com o uso de referências a degradação, a sujeira e a violência – cuja a única solução possível seria a revitalização ou redensolvimento ancorado na transformação dessas áreas em espaços turísticos para consumo.

Como a análise dos discursos realizados por prefeitos e representantes de órgãos oficiais seria inviável de ser realizada, optei pela apreciação na mídia, mais especificamente nas reportagens de jornais locais. Para isso, no caso do MSJ, escolhi o Diário de Pernambuco (DP) e o Jornal do Commercio (JC), jornais de maior circulação no estado de Pernambuco. A fim de investigar o mercado londrino, a mídia escolhida foi o Camden New Journal (CNJ), um jornal independente e de bairro focado nas notícias do distrito de Camden Town. A opção por esse jornal local foi pela dificuldade de encontrar o volume necessário de matérias jornalísticas sobre a reforma do Buck Street Market nas mídias de maior circulação do Reino Unido.

Tratando do Mercado São José, primeiro foi realizada uma pesquisa no JC e DP nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, respectivamente, pela palavra-chave “Mercado São José”. No Jornal do Commercio (JC) foram encontrados 102 registros, sendo 68 relacionados de fato ao MSJ (51 na seção de Cidades, 5 na de Política, 2 na de Voz do

⁸¹ Tradução da autora do texto original: “eco-conscious future, with a zero single-use plastic policy, plant-based products and lots of recycling points around the market”. Disponível em: <https://www.camdenmarket.com/buckstreet/about>. Acesso em 21 de fev. 2022.

leitor e 4 na de Economia), as matérias encontradas vão do período de setembro de 2011 a novembro de 2022. Optou-se pela análise aprofundada das matérias referentes as seções Cidades e Voz do Leitor, a primeira pela maior aproximação com a temática urbana e acontecimentos do cotidiano e a segunda pelo interesse em ouvir quais opiniões da população local são reproduzidas nas páginas do jornal.

A análise aprofundada consistiu na leitura de todas os artigos selecionados das respectivas sessões, eliminação das reportagens que não se incluíam no critério, ou seja, aquelas que não abordavam a temática da reforma direta ou indiretamente. Em outras palavras, os textos referentes a serviço como detalhes para festas de São João, aniversário, sinalização do MSJ como ponto de vacinação, etc.

No Diário de Pernambuco – o qual utiliza uma ferramenta de busca melhorada pelo Google - foram encontrados 13.400 resultados, sendo 53 relacionados ao MSJ (41 no caderno Vida Urbana, 3 no Opinião, 4 no Política e 2 no Viver), com as reportagens indo de maio de 2014 a julho de 2022. No DP escolheu-se pelo aprofundamento nos cadernos Vida Urbana e Opinião, pelos mesmos motivos citados acima.

A pesquisa no Camden New Journal foi realizada no dia 5 de dezembro de 2022, pelos termos “Buck Street Market”. Não foi possível estimar a quantidade total de reportagens encontradas por que o mecanismo de busca não aponta esse dado, mas 45 reportagens eram relacionadas aos mercados de Camden (denominados coletivamente de “Camden Market”), sendo 20 na seção *Business*, 5 na *Letters*, 1 em *Crime*, 2 no *Review/Food&Drink* e 16 sem nenhuma seção ou *tag* definida). As matérias selecionadas para investigação detalhadas foram as 16 sem *tag* definida e as correspondentes as seções *Business* e *Letters*, referindo ao período de junho de 2011 a agosto de 2022. A opção por essas classificações específicas foi baseada na temática exibida nas manchetes, no caso das sem *tag* definida; na temática da reforma/venda/aquisição dos mercados do bairro, quando se tratando da categoria Business; e pela possibilidade de ter acesso as cartas da população em relação as mudanças ocorridas nos últimos anos na vizinhança (*Letters*).

O segundo passo foi a construção de uma “Ficha de reportagem” (Anexo) onde foi possível destacar frases ditas no editorial do jornal, de especialistas entrevistados, população local e o que denominei de informante interessado, aqueles que estavam diretamente envolvidos nos processos de transformação urbana, como comerciantes e porta-vozes das corporações no caso londrino. Como a proposta consistia em entender o *vocabulário* usado para retratar essa crise, optei por uma análise de interpretação de texto,

selecionando nessas frases os sujeitos, verbos e adjetivos usados na construção do discurso e o que esse discurso dizia sobre o lugar, o bairro e os arredores.

Além disso, por considerar que tanto o processo de gentrificação como o de reforma urbana - detalharei depois o porquê dessa distinção - acontecem de forma encadeada e não individualizada decidi por não abordar o MSJ isoladamente. Ademais, o processo de reordenamento⁸² dos comerciantes informais compreendia a remoção deles das ruas do entorno do Mercado São José (que incluem a Praça Dom Vital) para o anexo construído no Terminal do Cais de Santa Rita. Dessa forma, inclui também as reportagens referentes a Praça Dom Vital, o Cais de Santa Rita e o Bairro São José como um todo.

Da mesma forma, quando se tratou do Buck Street Market, analisei também as matérias relacionadas ao Stables, Camden Lock e Hawley Wharf Markets, assim como as que tratavam do distrito de Camden Town como um todo. No caso londrino, essa escolha se deu primeiro porque se mostrou muito difícil separar os processos de redensolvimento⁸³ de um mercado do outro (principalmente por eles serem de propriedade do mesmo bilionário) e segundo porque no caso desse distrito é explícito o processo de gentrificação e sua forma de atuação quase capilar e em rede.

Para mais, é importante pontuar as diferenças de editorial entre os três jornais escolhidos. A primeira, mais óbvia, é que os de circulação pernambucana são mídias comerciais. O Diário de Pernambuco é o mais antigo periódico em circulação da América Latina e a partir de 1931 pertenceu ao Diários Associados (terceiro maior conglomerado de mídia do país). Em 2015, teve 57,5% das suas ações compradas pelo Sistema de Opinião de Comunicação de Cândido Pinheiro. Contudo, em 2019 é vendido ao empresário Carlos Frederico de Albuquerque Vital, que além de conselheiro do Sport Clube do Recife, é apoiador declarado do atual presidente da república Jair Bolsonaro (PL)⁸⁴.

O Jornal do Commercio, por sua vez, pertence ao conglomerado de mídia denominado de Grupo JCPM. O Grupo detém em seu portfólio produtos: de comunicação, para além do JC, o portal NE10, a TV Jornal e o Rádio Jornal; comerciais, a maioria dos shoppings center da capital pernambucana, assim como outros em

⁸² A palavra reordenamento foi utilizada por ser o termo utilizado pelas mídias pernambucanas para se referir a remoção dos ambulantes do entorno do Bairro de São José

⁸³ O uso da palavra redensolvimento se deu porque é o termo utilizado pelas corporações e, consequentemente pelo Camden New Journal, para se referir aos processos de reforma dos mercados de Camden Town.

⁸⁴ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/bolsonarista-compra-o-jornal-diario-de-pernambuco/>. Acesso em 25 de dez. de 2022

diferentes cidades do nordeste; além de diversos empreendimentos imobiliários espalhados nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. Tanto o JC quanto o DP mantem um estilo editorial jornalístico clássico, nas reportagens aparecem as vozes especialistas (como secretário e prefeitos), as vozes dos comerciantes e, por vezes, a voz da população local.

O Camden New Journal, por sua vez, é um jornal gratuito e independente do distrito londrino. Em março de 2022, o jornal completou 40 anos de circulação, colocando que sua motivação “é simplesmente manter a voz da comunidade de Camden Town” (tradução da autora)⁸⁵. Nesse sentido, um parêntese em relação às mídias independentes que se colocam como alternativa à mídia comercial hegemônica. Malerba (2017) afirma, contudo, que a mera oposição não é capaz de oferecer os princípios de orientação do projeto político desse veículo.

O autor estava se referindo às rádios comunitárias, mais especificamente ao contexto de emergência destas em um contexto de ausência de representações das comunidades na mídia tradicional. Porém, a colocação de Malerba (2017) é precípua a esse ponto, uma vez que evidencia que apenas o antagonismo de um veículo de comunicação – nesse caso independente – é incapaz de garantir o cumprimento dessa representação.

Contudo, apesar de não ser uma mídia comunitária, o CNJ se esforça em dar voz as comunidades (moradores locatários, comerciantes) no desenvolvimento das matérias, mas os discursos dos representantes das corporações responsáveis pelo redesenvolvimento dos mercados ainda aparecem em igual ou superior quantidade. Ademais, o jornal londrino apresenta uma visão mais crítica ao processo de gentrificação contemporâneo da vizinhança.

Depois de realizada a primeira filtragem a partir das seções dos jornais escolhido, eu cheguei no número total de 53 reportagens no Jornal do Commercio, 45 no Diário de Pernambuco e 42 no Camden New Journal. Após a leitura dessas reportagens, foram selecionadas para análise aprofundada por meio das fichas de reportagens: 13 no DP, 21 no JC e 17 no CNJ. As publicações não selecionadas para compor as fichas de reportagem tiveram como motivo o fato de tratarem de artigos extremamente técnicos, cujo foco era a apresentação das reformas em números e descrições tecnicistas; de serem matérias de

⁸⁵ Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/cnj-at-40-help-us-celebrate-our-birthday-and-support-campaigning-journalism>. Acesso em 25 de dez. de 2022.

serviço (vacinação, atualização da COVID-19, entre outras); ou tratarem de temáticas não relacionadas as questões da reforma (como crimes cometidos na região e incêndios).

Contudo, os artigos não explorados nas fichas foram utilizados para construir um quadro geral e a análise qualitativa dos processos de reforma e gentrificação em ambos os bairros. Essa investigação qualitativa, transformou-se no que eu denominei de “miniaturas da crise urbana”, englobando trechos e retalhos que se destacaram durante o mergulho nas histórias de ambos os mercados e no retrato que a mídia compõe sobre eles.

5.5 Primeiros apontamentos sobre um vocabulário de crise

Para o desenvolvimento desse método – com propósito de corroborar a hipótese da existência de um vocabulário de crise na reforma urbana – eu parti das qualificações e caracterizações atribuídas aos espaços alvos da especulação imobiliária. Minha ideia inicial era investigar de que forma esses lugares eram referenciados na mídia e se essas associações eram positivas, negativas ou neutras. Entretanto, após a constituição da lista de reportagens a serem analisadas, ou seja, após a aplicação do filtro das seções dos jornais, eu percebi que algumas temáticas eram recorrentes nos três veículos midiáticos (Figura 12).

Figura 12 – Temáticas das reportagens por jornal

Temas	Diário de Pernambuco	Jornal do Commercio	Camden New Journal
Reforma	4	7	18
Reordenamento do comércio informal	18	23	0
Gentrificação	0	0	12
Violência/crime	3	10	3
Incêndio	3	4	0
Referência direta a degradação	1	6	1

Fonte: a Autora, 2022

O primeiro ponto que chamou atenção foi a presença dos mesmos temas nos três jornais. Todos apresentaram quantidade significativa de reportagens relacionadas a violência/crime, incêndio e reforma. Isso já era o indicativo inicial de que existia ali um discurso de crise, uma vez que Ananya Roy (2011) quando menciona a concepção de vocabulário de crise – no caso dela se referindo as cidades do Sul Global – cita que estas são tratadas em termos da constante necessidade de reforma e ressuscitação. Ademais, os

13 e 3 artigos tratando de violência e/ou crime nas mídias pernambucanas e londrinas respectivamente, indicam um padrão no retrato desses mercados na mídia.

Curiosamente, o JC possui 6 reportagens⁸⁶ com referência direta a degradação, apresentando no título o Mercado São José ou o entorno como degradado, vergonhoso ou abandonado. O DP apresenta apenas uma reportagem nesse sentido, referindo-se à construção do anexo no Cais de Santa Rita, onde a manchete afirma: “Dos escombros para um novo cais”⁸⁷. O CNJ, por sua vez, também veicula apenas uma matéria da seção Letters: “A situação nas ruas de Camden está ruim e está ficando pior”⁸⁸ (tradução da autora).

Os veículos brasileiros sinalizavam 11 matérias citando a reforma/restauração do Mercado São José e 41 sobre o reordenamento do comércio informal. Em paralelo, o Camden New Journal apresentava 18 reportagens sobre reforma dos diferentes mercados em Camden Town. Enquanto a mídia londrina aparecia com 12 artigos abordando a questão da gentrificação, as mídias pernambucanas não exibiam sequer uma sobre a temática. Essa discrepância pode se dar por dois motivos: um porque o CNJ se identifica como uma mídia independente, sem compromisso com as grandes corporações e, por isso, com maior liberdade de publicar as críticas de moradores e frequentadores ao processo predatório de especulação imobiliária. O segundo, eu aventei, estava relacionado a forma que a gentrificação assume nos países do Norte e do Sul Global.

A gentrificação *per se* pode ser observada no processo de desenvolvimento do distrito de Camden Town desde o século XVIII quando a área se torna um retiro para os artistas e prossegue durante os anos 1960, a época onde a subcultura hippie se misturava com a classe trabalhadora boêmia e as influências do cinema, da moda e da música. O processo gentrificador, então, se espalha como uma mancha de forma quase uniforme pelas regiões adjacentes ao lugar. Ao mesmo tempo, a gentrificação segue um caminho pré-determinado e muito bem documentado por inúmeros autores estudiosos da área: ela

⁸⁶ As reportagens mencionadas são 5 na seção de Cidades, com as manchetes: “Saída de barraqueiros revela abandono do Mercado São José” (de setembro de 2019), “Abandonado, Mercado São José completa 139 anos” (de setembro de 2014), “Cartão postal que envergonha no Centro do Recife” (agosto de 2014), “Prédio do Mercado São José está cada vez mais deteriorado” (novembro de 2016) e “A 64 dias da Copa, Mercado de São José está sujo e sem manutenção” (março de 2014). Além dessas, uma reportagem pertencente a seção Voz do leitor: “Cidadão tem vergonha do Mercado São José” (de outubro de 2014).

⁸⁷ Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/05/dos-escombros-para-um-novo-cais.html>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

⁸⁸ The situation on Camden streets is bad and getting worse. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/the-situation-on-camden-streets-is-bad-and-getting-worse>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

nasce na pós-industrialização, da ocupação dos armazéns por residências artísticas (os lofts), aos poucos a localidade ganha um charme cultural e singular que passa a interessar o capital e as empreiteiras.

É a partir daí que começam as remodelações, requalificações e redesevolvimentos, para “melhorar” o que já existe, ao mesmo tempo em que se “resgata” o que está degradado. Todo o método se ancora numa perspectiva de criação de um *branding* para o distrito, apoiado nas características únicas que motivaram a atração de investidores. A marca construída, então, ganha apoio e impulsionamento da lógica das indústrias criativas numa tentativa de catapultar o bairro para um status global cobiçado.

No caso do Buck Street Market, como demonstra a Figura 13, o redesevolvimento é apresentado principalmente por meio de argumentos comerciais, como mais e melhores espaços para a venda, melhor experiência para os consumidores, restauração da venda de produtos de produção própria em oposição aos massificados que eram comercializados no antigo mercado. As justificativas relacionadas a diminuição da criminalidade e aumento da segurança também merecem destaque. Entretanto, no aprofundamento das matérias fica evidente que a estratégia de redesevolvimento para a região está intimamente conectada a criação de uma marca para Camden Town e ao seu potencial alcance global⁸⁹.

Figura 13 – Caracterização do redesevolvimento do Buck Street Market

Buck Street Market		Redesevolvimento Buck Street Market	
Caracterização	Aparições	Caracterização	Aparições
Lugar da subcultura	1	Melhorar a aparência do mercado	1
Natureza boêmia	1	Restaurar a venda de produtos de produção própria	3
Precisando de upgrade/atenção	4	Melhorar a segurança/diminuição da criminalidade	3
Referência a posição privilegiada do mercado	3	Reenergizar o mercado/torná-lo vibrante	4
Referência a massificação dos produtos	1	Abraçar a criatividade da área	1
Abrigo para traficantes de drogas	1	Proporcionar uma melhor experiência para consumidores	4
		Aumentar/melhorar os espaços de venda	5
		Um novo destino para turistas e frequentadores	1
		Referência a sustentabilidade	2

Fonte: a Autora, 2022

⁸⁹ Na reportagem sobre a venda das ações do Camden Market na bolsa as corporações deixam isso claro por meio das afirmações: “isso vai levantar a imagem da marca” e “esse é um lugar icônico com um alcance global e isso [a venda das ações na bolsa] é sobre construir em cima disso” (tradução da autora). Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/camden-market-float>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

Os métodos de gentrificação nos países do Norte Global estão vinculados a apresentação dessas urbes como cidades globais e no massivo investimento de corporações multimilionárias que estas recebem. Metrôpoles como Londres já consolidaram seu lugar e sua marca na vitrine mundial de cidades. Para além disso, o Camden Market é uma marca privada e o anúncio da venda de suas ações na bolsa apontam para o objetivo de constituição de uma marca mundial que seja atrativa economicamente. Ademais, lá em 2014 a Stanley Holdings – corporação que adquiriu o Camden Lock, também de propriedade de Teddy Sagi – já afirmava que a regeneração de Camden Town era um plano de longo termo e que, para isso, eles iriam assumir uma abordagem holística para a área⁹⁰.

Por outro lado, a “gentrificação” no Brasil funciona como um processo mais desordenado de idas e vindas. Como o exemplo da zona portuária do Rio de Janeiro, alvo de um processo de “revitalização” no período de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016. Cinco anos depois, a prefeitura anunciava uma nova tentativa de ressuscitar a área⁹¹, demonstrando que as estratégias utilizadas na requalificação dessa região não foram exitosas, provavelmente pelo foco excessivo em seu aspecto turístico, relegando suas características sociais.

Impulsionadas muitas vezes pelos megaeventos, as reformas urbanas desse tipo são feitas descoladas da realidade do local, não se pensa a região como parte de um coletivo da cidade. Como consequência, o espaço alvo da reforma recebe uma grande injeção de dinheiro que não se reflete numa melhoria de fato para área. Além disso, o processo reformador – seja ele o reordenamento do comércio informal nos arredores ou a construção do mezanino no MSJ – é colocado como sendo a “tábua de salvação” para a degradação do espaço (Figura 14). É por esses motivos abordados acima que optei por fazer uma diferenciação entre o processo de gentrificação e reforma urbana no decorrer do texto.

⁹⁰ Publicado em reportagem intitulada “Camden Lock Market is sold in multi-million-pound deal”, publicada em 10 de out. de 2014. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/camden-lock-market-sold-multi-million-pound-deal>. Acesso em 10 de dez. de 2022.

⁹¹ Reportagem publicada na Folha de S. Paulo em 14 de ago. de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2021/08/rio-tenta-ressuscitar-zona-portuaria-5-anos-apos-olimpiadas.shtml>. Acesso em 29 de set. de 2022.

Figura 14 – Caracterização da reordenamento dos arredores do Mercado São José

Camelôs durante a ocupação dos arredores do Mercado São José		Reordenamento dos Camelôs - Anexo Cais de Santa Rita	
Caracterização	Aparições	Caracterização	Aparições
Atrapalhando a circulação de veículos e pessoas	18	Permitir a requalificação do Bairro de São José	12
Desorganizados	12	Ordenar/padronizar/organizar o comércio informal	10
Prejudicando a visão dos edifícios do entorno e do MSJ	9	Lugar adequado/apropriado para os camelôs	12
Sujos	7	Melhorar a circulação de veículos e pessoas	7
Associação à irregularidades/ilegalidades praticadas	2	Melhorar o potencial turístico do Bairro de São José	6
Contribuindo para a deterioração do entorno do MSJ	2	Possibilitará a criação de vagas de estacionamento/Zona Azul	5

Fonte: a Autora, 2022

No caso do Mercado São José, a maior incidência de artigos foi relacionada ao reordenamento do comércio informal dos seus arredores. Em quase todas as matérias⁹² que citavam a reforma do mercado ou o estado de degradação/deterioração do Bairro de São José, mencionavam a remoção dos ambulantes como condição para a revitalização das obras de restauração, fosse do pavimento da calçada do MSJ ou da sujeira e degradação da Praça Dom Vital. Evidente que existem questões práticas e materiais que são influenciadas pela presença ou não de pessoas, por exemplo, só é possível restaurar o piso se não houver barracas e comerciantes sobre ele. Mas para além disso, os camelôs são colocados quase como únicos responsáveis pelo grau de abandono da área.

Os motivos apontados para a transferência dos vendedores para o anexo no Cais de Santa Rita foram: permitir a requalificação do Bairro de São José, proporcionar um local adequado para os camelôs e organizar/ordenar/padronizar o comércio informal. Quando olhamos para o outro lado da Figura 14, ou como os comerciantes eram caracterizados antes da remoção, eles são aludidos por: atrapalhar a circulação de veículos e pessoas, serem desorganizados e prejudicar a visão dos edifícios do entorno e do próprio MSJ. Curiosamente, a retirada deles deu lugar a estacionamentos de Zona Azul e melhorou o fluxo de veículos para a região.

Uma das comerciantes, comentando sobre a reordenamento, afirma que o ideal seria a permanência deles nos arredores do mercado, “infelizmente, isso não é possível”⁹³. Quando me deparei com essa frase, fiquei refletindo: não é possível por quê? É evidente que não era possível aos camelôs continuarem nas vias do entorno do MSJ da forma que

⁹² As reportagens que fugiam a essa regra, foram as publicadas em 2022, mais focadas na restauração e construção do mezanino.

⁹³ Fala citada na reportagem “Prefeitura vai retirar barracas em volta do Mercado de São José”, publicada em 29 de ago. de 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/08/29/prefeitura-vai-retirar-barracas-em-volta-do-mercado-de-sao-jose-386854.php>. Acesso em 24 de nov. de 2022.

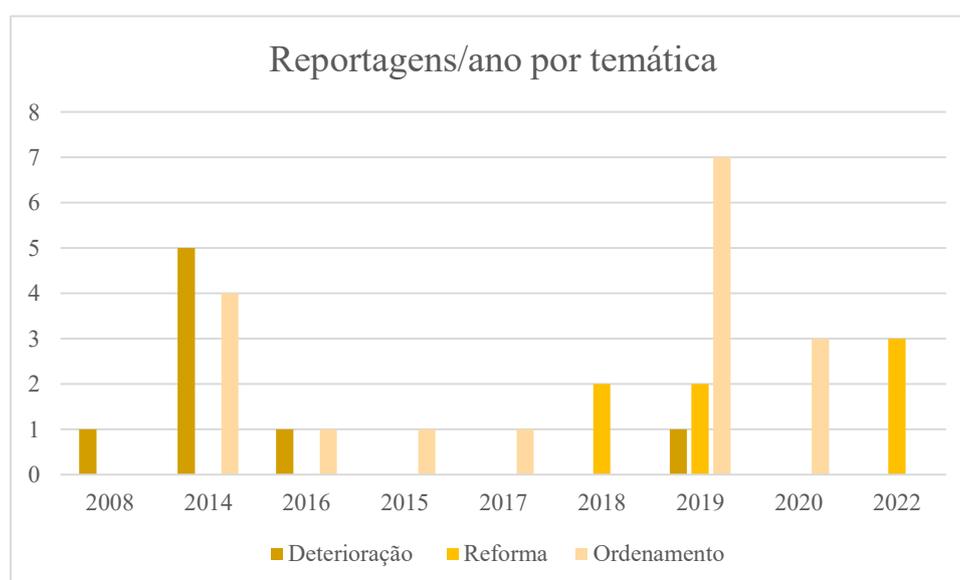
estavam. A situação era precária e os relatos de lixo, ratos e água de esgoto eram constantes, além disso, os comerciantes ficavam descobertos, expostos ao sol e a chuva.

Mas será que a única alternativa era a remoção e a limpeza completa dessas ruas? Será que não era possível a prefeitura se comprometer a uma limpeza e coleta de lixo regular, ao fornecimento de barracas padronizadas, constituindo assim, uma feira livre diária? Por que só os camelôs são taxados como impedimento à livre circulação e os carros ganham “passe livre”? Não seria possível que o discurso empreendido sobre os ambulantes e o comércio informal diz mais sobre uma posição de classe do que sobre problemas de organização e padronização?

Nesse sentido, a reforma urbana do Bairro de São José se agarrou na boia do reordenamento e agora se segura com unhas e dentes na construção do mezanino do MSJ. Contudo, não adianta passar a maquiagem, melhorar esteticamente a aparência da localidade se os problemas que causaram a degradação e a sujeira não forem solucionados. Não adianta transferir os camelôs para o Cais de Santa Rita se o Estado não cumprir a sua parte de manter as ruas seguras e limpas, e o patrimônio público preservado.

Outro ponto interessante nesse primeiro contato com as reportagens das mídias pernambucanas e a londrina, foi a percepção de como as temáticas predominantes se estendiam ao longo do período de tempo selecionado (2011 a 2022, nos três casos) (Gráfico 1 e Gráfico 2).

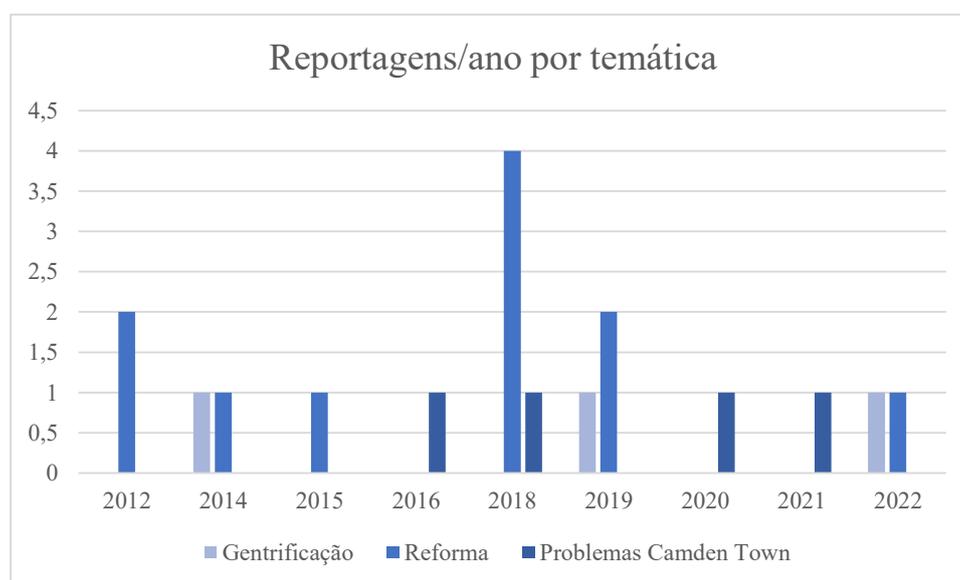
Gráfico 1 – Reportagens das mídias pernambucanas por ano/temática



Fonte: a Autora, 2023

No Gráfico 1, é possível perceber dois pontos importantes: o primeiro é a predominância da temática relacionada a deterioração no ano de 2014 (ano da Copa do Mundo, onde Recife era cidade-sede); e o segundo é como a temática do ordenamento do comércio informal emerge em praticamente todos os anos, alcançando seu auge em 2019 (o ano em que a remoção foi de fato concluída). Se o primeiro ponto demonstra que os megaeventos aceleram os processos de reforma urbana e, por isso mesmo, recorrem ao vocabulário de crise para transformar anos de desinvestimento do poder público em oportunidade de negócios. O segundo aponta para uma permanência da política higienista de limpeza das ruas e retiradas dos camelôs, onde a ação de reordenamento é frequentemente mencionada como a solução para os problemas do Bairro São José.

Gráfico 2 – Reportagens do Camden New Journal por ano/temática



Fonte: a Autora, 2023

Na situação de Camden Town (Gráfico 2), representada nas matérias do Camden New Journal, outras temáticas emergem como a gentrificação (mencionada acima) e a que eu denominei de “problemas Camden Town”. Essa última categoria inclui os artigos que focam nas problemáticas do distrito, em sua maioria associadas a sua Night Time Economy e os comportamentos derivados dela (como descarte inapropriado de lixo, tumultos no metrô, consumo/venda de drogas, entre outros).

Isto posto, o tema da reforma aparece em quase todos os anos -iniciando em 2012 com a discussão do projeto do Hawley Wharf na prefeitura – e atingindo seu ápice em 2018, o ano em que foi anunciado o redensolvimento do Buck Street Market e seu

respectivo fechamento. A questão da gentrificação é citada primordialmente em 2014, o ano em que Teddy Sagi inicia a compra dos mercados de Camden Market; e em 2019, o ano de reabertura/inauguração do novo e ecológico mercado da Buck Street.

5.6 Vocabulário de crise em números: o quantitativo por trás do discurso

No tópico anterior eu abordei algumas questões iniciais, porém fundamentais, para o aprofundamento do que eu estou conceituando por vocabulário de crise. A primeira vez que tive contato com essa concepção foi em Londres com a leitura do livro de Ananya Roy (2003) “City Requiem, Calcutta: gender and the politics of poverty”. Eu fiquei encantada com a escrita da autora, seu extenso trabalho de campo desenvolvido em Calcutá e sua abordagem a temática das cidades do Sul Global. Há algum tempo me inquietava a discrepância entre as teorias produzidas no Norte Global sobre metrópoles e a realidade que eu encontrava e vivenciava como brasileira e moradora por anos do nordeste do Brasil. Roy (2003) estava falando das urbes do Sul Global, mas o que ela estava dizendo ressoava perfeitamente para os projetos de reforma urbana que eu vinha me deparando e estudando ao longo de anos.

Existirá um padrão de discursos nos planos ditos de redensolvimento e requalificação? Eu achava que sim. Então parti da hipótese que esse discurso não apenas se apresentava na mídia e na política, mas ele era global e se reproduzia por meio das mesmas caracterizações associadas a sujeira, degradação e criminalidade/drogas. Construí um método para investigar essas aparições e apliquei tanto no reordenamento/reforma do Mercado São José e no bairro homônimo, quanto no redensolvimento/gentrificação do Buck Street Market/Camden Market e Camden Town. E o que eu descobri está presente nesse tópico e nas miniaturas encontradas abaixo.

Na Figura 15, podemos observar que o Bairro de São José é retratado principalmente pelo seu estado de deterioração/degradação, pela sua sujeira e pela sua importância histórica/cultural. No mesmo sentido, Camden Town é retratado sobretudo como um distrito degradado/deteriorado, como um bairro de importância histórica/cultural e pela sua criminalidade/falta de segurança. Em ambos os casos, as menções negativas (48 no bairro pernambucano e 31 na vizinhança londrina) superam em quase o dobro as citações positivas ou neutras (22 no Bairro de São José e 10 em Camden Town). Sem dúvidas, as duas vizinhanças são representadas nas suas respectivas mídias de forma negativa e em termos de *crise* – precisando de restauro e ressuscitação.

Figura 15 – Comparação características do Bairro de São José e Camden Town

Características	Bairro de São José	Camden Town
Referência à deterioração/degradação	17	13
Referência à sujeira	15	2
Referência à desordem/desorganização	9	7
Referência à importância histórica/cultural	17	9
Referência ao crime/falta de segurança	4	9
Referência ao turismo	5	1

Fonte: a Autora, 2022

Movendo especificamente para os espaços investigados e alvos das políticas de transformação urbana: o Mercado São José (Figura 16) e o Buck Street Market/Camden Market (Figura 17).

5.6.1 Mercado São José: a prefeitura como sujeito oculto

Na Figura 16, observamos que o MSJ é retratado nos veículos pernambucanos majoritariamente por: sua importância histórica (citações como monumento nacional tombado, patrimônio nacional, sítio histórico aparecem nesse ponto); sua arquitetura do ferro; sua deterioração/degradação – aqui referências a deterioração da sua estrutura física, a necessidade de manutenção, o grau de deterioração, a situação de suas calçadas, etc., emergem; e sua sujeira, mencionando termos como imundo, cheio de lixo, não atende aos critérios mínimos de higiene, entre outros.

Figura 16 – Caracterização do Mercado São José no Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio

Características Mercado São José	Número de Aparições
Referência à deterioração/degradação	20
Referência à sujeira	13
Referência à arquitetura do ferro	11
Referência à importância histórica	12
Antigo/velho	8
Referência à desordem/desorganização	5
Referência à cultura	5
Referência à desbotado	4
Referência ao abandono	4
Referência ao comércio	4
Popular	2
Referência ao MSJ como vergonhoso	2

Fonte: a Autora, 2022.

É interessante perceber que o Mercado São José é descrito muito mais por seus aspectos degradados do que por sua arquitetura do ferro ou sua importância histórica. As únicas vezes que o MSJ é referenciado apenas pela sua arquitetura do ferro, sem fazer nenhuma menção ao seu estado de abandono e degradação, são as matérias de serviço dedicadas a comemoração dos aniversários (corte do bolo e detalhes para a festa). A referência ao tempo de existência do mercado – como antigo ou velho – são acompanhadas da caracterização da sua arquitetura proveniente do século XIX apenas no início dos artigos, como uma espécie de introdução ao valor histórico do patrimônio, para em seguida destrinchar os inúmeros problemas de manutenção e abandono que enfrentam o mercado atualmente.

Das seis reportagens do JC, mencionadas acima⁹⁴, cuja a temática alude diretamente ao estado de deterioração do MSJ, 4 foram escritas em 2014 o ano da Copa do Mundo em que Recife foi uma das cidades-sede; uma foi escrita em 2016, quando houve a obra de recuperação do piso original dos arredores do mercado; e a outra em 2019, o ano em que oficialmente foram removidos os camelôs das redondezas do edifício histórico. As matérias de 2014, duas mencionam o mercado como objeto de vergonha para os cidadãos e cidadãs recifenses, uma refere-se ao abandono e outra a sujeira e falta de manutenção. Em 2016, o MSJ recebe o título de “cada vez mais deteriorado”, enquanto

⁹⁴ As reportagens mencionadas são as da Figura 12 do Jornal do Commercio, cuja temática faz referência direta ao estado de degradação/deterioração do MSJ. Elas são citadas aqui como exemplo para o aprofundamento da expressão da crise na mídia pernambucana,

em 2019 é o abandono que volta à cena. Todas, sem exceção, correlatam a ocupação dos ambulantes como a causa e/ou uma das razões para o estado de degradação do prédio.

Dessas seis reportagens, apenas quatro mencionam a prefeitura ou as autoridades, contudo, o órgão municipal é citado apenas como responsável pela execução do ordenamento do comércio informal. Apenas um artigo, quando alude a fala de uma dona de casa, associa diretamente a prefeitura como responsável pelo restauro do edifício: “esse visual está péssimo, a prefeitura deveria restaurar e deixar o prédio bem bonitinho como era antigamente”⁹⁵. Nos outros apontamentos o sujeito é sempre o próprio MSJ, com as associações de abandono, deterioração e vergonhoso sempre afirmadas como um estado: “O prédio do Mercado de São José está cada vez mais deteriorado”⁹⁶, “Porém, por falta de manutenção, está se deteriorando”⁹⁷, “Abandonado, Mercado São José completa 139 anos”⁹⁸.

Esse aspecto da isenção da responsabilidade do Estado sobre a situação de um bairro ou edifício público, é fundamental para a compreensão de um aspecto basilar do vocabulário de crise. Isto porque, a fim de que a única solução para a crise seja a requalificação, a limpeza urbana ou gentrificação é preciso isentar as autoridades de qualquer papel nas circunstâncias atuais. A razão disso é que a missão de resgate precisa vir de fora, por meio de investimentos privados e pela total reformulação da vocação e da orientação do espaço, com objetivo de atrair o capital turístico/consumidor.

Contudo, o que o exemplo da zona portuária do Rio de Janeiro nos conta é que não adianta apenas “revitalizar” nos moldes dos empreendimentos, é preciso devolver aos espaços condições básicas de existência (como coleta de lixo, saneamento básico, restauração dos mobiliários urbanos, das calçadas e pavimentações, entre outras). É preciso compromisso com as pessoas que vivenciam e que concederam ao lugar o peso histórico que ele tem atualmente.

5.6.2 Camden Market

⁹⁵ Frase publicada na reportagem “Prédio do Mercado de São José está cada vez mais deteriorado” de 15 de nov. de 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/11/15/predio-do-mercado-de-sao-jose-esta-cada-vez-mais-deteriorado-260367.php>. Acesso em: 25 de nov. de 2022.

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Idem

⁹⁸ Título da reportagem do Jornal do Commercio publicada em 5 de set. de 2014. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/09/05/abandonado-mercado-de-sao-jose-completa-139-anos-144254.php>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

Quando fui a Londres para o período de doutorado sanduíche, eu tinha em mente estudar o Buck Street Market e fazer um paralelo com o Mercado São José, com objetivo de investigar as aproximações e distanciamentos na reforma de ambos os mercados. No momento em que coloquei os pés em Camden Town comecei a perceber que o redensolvimento do Buck Street era apenas um ponto na cadeia de um processo de gentrificação que tomava todos os mercados não apenas do distrito NW1⁹⁹, mas em toda cidade inglesa. Por esse motivo e porque nas buscas pelas reportagens no Camden New Journal apenas cinco se referiam ao Buck Street Market, resolvi analisar o vocabulário de crise no Camden Market como um todo (Figura 17).

Figura 17 – Caracterização do Camden Market e Buck Street Market

Camden Market		Buck Street Market	
Características	Aparições	Características	Aparições
Referência à deterioração/degradação	9	Referência à deterioração/degradação	4
Referência ao crime	6	Referência ao crime	3
Referência à história/cultura	7	Referência à história/cultura	3
Referência à desordem/desorganização	7		
Referência á originalidade	3		
Referência à sujeira	2		

Fonte: a Autora, 2022.

É importante destacar que as caracterizações do Buck Street Market estão contidas nas do Camden Market, assim como as referências aos mercados Stables, Hawley Wharf, e Camden Lock. O objetivo de construção da Figura 17 com as duas colunas, foi evidenciar as associações atribuídas especificamente ao Buck Street Market. Dessa forma, como podemos observar na tabela acima, as principais associações tanto ao Camden Market quanto ao Buck Street são relacionadas a: seu estado de degradação/deterioração, nesse ponto menções a necessidade de melhoria, de renascimento e decadência urbana emergem; a criminalidade e falta de segurança, com citações ao *anti-social behaviour*, a furtos e venda/consumo de drogas se destacam; e a sua cultura e importância histórica, a partir de alusões à sua marca mundial, as suas características e indivíduos ímpares, e a sua natureza boêmia.

⁹⁹ Os bairros mais famosos de Londres são conhecidos também pela primeira parte do seu código postal. As duas primeiras letras indicam a direção do distrito, no caso, Camden Town encontra-se a North West (noroeste) (NW).

A principal diferença entre as caracterizações mais mencionadas na Figura 16 do MSJ está na menção a criminalidade da vizinhança. Apesar de esse aspecto aparecer também nas reportagens do Mercado São José, em Camden Town, ele é mais preponderante, a favor da possibilidade de isso ser consequência a NTE do distrito. A economia noturna dessa parte de Londres é conhecida desde os anos 1960, quando os clubs e pubs fervilhavam com os principais nomes da música internacional. A característica boêmia da área chega a ser mencionada como um atributo que divide opiniões, deixando de um lado os que gostam e se atraem por essa particularidade e, do outro, aqueles que a consideram responsável por toda as adversidades que o bairro enfrenta.

Todas as reformas dos mercados incluídos na investigação (Camden Lock, Buck Street Market, Stables Market e Hawley Wharf Market, ou seja, os que sofreram algum projeto de redesenvolvimento nos últimos dez anos), são citados em algum momento pela criminalidade e seus respectivos planos de reestruturação são apresentados como a solução para esse problema. O Buck Street Market é citado como “consistentemente provendo abrigo para traficantes de drogas”¹⁰⁰ e que o “comportamento antissocial e criminal como furto de carteiras pode ser tratado com o redesenho”¹⁰¹ (tradução da autora). O porta-voz da LabTech comenta que o objetivo é revitalizar os mercados de Stables e Camden Lock, “respondendo as preocupações quando ao comportamento antissocial”¹⁰² (tradução da autora).

O plano de reestruturação do Hawley Wharf, por sua vez, quando apresentado na reunião da prefeitura, também é citado como a solução para o problema do crescimento do crime na área: “Nós temos visto muito crime e má gestão e isso deve parar agora”¹⁰³ (tradução da autora).

¹⁰⁰ Trecho retirado do artigo “The situation on Camden streets is bad and getting worse”. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/the-situation-on-camden-streets-is-bad-and-getting-worse>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

¹⁰¹ Trecho retirado da matéria “Gentrification warning as Camden Town market revamp gets go-ahead”. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/gentrification-warning-as-camden-town-market-revamp-gets-go-ahead>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

¹⁰² Trecho retirado da reportagem “Barber told to leave Stables Market after 23 years refuse to go”. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/barber-told-to-leave-stables-market-after-23-years-refuses-to-go>. Acesso em 7 de dez. de 2022.

¹⁰³ Frase dita por um feirante na reportagem “Hawley Wharf developers vision of a ‘high-end’ market by canal is sunk over failure to respect Camden’s heritage”. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/hawley-wharf-developers-vision-high-end-market-canal-sunk-over-failure-respect-camde>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

Em 2019, inclusive, com a chegada da loja conceito da Sports Direct, a LabTech – empresa que detém a maior parte do Camden Market – é citada como tendo investido “grandes somas na melhoria do comportamento antissocial e bagunça”¹⁰⁴ (tradução da autora). A questão do consumo de drogas – relacionado a NTE – é tão basilar na constituição da imagem de Camden Town, que em 2016, a polícia organiza uma operação para apreender parafernália como *bongs* e cachimbos, vendidos nas lojas de souvenir do distrito. O objetivo era acabar com a reputação da região da “Amsterdã de Londres”¹⁰⁵.

Na análise do bairro londrino e do seu conjunto de mercados, a degradação e a crise associada se dão principalmente pela economia noturna, sua relação com as drogas e todos os comportamentos correlatos a essas atividades, como a presença de lixo, a sujeira, a urinação em público, entre outros. Nesse sentido, é importante evidenciar que o vocabulário de crise não é algo necessariamente inventado e mentiroso. O problema com esses discursos está primeiro na forma que eles são expostos e replicados e, depois, nas alternativas apresentadas como solução para a *crise* criada.

A questão não é se existe uma atividade criminal intensa em Camden Town ou se a ocupação dos camelôs nos arredores do Mercado São José é precária, mas sim de que forma essas adversidades podem ser adereçadas que não seja exclusivamente pela perpetuação de uma lógica de cidade individualista e capitalista, ancorada em uma cidadania neoliberal consumista e sem participação alguma da população que frequenta, trabalha e vivencia esses espaços.

5.7 As miniaturas da crise urbana

Andreas Huyssen (2015) em “Miniature Metropolis: literature in age of photography and film” escreve sobre filósofos, críticos culturais e autores que dissertaram sobre as cidades, mas Huyssen (2015) também escreve sobre a miniatura como uma forma literária única que narra o desenvolvimento urbano em retrospectiva. A miniatura não é exatamente um gênero literário, mas sim o reconhecimento de que a subjetividade do indivíduo é profundamente alterada espacial e temporalmente, acompanhando as mudanças citadinas. O autor alemão recorrer a narradores do Norte Global para compor

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/sports-direct-moves-into-historic-camden-market-site>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

¹⁰⁵ A reportagem que refere a operação é “Bongs seized in latest police raids in Camden Town”. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/bongs-seized-in-latest-police-raids-in-camden-town>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

sua “Miniature Metropolis”, enfatizando uma percepção visual da urbe implicada numa crítica a sociedade burguesa. As miniaturas seriam recortes em prosa, retratos de uma metrópole em constante mutação.

Italo Calvino (1997) em “Invisible cities”, através do olhar de Marco Polo, relata as cidades de uma forma que ultrapassa as meras descrições de suas estruturas físicas, o número de colunas de um templo ou a pintura que se espalha no teto em abóboda. Ele narra as urbes como experiência, a partir dos seus detalhes, das esquinas das suas ruas, da visão de seus desertos e da vivência de seus personagens. Ele conta as histórias como cerimônia, como um ritual que extrapola seu diário de viagem para deleitar seu anfitrião chinês.

Eu também acredito que as cidades não se restrinjam as suas infraestruturas materiais, seus números e os dados apresentados na mídia. As cidades também são compostas dos cheiros e passeios, das memórias e esquecimentos, das visibilidades e invisibilidades. E durante o processo de pesquisa de um método que se pretendeu inicialmente apenas quantitativo, como uma forma de provar cientificamente que existia um vocabulário de crise e que esses discursos eram propagados globalmente, outros retratos e *miniaturas* foram surgindo. Fragmentos que se relacionam com a minha memória e com uma inclinação autoetnográfica de investigar os fenômenos sociais, mas sem esquecer ou negar a minha subjetividade. Foi por isso que surgiu esse anexo do método, como uma forma de contar as crônicas escondidas por trás dos números.

5.7.1 Camden Town: o conto da gentrificação

Era um sábado de sol de final de abril, desses raros na usualmente cinza metrópole londrina. Eu sei que era sábado porque eu estava visitando o Portobello Market, tomando um cappuccino com leite de coco e comendo uma fatia de bolo de cenoura enquanto observava o movimento da rua sentada numa mesa na calçada. Do meu lado um homem de meia idade começou a puxar assunto após um grupo de brasileiros passar por nós. Acredito que ele fez algum comentário levemente xenófobo, mas eu não consegui compreender totalmente. Rapidamente uma conversa informal sobre o tempo e sobre de que país eu era (ele chutou Itália) se transformou num diálogo sobre a cidade e os mercados de Londres.

Ele falou que era vendedor de antiguidade, que costumava comprar os produtos em lojas e feiras de rua para revender na internet. O Portobello Market é um dos mercados

de rua londrinos mais famosos no aspecto da venda de antiguidade e um dos poucos que ainda tem uma lógica pendular ambulante. Recordo que esse senhor me contou que tinha visitado Camden Town alguns dias antes. Na procura por esses produtos antigos, ficou surpreso como além de não encontrar nada, tudo agora se resumia as barracas de comida.

Achei curioso que de todos os tópicos de conversa que poderiam surgir entre uma brasileira e um londrino, o diálogo se desenvolveu justamente no meu objeto de pesquisa. Lembrei dos outros mercados que tinha visitado em Londres: o Covent Garden, com seu charme quase elitizado e cercado das marcas de luxo; o Spitafields com produtos que oscilavam entre o souvenir turístico e objetos interessantes de decoração; e o Borough Market, esse sim restrito apenas a comida, mas com stands de venda de cogumelos, verduras e frutas exóticas (eu cheguei a encontrar pitomba lá!).

Aparentemente nos últimos dez anos o processo de gentrificação desses espaços tinha ganhado força e os mercados que antes funcionavam em uma lógica de apenas um dia na semana – possibilitando a migração dos comerciantes entre eles – agora estavam abertos todos os dias para o gosto do freguês. Aconteceu em Elephant and Castle (E&C)¹⁰⁶ dando fim a comunidade latina que lá existia. Patria Róman-Velázquez (2014) por muitos anos se dedicou a narrar a transformação desse “quarteirão latino” em E&C. Processo cujo percurso já é bem conhecido da especulação imobiliária: inicia-se com longos períodos de desinvestimento nas áreas centrais, a subsequente desvalorização da terra e, por fim, um futuro reinvestimento baseado no valor especulativo da propriedade.

É o conto da gentrificação mundial. E só então o espaço renasce novo, modernizado e pronto para consumo. Nesse caso, a reinvenção do E&C como o “prospero quarteirão da Londres central” produz uma área onde a localização e o estilo são prioridade (RÓMAN-VELAZQUEZ, 2014, p. 88). Lembrou alguma coisa? Mas a história não termina por aí, Elephant & Castle, Róman-Velazquez (2014) afirma, não está embalado e vendido para turismo, comércio, finanças ou entretenimento, mas sim por seus bons links de transporte e sua proximidade do centro turístico londrino. No episódio do E&C, localização é a chave de tudo.

E é justamente pela localização que por pouco a história não se repetiu no Latin Village em Seven Sisters¹⁰⁷. Se o código de Elephant & Castle (SE1) sinaliza a sua

¹⁰⁶ Elephant and Castle por anos lutou contra a gentrificação e a tentativa de impedir a demolição do shopping center que era a comunidade de inúmeros comerciantes latinos.

¹⁰⁷ O Seven Sister Indoor Market é um vibrante centro comercial para comerciantes latinos e um importante espaço comunitário de socialização no norte de Londres.

proximidade às áreas de interesse, o de Seven Sisters (NE15) ainda consegue seguir impune aos desejos das empreiteiras imobiliárias. Enquanto isso, em Camden Town, a gentrificação dos mercados segue em velocidade máxima, conduzida pelas mãos do bilionário Teddy Sagi. Se “*the devil is in the details*”¹⁰⁸, ele vai, aos poucos e não tão discretamente, preenchendo os espaços que antes eram da comunidade e da cultura de rua, transformando-os em lugares comercializáveis embalados em papel reciclado.

E as superfícies que antes costumavam ser de disputa, de expressão da contracultura e da crítica ao capitalismo e a forma de ocupação dos territórios na cidade, são sequestradas a serviço do capital. É quando, em Camden, os grafites das ruas – de autoria de artistas locais – começam a ser apagados para dar lugar a propagandas da Wendy’s¹⁰⁹ ou Paramout+¹¹⁰. Ou quando a Sports Direct abre uma loja conceito no “revitalizado” Stables Market, conhecido pela presença de marcas únicas e independentes de moda. A justificativa corporativa para uma loja de departamento é que a devida pesquisa de marketing foi feita e lugar precisava de um estabelecimento âncora para atrair consumidores.

Assim, aos poucos, o conto da gentrificação se espalha. Com seus apoiadores e opositores, com suas perdas históricas e comunitárias e seus ganhos comerciais. Curiosamente, Covent Garden aparece nos discursos de ambos os lados. Ora como exemplo do que um mercado não deveria ser, ora no modelo do que as corporações dizem que um mercado deve ser. E um morador de Camden Town, em uma carta para o Camden New Journal, afirma que uma viagem de ônibus pela região é o suficiente para perceber a “cultura foi roubada”, deixando aos moradores a difícil tarefa de explicar que o novo Buck Street Market revestido em metal “ainda é um mercado”¹¹¹.

5.7.2 O caso do mercado prestes a completar 150 anos e o editorial do JC¹¹²

¹⁰⁸ Expressão da língua inglesa que indica a presença de algo escondido nos detalhes

¹⁰⁹ Cadeia de restaurantes em Londres.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/whats-on-our-walls-rebel-street-art-or-sneaky-advertising>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

¹¹¹ O morador questiona: “Quem iria querer revestir em metal o Buck Street Market? Certamente não os locais que celebram a subcultura e preferiam não ter que dolorosamente explicar para os turistas que é ainda um mercado, quando eles perguntarem do outro lado da rua” (tradução da autora). Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/a-bus-ride-shows-how-our-culture-has-been-snaffled>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

¹¹² As frases referentes a reportagem do Jornal do Comércio, referem-se publicação intitulada “Editorial: prestes a completar 150 anos, o Mercado de São José faz história”. Disponível em:

Bom, o caso é que o Mercado São José hoje tem um pouco mais de 147 anos. Quase chegando na marca dos 150. Em 2019, ele tinha 144 anos e estava mais próximo dos 145 do que dos 150, mas o Jornal do Commercio resolveu publicar um editorial de comemoração do aniversário do MSJ “prestes a completar 150 anos”. O que tinha tudo para ser mais uma reportagem de serviço, de “vai ter bolo e festividades no dia tal”, se tornou uma matéria sobre o porquê a construção do anexo no Cais de Santa Rita e, conseqüentemente, a remoção dos camelôs dos arredores, era uma ótima ideia. Em um artigo que cita onze vezes a palavra “melhor”, o JC narra os “novos” caminhos da história de um dos pontos turísticos “mais típicos, exóticos, histórica e socialmente representativos da capital pernambucana”.

Descrito como uma “puxada” do Mercado São José, o anexo permitiria uma “mais e melhor exposição de produtos” em um espaço que mostra o que Recife e Pernambuco “tem de melhor em mercado público”. Com uma rápida menção à Feira de Caruaru de Luiz Gonzaga, numa clara tentativa de comparação entre as duas feiras, o artigo finaliza com a afirmação categórica que o anexo seria para os comerciantes “um sonho realizado”, um sonho que pode ser ampliado com a “transformação desse espaço urbano em uma marca cultural, artística, turística” do estado.

A história que o Mercado São José faz nos seus quase 145 anos é a construção de “novos caminhos” que bifurcam na direção oposta da Feira de Caruaru cantada por Luiz Gonzaga. Não porque na feira do MSJ você não encontra “maxixe, cebola verde, tomate, coentro, coco e xuxu”¹¹³, mas porque na construção desse galpão no Terminal do Cais de Santa Rita, se perde um pouco do popular, um pouco do que Meca Moreno (2005) descreve na poesia do seu cordel do Mercado de São José:

Já passou por três reformas
 Para o tempo resistir
 É o mercado do povo
 D’ontem, d’hoje e do porvir
 E ainda por muitos anos
 Vai o mercado existir
 (...)
 O comércio fervilhando
 É gente prá todo lado (MORENO, 2005, p, 3 e 6)

<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/opiniaio/opiniaio/noticia/2019/08/30/editorial-prestes-a-completar-150-anos-o-mercado-de-sao-jose-faz-historia-386917.php>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

¹¹³ Trecho da música Feira de Caruaru de Luiz Gonzaga. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luiz-gonzaga/204732/>. Acesso em 27 de dez. de 2022.

5.7.3 A crônica do patrimônio falso

O dicionário caracteriza patrimônio, substantivo masculino, como “bem ou conjunto de bens, materiais, naturais ou imateriais, reconhecidos por sua importância cultural”. O Mercado São José sem nenhuma dúvida é um patrimônio cultural do estado de Pernambuco, um dos primeiros mercados a ser construído com arquitetura de ferro do século XIX, um edifício histórico de quase 150 anos cuja história se confunde com a própria memória do centro de Recife. Mas o que é, exatamente, o patrimônio histórico do Bairro de São José? Só o edifício de ferro? Seus comerciantes de artesanato? E sua feira do entorno com seus camelôs e um frenesi urbano de encontros?

Lá trás, em 2018, como já mencionei, em uma das entrevistas para a minha dissertação, um dos meus informantes comentou que se limpassem os ambulantes do entorno do centro da capital pernambucana – conhecido por seus moradores como “vuco-vuco” – perderia o que faz dele popular e em parte o que faz dele *patrimônio*. Nas minhas visitas ao MSJ, uma das questões que me inquietava era se o mercado era frequentado majoritariamente por moradores ou por turistas. A vendedora do box de esteiras de palhas me disse que só o “povo daqui sabe reconhecer o trabalho local”, aparentemente os turistas acham tudo caro e não tem espaço suficiente na bagagem para levar mais do que uma garrafinha de cachaça Pitu ou imã de geladeira com a bandeira de Pernambuco.

A atendente do restaurante no pátio externo do mercado me disse que os meses que aparece mais turistas é dezembro e janeiro (por causa das férias), fevereiro (por causa do carnaval) e na época de São João. A moça que eu encontrei em um sábado de sol abafado em um dos restaurantes do pátio externo me contou que ia tomar café da manhã lá todo sábado, ela estava de bicicleta e parou pra comer um pão na chapa e tomar um suco. Lembro que uma vez minha mãe reclamou comigo porque eu levei uma amiga turista lá no MSJ pra comprar fantasia de carnaval. Turista tem que ir em lugar bonito e o mercado – como demonstrei nos tópicos acima – é referenciado por muitas coisas, mas raras vezes por “bonito”.

Precisa melhorar o mercado pra o turista, pra não fazer a gente passar vergonha com o estado do prédio. Tira os ambulantes e coloca umas vagas de estacionamento, turista vai de carro ou de Uber. Aproveita e coloca umas vagas pra ônibus de turismo para ver se as agências levam eles lá pra visitar. Na outra ponta, inclusive do outro lado do Atlântico, o Camden Market – já estabelecido enquanto lugar turístico – teve que repensar sua vocação durante a pandemia. Com a restrição de viagens em consequência da

COVID-19, os comerciantes precisaram ajustar suas demandas, voltar às origens quando o mercado sobrevivia com o público local.

No outro sentido, a proposta de restauração da prefeitura oscila entre se manter fiel ao projeto de 1875, eliminando as descaracterizações, ou inovar com a construção de um mezanino, a colocação de ar condicionado e elevador. O problema em si não é descaracterizar o tal patrimônio de quase 150 anos, mas sim *qual* descaracterização melhor se adequa aos desejos comerciais de um bairro em pleno movimento de “requalificação”. E assim a reforma urbana sobrevive, pintando os sobrados, limpando as ruas, para ficar mais *instagramável*. Mas será que esse é o patrimônio histórico de verdade? Ou é só um simulacro estético pra inglês ver?

5.7.4 O conto dos incêndios ou as ruínas da urbanização

O Mercado São José pegou fogo em 1989, o incêndio destruiu e danificou grande parte de sua estrutura e ele precisou ser fechado para um intenso período de restauração. Só voltou a abrir em março de 1994. Depois disso, pequenos incêndios ocorreram nos seus arredores em 2012, 2015, 2018 e 2022. O Grande Incêndio de Camden foi em 2008, mas em 2014 e 2017 o Stables Market e o Camden Lock Market vivenciaram, respectivamente, incêndios de diferentes proporções. Além das semelhanças na reforma urbana, os bairros de São José e Camden Town se encontram também no fogo.

As chamas são metáforas para muitas coisas. Para as cinzas que sobram depois da devastação. Para as ruínas que posteriormente precisam ser restauradas. No Brasil, o incêndio é projeto político de descaso público com a memória, nos mostrou o incêndio do Museu Nacional (MN) em setembro de 2018. Capitalismo queima memória, diziam as faixas no ato em defesa do MN. O fogo geralmente é consequência da negligência do Estado em manter o patrimônio. Falta dinheiro para conservar a infraestrutura, falta verba pra trocar as fiações expostas. O Mercado São José, no aniversário de Recife esse ano, ganhou o anúncio que seria restaurado com toda a pompa que exige seu projeto de 1875. A crise justifica a revitalização e transformação de um mercado popular público em um empreendimento para atrair turistas.

A pelo menos dez anos que os jornais relatam, sem de fato responsabilizar o Estado, a deterioração, seu abandono, os riscos das venezianas quebradas, as gambiarras nas fiações, o telhado com goteiras, tudo isso que compõe a imagem da ruína da urbanização. Mas o MSJ não são só suas cinzas ou suas paredes desbotadas e, reduzi-lo

a isso, é criar a crise que o capital precisa para transformar um espaço popular/comunitário em templo do consumo.

6. CONCLUSÃO

Ananya Roy (2003) em seu livro “City Requiem, Calcutta: gender and the politics of poverty” narra a história de um de seus encontros na estação de trem com uma passageira de uma vila distante do sul da Índia. Durante o diálogo a autora questiona a mulher as mesmas questões que vinham orientando sua etnografia: sobre a sua vila, seu trabalho, sua família. A mulher respondia todas as elas sempre se referenciando a uma narrativa de viuvez, chegando a elaborar o momento da morte do marido pelas garras de um terrível tigre comedor de homens. Roy (2003) já tinha ouvido histórias semelhantes de outras mulheres, o que a fez construir uma imagem dos vilarejos ao sul como lugares perigosos, onde inúmeros maridos haviam perdido suas vidas.

Porém, durante a conversa, a autora percebe que essa mulher ainda usava todos os símbolos tradicionais de uma mulher hindu casada. Quando Roy (2003) resolve finalmente perguntar sobre as discrepâncias, o trem já estava se aproximando da estação e a mulher informa que precisava ir cozinhar para seu marido e filhos. Partindo da conclusão mais óbvia, Roy (2003) questiona se a mulher tinha casado novamente. Ao que a passageira responde:

Não *memsahib*¹¹⁴, eu tenho que cozinhar para meu único marido, aquele que é comido todo dia por o tigre comedor de homens enquanto eu espero nessa estação de trem ressecada e empoeirada, enquanto eu perco meu fôlego nos trens, e ando através dos campos enlameados. Ele morre todo dia enquanto eu atravesso esse espaço. É uma morte terrível porque o tigre está sempre tão faminto (ROY, 2003, p. 190) (tradução da autora).

Roy (2003) narra essa história para esboçar um idioma da crítica, capaz de causar rupturas nos projetos de patronagem e pobreza assinalados por ela. Isto porque, é por meio da narrativa do tigre comedor de homens que as mulheres pobres do sul da Índia são capazes de reaver algum poder sobre suas próprias narrativas enquanto esposas servis. Visto que, são elas que saem todos os dias de suas residências em busca do sustento e são as únicas provedoras do lar, enquanto seus maridos ficam em casa desempregados.

Essa é uma grande questão para a cultura patriarcalista hindu e impõe inúmeros significados, representações de gênero e de classe presentes na obra da autora indiana.

¹¹⁴ Roy (2003) explica que o termo *memsahib* refere-se a mulher estrangeira.

Contudo, o que eu estou interessada nessa história, o que ficou na minha memória desde o primeiro momento em que li essa narrativa, é a ideia de um idioma de crítica. A possibilidade de romper, mesmo que momentaneamente ou espacialmente, com o hegemônico usando palavras. Se por um lado, Roy (2003) flerta durante todo o livro com a constituição de idiomas e vocabulários hegemônicos e subalternos, nessa tese os idiomas da crítica emergem em resposta aos vocabulários de crise das cidades e da reforma urbana.

O fato é que existe uma linha invisível que se inicia na colonização, passa pelo imperialismo sem colônias e continua seguindo até as atuais classificações de cidade. Essa linha separa o Norte o Sul, as cidades incluídas no mapa capitalista e as marginalizadas por ele. Ela separa a produção de conhecimento na teoria urbana da prática no cotidiano das urbes. Ela impõe distâncias intransponíveis, linguagens e práticas por vezes inconciliáveis entre os dois polos. É essa divisão que classifica as cidades do Sul Global como caóticas, desorganizadas, impossíveis de serem planejadas, ruínas da urbanização, instáveis, entre outras tantas adjetivações possíveis.

Essa linha entende as teorias urbanas eurocêtricas como um molde, passível de ser aplicado em qualquer lugar. E se o protótipo não encaixa, bom, com certeza é por culpa da megacidade, da sua incapacidade de ser projetada, da sua habilidade de continuar crescendo em população de forma que é impossível planejá-la para o futuro. O que essas teorias urbanas do Norte Global falham em perceber é: para quem a cidade é experimentada de forma estável e harmoniosa? Com certeza não pelas mulheres, pelos pobres, pelas pessoas com deficiência, pelos negros e negras. O recorte da teoria urbana hegemônica atual é classista, racista, capacitista e machista. O idioma dessas teorias, então, torna-se um vocabulário espacial da hegemonia.

Por isso, é preciso urgentemente cultivar e difundir as teorias pós-colonialistas, as epistemologias do sul, em suma, outras teorias subalternas para novas materialidades. E aqui nessa tese eu apontei alguns caminhos possíveis, mas optei também por propor uma abordagem apoiada nos preceitos da comunicação comunitária como uma alternativa as epistemologias tradicionais vigentes. Primeiro porque a comunicação comunitária emerge como opção as ditas verdades da mídia comercial hegemônica, tornando-se um caminho para dar voz aqueles silenciados pelos interesses mercadológicos da comunicação.

Em segundo lugar, os conceitos nos quais ela se apoia são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, mais ética e humana. Em uma sociedade ideal,

as noções de alteridade, vínculo ao território (contidas no conceito de comunidade), participação, cidadania responsável, educação dialógica amorosa seriam base de qualquer corpo social. Contudo, a realidade é que nas mais bem sucedidas sócio democracias, ainda assim, essas noções falham em se concretizar, ao menos de forma igual para todos/as.

E, por último, esses quatro conceitos se interligam e por vezes é difícil distinguir onde começa um e onde termina o outro. E é exatamente isso que faz deles tão essenciais. A importância do lugar afetivo da vivência e da abertura ao outro é indissociável da concepção de uma cidadania responsável. Esta, por sua vez, não é passível de existir sem uma educação freiriana, da mesma forma que uma participação plena e ativa é inviável sem a tomada de consciência do sujeito como ser ativo na história e sem uma educação dialógica amorosa e esperançosa.

Nesse ponto, saímos das questões teóricas conceituais e adentramos no campo da práxis, no exercício desses conceitos no cotidiano das cidades e seus constantes processo de construção, reforma e reconstrução. Existem duas razões primordiais para a falta de participação da população no planejamento urbano: a primeira relaciona-se com a falsa ideia de aquele projeto/reforma/restauração não afeta a sua vida diária; e a segunda a dificuldade de entender as legislações e burocracias envolvidas no processo. Ambas poderiam ser resolvidas a partir da educação.

O maior erro e causa de ineficiência dos projetos das metrópoles é o desprezo pelos saberes locais e, conseqüentemente, a falta de participação popular. Isto porque, não é possível implementar um plano urbanístico – qualquer que seja – em uma cidade sem entender como funcionam seus fluxos, seus ritmos, seus usos e vivências. Recife está cheia de obras que provam exatamente o meu ponto. Como a eterna obra da avenida Presidente Kennedy de Peixinhos em Olinda ou a obra viária do BRT na av. Cruz Cabugá. Todas intervenções obviamente motivadas pelos interesses do capital.

Nenhuma dessas intervenções considerou os usos atuais das respectivas vias, a quantidade de carros, transporte público ou pessoas que circulavam por ela. Resultando, no primeiro caso, em um canteiro de obras sem fim e no segundo, em uma pista exclusiva para BRT que divide o espaço com ônibus e outros carros. E os exemplos podem continuar para além da infraestrutura viária. A construção do empreendimento do Novo Recife no Cais José Estelita contrariando as inúmeras reivindicações da população para que o terreno da União fosse convertido em um lugar para a população, é outro episódio do trágico caminho tomado pelo planejamento urbano recifense.

O caso do Cais José Estelita nos ensina que o capital atua por um *modus operandi* determinado, Patria Román-Velázquez (2014) enumera. Primeiro o lugar é alvo de sucessivos desinvestimentos ao longo de anos, depois vem a desvalorização da terra e, por fim, os subsequentes reinvestimentos baseados no valor especulativo da região. É aqui que o vocabulário de crise emerge, entre a desvalorização e o reinvestimento. Ele – expresso nos discursos da mídia, das autoridades e da população local – transforma um lugar, no mesmo movimento, em problema e oportunidade de negócios. E esse vocabulário ancora-se em referências à deterioração/degradação, à sujeira, à criminalidade e às drogas.

Essas caracterizações, no mesmo sentido, apoiam a falácia do capital para a reforma urbana: a de que a única alternativa ao “vazio” e as “faltas” de determinado espaço é construção de um espaço espetacular/exclusivo/consumidor. Todas as outras alternativas que incluem a constituição de espaços de sociabilidade, capazes de atender as demandas de uso e acesso da população, caem no vazio do discurso do dinheiro e do lucro. Isto porque, o que não é possível de ser controlado, disciplinado é enquadrado na categoria de desordem e bagunça.

Dessa forma, o vocabulário de crise não é apenas um método do capitalismo, mas é também, nessa tese, destacado como um método de análise e um apelo a outros modos e discursos de se construir cidades. Materialidades que sejam capazes de incluir o valor simbólico do território e do comum, do sentido político, afetivo e sensorial da vivência, e das diferenças e informalidades enquanto características histórias e sociais das urbes.

Portanto, se a hipótese que norteou as páginas dessa tese foi que existiria um vocabulário global da reforma urbana e esse vocabulário se expressaria pela crise, ela foi confirmada pelas investigações a princípios superficiais nos casos do Porto Maravilha e East London, durante as Olimpíadas de 2016 e 2012 respectivamente. E, posteriormente, com a análise mais aprofundada do Mercado São José e do Buck Street Market no capítulo 5. Londres e Recife funcionam como metonímia para os paralelos tecidos entre cidades do Sul e do Norte Global europeu.

Outro ponto importante que emergiu na pesquisa entre Londres e Recife, entre os mercados de Camden Town e São José, foram as diferenças entre os processos de gentrificação *per se* e, os que denominei, de reforma urbana. Se nos antigos colonizadores do mundo a gentrificação segue uma evolução muito pragmática, iniciando com o processo histórico de desindustrialização e reocupação dos armazéns pela classe artística e terminando com o posterior enobrecimento dos bairros, com aumento dos alugueis e

expulsão da população moradora. A reforma urbana no Brasil segue o caminho de idas e vindas, de reformas espetaculares e “requalificações” apoiadas em um único projeto “tábua de salvação”.

Ao mesmo tempo, o capitalismo financeiro invisível e transnacional desse mundo sem fronteiras acrescenta mais uma camada a esse já cruel processo de gentrificação. É a inserção da lógica do marketing, da criação de um *branding* do lugar, onde se apoiam as corporações interessadas no lucro acima de qualquer coisa. O redesenvolvimento nos mercados de Camden Town nos atesta isso, a partir do esforço da construção de uma marca mundial embasada na mistura perfeita entre os ares alternativos e boêmios do distrito e suas promessas de futuro sustentável.

Nesse sentido, os espaços populares/comunitários vão sendo substituídos pelos consumidores/espetaculares, apagando apenas o suficiente da história do lugar que não agrada ou não transmite a imagem certa que o capital quer propagar. O objetivo final é o aumento da circulação de pessoas, mas não qualquer pessoa, apenas aquelas com alto poder aquisitivo para consumir. Assim, Camden Town recebe de braços abertos a inauguração da loja de departamento da Sports Direct no histórico Stables Market. Tudo justificado pela pesquisa de marketing e do aumento do fluxo de consumidores. Também aceita de bom grado a sutil transição dos grafites de artistas locais nos muros do distrito pelos grafites de propaganda da Paramout+, por exemplo.

Aos poucos, então, se amalgama as fronteiras entre o que patrimônio e o que é turismo. O que serve aos moradores como marco da história da cidade, de celebração da cultura e das tradições e o que serve ao visitante que frequenta determinado lugar pela foto do Instagram e para riscar mais uma coisa da sua *bucket list*. E, dessa forma, e de modo não tão sutil, os lugares vão cada vez mais ficando semelhantes uns aos outros, vão se padronizando em estética e experiência. O Buck Street Market, por exemplo, poderia estar literalmente – porque é feito de contêineres transportáveis – em qualquer lugar do mundo e não traduziria em nada a vizinhança de Camden Town.

O Mercado São José, por outro lado, apesar de inúmeras aproximações com o caso no distrito londrino, possui como característica fundamental o fato de ser um mercado público, no sentido de propriedade do Estado, administrado e gerido por verba pública municipal. Além disso, Recife possui precarizações e disparidades sociais que a terra da rainha é incapaz de reconhecer. O fato é o que o edifício do MSJ se encontra abandonado, precisando urgente de uma restauração. As fiações estão expostas, o telhado tem goteiras, as venezianas estão danificadas.

O problema é que na mídia, através do vocabulário de crise, todas essas situações que poderiam ser evitadas, se a prefeitura cumprisse seu papel de cuidador do patrimônio público, são colocadas como estado da coisa. Quase como se o MSJ tivesse causado isso a si mesmo. A prefeitura, então, torna-se sujeito oculto e é isentada de qualquer responsabilidade sobre a condição atual do prédio histórico. Para além disso, os veículos midiáticos pernambucanos, além de desobrigar o Estado do exercício de seu dever, ainda atribuem a degradação do mercado e seus arredores aos comerciantes informais.

E assim é construída a campanha de remoção e transferência dos ambulantes das ruas do entorno do Mercado São José para o anexo no Cais de Santa Rita. As justificativas usadas variaram do cais ser um local mais adequado para o comércio, passando pela desobstrução da visão do prédio do MSJ e dos outros edifícios históricos do bairro, até a liberação da circulação para veículos e pessoas. Contudo, em nenhum momento é aventada outra possibilidade que não fosse a retirada desses camelôs das ruas. Não é proposto um investimento em coleta de lixo e uma requalificação da rede de água e esgoto para resolver o problema do lixo e dos ratos. Não é suscitado a utilização de barracas padronizadas, possíveis de serem montadas e desmontadas diariamente para solucionar a questão do desordenamento.

Pelo contrário, a prefeitura nas suas colocações, insiste em afirmar que o lugar mais apropriado para os ambulantes é o galpão do Cais de Santa Rita. Então, eu questiono: qual é o lugar mais adequado para o ambulante do que a rua? A história dos ambulantes em Recife é antiga e data do século XIX, quando pretos e pretas alforriados vendiam doces e produtos vindos dos portos, quando os mascates quebravam o silêncio das casas grandes para levar às mulheres resguardadas pelo patriarcalismo fazendas, rendas, sedas, fofocas e mexericos da vida urbana recifense.

Nesse sentido, é precípua trazer à tona as questões da informalidade. Roy (2005) pontua que a única diferença entre o que é classificado de formal e informal é a atribuição do Estado, capaz de condenar e criminalizar algumas informalidades e autorizar e fazer prosperar outras. Por conseguinte, a autora coloca que não existe uma distinção entre formalidade e informalidade, mas sim entre *modos de informalidade*. Para além disso, a informalidade, no caso do comércio informal está íntima e historicamente ligada a rua.

Rua essa que foi negada na Recife do século XIX como portadora de vícios e perversões, e novamente no final década de 1920 pelo urbanismo progressista, como detentora de toda as associações pejorativas e negativas. Isto posto, não é por acaso que os camelôs, cujo sustento vem da rua, sejam associados constantemente, de forma

negativa, nas mídias pernambucanas no processo de reforma dos arredores do Mercado São José.

Sendo assim, a restauração dos arredores do MSJ e de seu prédio que prevê a construção do mezanino acima dos boxes de artesanato demonstram a influência da política higienista no projeto de cidade recifense. A promessa de reforma da prefeitura, inspirada no Mercado Municipal de São Paulo, repousa na transferência dos restaurantes populares – hoje no pátio externo do mercado – para esse futuro mezanino. Entre os comerciantes e donos das lanchonetes as polêmicas são inúmeras. A incerteza se de que de fato esses restaurantes serão movidos ou se o segundo piso servirá para abrigar novas e gourmetizadas opções, como é no Mercado de São Paulo. Se a mudança afetará o trânsito de clientes e se a prefeitura será capaz de cumprir com sua parte do acordo e entregar de fato a manutenção dos elevadores e ar condicionados prometidos.

Os vendedores do MSJ expõem seus descontentamentos em relação a perda da área dos boxes e do espaço de estoque que hoje fica na parte de cima dos compartimentos. Para além disso, o receio em relação a mistura de comida e artesanato – questões como a eliminação de gordura que podem prejudicar as mercadorias – são expostas. Mas as alterações de restauro têm como objetivo aproximar o Mercado São José de seu projeto original de 1875 e foram aprovadas pelo IPHAN, então as preocupações dos comerciantes e locatário realmente não tem lugar na agenda municipal.

A questão é que apesar do discurso da prefeitura ancorar-se nas legalidades do IPHAN e no argumento de correção das descaracterizações provenientes do uso e dinâmica mutável da vida social de qualquer cidade, o plano de restauração do MSJ é uma descaracterização em si mesmo. Isso porque, o mezanino nunca fez parte dos planos de construção do mercado do século XIX. Então, quem define quais descaracterizações são aceitáveis e quais precisam ser reestruturadas? Ou ainda, quem decide quais legalidades irão prosperar e quais iriam esmorecer?

Assim como no reordenamento dos camelôs das ruas do entorno, o Estado define o que é ocupação irregular e o que é regular e legalizado. O município delibera que a ilegalidade que será legitimada é a que satisfaz seus próprios interesses, isto é, a construção de um mezanino que elucidará a inspiração no mercado paulista, com seu golpe da fruta do Mercado e seu sanduíche de mortadela por mais de R\$ 30,00.

Não interessa de fato que a vocação do equipamento seja popular e que ele exerça a função primordial de servir a população trabalhadora e frequentadora local. Se ele não atende as demandas e expectativas capitalistas, é um lugar problema e deve ser revertido

urgentemente em um bem rentável. Mas ele deve ser benéfico não para quem vivencia, experiencia, trabalha e consome no Mercado São José, mas para as corporações, para *start-ups*, para o capital financeiro e para o público exclusivo e selecionado.

E assim voltamos a questão da participação, da cidadania, da educação dialógica e da comunidade: que urbes queremos para nós e para o nosso futuro? E, ao mesmo tempo, qual é projeto de cidade fomentado pelo poder público em Recife? O Ocupe Estelita escancarou qual era o plano para a Recife da Copa do Mundo e a Recife pós-megaevento: uma cidade roubada. Roubada pelas empreiteiras e pelos acordos por debaixo do pano que financiam as campanhas políticas dos atuais e futuros prefeitos e governadores. Se a Lava-Jato nos mostrou uma coisa, foi a íntima relação entre as corporações imobiliárias e a política do país.

Os ecos da Jornada de Junho de 2013 e a eclosão da Lava-Jato foram talvez as primeiras peças do dominó que desmoronou com o golpe de Dilma Rousseff em 2016 e a posterior eleição de Bolsonaro em 2018. Os últimos dez anos, então, abriram uma caixa de pandora na política brasileira. Dela saíram todo o conservadorismo e preconceitos que antes eram velados, o ódio aos pobres e nordestinos. Dessa caixa saíram o retrocesso nas pautas da mulher, dos índios, dos pretos e pretas, dos quilombolas. Saiu a fome, o desinvestimento da saúde, na educação, na pesquisa. O desmatamento da Amazônia.

Voltamos atrás em tantos aspectos que é difícil de mensurar qual nos cobrou mais. E pandemia veio em 2020, levando mais de 600 mil brasileiros e brasileiras. Testemunhamos o atraso na compra das vacinas, mais desinformação. Vimos o congresso sequestrar o orçamento do Brasil e o governo tirar quantidades astronômicas de dinheiro dos programas sociais.

Vivenciamos, então, em 2022 uma eleição marcada pela desinformação, pela compra de votos e assédio eleitoral. Tivemos medo de que não fossemos conseguir votar. Que talvez, fossemos passar muitos anos sem poder ir as urnas novamente. A democracia venceu. Lula (PT) tomou posse e o povo brasileiro retomou o Brasil. Sobrevivemos. Mas a nível municipal e estadual, na representação no congresso e senado, a extrema-direita ainda nos lembra que não acabou. Que nossos municípios e estados ainda respondem em algum nível a projetos privatizadores e a políticas que privilegiam os privilegiados.

Em Pernambuco a atual governadora (PSDB) tem vínculos questionáveis com a extrema-direita bolsonarista. Em Recife, o prefeito é filho da herança política arraigada na eterna capitania hereditária pernambucana. E assim, como começa esse trabalho lá na Recife do século XIX que vivia o período de transição entre o rural das casas grande e o

urbano dos sobrados, entre as instituições tradicionais da monocultura e as “modernidades” da ascensão da burguesia comercial. Assim enceramos, vivendo entre a ameaça de retirada de direitos – principalmente das minorias – e das promessas de um país melhor.

E o voto é nossa principal arma na luta contra os retrocessos e a favor de futuros melhores. De cidades melhores. Mas o voto ele é apenas o começo, a porta de entrada de uma política que se reflete em projetos de cidades voltados para o capital, para os interesses do lucro e manutenção dos privilégios de uma classe mais alta. É preciso, entrar pela porta e redecorar a sala, participar dos projetos dos nossos bairros, nossas vizinhanças e nossas cidades. Se diante da realidade cruel do explícito projeto de cidade que Recife desvela, precisamos continuar produzindo conhecimento, ciência. Estimulando a participação, concedendo ferramentas para que todas e todos possam participar de forma plena e informada nos processos decisórios de seus próprios territórios.

E assim como o nosso passeio pelo Mercado São José começou a partir da visão e reflexão das idas de ônibus. Aqui se encerra a viagem pelas teorias e pela práxis do que são cidades e reformas urbanas na contemporaneidade. E se as viagens de ônibus me fizeram pensar no MSJ, na relação entre locomoção, acesso e classe, nas dificuldades de andar em Recife e nos deleites de usar o transporte público de Londres. É pela “Janela de ônibus” de Miró da Muribeca (2013) poeta urbano pernambucano, que encerro essa tese e esse trabalho de doutorado.

Janela de ônibus
 É danado pra botar a gente pra pensar
 Ainda mais quando a viagem é longa
 Uma casinha branca lá no alto da montanha
 E eu perguntando: “quem mora lá?”
 Um homem na beira da BR olhando pro nada
 Duas crianças tomando banho
 Nos restos das águas de um riacho
 Uma mulher
 Com um saco de capim na cabeça
 E o sol estralando
 Em suas costas
 E os políticos dando as costas
 Para os animais mortos na estrada
 É, janela de ônibus
 É danado pra botar a gente pra pensar

Ainda mais quando a viagem é longa (MURIBECA, 2013).¹¹⁵

¹¹⁵ Miró da Muribeca declama essa poesia no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=0X7gCgiud94>. Acesso em 4 de jan. de 2023.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Tony; ELLIS, Carolyn; JONES, Stacy Holman. Autoethnography. In: MATTHES, Jörg; DAVIS, Christine S.; POTTER, Robert F. (Orgs). **The International Encyclopedia of Communication Research Methods**. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2017.
- APPADURAI, Arjun. Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics. **Environment&Urbanization**, v. 13, n. 2, p. 23-43, out. 2002.
- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-74.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAGA, Leonardo Izoton. **As cidades e o agora: a catástrofe entre tempos na metrópole carioca**. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- BULCÃO, Luana. **“Onde queres Dubai sou Pernambuco”**: entre reminiscências e prospecções futuras do Ocupe Estelita. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CAIAFA, Janice. **Trilhos da cidade: viajar no metrô do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- CALVINO, Italo. **Invisible cities**. Londres: Vintage Books, 1997.
- CASTRO, Josué de. Documentário do Nordeste. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Editora Massangana, 1992. p. 253-261
- CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. New York: Routledge, 2016.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Writing culture**. London: University California Press, 1986. p. 1-26.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Writing culture**. London: University Carolina Press, 1986.

CROCHIK, Miguel Marques. **Gentrificação verde**: o urbanismo sustentável como instrumento de reestruturação imobiliária de Perus. 2018. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo (1931-1994)**. São Paulo: Projeto Periferia, 2003.

DURÁN, María-Angeles. **La ciudad compartida**: conocimiento, afecto y uso. Santiago: Ediciones SUR, 2008.

ELMEDNI, Barkry; CHRISTIAN, Nicole; STONE, Crystal. Business improvement districts (BIDs): an economic development policy or a tool for gentrification. **Cogent Business & Management**, v. 5, n. 1, p. 1-19, jul. 2018.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: the origin and destiny of community. Stanford: Stanford University Press, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Ricardo. Da cidade-espetáculo à cidade-mercadoria: a comunicação urbana e a construção da marca RIO. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 49-65, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GORNOSTAEVA, Galina; CAMPBELL, Noel. The creative underclass in the production of place: example of Camden Town in London. **Journal of Urban Affairs**, v. 34, n. 2, p. 169-188, 2012.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Editora Massangana, 1992. p. 121-142

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade:** em busca de uma Antropologia Urbana. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. **Cidade modernista:** uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

HUYSSSEN, Andreas. **Miniature Metropolis:** literature in na age of photography and film. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga:** a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Recife: SEC – Departamento de Cultura, 1978. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem.** Recife: Editora Massangana, 1992. p. 77-88

MALERBA, João Paulo. **Uma questão de princípios:** o tema da autenticidade na radiodifusão comunitária. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo – SP, 06 a 09 de junho de 2017.

_____. **Rádios comunitárias no limite:** crise na política e disputa pelo comum na era da convergência. 2016. 723 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achille **On the postcolony.** Berkeley: University California Press, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v. 50, 1978. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem.** Recife: Editora Massangana, 1992. p. 193-225.

MELO, Maria C. Lacerda de. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a cidade do Recife entre 1820 e 1875.** 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MORENO, Meca. **Mercado de São José.** Recife: Davi Cordel, 2005.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MURIBECA, Miró. **Miró até agora**. Recife: Cepe, 2019.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **Cidadania, mídia e direitos sociais**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, Minas Gerais, 06 a 09 de junho de 2018.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Nordeste, Série Comunicação, v. 14, n. 1-2, p. 651-668, 2000.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: _____. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RACO, Mike. Governance as legacy: project management, the Olympic Games and the creation of a London model. **Internacional Journal of Urban Sustainable Development**, v. 5, n. 2, p. 172-173, 2013.

RACO, Mike; TUNNEY, Emma. Visibilities and invisibilities in urban development: small business communities and the London Olympic 2012. **Urban Studies**, v. 47, n. 10, p. 2069-2091, 2010.

ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from off the map. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26.3, p. 531-554, set., 2002.

ROMÁN-VELÁZQUEZ, Patria. Claiming a place in the global city: urban regeneration and latin american spaces in London. **Revista Eptic Online**, v. 16, n. 1, p. 84-104, jan-abr. 2014.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **E-metropolis**, n. 32, dez. 2017, p. 6-21.

_____. **City Requiem, Calcutta: gender and the politics of poverty**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

_____. Slumdogs cities: rethinkg subaltern urbanismo. **Internacional Journal of Urban and Regional Research**, v. 35, n. 2, p. 223-238, mar 2011.

_____. Urban informality: toward na epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p. 147-158, Spring 2005.

_____. Who's afraid of postcolonial theory?. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 40, n. 1, p. 200-209, jan 2016.

_____. Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 76-87, 2009.

SASSEN, Saskia. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018a.

_____. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2018b.

SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Coleção Pernambucana, 1978.

SILVA, Geraldo Gomes da. **O Mercado São José**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1984.

SILVA, José de Souza Silva. **Hacia el 'Día Después del Desarrollo'**: descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 2011.

SILVA, Maciel Henrique da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. 299f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 10-24.

SIMONE, AbdouMaliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. **People culture**, v. 16, n. 3, p. 407-409, 2004.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUZA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 29-67.

TAIT, Malcom; JENSEN, Ole B. Travelling ideas, power and place: the cases of urban villages and Business Improvement Districts, **International Planning Studies**, v. 12, n. 2, p. 107-128, aug. 2007.

TOLLENARE, L. F. de. Notas dominicais. Recife: SEC/Departamento de Cultura, 1978
In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Editora Massangana, 1992. p. 89-104.

TUFTE, Thomas. **Communication and social change: a citizen perspective**. Cambridge: Polity Press, 2017.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-103.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. O conceito de comunidade na comunicação. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e cidadania**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 438-458, maio-ago. 2014

_____. **A questão da comunidade na era da midiaticização: crítica e ontologia**. 2013. 294f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Outras fontes:

ABANDONADO, Mercado de São José completa 139 anos. **Jornal do Commercio** [online], Pernambuco, 5 set. 2014. Centro. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2014/09/05/abandonado-mercado-de-sao-jose-completa-139-anos-144254.php>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

AMARAL, Marcio Tavares do. A lavanderia de Francisco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2017. Cultura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/a-lavanderia-de-francisco-21919416>. Acesso em 13 de out. de 2021.

ANISTIA Internacional, MPF e UFPE repudiam reintegração de posse no Estelita. **G1** [online], Pernambuco, 17 jun. 2014. Pernambuco. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/mpf-e-ufpe-repudiam-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em 22 de ago. de 2022

BARBON, Júlia. Rio tenta ressuscitar zona portuária 5 anos após Olimpíadas. Folha de S. Paulo [online], São Paulo, 14 ago. 2021. Legado RIO-2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2021/08/rio-tenta-ressuscitar-zona-portuaria-5-anos-apos-olimpiadas.shtml>. Acesso em 29 de set. de 2022.

BETIM, Felipe. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio. **El País** [online], Rio de Janeiro, 5 ago. 2015. Olimpíadas Rio 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html. Acesso em 22 de ago. de 2022

CAMDEN MARKET. [Site Institucional] Buck Street Market About. Disponível em: <https://www.camdenmarket.com/buckstreet/about>. Acesso em 27 de dez. de 2022.

CAMDEN Market to be floated on the London Stock Exchange. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 10 dez. 2014. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/camden-market-float>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

CAÓTICO. In: Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ca%C3%B3tico>. Acesso em 23 jan. de 2022.

CARNEIRO, Giovanna. Comerciantes do Mercado de São José reagem ao projeto de reforma e quem ser ouvidos pela prefeitura. **Marco Zero Conteúdo** [online], Pernambuco, 25 mar. 2022. Reportagens. Disponível em: <https://marcozero.org/comerciantes-do-mercado-de-sao-jose-reagem-ao-projeto-de-reforma-e-querem-ser-ouvidos-pela-prefeitura/>. Acesso em 15 de jul. de 2022.

CARRIER, Dan. Barber told to leave Stables Market after 23 years refuses to go. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 16 fev. 2018. Business. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/barber-told-to-leave-stables-market-after-23-years-refuses-to-go>. Acesso em 7 de dez. de 2022.

_____. Camden Lock Market is sold in multi-million-pound deal. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 10 out. 2014. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/camden-lock-market-sold-multi-million-pound-deal>. Acesso em 10 de dez. de 2022.

_____. Gentrification warning as Camden Town market revamp gets go-ahead. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/gentrification-warning-as-camden-town-market-revamp-gets-go-ahead>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

_____. Hawley Wharf developer's vision of a 'high-end' market by canal is sunk over failure to respect Camden's heritage. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 22 mar. 2012. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/hawley-wharf-developers-vision-high-end-market-canal-sunk-over-failure-respect-camde>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

_____. Sports Direct moves into Camden Market site. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 26 set. 2019. Business. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/sports-direct-moves-into-historic-camden-market-site>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

_____. 'We don't want a Disney tourist ghetto that will be locked up at night': Hawley Wharf development is rejected by Tom Hall planners. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 16 mar. 2012. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/we-dont-want-disney-tourist-ghetto-will-be-locked-night-hawley-wharf-development-rejec>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

CNJ at 40: help us celebrate our birthday- and support campaigning journalism. **Camden New Journal** [online]. Reino Unido, 24 mar. 2022. About us. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/cnj-at-40-help-us-celebrate-our-birthday-and-support-campaigning-journalism>. Acesso em 25 de dez. de 2022.

CRISE. In: Priberam dicionário. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/crise>. Acesso em 10 de maio de 2022.

CRISE. In: sinônimos.com.br, Dicionário de Sinônimos Online. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/crise/>. Acesso em 10 de maio de 2022.

DOS escombros para um novo caís. **Diário de Pernambuco** [online], Pernambuco, 6 maio 2014. Local. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2014/05/dos-escombros-para-um-novo-cais.html>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

ESTELITA, Ocupe. **Recife, cidade roubada**. Youtube, 18 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk>. Acesso em 6 de nov. de 2022.

EDITORIAL: Prestes a completar 150 anos, o Mercado de São José faz história. **Jornal do Commercio** [online], Pernambuco, 30 ago. 2019. Sesquicentenário. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/opiniao/opiniao/noticia/2019/08/30/editorial-prestes-a-completar-150-anos-o-mercado-de-sao-jose-faz-historia-386917.php>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

FAGG, Chris. The situation on Camden streets is bad and getting worse. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 18 out 2018. Letters. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/the-situation-on-camden-streets-is-bad-and-getting-worse>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

GONZAGA, Luiz. **A feira de Caruaru** [1957]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/204732/>. Acesso em 27 de dez. de 2022.

GRAHAM, Stephen. Olympics 2012 security: welcome to lockdown London. **The Guardian** [online], Reino Unido, 12 mar. 2012. Olympic Games 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2012/mar/12/london-olympics-security-lockdown-london>. Acesso em 27 de set. de 2022.

HILTON HOTELS. [Site institucional]. Disponível em: https://www.hiltonhotels.com/pt_BR/motto-by-hilton/. Acesso em 15 de jul. de 2022.

HULME, Tom. **What can we learn from shortcuts?**. Youtube, 21 jul. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P9B8PmUR64U>. Acesso em 23 de ago. de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo universo**: aglomerados subnormais. Recife: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/pesquisa/23/25359?tipo=ranking&indicador=25361>. Acesso em 25 de ago. 2022.

INTRODUCING Hawley Wharf. Disponível em: <https://www.camdenmarket.com/hawleywharf/the-latest/about-us>. Acesso em 23 de jan. de 2022

LEGADO. In: Michaelis, Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/b97bL/legado%3CEi%3E1%3C/Ei%3E/>. Acesso em 30 de set. de 2022.

LISTER-FELL, Frankie. What's on our walls – rebel street art or sneaky advertising?. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 8 jul. 2022. Business. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/whats-on-our-walls-rebel-street-art-or-sneaky-advertising>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

LIVINGSTONE: my 2012 bid was to snare billions of pound for London. **Standard Journal** [online], Reino Unido, 24 abril 2008. Mayor. Disponível em: <https://www.standard.co.uk/news/mayor/livingstone-my-2012-bid-was-to-snare-billions-of-pounds-for-london-6670833.html>. Acesso em 28 de set. de 2022

LUCENA, Felipe. A Vila Autódromo cinco anos depois das Olimpíadas. **Diário do Rio** [online], Rio de Janeiro, 15 dez. 2021. Cidades. Disponível em: <https://diariodorio.com/avila-autodromo-cinco-anos-depois-das-olimpiadas/>. Acesso em 22 de ago. de 2022

MARTÍN, María. Polêmico arquiteto espanhol impulsiona a transformação do Rio. **El País** [online], Rio de Janeiro, 18 dez. 2015. Cultura. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/18/cultura/1450454656_343213.html. Acesso em 29 de set. 2022.

MCCREARY, Hester. A bus rider shows how our culture has been snaffled. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 26 ago. 2022. Letters. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/a-bus-ride-shows-how-our-culture-has-been-snaffled>. Acesso em 6 de dez. de 2022.

MCLENNAN, William. Bongs seized in latest police raids in Camden Town. **Camden New Journal** [online], Reino Unido, 10 nov. 2016. Business. Disponível em: <https://www.camdennewjournal.co.uk/article/bongs-seized-in-latest-police-raids-in-camden-town>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

MET – Metropolitan Police. **What is antisocial behaviour?**. Disponível em: <https://www.met.police.uk/advice/advice-and-information/asb/asb/antisocial-behaviour/what-is-antisocial-behaviour/>. Acesso em 25 de dez. de 2022.

MORAES, Katarina. Novo gabinete da Prefeitura do Recife é criado para revitalizar o Centro, mas acende alerta sobre como atuará. **Jornal do Commercio** [online], Pernambuco, 18 nov. 2021. Urbanismo. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/11/13628271-novo-gabinete-da-prefeitura-do-recife-e-criado-para-revitalizar-o-centro-mas-acende-alerta-sobre-como-sera-sua-atuacao.html>. Acesso em 15 de jul. de 2022.

_____. Comerciantes apontam receio com reforma que aproximará Mercado de São José, no Centro do Recife, ao projeto original. **Jornal do Commercio** [online],

Pernambuco, 4 mar. 2022. Urbanismo. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2022/04/14987678-comerciantes-apontam-receio-com-reforma-que-aproximara-mercado-de-sao-jose-no-centro-do-recife-ao-projeto-original.html>. Acesso em 21 de nov. de 2022.

MORAES, Vinícius de. Samba da benção [1968]. Disponível em: <https://www.letras.com/vinicius-de-moraes/86496/>. Acesso em 21 de abril de 2022.

MURIBECA, Miró. **Janela de ônibus**. Youtube, 14 nov. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0X7gCgiud94>. Acesso em 4 de jan. de 2023.

NOBLAT, Ricardo. Bolsonaro compra o jornal Diário de Pernambuco. **Revista Veja** [online], São Paulo, 30 jul. 2020. Coluna. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/bolsonarista-compra-o-jornal-diario-de-pernambuco/>. Acesso em 25 de dez. de 2022

NO Recife, Iphan embarga demolição de armazéns no Cais José Estelita. **G1** [online], Pernambuco, 22 maio 2014. Pernambuco. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/no-recife-iphan-embarga-demolicao-de-armazens-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em 22 de ago. de 2022

OCUPE ESTELITA. Brega-protesto: eu sou do Caranguejo e daqui não saio não!! Recife, 16 out 2019. Instagram: ocupeestelita. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/B3rcXg_ljOi/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em 28 de dez. de 2022.

PEIXE, Jorge du. Meu maracatu pesa uma tonelada [2002]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/nacao-zumbi/67596/>. Acesso em 21 de abril de 2022.

PF aponta fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita, no Recife. **G1** [online], Pernambuco, 30 set. 2015. Pernambuco. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/09/pf-confirma-fraude-no-leilao-do-terreno-do-cais-jose-estelita-no-recife.html>. Acesso em 22 de ago. 2022

PORTO Maravilha busca bons exemplos de Barcelona. **Porto Maravilha** [online], Rio de Janeiro, 27 out. 2011. Notícias. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4221-porto-maravilha-busca-bons-exemplos-de-barcelona>. Acesso em 28 de set. 2022.

PRÉDIO do Mercado de São José está cada vez mais deteriorado. **Jornal do Comercio** [online], Pernambuco, 15 nov. 2016. Urbanismo. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/11/15/predio-do-mercado-de-sao-jose-esta-cada-vez-mais-deteriorado-260367.php>. Acesso em 25 de nov. de 2022.

PREFEITURA conclui recuperação do entorno do Mercado de São José. **Diário de Pernambuco** [online], Pernambuco, 24 ago. 2020. Obra. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/08/prefeitura-conclui-recuperacao-do-entorno-do-mercado-de-sao-jose.html>. Acesso em 3 de out. de 2021.

PREFEITURA inicia obras no entorno do Mercado de São José. **Diário de Pernambuco** [online], Pernambuco, 18 set. 2019. Urbanismo. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/prefeitura-inicia-obras-no-entorno-do-mercado-de-sao-jose.html>. Acesso em 15 de fev. de 2020.

RECIFE, Prefeitura do. **Recentro: programa de revitalização do centro da cidade.** Youtube, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4T1mchZmaw>. Acesso em 15 de jul. de 2022.

REVITALIZAR. In: Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/revitalizar/>. Acesso em 5 de dez. de 2022.

RUBIN, Nani. Autor do projeto do Museu do Amanhã, Santiago Calatrava faz profissão de fé na arquitetura. **O Globo** [online], Rio de Janeiro, 4 maio 2012. Cultura. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/autor-do-projeto-do-museu-do-amanha-santiago-calatrava-faz-profissao-de-fe-na-arquitetura-4801007>. Acesso em 29 de set. de 2022.

SCIENSE, Chico. **A cidade** [1994]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-science/45205/>. Acesso em 15 de ago. 2022

SCIENSE, Chico. **Manguetown** [1996]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-science/45209/>. Acesso em 15 de ago. 2022.

SEM ambulantes, reaparece o casario no entorno do Mercado de São José. **Diário de Pernambuco** [online], Pernambuco, 3 set. 2019. Urbanismo. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/sem-ambulantes-reaparece-o-casario-no-entorno-do-mercado-de-sao-jose.html>. Acesso em 15 de fev. de 2020.

SETOR imobiliário discute investimento pós-jogos olímpicos. **Porto Maravilha** [online], Rio de Janeiro, 2 set. 2016. Notícias. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4592-setor-imobiliario-discute-investimentos-pos-jogos-olimpicos>. Acesso em 28 de set. 2022.

SOARES, Roberta. Recife, mesmo com a pandemia, é a capital mais congestionada do Brasil. De novo. **Jornal do Commercio** [online], Pernambuco, 14 mar. 2022. Coluna mobilidade. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2022/03/14959182-recife-mesmo-com-a-pandemia-e-a-capital-mais-congestionada-do-brasil-de-novo.html> Acesso em 28 de nov. de 2022.

TCHAO, Eduardo; BONACCHI, Jorge; COLAFRANCESCHI, Rayssa. Moradores do Morro da Providência, no Centro, sofrem com fechamento do teleférico há cinco anos. **G1** [online], Rio de Janeiro, 8 fev. 2022. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/08/teleférico-do-morro-da-providencia-no-centro-fechado-cinco-anos.ghtml>. Acesso em 22 de ago. de 2022.

TIME de especialistas debate legado olímpico no Museu do Amanhã. **Porto Maravilha** [online], Rio de Janeiro, 2 fev. 2016. Notícias. Disponível em:

<http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4456-time-de-especialistas-debate-legado-olimpico-no-museu-do-amanha>. Acesso em 28 de set. de 2022.

TJPE determina reintegração de área invadida no Cais José Estelita, Recife. **G1** [online], Pernambuco, 29 maio 2014. Pernambuco. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/tjpe-determina-reintegracao-de-area-invadida-no-cais-jose-estelita-recife.html>. Acesso em 22 de ago. de 2022

UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR. **É hoje** [1982]. Disponível em: <https://www.lettras.com/uniao-da-ilha-rj/49206/>. Acesso em 21 de abril de 2022.

WAINWRIGHT, Oliver. ‘A massive betrayal’: how London’s Olympic legacy was sold out. *The Guardian* [online], Reino Unido, 20 jun. 2022. The long read. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2022/jun/30/a-massive-betrayal-how-londons-olympic-legacy-was-sold-out>. Acesso em 28 de set. de 2022.

‘GOLPE da fruta’: Procon autua 18 lojas no Mercado de SP após denúncias. **O Tempo** [online], Minas Gerais, 24 mar. 2022. Fiscalização. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/golpe-da-fruta-procon-autua-18-lojas-no-mercadao-de-sp-apos-denuncias-1.2640713>. Acesso em 15 de jul. de 2022.

ANEXO

Ficha de reportagem	
Jornal:	
Título:	
Data de publicação	Autoria:
Caderno do Jornal:	Tema da reportagem:
Frase 1:	
Quem disse: <input type="checkbox"/> Editorial <input type="checkbox"/> Especialista <input type="checkbox"/> População local <input type="checkbox"/> Informante interessado	
Sujeito:	
Verbo:	
Adjetivo(s)	
Outras informações importantes:	